

ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO (ELD) PARA O PERÍODO DE 2014-2020



ÍNDICE

Índice de Gráficos.....	12
Índice de Tabelas.....	15
1. Sumário	17
2. Metodologia.....	18
Lista de Acrónimos utilizados ao longo do texto	21
3. Introdução.....	24
3.1 ACAPORAMA	24
3.2 Quadros Comunitários de Apoio.....	25
3.2.1 Apoios 2007-2013	25
3.2.2 Apoios 20014-2020	26
4. AVALIAÇÃO ELD 2007-2013.....	27
- Medida 3.1 e Medida 3.3	27
- Medida 3.5	28
4.1 Postos de Trabalho criados	28
4.2. Empresas Criadas	30
4.3 Candidaturas/Beneficiários.....	32
4.4. Zona de Intervenção/População atingida	34
4.5 Taxa de execução (dados financeiros)	35
4.6 Valores monetários por território e por tipo de intervenção	36
4.7 Serviços básicos/Eventos/Rotas temáticas e Património intervencionado.....	37
5. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	42
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA (ENQUADRAMENTO).....	42
5.1 POVOAMENTO	43
5.1.2 Densidade Populacional	46
5.1.2.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	46
5.1.1.2 Concelho de Santa Cruz.....	47
5.1.1.3 Concelho de Machico.....	49

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

5.1.1.4 Concelho do Porto Santo	50
5.1.2 Comparação por concelho - Densidade Populacional.....	51
5.2 DEMOGRAFIA	52
5.2.1 População residente por género.....	52
5.2.1.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	53
5.2.1.2 Concelho de Santa Cruz.....	53
5.2.1.3 Concelho de Machico	54
5.2.1.4 Concelho do Porto Santo	55
5.2.2 População residente por freguesia	55
5.2.2.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	55
5.2.2.2 Concelho de Santa Cruz.....	56
5.2.2.3 Concelho de Machico	56
5.2.2.4 Concelho do Porto Santo	57
5.2.3 Índice de envelhecimento e de juventude.....	57
5.2.3.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	58
5.2.3.2 Concelho de Santa Cruz.....	59
5.2.3.3 Concelho de Machico	59
5.2.3.4 Concelho do Porto Santo	60
5.2.4 Taxa bruta de Natalidade e Taxa de Fecundidade Geral na RAM.....	60
5.2.5 Esperança média de vida à nascença na RAM	61
5.2.6 Taxa bruta de Mortalidade e Taxa de Mortalidade Infantil na RAM	62
5.2.7 Saldo natural	63
5.2.7.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	64
5.2.7.2 Concelho de Santa Cruz.....	64
5.2.7.3 Concelho de Machico	64
5.2.7.4 Concelho do Porto Santo	65
5.2.8 Saldo Migratório.....	65
5.2.9 Fluxos Migratórios.....	66

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

5.2.9.1 Concelho de Câmara de Lobos	67
5.2.9.2 Concelho de Santa Cruz.....	67
5.2.9.3 Concelho de Machico	68
5.2.9.4 Concelho do Porto Santo	68
5.2.10 Projeções da População residente na RAM	69
5.2.11 Conclusões.....	71
5.3 ACESSIBILIDADES.....	73
5.3.1.1 Concelho de Câmara de Lobos	74
5.3.1.2 Concelho de Machico	75
5.3.1.2.1 Porto do Caniçal	76
5.3.1.3 Concelho de Santa Cruz.....	76
5.3.1.3.1 Aeroporto da Madeira	77
5.3.1.4 Concelho do Porto Santo	78
5.3.1.4.1 Porto e aeroporto no Porto Santo	79
5.4 ESTRUTURA PRODUTIVA	79
5.4.1 PIB regional	79
5.4.2 VAB regional.....	80
5.4.3 Orçamento regional	82
5.4.4 Setores de atividade por concelho.....	83
5.4.5 Setor Primário	85
5.4.5.1 Concelho de Câmara de Lobos	85
5.4.5.2 Concelho de Santa Cruz.....	87
5.4.5.3 Concelho de Machico	87
5.4.5.4 Concelho do Porto Santo	88
5.4.6 Setor Secundário	89
5.4.6.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	89
5.4.7 Setor Terciário	91
5.5 ATIVIDADE ECONÓMICA – TURISMO	94

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

5.5.1 Fatores determinantes	94
5.5.2 Tipo de turista por nacionalidade	94
5.5.3 Estabelecimentos hoteleiros	95
5.5.4 Taxa líquida de ocupação-quarto nos estabelecimentos hoteleiros	95
5.5.5 RevPar nos estabelecimentos hoteleiros	96
5.5.6 Capacidade de alojamento	97
5.5.7 Pessoal ao serviço	98
5.5.8 Turismo Rural	98
5.5.9 Principais rotas e percursos turísticos.....	100
5.5.9.1 Concelho de Câmara de Lobos	101
5.5.9.2 Concelho de Santa Cruz.....	101
5.5.9.3 Concelho de Machico	102
5.5.9.4 Concelho de Porto Santo.....	102
5.5.10 Turismo Náutico	103
5.5.11 Turismo Cultural e Patrimonial	104
5.5.11 Conclusão	104
5.6 EMPREGO	107
5.6.1 População em idade ativa	107
5.6.1.1 Concelho de Câmara de Lobos	109
5.6.1.2 Concelho de Santa Cruz.....	109
5.6.1.3 Concelho de Machico	110
5.6.1.4 Concelho do Porto Santo	111
5.6.2 População Ativa.....	111
5.6.2.1 Concelho de Câmara de Lobos	111
5.6.2.2 Concelho de Santa Cruz.....	112
5.6.2.3 Concelho de Machico	113
5.6.2.4 Concelho do Porto Santo	114
5.6.3 Taxa de desemprego (RAM).....	114

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

5.6.4 Taxa de desemprego por faixa etária (RAM).....	115
5.6.5 Taxa de desemprego por qualificação (RAM)	115
5.6.6 Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo (RAM) ...	115
5.6.7 Taxa de Desemprego e Taxa de Emprego	116
5.6.7.1 Concelho de Câmara de Lobos	116
5.6.7.2 Concelho de Santa Cruz.....	117
5.6.7.3 Concelho de Machico	118
5.6.7.4 Concelho do Porto Santo	118
5.6.8 Beneficiários de subsídios de desemprego	119
5.6.8.1 Concelho de Câmara de Lobos	119
5.6.8.2 Concelho de Santa Cruz.....	120
5.6.8.3 Concelho de Machico	121
5.6.8.4 Concelho de Porto Santo.....	122
5.6.9 Proteção Social	123
5.6.10 Beneficiários/as do RSI da Segurança Social	124
5.6.11 Taxa de pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa....	125
5.7 NÍVEIS DE HABILITAÇÃO	126
5.7.1 Taxa de analfabetismo	126
5.7.1.1 Concelho de Câmara de Lobos	127
5.7.1.2 Concelho de Santa Cruz.....	127
5.7.1.3 Concelho de Machico	128
5.7.1.4 Concelho do Porto Santo	129
5.7.2 Nível de escolaridade	129
5.7.2.1 Concelho de Câmara de Lobos	129
5.7.2.2 Concelho de Santa Cruz.....	131
5.7.2.3 Concelho de Machico	132
5.7.2.4 Concelho do Porto Santo	133
5.8 EDUCAÇÃO	134

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

5.9.1 Matrículas segundo o nível de ensino.....	134
5.8.2 Abandono Escolar.....	135
5.8.2.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	135
5.8.2.2 Concelho de Santa Cruz.....	136
5.9.2.3 Concelho de Machico.....	136
5.8.2.4 Concelho do Porto Santo.....	137
5.9 CONDIÇÕES DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	137
5.9.1 Estabelecimentos de saúde.....	138
5.9.4 Cultura.....	140
5.9.5 Equipamentos de desporto.....	140
5.9.5 Conclusão.....	141
5.10 ENERGIA.....	143
5.10.1 Consumo de Eletricidade.....	144
5.10.2 Energias renováveis.....	145
5.11 COMUNICAÇÕES.....	146
5.11.1 Famílias.....	147
5.11.2 Estabelecimentos Hoteleiros.....	147
5.12 AMBIENTE.....	148
5.12.1 Ativos ambientais: Fauna e Flora.....	148
5.12.1.1 Concelho de Santa Cruz.....	149
5.12.1.2 Concelho de Machico.....	151
5.12.1.3 Concelho do Porto Santo.....	151
5.12.2 Ameaças ambientais.....	152
5.12.3 Centros de Observação da Natureza.....	154
5.12.3.1 Concelho de Câmara de Lobos.....	155
5.12.3.2 Concelho de Machico.....	155
5.12.3.3 Concelho do Porto Santo.....	155
5.12.4 Centros de Interpretação Ambiental.....	155

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

5.12.4.1 Concelho do Porto Santo	155
5.12.5 Potencial de rotas ambientais a criar	155
5.12.5.1 Concelho de Machico	155
5.12.5.2 Concelho do Porto Santo	155
5.13 PATRIMÓNIO TRADICIONAL	156
5.13.1 Artes e Ofícios tradicionais	157
5.13.2 Património Imóvel Classificado	158
5.13.3 Imóveis Classificados	158
5.13.3.1 Concelho de Câmara de Lobos	158
5.13.3.2 Concelho de Santa Cruz	158
5.13.3.3 Concelho de Machico	159
5.13.3.4 Concelho do Porto Santo	159
5.13.4 Principais Festas (religiosas, locais, municipais)	160
5.13.4.1 Concelho de Câmara de Lobos	160
5.13.4.2 Concelho de Santa Cruz	160
5.13.4.3 Concelho de Machico	161
5.13.4.4 Concelho do Porto Santo	161
5.13.5 Gastronomia	161
5.13.6 Folclore e Bandas	162
5.13.6.1 Concelho de Câmara de Lobos	162
5.13.6.2 Concelho de Santa Cruz	162
5.13.6.3 Concelho de Machico	163
5.13.6.4 Concelho do Porto Santo	163
5.13.7 Potencial turístico sobre o património	163
5.13.8 Património religioso	163
5.13.8.1 Concelho de Câmara de Lobos	163
5.13.8.2 Concelho de Santa Cruz	164
5.13.8.3 Concelho de Machico	164

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

5.13.8.4 Concelho do Porto Santo	164
6. ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO	166
6.1 MISSÃO.....	166
6.2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	166
6.3. Descrição do carácter inovador	166
6.4. Sinergias com o sector primário.....	167
6.5. Coerência com as orientações estratégicas nacionais, regionais e sectoriais.	167
6.6 ANÁLISE SWOT	169
6.6.1 CÂMARA DE LOBOS.....	169
6.6.1.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas.....	170
6.6.2 SANTA CRUZ.....	171
6.6.2.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas.....	172
6.6.3 MACHICO.....	173
6.6.3.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas.....	174
6.6.4 PORTO SANTO	175
6.6.4.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas.....	176
6.7. Caracterização das Áreas Temáticas objeto de intervenção	176
6.6. Metodologia de integração dos parceiros na conceção da estratégia.	185
6.8. Estrutura em Medidas/Ações.....	188
M19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais (Artigo 19º 1 B)).....	188
M19.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural (Artigo 20º)	195
M19.2.3 - Cooperação para o desenvolvimento local (Artigo 35º, C), E) e K))......	202
M19.2.4-Formação e informação de agentes de desenvolvimento local (Artigo 14º)	209
M19.3.1-Cooperação interterritorial e transnacional.....	210
M19.4 – Apoio a custos de funcionamento e animação.....	213
6.9. O plano de Ação	214
7. PLANO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	216
7.1 PÚBLICOS-ALVO.....	217

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

7.1.1 Potenciais beneficiários e interessados em investir ao abrigo do PRODERAM 2020	217
7.1.2. Público em geral	217
7.1.3 Organismos de gestão Interna	217
7.2. INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	217
7.2.1 As brochuras, folhetos, cartazes e merchandising	218
7.2.2 Ações de informação e publicidade para os potenciais beneficiários e os beneficiários	219
7.2.3 Responsabilidade dos beneficiários em termos de publicação dos apoios:	219
7.2.4 Aspetos específicos:	220
LEGISLAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE	222
Turismo	222
Alojamento	222
Agências de viagens e turismo	223
Animação Turística	223
Benefícios Fiscais	223
Jogo (Concursos Publicitários e sorteios de rifas)	224
Cultura	224
Desporto	224
Instalações desportivas	224
<u>Diretor de instalações desportivas</u>	224
<u>Ginásios de manutenção e instalações similares</u>	224
<u>Provas desportivas na via pública</u>	225
<u>Bases do sistema desportivo</u>	225
LEGISLAÇÃO NACIONAL	225
O Modelo de Governação:	230
A Parceria local por Freguesia	230
Regulamento das Parcerias Locais	232
Regulamento da Assembleia Geral dos Parceiros Locais	239

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Declarações de inexistência conflito de interesses.....	245
Procedimentos de gestão financeira e administrativa corrente no âmbito do PRODERAM 2020.....	255
Receção e Análise de Pedidos de Apoio	262
Gestão de reclamações	275
Procedimentos de gestão de financeiras.....	275
Metodologia de Avaliação.....	276
Metodologia de acompanhamento dos indicadores.....	276
Plano Financeiro- Distribuição da dotação financeira medidas.....	280
Plano Financeiro-Funcionamento GAL ACAPORAMA	281
Indicadores de Resultados e Realização EDL GAL ACAPORAMA.....	283

Índice de Gráficos

Gráfico 1-Proporção de postos de trabalho criados por sector de atividade, ELD 2007-2013	30
Gráfico 2- Proporção de empresas criadas por sector de atividade, ELD 2007-2013	32
Gráfico 3- Localização do Arquipélago da Madeira	42
Gráfico 4- Mapa do Arquipélago da Madeira.....	42
Gráfico 5 – Mapa representativo das zonas de intervenção da ACAPORAMA	44
Gráfico 6-Mapa das Freguesias da Zona de Intervenção da ACAPORAMA e classificação de acordo com o grau de urbanização V02836 - Grau de urbanização (Eurostat, 2011)	45
Gráfico 7- Concelho de Câmara de Lobos e respetivas freguesias	47
Gráfico 8 - Densidade populacional no concelho de Câmara de Lobos.....	47
Gráfico 9-Concelho de Santa Cruz e respetivas freguesias	48
Gráfico 10- Densidade populacional no concelho de Santa Cruz	48
Gráfico 11-Concelho de Machico e respetivas freguesias.....	49
Gráfico 12- Densidade populacional no concelho de Machico	50
Gráfico 13-Concelho de Porto Santo e respetiva freguesia.....	50
Gráfico 14 -Pirâmide etária da população residente por género e faixa etária, RAM, 2011	52
Gráfico 15-População Residente por género, RAM, 2007-2013	53
Gráfico 16-População Residente por género, Câmara de Lobos, 2007-2013.....	53
Gráfico 17-População Residente por género, concelho de Santa Cruz, 2007-2013.....	54
Gráfico 18- População Residente por género, concelho de Machico, 2007-2013	54
Gráfico 19- População Residente por género, concelho do Porto Santo, 2007-2013.....	55
Gráfico 20 -População Residente por freguesia, Concelho de Câmara de Lobos, 2001 e 2011.....	55
Gráfico 21-População Residente por freguesia, concelho de Santa Cruz, 2001 e 2011	56
Gráfico 22-População Residente por freguesia, concelho de Machico, 2001 e 2011.....	57
Gráfico 23-Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, RAM, 2007-2013	58
Gráfico 24-Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, concelho de Câmara de Lobos, 2007-2013.....	59
Gráfico 25-Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, concelho de Santa Cruz, 2007-2013	59
Gráfico 26- Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, no concelho de Machico, 2007-2013	60
Gráfico 27-Taxa bruta de natalidade (‰) e Taxa de fecundidade geral (‰), RAM, 1999-2013	61
Gráfico 28-Esperança média de vida à nascença, 1999-2013, RAM	62
Gráfico 29-Taxa de Mortalidade (‰) e Taxa de Mortalidade Infantil (‰), RAM, 1999-2013	63
Gráfico 30- Proporção da população residente (%), segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), de residência habitual a 21/03/2011 – RAM	67
Gráfico 31- População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Câmara de Lobos	67
Gráfico 32-População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Santa Cruz.....	68
Gráfico 33- População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Machico	68
Gráfico 34 - População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Porto Santo.....	68
Gráfico 35-Pirâmide etária, R. A. Madeira, 2012 (estimativas) e 2035 (projeções)	70
Gráfico 36-Pirâmide etária, R. A. Madeira, 2012 (estimativas) e 2060 (projeções)	70
Gráfico 37-Índice de envelhecimento, RAM, 1991-2060 (estimativas e projeções).....	70
Gráfico 38-Índice de sustentabilidade potencial, R. A. M., 1991-2060 (estimativas e projeções)	71
Gráfico 39-Estradas Regionais no concelho de Câmara de Lobos	75
Gráfico 40- Estradas Regionais nos concelhos de Santa Cruz e Machico	76
Gráfico 41-Estradas Regionais no concelho de Porto Santo.....	79
Gráfico 42-Produto Interno Bruto por habitante, RAM, 2000-2013.....	80

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Gráfico 43- Valor acrescentado bruto (€) por sector, RAM, 2000-2013	81
Gráfico 44-Valor acrescentado bruto (€) das Empresas e Principais atividades económicas (Divisão - CAE Rev. 3), RAM, 2007-2012.....	81
Gráfico 45-Taxa de Variação (%) do VAB das empresas por principal atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), RAM, 2007-2012	82
Gráfico 46-Verbas do Orçamento Regional, RAM, 2010-2014.....	82
Gráfico 47-Proporção do VAB por sector de atividade,	85
Gráfico 48-Proporção do VAB por sector de atividade,	85
Gráfico 49-Proporção do VAB por sector de atividade,	85
Gráfico 50- Proporção do VAB por sector de atividade,	85
Gráfico 51- População em idade ativa no concelho de Câmara de Lobos, 2007 a 2013	109
Gráfico 52-População em idade ativa no concelho de Santa Cruz, 2007 a 2013.....	110
Gráfico 53-População em idade ativa no concelho de Machico, 2007 a 2013.....	110
Gráfico 54-População em idade activa no concelho de Câmara de Lobos, 2007 a 2013	111
Gráfico 55- População ativa no concelho de Câmara de Lobos, 2001 e 2011	112
Gráfico 56- População ativa no concelho de Santa Cruz, 2001 e 2011	113
Gráfico 57- População ativa no concelho de Machico, 2001 e 2011.....	113
Gráfico 58-Evolução da Taxa de Desemprego, 2005-2014, RAM.....	114
Gráfico 59-Taxa de Desemprego por faixa etária, 2014, RAM.....	115
Gráfico 60-Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo, RAM, 2011-2013.....	115
Gráfico 61-Taxa de Desemprego (%) em Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011	117
Gráfico 62-Taxa de Emprego (%) em Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011	117
Gráfico 63-Taxa de Desemprego (%) em Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011.....	117
Gráfico 64-Taxa de Emprego (%) em Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011.....	117
Gráfico 65-Taxa de Desemprego (%) em Machico, RAM, 2001 e 2011	118
Gráfico 66-Taxa de Emprego (%) em Machico, RAM, 2001 e 2011	118
Gráfico 67-Taxa de Desemprego (%) em Porto Santo, RAM, 2001 e 2011.....	118
Gráfico 68-Taxa de Emprego (%) em Porto Santo, RAM, 2001 e 2011.....	118
Gráfico 69-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social na RAM por faixa etária, RAM, 2007-2013.....	119
Gráfico 70-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social, em Câmara de Lobos por género, RAM, 2007-2013.....	119
Gráfico 71-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Câmara de Lobos por faixa etária, RAM, 2007-2013.....	120
Gráfico 72-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Santa Cruz por género, RAM, 2007-2013	120
Gráfico 73-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Santa Cruz por faixa etária, RAM, 2007-2013.....	121
Gráfico 74-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Machico por género, RAM, 2007-2013.....	121
Gráfico 75-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Machico por faixa etária, RAM, 2007-2013.....	122
Gráfico 76-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Porto Santo por género, RAM, 2007-2013	122
Gráfico 77-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Porto Santo por faixa etária, RAM, 2007-2013.....	123
Gráfico 78-N.º de pensionistas da segurança social por concelho, RAM, 2007-2013.....	124
Gráfico 79-Beneficiários/as RSI da segurança social por concelho, RAM, 2007-2013.....	125
Gráfico 80-Taxa de pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa por concelho, RAM, 2007-2013.....	126
Gráfico 81-Taxa de analfabetismo das freguesias da Madeira, Censos 2011	126
Gráfico 82-Taxa de analfabetismo no concelho de Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011	127
Gráfico 83-Taxa de analfabetismo no concelho de Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011	128
Gráfico 84-Taxa de analfabetismo no concelho de Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011	128
Gráfico 85- Nível de escolaridade, RAM, 2001 e 2011.....	129
Gráfico 86-Nível de escolaridade no concelho.....	130
Gráfico 87-Nível de escolaridade na freguesia	130
Gráfico 88-Nível de escolaridade na freguesia	130
Gráfico 89-Nível de escolaridade na freguesia	130
Gráfico 90-- Nível de escolaridade na freguesia.....	130
Gráfico 91-Nível de escolaridade na freguesia	130
Gráfico 92-- Nível de escolaridade no concelho.....	131
Gráfico 93-- Nível de escolaridade na freguesia.....	131
Gráfico 94- - Nível de escolaridade na freguesia.....	131

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Gráfico 95-- Nível de escolaridade na freguesia.....	131
Gráfico 96-Nível de escolaridade na freguesia	132
Gráfico 97-- Nível de escolaridade na freguesia.....	132
Gráfico 98- Nível de escolaridade no concelho	132
Gráfico 99- Nível de escolaridade na freguesia	132
Gráfico 100- Nível de escolaridade na freguesia	133
Gráfico 101- Nível de escolaridade na freguesia	133
Gráfico 102- Nível de escolaridade na freguesia	133
Gráfico 103- Nível de escolaridade na freguesia	133
Gráfico 104-- Nível de escolaridade no Porto Santo, 2001 e 2011	133
Gráfico 105-Evolução do n.º de alunas/os matriculados, segundo o nível de ensino, RAM.....	135
Gráfico 106-Abandono escolar no concelho de Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011.....	135
Gráfico 107-Abandono escolar no concelho de Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011	136
Gráfico 108-Abandono escolar no concelho de Machico, RAM, 2001 e 2011	137
Gráfico 109-Abandono escolar no concelho de Porto Santo, RAM, 2001 e 2011	137
Gráfico 110 - Estabelecimentos de saúde, por município, RAM, 2013	138
Gráfico 111-Estabelecimentos de ensino, por município, RAM, 2013	139
Gráfico 112-Estabelecimentos de segurança social e trabalho, por município, RAM, 2013.....	139
Gráfico 113-Estabelecimentos de desporto, por município, RAM, 2013.....	140
Gráfico 114-Principais dificuldades da população residente, censos 2011.....	142
Gráfico 115-Acessibilidades aos alojamentos, censos 2011.....	143
Gráfico 116-Consumo de Eletricidade por tipo, RAM, 2007-2013.....	145
Gráfico 117-Produção doméstica, fotovoltaica, RAM, 2010-2013.....	145
Gráfico 118-Produção descentralizada – Regime de Micro/Mini produção por concelho, RAM, 2014	146
Gráfico 119-Proporção de agregados familiares segundo a disponibilidade de acesso, em casa, a computador e/ou internet, RAM, 2007-2013.....	147
Gráfico 120-Produção de resíduos sólidos, RAM, 2007-2013.....	152
Gráfico 121-Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira em gestão e proteção do ambiente, por domínios, RAM, 2007-2013.....	153
Gráfico 122-Incêndios florestais, RAM, 2007 – 2013.....	154
Gráfico 123-Mapa das Zonas Protegidas, na RAM	156
Gráfico 124-Bens imóveis por categoria, RAM, 2013.....	158
Gráfico 125-Bens imóveis por categoria de proteção, RAM, 2013.....	160

Índice de Tabelas

Tabela 1- Superfície (Km2) e população residente por zona de intervenção, RAM, Censos 2001	26
Tabela 2- N.º de postos de trabalho criados por concelho, ELD 2007-2013.....	28
Tabela 3 - N.º de postos de trabalho criados por medida e tipo de entidade, ELD 2007-2013	29
Tabela 4- N.º de postos de trabalho criados por sector de atividade e atividade económica (CAE), ELD 2007-2013	30
Tabela 5- N.º empresas criadas por concelho, ELD 2007-2013.....	30
Tabela 6 - N.º de empresas criadas por medida e tipo de entidade, ELD 2007-2013	31
Tabela 7- N.º de empresas criadas por sector de atividade e atividade económica (CAE), ELD 2007-2013	31
Tabela 8 - N.º de candidaturas pelo estado, ELD 2007-2013	32
Tabela 9- N.º de candidaturas pelo Estado da Candidatura/Tipo de Beneficiário/Sector de Atividade Económica (CAE), ELD 2007-2013	34
Tabela 10 - Densidade populacional, superfície e n.º de habitantes por zona de intervenção, Censos 2011	35
Tabela 11 - Dados financeiros globais de execução da ELD 2007-2013.....	35
Tabela 12- Soma da despesa pública prevista na ELD, comprometida e executada financeiramente por medidas (valores atualizados)	36
Tabela 13- Valores globais monetários agregados por medida das operações comprometidas e respetiva execução, ELD 2007-2013.....	36
Tabela 14 - Valores monetários agregados por território e tipo de intervenção, ELD 2007-2013	37
Tabela 15- Serviços básicos/eventos/rotas temáticas/património por medida e tipo de beneficiário, ELD 2007-2013	38
Tabela 16- Indicadores ELD 2007-2013	39
Tabela 17 - Densidade populacional e n.º de habitantes por zona de intervenção, Censos 2011	45
Tabela 18- Dados comparativos da população e superfície da zona de intervenção do GAL ACAPORAMA no âmbito do PRODERAM e PRODERAM 2020.....	46
Tabela 19- Saldo Natural da RAM, 2007 - 2013	63
Tabela 20-Saldo Natural, concelho de Câmara de Lobos, 2007-2013.....	64
Tabela 21- Saldo Natural, concelho de Santa Cruz, 2007-2013	64
Tabela 22-Saldo Natural, concelho de Machico, 2007-2013	65
Tabela 23- Saldo Natural, concelho do Porto Santo, 2007-2013	65
Tabela 24- Saldo Migratório, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico, Porto Santo, RAM, 2007-2013.....	65
Tabela 25-População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011	69
Tabela 26-VAB por sector de atividade e concelho, 2012.....	84
Tabela 27- Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Câmara de Lobos, 2009	86
Tabela 28- Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Santa Cruz, 2009.....	87
Tabela 29- Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Machico, 2009.....	88
Tabela 30-Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Porto Santo, 2009.....	89
Tabela 31- Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Câmara de Lobos, 2012	90
Tabela 32-Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Santa Cruz, 2012.....	90
Tabela 33-Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Machico, 2012.....	90
Tabela 34-Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Porto Santo, 2012.....	91
Tabela 35- Atividades económicas do sector terciário, Concelho de Santa Cruz, 2012.....	92
Tabela 36-Atividades económicas do sector terciário, Concelho de Machico, 2012	92
Tabela 37-Atividades económicas do sector terciário, Concelho de Porto Santo, 2012.....	93
Tabela 38 - Hóspedes entrados em estabelecimentos hoteleiros, por países de residência habitual na RAM, 2007-2013 / Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM	95
Tabela 39- Estabelecimentos hoteleiros, por município, RAM, 2007-2013/.....	95
Tabela 40-Taxa líquida de ocupação – quarto em estabelecimentos hoteleiros por município, RAM, 2008-2013 / Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM	96
Tabela 41- RevPar nos estabelecimentos hoteleiros, por município, RAM, 2007-2013.....	97
Tabela 42-Capacidade de Alojamento por Município, RAM, 2007-2013/Fonte: Estatística do Turismo RAM, DREM.....	98
Tabela 43- Pessoal ao serviço por município	98
Tabela 44-Principais Indicadores no Turismo Regional da RAM, 2007-2013 Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM.....	99
Tabela 45-Principais Indicadores no Turismo Rural no concelho de Câmara de Lobos, 2010-2013.....	99

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Tabela 46- Principais Indicadores no Turismo Rural no concelho de Santa Cruz, 2010-2013.....	100
Tabela 47– Principais percursos e pontos turísticos no concelho de Câmara de Lobos.....	101
Tabela 48– Principais percursos e pontos turísticos no concelho de Santa Cruz.....	102
Tabela 49 – Principais Percursos turísticos no concelho de Machico.....	102
Tabela 50– Principais Percursos turísticos no concelho do Porto Santo.....	103
Tabela 51-População empregada, segundo o setor de atividade, RAM, 2012 e 2013 Fonte: Madeira em Números 2013, DREM.....	116
Tabela 52- Distribuição do número de Estabelecimentos de Ensino, Docentes e Alunas/as, RAM, 2011/2012 e 2012/2013.....	134
Tabela 53- Indicadores de Saúde na RAM, 2012 e 2013.....	138
Tabela 54-Indicadores de cultura na RAM, 2012 e 2013/ Fonte: Madeira em Números 2013, DREM.....	140
Tabela 55-Indicadores da Sociedade da Informação nos Estabelecimentos Hoteleiros, RAM, 2008 e 2011.....	148
Tabela 56-Zonas protegidas, nas Zonas de Intervenção, ACAPORAMA.....	155
Tabela 57– Festas no concelho de Santa Cruz.....	160
Tabela 58-Festas no concelho de Machico.....	161
Tabela 59-Festas no concelho do Porto Santo.....	161
Tabela 60-Folclore e Bandas no concelho de Câmara de Lobos.....	162
Tabela 61- Folclore e Bandas no concelho de Santa Cruz.....	162
Tabela 62-Folclore e Bandas no concelho de Machico.....	163
Tabela 63-Folclore e Bandas no concelho do Porto Santo.....	163
Tabela 64-Arquitetura religiosa no concelho de Câmara de Lobos.....	164
Tabela 65-Arquitetura religiosa no concelho de Santa Cruz.....	164
Tabela 66-Arquitetura religiosa no concelho de Machico.....	164
Tabela 67-Arquitetura religiosa no concelho do Porto Santo.....	165
Tabela 68 – Indicadores de resultados ao nível da medida (M19.2.1).....	191

1. Sumário

O presente documento constitui a avaliação da ELD do período 2007-2013 e a conceção, acompanhamento e avaliação da ELD para o período 2014-2020. Um estudo solicitado pela ACAPORAMA – Associação de Casas do Povo da Madeira.

Na elaboração do documento, procedeu-se à recolha e tratamento de dados e informação, sobre o período 2007-2013 com o objetivo de obter uma avaliação final, da implementação da abordagem LEADER no referido período. Este documento servirá de base de trabalho para a elaboração, acompanhamento e avaliação da ELD para o período 2014-2020. Será ainda a caracterização territorial, baseada numa descrição em alguns casos de enquadramento regional, concelho e por freguesia, incluindo planos de ação e linhas estratégicas.

Finalizada a caracterização, será posteriormente possível apontar, em análise SWOT, os pontos fortes e fracos e as situações que poderão significar ameaça ou oportunidade nos Concelhos. Um diagnóstico que pretende contribuir para a definição de ações e medidas a considerar num plano estratégico, ou seja, erradicar os pontos fracos, potenciar e tirar partido dos pontos fortes e transformar as ameaças em oportunidades.

2. Metodologia

Na realização deste trabalho a informação surge como apoio à tomada de decisão e avaliação de processos em contexto de planeamento, devendo a informação recolhida obedecer a uma série de critérios que vão desde a fidedignidade, confiabilidade, uniformidade, fácil acesso e aceitabilidade, devendo refletir a realidade com a maior precisão e o mínimo erro, através de uma recolha, leitura e interpretação simplificadas.

A recolha de dados foi, por isso, efetuada com recurso a métodos de *desk research*, utilizando fontes de dados oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE), Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM (IEM), Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos (SRERH), Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRT), Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), Câmara Municipal de Machico, Câmara Municipal de Santa Cruz, Instituto da Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM), Infraestrutura Regional de Informação Geográfica da Madeira (IRIG-Madeira) e Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM).

Para responder aos indicadores solicitados pela ACAPORAMA, foi compilada a informação do quadro 2007-2013, de modo a obter a avaliação dos objetivos, para que os mesmos reflitam na preparação do quadro 2014-2020.

As fontes oficiais possuem dados associados às freguesias de base censitária, pelo que, para a análise por freguesia, serão apresentadas comparações entre o ano de 2001 e 2011, face aos indicadores compilados.

De forma a cumprir com os objetivos propostos, a recolha de dados incidiu sobre fontes oficiosas. Sublinhe-se que alguns dados solicitados, não estão disponíveis para consulta através das respetivas autoridades governamentais, pelo que, não foi possível apresentar os respetivos.

Para a operacionalização da recolha de dados foram criadas matrizes, em formato *Microsoft Excel*, de forma a alojarem tudo o que foi obtido para posterior execução do relatório final, de acordo com os dados disponibilizados pela ACAPORAMA. Os indicadores relativos ao Saldo Natural e Índice de Juventude foram calculados por freguesia.

Foram ainda realizados inquéritos e reuniões para auscultação dos parceiros locais, sendo um contributo imprescindível para a realização das análises SWOT.

A apresentação dos resultados é feita através de gráficos, figuras, mapas e tabelas.

Caracterização Inicial do território			
ÁREAS	REGIÃO		
	RA M	CONCELH O	FREGUESI A
Acessibilidades			
Acessibilidades principais de saída e entrada da zona de intervenção	X	X	
Acessibilidades municipais		X	
Acessibilidades locais (incluindo estradas agrícolas, veredas, etc...)			X
Dificuldade e constrangimentos principais na zona de intervenção	X	X	X
Investimentos realizados 2007/2013 – Melhoramentos, acessos			
Energia, Comunicações			
Zona coberta por rede de telemóvel 4G		X	X
Zona coberta por oferta de Internet por cabo		X	X
Zona coberta por oferta de Internet por ADSL		X	X
Unidades de produção de energias renováveis presentes - Públicas		X	X
Unidades de produção de energias renováveis presentes - Privadas		X	X
Implantação de painéis solares por habitação / per capita		X	X
Ambiente			
Principais ativos ambientais (fauna e flora)			X
Principais ameaças ambientais			X
Centros de Observação de Natureza existentes			X
Centros de Interpretação Ambiental existentes			X
Potencial de rotas ambientais a criar			X
Povoamento			
Distribuição da densidade populacional – Realçar a Zona de Intervenção		X	X
Comparação da área/densidade populacional de todas de zonas de intervenção		X	X
População migratória	X	X	X
Índice de envelhecimento	X	X	X
Índice de Juventude	X	X	X
População em idade ativa	X	X	X
Demografia			
Fluxos migratórios/destino/idade/qualificação	X	X	X
Saldo Natural – Nascimentos	X	X	X
Fluxo turístico – Zona de Intervenção	X	X	X
Estimativa de demografia em 2020	X	X	X
Estimativa de demografia em 2030	X	X	X
Estrutura Produtiva			
SETOR PRIMÁRIO			
Identificação de Setores de atividade por freguesia			X
Rendimento líquido e VAB			X
Nº de explorações agrícolas/Freguesia			X

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Nº de explorações agrícolas familiares			X
Dimensão média das explorações			X
Superfície agrícola utilizada			X
Peso do setor primário na atividade económica da zona de intervenção			X
SETOR SECUNDÁRIO			
Identificação de principais atividades económicas do setor			X
Rendimento líquido e VAB			X
Nº de empresas do setor			X
Nº de empregos criados pelo setor			X
Peso do setor secundário na atividade económica da zona de intervenção			X
<hr/>			
SETOR TERCIÁRIO			
Identificação de Setores de atividade por freguesia			X
Rendimento líquido do potencial dos setores			X
Nº de empresas do setor			X
Nº de empregos criados pelo setor			X
Peso do setor terciário na atividade económica da zona de intervenção			X
Emprego			
Taxa de desemprego Global, por sector, faixa etária e qualificação	X	X	X
Taxa de emprego	X	X	X
Beneficiários do Subsídio de emprego	X	X	X
Taxa de pensionistas	X	X	X
Condições de Vida e Desenvolvimento Social			
Oferta de serviços básicos de apoio à população		X	X
Centros de dia		X	X
Espaços de lazer		X	X
Espaços Net		X	X
Jardins de Infância		X	X
Lares		X	X
Espaços Culturais (centros culturais, salas de espetáculos, espaços ao ar livre)		X	X
Espaços de lazer (piscinas, zonas de convívio, massagens, spas)		X	X
Parques Infantis		X	X
Centros de saúde (inclui clinicas privadas, médicos com consultório)		X	X
Outros serviços		X	X
Património Tradicional			
Artes e ofícios tradicionais			X
Património imóvel classificado			X
Festas (religiosas, locais, municipais), incluindo feiras			X
Gastronomia (principais ativos gastronómicos)			X
Folclore (quantificação de grupos, incluindo bandas municipais e músicos tradicionais)			X
Percurso turístico			X
Património móvel e imaterial (principais ativos locais)			X
Artesanato contemporâneo			X
Património religioso (igrejas, capelas, incluindo património imaterial e móvel)			X
Património de conhecimentos e competências			
Perfil da população adulta	X	X	X
Nível de Ensino	X	X	X
Taxa de analfabetismo	X	X	X
Nível de produtividade de mão-de-obra medida pelo PIB por pessoa empregada	X	X	X
Taxa de população, desempregada, formada por setor de atividade	X	X	X

Atividade económica – Turismo

Fatores Determinantes	X	X
Caracterização Geral	X	X
Taxa de turismo em espaço Rural	X	X
Nº de camas	X	X
Oferta atividades turísticas	X	X
Nº de empregados	X	X
Caracterização do tipo de turista, nacionalidade, idade, sexo	X	X
Nº de Levadas, percursos turísticos, miradouros, veredas, moinhos, centros de natureza,		X
Rotas Turísticas implementadas (públicas e privadas)		X
Turismo náutico (principais ativos existentes, explorados ou não)		X

Análise da legislação sectorial aos diferentes sectores de atividade.

Turismo	X
Ambiente	X
Comércio	X
Agricultura	X
Saúde e Assistência Social	X
Património e Cultura	X
Desporto	X

Lista de Acrónimos utilizados ao longo do texto

ELD – Estratégia Local de Desenvolvimento – É um conjunto de iniciativas e estratégias, em função das características de determinados territórios, cujos conteúdos e rumos são determinados pelos GAL.

ACAPORAMA – Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira – É uma Associação sem fins lucrativos e de Utilidade Pública, que tem por objeto a representação de todas as Casas do Povo da Região, suas associadas e outras associações.

RAM - Região Autónoma da Madeira – Corresponde territorialmente ao [arquipélago da Madeira](#), constituído pelas ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens, e pertence a Portugal.

RUP - Região Ultrapерифérica - São territórios geograficamente distantes, com um tratamento especial segundo os termos do [Tratado de Amesterdão](#), por formar parte inerente da [União Europeia](#).

PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural da RAM – É um programa que define as prioridades da Madeira no que respeita à utilização de fundos públicos europeus, disponíveis para determinado período.

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Regional – É um instrumento que visa reforçar a política de desenvolvimento rural da União Europeia e simplificar a

sua implementação, ao melhorar a gestão e o controlo das políticas de desenvolvimento rural implementadas em determinados períodos.

GAL - Grupo de Ação Local – É um conjunto de parceiros que elaboram e aplicam uma estratégia de desenvolvimento em determinados territórios, beneficiando do programa LEADER.

LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – É uma iniciativa comunitária que visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas, cujo objeto seja a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural, do reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho e da melhoria da capacidade organizacional das respetivas comunidades

INE – Instituto Nacional de Estatística – Produz e divulga informação estatística oficial de qualidade, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da atividade estatística nacional.

DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira – É a autoridade estatística regional que em colaboração com as autoridades estatísticas nacionais, produz e divulga informação estatística oficial de qualidade, que corresponda com independência e eficácia às necessidades de informação da sociedade.

RSI - Rendimento Social de Inserção - É um apoio dado pela Segurança Social aos indivíduos e famílias mais pobres.

DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia - É o órgão da Administração Pública Portuguesa que tem por missão contribuir para a conceção, promoção e avaliação das políticas relativas à energia e aos recursos geológicos, numa ótica do desenvolvimento sustentável e de garantia da segurança do abastecimento.

EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira – Fornece serviços de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia na Região Autónoma da Madeira.

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação - Consistem em todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, telemóveis, bem como todo o software necessário, que conferem a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

PIB – Produto Interno Bruto - Representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos** numa determinada região, durante um período determinado. É um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de medir a atividade económica de uma região.

VAB – Valor Acrescentado Bruto - É o resultado final da atividade produtiva, ao longo de um determinado período. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes.

RevPar - Revenue per Available Room ou [Receita](#) por Quarto Disponível - É uma medida muitas vezes usada em análises de empresas do sector de Hotelaria, para denotar a evolução das receitas por unidade de capacidade disponível, neste caso, o quarto. O seu cálculo consiste simplesmente na divisão das receitas, pelo número de quartos disponíveis.

3. Introdução

3.1 ACAPORAMA

A Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (ACAPORAMA) foi fundada a 5 de abril de 1991. É uma associação sem fins lucrativos e de Utilidade Pública, que tem por finalidade a representação de todas as Casas do Povo da Região, suas associadas e outras associações. Pretende ainda organizar, promover e coordenar ações desencadeadas por estas, além de administrar fundos que lhe sejam atribuídos ou confiados, com vista à realização dos seus objetivos e dos planos de ação que pretenda promover, em benefício das populações abrangidas pela ação das Casas do Povo, sendo reconhecido à ACAPORAMA o direito de contrair empréstimos, aceitar donativos ou doações, celebrar acordos, protocolos ou contratos com entidades públicas e privadas; Organizar, promover ou apoiar, a nível nacional ou transnacional, ações cujos fins se identifiquem com os desta associação e ainda, entre outros, o direito de candidatar-se a programas e apoios que contribuam para o desenvolvimento dos objetivos a que se propõe.

Tem um total estimado de 7815 associados individuais distribuídos pelas 40 Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (RAM).

As Casas do Povo são entidades privadas, sem fins lucrativos, cuja esfera de atuação vai desde a defesa e promoção da cultura e etnografia regional, à formação profissional.

3.2 Quadros Comunitários de Apoio

A Região Autónoma da Madeira (RAM) é classificada como Região Ultraperiférica (RUP), de acordo com o Artigo 349 do Tratado, devido ao afastamento, à insularidade, à pequena dimensão, à topografia e à dependência económica de alguns produtos, características cuja permanência e combinação limitam fortemente o seu desenvolvimento. Do ponto de vista da organização do território, coincide, na totalidade, com uma NUTS II, integrada no Estado-Membro Portugal.

3.2.1 Apoios 2007-2013

O período de programação do Quadro Comunitário de Apoio europeu referente a 2007-2013 foi realizado ao abrigo do programa **PRODERAM** - Programa de Desenvolvimento Rural da RAM. O PRODERAM, através do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Regional), em coerência com as orientações estratégicas traçadas, centra-se no aumento da competitividade regional, atuando nas estruturas de produção, transformação e comercialização e, por outro lado, na proteção e melhoria do ambiente, da segurança alimentar e das condições de vida das populações rurais.

O Programa realizou-se através de dois eixos principais de concentração de medidas:

Eixo qualidade, agrupando as medidas orientadas para a melhoria dos produtos e dos modos de produção obtidos na Região Autónoma da Madeira, atuando no reforço da qualificação dos produtores, no apoio técnico, na modernização tecnológica, e nos mecanismos de certificação;

Eixo sustentabilidade, garantindo uma efetiva melhoria das condições de base em que os produtores desenvolvem a sua atividade, com especial ênfase na melhoria das estruturas de produção, promovendo os valores naturais e paisagísticos e uma melhor gestão dos recursos, melhorando a atratividade das zonas rurais pela implementação de serviços básicos, a conservação do património e o desenvolvimento de atividades económicas complementares à agricultura.

A ACAPORAMA foi escolhida como Grupo de Ação Local (GAL) para a aplicação do programa para alguns concelhos rurais da ilha da Madeira e do Porto Santo.

CONCELHO	FREGUESIA	SUPERFÍCIE (km ²)	POPULAÇÃO (2001)	FONTE
Câmara de Lobos	Curral das Freiras	25,03	1.673	DREM
	Jardim da Serra	7,36	3.707	DREM
	Quinta Grande	4,14	2.156	DREM
Machico	Água de Pena	5,15	1.759	DREM
	Caniçal	11,84	3.893	DREM
	Porto da Cruz	25,22	2.793	DREM
	Stº. António da Serra	8,62	1.355	DREM
Porto Santo	Porto Santo	42,45	4.474	DREM
Santa Cruz	Camacha	19,77	7.991	DREM
	Gaula	6,95	3.092	DREM
	Santo da Serra	14,75	982	DREM
		Total: 171,28	Total: 33.875	

Tabela 1- Superfície (Km2) e população residente por zona de intervenção, RAM, Censos 2001

O Programa de Iniciativa Comunitária **LEADER** está implementado na Região Autónoma da Madeira desde a sua criação. LEADER corresponde à sigla de Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Trata-se de uma iniciativa comunitária de desenvolvimento rural.

O programa tem como principais objetivos: a promoção de iniciativas integradas, concebidas e postas em prática à escala local. Incentiva e apoia os agentes rurais a refletir sobre o potencial dos respetivos territórios, numa perspetiva a longo prazo. Incentiva a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável, integradas e de grande qualidade, como sejam: novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço económico, de forma a contribuir para a criação de postos de trabalho e melhoria da capacidade de as comunidades se organizarem. A "cooperação" é o principal elemento do programa.

3.2.2 Apoios 20014-2020

A estratégia de Desenvolvimento Rural para o período 2014-2020, tem como objetivo principal aumentar os níveis de sustentabilidade agrícola e das condições de vida das populações nos meios rurais, nomeadamente através do aumento da competitividade das produções locais tradicionais, da preservação do ambiente e da paisagem, na criação de

condições de sustentação turística e na capacitação das suas populações, no espaço rural, dotado de condições, de modo a promover e sustentar o desenvolvimento económico e social das zonas rurais.

A RAM dispõe de dois programas que se complementam, de modo a atingir os objetivos referidos, sendo, o Programa **POSEIMA** e o **Programa de Desenvolvimento Rural**. O Programa POSEIMA, que é regulamentado pelo Regulamento (UE) n.º 228/2013, do Parlamento europeu e do Conselho de 13 de março de 2013, na sua componente de apoio às produções locais, adotou uma estratégia que contribui para os seguintes objetivos:

- Colocação estratégica de produtos regionais no mercado, com qualidade, visando a melhoria da competitividade;
- A sustentabilidade das produções tradicionais através da compensação dos custos relativos à ultraperiferia, visando a viabilização das explorações agrícolas e a sustentabilidade do espaço rural.

O Programa de Desenvolvimento Rural vai assentar em duas orientações principais:

- A melhoria da competitividade das produções regionais, privilegiando a produção de bens transacionáveis e a criação de valor acrescentado (objetivo competitividade);
- A produção de um conjunto de bens públicos e outras externalidades não valorizáveis pelo mercado, compensando os *handicaps* naturais e estruturais, e promovendo a ocupação, preservação e valorização do espaço e da paisagem (objetivo sustentabilidade).

4. AVALIAÇÃO ELD 2007-2013

A Estratégia Local de Desenvolvimento 2007-2013 foi criada para dar resposta às necessidades identificadas no território de atuação da ACAPORAMA, tendo sido delineados vários objetivos de acordo com medidas específicas. Assim:

- Medida 3.1 e Medida 3.3

Objetivos:

- a) Contribuir para o crescimento económico e criação de emprego, através da diversificação de atividades, criação de empresas, do desenvolvimento do turismo e de outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural;
- b) Incrementar a oferta de serviços de apoio às populações rurais e melhoria da qualidade dos serviços existentes;
- c) Apoiar as intervenções de valorização do património e das características culturais dos territórios rurais.

- Medida 3.5

Objetivo:

- a) Reforço das competências dos agentes económicos localizados em meio rural, nomeadamente ao nível da diversificação das atividades nas explorações agrícolas, no turismo rural e na prestação de serviços essenciais à comunidade rural.

4.1 Postos de Trabalho criados

O número de postos de trabalho criados foi notório no concelho de Machico, com 58% face ao total. No Porto Santo, apenas foi criado 1 posto de trabalho (3%).

Concelho	Freguesia	N.º de Postos de trabalho criados	
		N ^a	(%)
Câmara de Lobos	Curral das Freiras	7	24
Santa Cruz	Camacha	3	10
	Gaula	1	3
Machico	Água de Pena	2	7
	Santo da Serra	3	10
	Porto da Cruz	3	10
	Caniçal	9	31
Porto Santo	Porto Santo	1	3
Total Geral		29	100

Tabela 2- N.º de postos de trabalho criados por concelho, ELD 2007-2013

A medida 3.1. Diversificação das economias rurais foi a responsável pela criação de mais postos de trabalho (79,3%). Com base no tipo de entidade, as entidades privadas com fins lucrativas geraram mais postos de trabalho, 23 (79,3%).

MEDIDAS E TIPO DE ENTIDADE	N.º de Postos de Trabalho criados	
	N	(%)
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	23	79,3
Entidade Privada com fins lucrativos	22	75,9
Entidade Privada sem fins lucrativos	1	3,4
Medida 3.2 - Serviços básicos para a população rural	0	0,0
Privado sem fins lucrativos	0	0,0
Público	0	0,0
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	6	20,7
Privado com fins lucrativos	1	3,4
Privado sem fins lucrativos	3	10,3
Público	2	6,9
Total Geral	29	100

Tabela 3 - N.º de postos de trabalho criados por medida e tipo de entidade, ELD 2007-2013

As atividades económicas que criaram maior número de postos de trabalho estão inseridas na área dos Serviços, nomeadamente no turismo rural; restauração; comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados; cultura (atividades de museus); desporto; diversão e natureza.

Neste âmbito, o setor terciário foi responsável pela criação de 83% dos postos de trabalho, entre 2007-2013. O setor secundário agrupou apenas 7% dos postos gerados.

Setor de atividade	Atividade Económica (CAE) do Beneficiário do apoio fornecido	N.º de Postos de Trabalho criados	
		N	(%)
Primário	1112 Cultura de leguminosas secas e sementes oleaginosas	1	3,4
Primário	1191 Cultura de flores e de plantas ornamentais	2	6,9
Secundário	10510 Indústrias do leite e derivados	1	3,4
Secundário	10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada	1	3,4
Terciário	93192 Outras atividades desportivas, n.e.	1	3,4
Terciário	55202 Turismo no espaço rural	1	3,4
Terciário	94995 Outras atividades associativas, n.e.	1	3,4
Terciário	91020 Atividades dos museus	1	3,4
Terciário	94910 Atividades de organizações religiosas	2	6,9
Terciário	93294 Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.	5	17,2

Terciário	93294 Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.	2	6,9
Terciário	56101 Restaurantes tipo tradicional	7	24,1
Terciário	47250 Comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados	2	6,9
Terciário	91042 Atividade dos parques e reservas naturais	2	6,9
Total		29	100

Tabela 4- N.º de postos de trabalho criados por sector de atividade e atividade económica (CAE), ELD 2007-2013

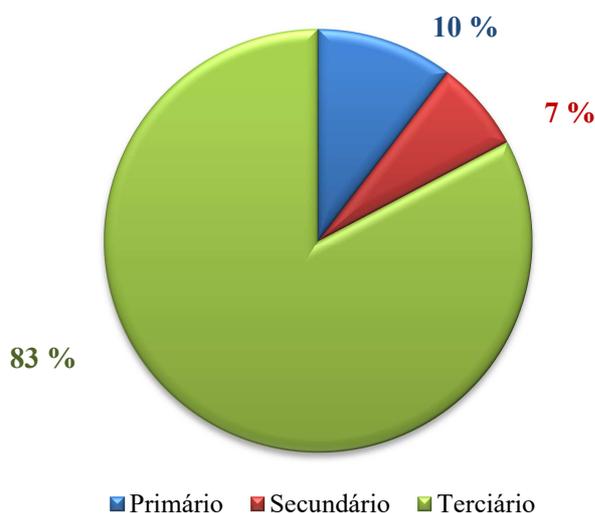


Gráfico 1-Proporção de postos de trabalho criados por sector de atividade, ELD 2007-2013

4.2. Empresas Criadas

O número de empresas criadas foi relevante no concelho de Machico, com 41%, face ao total. Apenas no Porto Santo não foram criadas empresas.

Concelho	Freguesia	N.º de Empresas criadas	
		N	(%)
Câmara de Lobos	Jardim da Serra	1	8
	Quinta Grande	1	8
	Curral das Freiras	2	17
Santa Cruz	Camacha	2	17
	Gaula	1	8
Machico	Água de Pena	1	8
	Santo da Serra	1	8
	Porto da Cruz	1	8
	Canical	2	17
Porto Santo	Porto Santo	0	0
Total		12	100

Tabela 5- N.º empresas criadas por concelho, ELD 2007-2013

A medida 3.2. Serviços básicos para a população rural foi a responsável pela criação de mais empresas (58%). Com base no tipo de entidade, as entidades privadas com e sem fins lucrativos originaram mais empresas, num total de 10 (84%).

MEDIDAS E TIPO DE ENTIDADE	N.º de novas empresas criadas	
	N	(%)
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	5	42
Entidade Privada com fins lucrativos	5	42
Entidade Privada sem fins lucrativos	0	0
Medida 3.2 - Serviços básicos para a população rural	7	58
Privado sem fins lucrativos	5	42
Público	2	17
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	0	0
Privado com fins lucrativos	0	0
Privado sem fins lucrativos	0	0
Publico	0	0
Total Geral	12	100

Tabela 6 - N.º de empresas criadas por medida e tipo de entidade, ELD 2007-2013

As atividades económicas que criaram mais empresas foram na área dos Serviços. Neste âmbito, o setor terciário foi responsável pela criação de 83% dos postos de trabalho, entre 2007-2013. O setor primário e secundário agruparam apenas 1% das empresas criadas.

Sector de atividade	Atividade Económica (CAE) do Beneficiário do apoio fornecido	N.º de Empresas criadas	
		N	(%)
Primário	1191 Cultura de flores e de plantas ornamentais	1	8,3
Secundário	10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada	1	8,3
Terciário	84113 Administração Local	1	8,3
Terciário	84113 Administração Local	1	8,3
Terciário	93294 Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.	1	8,3
Terciário	56101 Restaurantes tipo tradicional	1	8,3
Terciário	94910 Atividades de organizações religiosas	1	8,3
Terciário	47250 Comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados	1	8,3
Terciário	94995 Outras atividades associativas, n.e.	1	8,3
Terciário	94995 Outras atividades associativas, n.e.	1	8,3
Terciário	94995 Outras atividades associativas, n.e.	1	8,3
Terciário	94910 Atividades de organizações religiosas	1	8,3
Total		12	100,0

Tabela 7- N.º de empresas criadas por sector de atividade e atividade económica (CAE), ELD 2007-2013

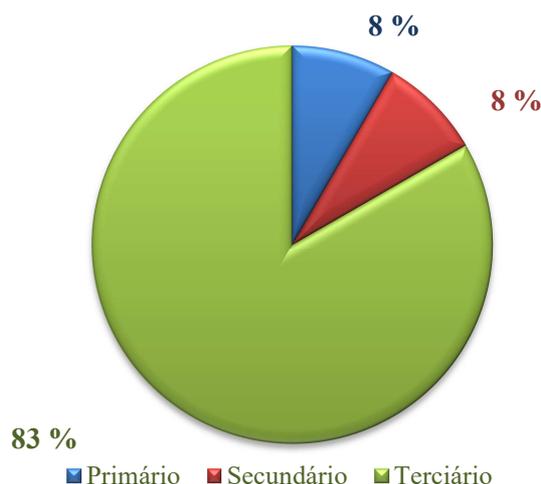


Gráfico 2- Proporção de empresas criadas por sector de atividade, ELD 2007-2013

4.3 Candidaturas/Beneficiários

De acordo com os beneficiários que entregaram candidaturas a pedidos de apoio no âmbito da ELD 2007-2013, num universo de 59 candidaturas, verificou-se que:

- 46 Candidaturas foram aprovadas, o que corresponde a uma **taxa de aprovação de 78%**;
- 1 Contrato foi anulado por desistência do beneficiário, o que corresponde a uma **taxa de anulação de 2%**;
- 12 Candidaturas foram associadas a desistências, o que corresponde a uma **taxa de desistência de 20%**. Note-se que as candidaturas arquivadas por falta de resposta do beneficiário foram assumidas como desistências.

Para a análise destes resultados também foi assumido que a cada candidatura estava associada um beneficiário distinto.

ESTADO DA CANDIDATURA	CANDIDATURAS	
	N	(%)
Contrato anulado p/ desistência Beneficiário	1	2
Concluído	17	29
Arquivado por desistência do Beneficiário	9	15
Arquivado por falta de resposta do Beneficiário	3	5
Contrato Assinado	29	49
Total Geral	59	100

Tabela 8 - N.º de candidaturas pelo estado, ELD 2007-2013

A tabela seguinte indica as candidaturas/beneficiários mediante o estado da candidatura, sector de atividade e atividade económica (CAE).

Estado da Candidatura/Tipo de Beneficiário/ Sector de Atividade/Atividade Económica (CAE)	CANDIDATURAS	
	N	(%)
Contrato anulado p/ desistência Beneficiário	1	2
Privado sem fins lucrativos	1	2
Sector Terciário		0
94995 Outras atividades associativas, n.e.	1	2
Concluído	17	29
Entidade Privada com fins lucrativos	3	5
Sector Primário		0
1112 Cultura de leguminosas secas e sementes oleaginosas	1	2
Sector Secundário		0
10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada	1	2
Sector Terciário		0
56101 Restaurantes tipo tradicional	1	2
Privado com fins lucrativos	1	2
Sector Terciário		0
91020 Atividades dos museus	1	2
Privado sem fins lucrativos	9	15
Sector Terciário		0
94995 Outras atividades associativas, n.e.	9	15
Público	4	7
Sector Terciário		0
84112 Administração Regional Autónoma	1	2
84113 Administração Local	2	3
91042 Atividade dos parques e reservas naturais	1	2
Arquivado por desistência do Beneficiário	9	15
Entidade Privada com fins lucrativos	1	2
Sector Primário		0
1130 Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	1	2
Privado individual	1	2
Sector Terciário		0
94995 Outras atividades associativas, n.e.	1	2
Privado sem fins lucrativos	5	8
Sector Terciário		
94110 Atividades de organizações económicas e patronais	1	2
94910 Atividades de organizações religiosas	1	2
94995 Outras atividades associativas, n.e.	3	5
Público	2	3
Sector Terciário		
84113 Administração Local	2	3
Arquivado por falta de resposta do Beneficiário	3	5
Entidade Privada com fins lucrativos	2	3
Sector Terciário		
55118 Apartamentos turísticos com restaurante	1	2
93110 Gestão de instalações desportivas	1	2
Privado sem fins lucrativos	1	2
Sector Terciário		0

94110 Atividades de organizações económicas e patronais	1	2
Contrato Assinado	29	49
Entidade Privada com fins lucrativos	6	10
Sector Primário		0
1191 Cultura de flores e de plantas ornamentais	1	2
Sector Secundário		0
10510 Indústrias do leite e derivados	1	2
Sector Terciário		0
47250 Comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados	1	2
55202 Turismo no espaço rural	1	2
93294 Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.	2	3
Entidade Privada sem fins lucrativos	1	2
Sector Terciário		0
93192 Outras atividades desportivas, n.e.	1	2
Privado sem fins lucrativos	17	29
Sector Terciário		0
94110 Atividades de organizações económicas e patronais	1	2
94910 Atividades de organizações religiosas	3	5
94991 Associações culturais e recreativas	1	2
94995 Outras atividades associativas, n.e.	12	20
Público	5	8
Sector Terciário		0
84113 Administração Local	5	8
Total Geral	59	100

Tabela 9- N.º de candidaturas pelo Estado da Candidatura/Tipo de Beneficiário/Sector de Atividade Económica (CAE), ELD 2007-2013

4.4. Zona de Intervenção/População atingida

A tabela seguinte exhibe o território beneficiado através da densidade populacional (hab/km²), superfície (km²) e a população direta abrangida com base no n.º de habitantes.

Região	Densidade populacional (hab/km ²)	Superfície (Km ²)	N.º habitantes
RAM	334,3	801,12	267 785
Câmara de Lobos	684,0	52,14	35 666
Curral das Freiras	79,9	25,03	2 001
Quinta Grande	507,0	4,14	2 099
Jardim da Serra	449,9	7,36	3 311
Machico	319,4	68,33	21 828
Água de Pena	472,6	5,15	2 434
Canical	331,1	11,85	3 924

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Machico	643,6	17,49	11 256
Porto da Cruz	103,0	25,22	2 597
Santo António da Serra	187,6	8,62	1 617
Santa Cruz	527,7	81,5	43 005
Camacha	376,8	19,77	7 449
Gaula	579,6	6,95	4 028
Santa Cruz	257,6	28,04	7 224
Santo António da Serra	63,5	14,75	936
Porto Santo	128,7	42,59	5 483
Porto Santo	128,7	42,59	5 483

Tabela 10 - Densidade populacional, superfície e n.º de habitantes por zona de intervenção, Censos 2011

4.5 Taxa de execução (dados financeiros)

Os dados financeiros globais de execução da ELD 2007-2013 registaram uma **taxa de execução global**¹ na ordem de **97,83 %**, com uma despesa pública paga de € 2.704.886,46, face a uma despesa pública comprometida de € 2.763.630,31. A dotação orçamental prevista foi de 2.764.822,21€.

A taxa de execução na medida 3.3. “Conservação e valorização do património rural” foi a mais elevada **99,79%**. A dotação orçamental prevista também foi maior nesta medida (€ 1.118.427,19). As taxas de execução das medidas 3.2. e 3.3 foram, respetivamente, de **95%** e **99%**.

A medida 3.1. “Diversificação das economias rurais” evidenciou uma despesa pública comprometida superior às restantes medidas (€ 1.093.938,42). Note-se que a medida 3.2. “Serviços básicos para a população rural” teve uma despesa pública comprometida (€ 596.803,01) de **109,4%** face à dotação orçamental prevista (€ 545.684,79).

¹ Taxa de execução = Despesa Pública Paga/Despesa Pública Comprometida x 100

Medida	Dotação Orçamental Prevista	Despesa Pública Comprometida	%	Despesa Pública paga	%
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	1.100.710,23 €	1.093.938,42 €	99,4%	1.040.172,87 €	94,50%
Medida 3.2 – Serviços básicos para a população rural	545.684,79 €	596.803,01 €	109,4%	594.112,73 €	108,87%
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	1.118.427,19 €	1.072.888,88 €	95,9%	1.070.600,86 €	95,72%
	2.764.822,21 €	2.763.630,31 €	100,0%	2.704.886,46 €	97,83%
	Valor por comprometer:	1.191,90 €		Valor por executar:	59.935,75 €

Tabela 11 - Dados financeiros globais de execução da ELD 2007-2013

O valor do incentivo global (€ 2.763.630,31) corresponde a **77, 3%** do valor elegível (€3.572.998,02).

O valor monetário total associado ao incentivo (igual à despesa pública comprometida) é composto por 95% FEADER (€ 2.625.448,79) e 5% Orçamento RAM (€138.181,52).

Medida	Valor elegível	Incentivo	Orçamento FEADER	Orçamento RAM	Nº de Operações
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	1.541.092,72 €	1.093.938,42 €	1.039.241,50 €	54.696,92 €	10
Medida 3.2 – Serviços básicos para a população rural	656.022,67 €	596.803,01 €	566.962,86 €	29.840,15 €	7
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	1.375.882,63 €	1.072.888,88 €	1.019.244,44 €	53.644,44 €	29
	3.572.998,02 €	2.763.630,31 €	2.625.448,79 €	138.181,52 €	46

Tabela 12- Soma da despesa pública prevista na ELD, comprometida e executada financeiramente por medidas (valores atualizados)

O valor elegível aprovado foi superior na medida 3.1. “Diversificação das economias rurais” (€ 1.541.092,72), quando comparada com as outras medidas.

Note-se que foram consideradas 46 operações (estado: concluído e contrato assinado).

Medida	Despesa Pública Paga	Valor elegível Aprovado	Despesa Pública Aprovada	Aprovado FEADER	Aprovado Orçamento RAM	Componente Promotor	Nº de operações
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	1.070.600,86 €	1.375.882,63 €	1.072.888,88 €	1.019.244,44 €	53.644,44 €	302.993,75 €	29
Medida 3.2 – Serviços básicos para a população rural	584.112,73 €	656.022,67 €	596.803,01 €	566.962,86 €	29.840,15 €	59.219,66 €	7
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	1.040.172,87 €	1.541.092,72 €	1.093.938,42 €	1.039.241,50 €	54.696,92 €	447.154,30 €	10
	2.704.886,46 €	3.572.998,02 €	2.763.630,31 €	2.625.448,79 €	138.181,52 €	809.367,71 €	46

Tabela 13- Valores globais monetários agregados por medida das operações comprometidas e respetiva execução, ELD 2007-2013

4.6 Valores monetários por território e por tipo de intervenção

O valor elegível foi mais elevado no concelho de Machico (€ 1 306 884,65) e face à medida 3.1. “Diversificação das economias rurais” (€ 773 801,69€).

O valor do incentivo teve maior representação no concelho de Santa Cruz (€ 1 021 621,12) e na Medida 3.2 “Serviços básicos para a população rural” (€ 456 513,74).

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Território e tipo de intervenção	Valor elegível	Incentivo	Orçamento FEADER	Orçamento RAM	Componente Promotor
Câmara de Lobos	415 634,12 €	331 647,58 €	213 405,99 €	118 241,59 €	83 986,54 €
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	222 077,84 €	166 558,38 €	158 230,46 €	8 327,92 €	55 519,46 €
Medida 3.2 - Serviços básicos para a população rural	54 878,44 €	52 134,52 €	49 527,79 €	2 606,73 €	2 743,92 €
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	138 677,84 €	112 954,68 €	5 647,73 €	107 306,94 €	25 723,16 €
Machico	1 306 884,65 €	999 203,88 €	644 991,81 €	354 212,06 €	307 653,78 €
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	773 801,69 €	572 991,50 €	544 341,92 €	28 649,58 €	200 783,20 €
Medida 3.2 - Serviços básicos para a população rural	110 193,44 €	88 154,75 €	83 747,01 €	4 407,74 €	22 038,69 €
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	422 889,52 €	338 057,63 €	16 902,88 €	321 154,75 €	84 831,89 €
Porto Santo	514 812,76 €	320 334,36 €	107 383,34 €	212 951,02 €	194 478,40 €
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	203 036,94 €	101 518,47 €	96 442,55 €	5 075,92 €	101 518,47 €
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	311 775,82 €	218 815,89 €	10 940,79 €	207 875,10 €	92 959,93 €
RAM	130 064,13 €	91 044,89 €	4 552,24 €	86 492,65 €	39 019,24 €
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	130 064,13 €	91 044,89 €	4 552,24 €	86 492,65 €	39 019,24 €
Santa Cruz	1 205 924,72 €	1 021 621,12 €	689 725,85 €	331 895,27 €	184 303,60 €
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais	342 498,60 €	253 091,59 €	240 437,01 €	12 654,58 €	89 407,02 €
Medida 3.2 - Serviços básicos para a população rural	490 950,79 €	456 513,74 €	433 688,05 €	22 825,69 €	34 437,05 €
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	372 475,33 €	312 015,80 €	15 600,79 €	296 415,01 €	60 459,53 €
Total Geral	3 573 320,37 €	2 763 851,83 €	1 660 059,24 €	1 103 792,59 €	809 441,56 €

Tabela 14 - Valores monetários agregados por território e tipo de intervenção, ELD 2007-2013

4.7 Serviços básicos/Eventos/Rotas temáticas e Património intervencionado

No âmbito da ELD 2007-2013 foram criados/apoiados:

- 11 Serviços básicos;
- 21 Eventos;
- 44 Rotas temáticas;
- 13 Intervenções realizadas no património.

No total, foram realizadas 89 intervenções, em 46 operações.

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

MEDIDAS E TIPO DE BENEFICIÁRIO	Nº de Serviços Básicos criados/apoiados	Nº de eventos apoiados	Nº de rotas temáticas apoiadas	Nº Património intervençã o s
Medida 3.1 – Diversificação das economias rurais		1		4
Entidade Privada com fins lucrativos		1		3
Entidade Privada sem fins lucrativos				1
Medida 3.2 - Serviços básicos para a população rural	7			2
Privado sem fins lucrativos	5			1
Público	2			1
Medida 3.3 – Conservação e valorização do património rural	4	20	44	7
Privado com fins lucrativos			1	1
Privado sem fins lucrativos	2	17	36	2
Público	2	3	7	4
Total Geral	11	21	44	13

Tabela 15- Serviços básicos/eventos/rotas temáticas/património por medida e tipo de beneficiário, ELD 2007-2013

O tempo médio de resposta, em dias, desde a submissão do pedido de apoio, ao projeto, à sua aprovação foi de 85,04, sendo que o tempo mínimo e máximo ficaram nos 4 e 205 dias, respetivamente. Note-se que o envio para aprovação das operações, dependeu da autorização da Secretaria Regional do Plano e Finanças, devido à cabimentação orçamental Regional.

4.7 Conclusões da Avaliação ELD 2017 – 2013

De acordo com a execução da ELD 2007-2013, foram criados 29 postos de trabalho, dos quais essencialmente na medida 3.1 “Diversificação das economias rurais” (79,3 %) e no setor terciário (83%). Com base nos indicadores da ELD 2007-2013, o número de postos de trabalho criados corresponde a 64% do previsto.

Foram, igualmente, criadas 12 empresas, das quais 58% na medida 3.2. “Serviços de apoio à população rural” e mais no concelho de Machico. Na generalidade estas empresas estão incluídas no setor terciário (83 %).

	Indicadores ELD 2007-2013	Previsão ELD	Objectivos		% de realização
			previstos no Pedidos de Apoio	executados/realizados	
Medida 3.1	Novos Beneficiários	49	30	30	61%
	Novas Microempresas	47	14	14	30%
	Novas Acções Turísticas	14	7	7	50%
	Volume total de investimento	1.181.493,22 €	1.100.710,23 €	1.093.938,42 €	99%
Medida 3.2	Utentes ou população que beneficia dos serviços melhorados	1.995,79	4544	4544	228%
	Localidades onde decorrem as acções	11	10	10	91%
	Volume Total de investimento	545.684,79 €	596.803,01 €	594.112,73 €	100%
Medida 3.3	Nº de Acções de Conservação do Património	3	30	30	960%
	Novos projectos de utilização de energias alternativas.	10	0	0	0%
	Volume Total de investimento	1.181.493,22 €	1.072.888,88 €	1.070.600,86 €	100%
Medida 3.5	Agentes económicos participantes nas acções de formação	0	0	0	0%
	Volume Total de investimento	63.294,43 €	- €	- €	0%
Indicadores transversais					
	Volume Total de investimento	2.971.965,66 €	2.770.402,12 €	2.758.652,01 €	100%
	Postos de Trabalho	45	29	29	64%

Tabela 16- Indicadores ELD 2007-2013

A população total abrangida pela ELD 2007-2013, associada ao total da zona de intervenção, corresponde a um total de 54.359 habitantes.

De acordo com o número de pedidos de apoio, a taxa de aprovação foi de 78%, correspondendo a um total de 46 operações aprovadas, sendo 59 pedidos de apoio.

O tempo médio de resposta, em dias, desde a submissão do pedido de apoio ao projeto até à sua aprovação foi de 85,04.

Os dados financeiros globais de execução da ELD 2007-2013 registaram uma taxa de execução global na ordem de 97,83%. A taxa de execução na medida 3.3. “Conservação e valorização do património rural” foi a mais elevada: 99,79%.

Dos principais constrangimentos à implementação da ELD 2007-2013 realça-se:

- Elevada taxa de abandono de projetos, fruto sobretudo da alteração abrupta das condições económicas;
- O fluxo de trabalho nos processos de reanálise dos pedidos de pagamento, que não permitiu refletir de forma automática as alterações legislativas nos processos, o que atrasou todo o procedimento de submissão de novos pedidos de pagamento por parte dos beneficiários;
- Os projetos da Medida 3.1 “Diversificação das economias rurais” foram, na grande maioria, aprovados em 2013, pelo que apenas apresentaram a execução financeira concluída em 2015;
- O acesso ao crédito limitado ou inexistente, o que condicionou o processo de execução financeira das operações. Assim, todo o método de execução financeira foi condicionado à disponibilidade dos capitais próprios, não sendo possível os pedidos de adiantamento ao IFAP;
- Os atrasos na execução de trabalhos ou disponibilização dos serviços por parte de fornecedores, devido a insolvência ou penhoras;
- Relativamente aos objetivos previstos para a criação de microempresas e postos de trabalho na Medida 3.1 “Diversificação das economias rurais”, verificou-se que as metas indicadas não seriam alcançáveis devido à passada e atual conjuntura económica. No entanto, os resultados apresentados são provisórios, uma vez que em alguns projetos é esperada a criação de novos postos de trabalho a médio prazo.

Salienta-se como pontos positivos o compromisso de toda a despesa pública, prevista para a globalidade do eixo 3, tendo sido reafecta a despesa entre rubricas,

nomeadamente um reforço na medida 3.2 “Serviços básicos para a população rural”, visto que na realidade atual seria a medida de maior impacto social.

As sugestões de ações de melhorias para a ELD 2014-2020 são as seguintes:

- Apoiar o funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, controlo, avaliação, divulgação e ainda a promoção de outras ações inerentes a uma melhor eficiência e eficácia da afetação dos recursos financeiros.
- Utilização de meios e tecnologias apropriadas, à atualização dos conhecimentos dos recursos humanos e ao acompanhamento próximo e no terreno da execução dos projetos, no diálogo com os beneficiários e na articulação com os interlocutores de âmbito nacional e comunitário, de acordo com o funcionamento e execução da política de coesão e no financiamento proporcionado pelos fundos estruturais.
- Aquisição de informação de apoio ao sistema de gestão, nomeadamente bibliografia específica, dados estatísticos e outros.
- Desenvolvimento de tarefas de publicidade, Sistema Informático e de Informação, Avaliação, compreendendo a edição de materiais de divulgação, realização de seminários/*workshops*, publicidade em órgãos de comunicação social.

5. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA (ENQUADRAMENTO)



Gráfico 3– Localização do Arquipélago da Madeira

O Arquipélago da Madeira situa-se no Oceano Atlântico, a 900 km a sudoeste de Portugal (a cerca de 1000 km de Lisboa) e 550 km a oeste da costa africana (Agadir). Tem uma superfície de 801 km², 267 785 habitantes. Com base nas estimativas populacionais de 2013, da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), a densidade populacional é de 327 habitantes por km².

O arquipélago é composto por duas ilhas principais – Madeira e Porto Santo – e por dois grupos de ilhas desabitadas: as Desertas (protegidas desde 1990, constituem uma reserva natural) e as Selvagens (candidatas a Património Mundial da UNESCO).



Gráfico 4– Mapa do Arquipélago da Madeira

A ilha da Madeira tem uma topografia muito acidentada e o ponto mais alto é o Pico Ruivo (1861 m de altitude).

A ilha de Porto Santo tem uma topografia oposta. Muito plana, com uma tira de areia dourada de 9 km. As ilhas Desertas têm um relevo escarpado, ao contrário das ilhas Selvagens.

Relativamente ao clima, a Madeira tem uma temperatura média anual que varia entre os 17°C e os 22°C. A taxa de pluviosidade pode ser elevada, principalmente na costa norte. No Porto Santo o nível de pluviosidade é muito inferior ao da ilha da Madeira. As ilhas Desertas e as ilhas Selvagens têm um clima árido.

Tendo apenas 758 km², a ilha concentra uma enorme diversidade de paisagens, de vegetação, de microclimas e de tradições. Por isso, é conhecida por ser um destino turístico de excelência, agradável para visitar em qualquer época do ano, graças à amenidade do seu clima. O turismo sempre foi um fator impulsionador do desenvolvimento de toda a região.

A Madeira é, desde 1976, uma região autónoma da República Portuguesa, com um Parlamento e Governo próprios. A sede do Governo Regional está situada no Funchal. A região está subdividida em onze municípios. A ACAPORAMA atua sobre quatro concelhos, todos da costa Sul: Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo.

5.1 POVOAMENTO

O Arquipélago da Madeira tem uma densidade média regional de 334,31 hab/km², valor significativamente superior à média nacional de 115 hab/ km² (INE – Censos 2011). Se considerarmos que a população se encontra concentrada principalmente abaixo dos 700 metros, faixa onde se desenvolve toda a atividade económica, pode concluir-se que a pressão demográfica é muito acentuada.

A RAM está dividida em onze concelhos, com características diferentes, nomeadamente entre a costa norte e a costa sul, resultante de uma ocupação demográfica irregular. Está concentrada na costa sul a maioria da população e atividades económicas, designadamente no eixo Câmara de Lobos-Funchal-Santa Cruz. Estes concelhos tinham, em 2001, densidades muito acima da média regional: Funchal (1.365,4hab/km²), Câmara de Lobos (663,8hab/km²) e Santa Cruz (364,7hab/km²). Comparando a densidade demográfica dos mesmos concelhos em 2011 (Funchal – 1469,5hab/km²;

Câmara de Lobos – 684,0hab/km² e Santa Cruz – 527,7hab/km²) verifica-se que a tendência se mantém.

5.1.1 Zona de Intervenção/População atingida pela ACAPORAMA

A zona de intervenção proposta para o GAL/ACAPORAMA corresponde à totalidade dos concelhos de Câmara de Lobos, Machico, Santa Cruz e Porto Santo, correspondendo a um total de quatro Municípios, 16 Freguesias, 105.982 habitantes (40% da população residente na RAM, censos 2011) e a uma superfície de 244,47 km² (31% da superfície total da RAM). A densidade populacional para o território correspondente é de 433,62 hab./Km² que é superior à densidade populacional da Região Autónoma da Madeira (334,26 hab./km²).



Gráfico 5 – Mapa representativo das zonas de intervenção da ACAPORAMA

A tabela seguinte exhibe o território beneficiado através da densidade populacional (hab/km²) e a população abrangida, com base no n.º de habitantes.

Freguesia	Classificação de acordo com Grau de urbanização (Eurostat), 2011 (V02836).	Superfície	População residente (N.º)	Densidade populacional (N.º/ km ²)
Câmara de Lobos	Áreas medianamente povoadas	7,74	17986	2324,6
Curral das Freiras	Áreas pouco povoadas	25,03	2001	79,9
Estreito de Câmara de Lobos	Áreas medianamente povoadas	7,87	10269	1304,9
Quinta Grande	Áreas pouco povoadas	4,14	2099	506,9
Jardim da Serra	Áreas pouco povoadas	7,36	3311	449,6
Água de Pena	Áreas medianamente povoadas	5,15	2434	472,9
Canical	Áreas pouco povoadas	11,85	3924	334,8
Machico	Áreas medianamente povoadas	17,49	11256	643,7
Porto da Cruz	Áreas pouco povoadas	25,22	2597	103

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Santo António da Serra (MCH)	Áreas pouco povoadas	8,62	1617	187,6
Camacha	Áreas medianamente povoadas	19,77	7449	376,8
Caniço	Áreas medianamente povoadas	11,99	23368	1949
Gaula	Áreas medianamente povoadas	6,95	4028	579,8
Santa Cruz	Áreas medianamente povoadas	28,04	7224	257,6
Santo António da Serra (STC)	Áreas pouco povoadas	14,75	936	63,4
Porto Santo	Áreas pouco povoadas	42,59	5483	128,7

Tabela 17 - Densidade populacional e n.º de habitantes por zona de intervenção, Censos 2011

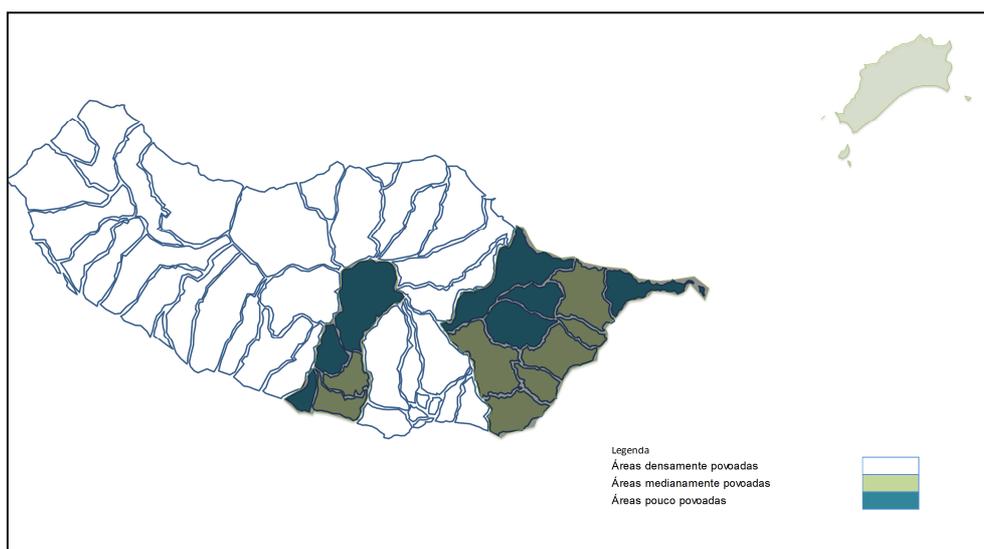


Gráfico 6-Mapa das Freguesias da Zona de Intervenção da ACAPORAMA e classificação de acordo com o grau de urbanização V02836 - Grau de urbanização (Eurostat, 2011).

De forma a caracterizar de forma adequada os territórios, utilizou-se a classificação de *Grau de Urbanização* que corresponde à metodologia em vigência do Eurostat. Esta classificação tem por base as características das freguesias e classifica os territórios em três categorias (*áreas densamente povoadas*, *áreas medianamente povoadas* e *áreas pouco povoadas*), essencialmente através de critérios de densidade e dimensão populacional, sendo empregue no âmbito de alguns inquéritos comunitários (V02836 - Grau de urbanização (Eurostat, 2011).

Relativamente ao quadro 2007-2013 e comparativamente ao quadro 2014-2020, surgiram alterações na zona de intervenção, nomeadamente, a inclusão das freguesias com maior densidade populacional dos Concelhos de Santa Cruz (Caniço e Santa Cruz), Câmara de Lobos (Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos) e Machico (Machico).

A tabela seguinte compara a população e superfície referente às diferentes zonas de intervenção do PRODERAM 2007-2013 e PRODERAM 2014-2020 para o GAL ACAPORAMA.

Programa de Desenvolvimento Rural	Superfície (Km2)	População Residente	Referência
PRODERAM	171,28	33.875	Censos 2001
PRODERAM 2020	244,57	105.071	Censos 2011

Tabela 18- Dados comparativos da população e superfície da zona de intervenção do GAL ACAPORAMA no âmbito do PRODERAM e PRODERAM 2020.

5.1.2 Densidade Populacional

5.1.2.1 Concelho de Câmara de Lobos

O concelho de **Câmara de Lobos** fica situado a sul do arquipélago. Tem uma área de 52,37 km². É limitado a norte pelo município de São Vicente, a nordeste por Santana, a leste pelo Funchal e a oeste pela Ribeira Brava. É composto por cinco freguesias: Estreito de Câmara de Lobos, Curral das Freiras, Jardim da Serra, Câmara de Lobos e Quinta Grande.



Gráfico 7- Concelho de Câmara de Lobos e respetivas freguesias

A densidade populacional deste concelho é de 684 hab/Km². Entre as freguesias destacam-se a de Câmara de Lobos e do Estreito de Câmara de Lobos com os valores mais elevados. Note-se que o Curral das Freiras, Quinta Grande e o Jardim da Serra apresentaram menos habitantes por km² em 2011, face a 2001.

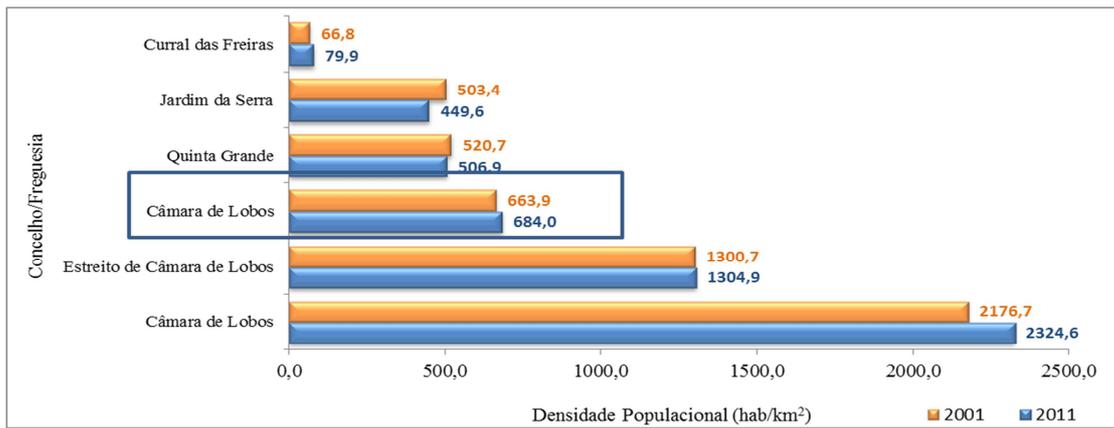


Gráfico 8 - Densidade populacional no concelho de Câmara de Lobos

5.1.1.2 Concelho de Santa Cruz

O concelho de Santa Cruz localiza-se na costa Sudeste da Região Autónoma da Madeira (RAM), é limitado a este pelo concelho de Machico e a oeste pelo concelho do Funchal. Tem uma área de 81,5 Km². É constituído por cinco freguesias: Santa Cruz, Gaula, Caniço, Camacha e Santo da Serra. É o único concelho da Madeira com duas cidades: Santa Cruz e, mais recentemente, o Caniço. Em 2011, Santa Cruz passou a ser o segundo concelho mais populoso do arquipélago, logo a seguir ao Funchal, passando Câmara de Lobos para o terceiro lugar.



Gráfico 9-Concelho de Santa Cruz e respetivas freguesias

As freguesias de Santo António da Serra e da Camacha tiveram uma diminuição da população residente face à área em Km² ao contrário da freguesia do Caniço, que teve um crescimento acentuado. Porém, ao analisarmos o território, fica evidente a diferença entre elas. Camacha e Santo António da Serra são dominadas pelo espaço rústico de uso florestal e agrícola, enquanto a freguesia do Caniço tem uma maior percentagem de espaço urbano, localizando-se no litoral e apresentando maior dinâmica de crescimento urbano.

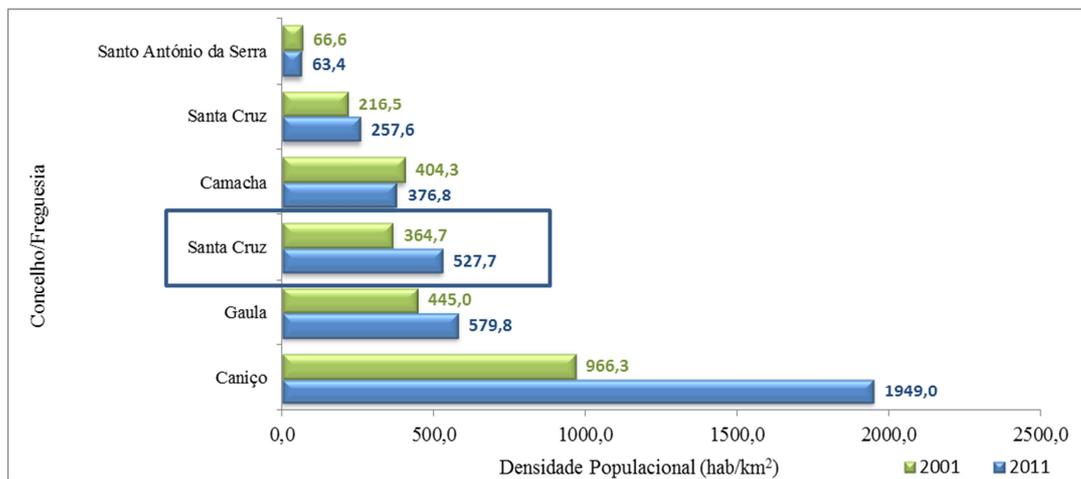


Gráfico 10- Densidade populacional no concelho de Santa Cruz

O crescimento populacional na freguesia do Caniço resulta das condições específicas da sua localização, nomeadamente: localização no litoral, boas acessibilidades e uma grande proximidade à cidade do Funchal, aeroporto e terrenos para habitação mais económicos. Estes locais têm uma elevada concentração de emprego, pelas suas atividades económicas (comércio, serviços, restauração e hotelaria).

Pode-se classificar o Caniço como “freguesia dormitório”, uma vez, que a população residente é ativa profissionalmente fora da freguesia, embora seja evidente o aumento de postos de trabalho, devido aos grandes investimentos na hotelaria, comércio, restauração e outros, dando origem à fixação de população naquela freguesia.

5.1.1.3 Concelho de Machico

O concelho de **Machico** situa-se na ponta mais ocidental da ilha, prolonga-se do mar até às serras do norte e termina na Ponta de São Lourenço, num total de 68,31 km² de área. É limitado a sudoeste pelo município de Santa Cruz, a oeste pelo Funchal através de uma pequena faixa a norte de Santa Cruz, a noroeste por Santana. Tem 5 freguesias: Porto da Cruz, Caniçal, Machico, Santo António da Serra e Água de Pena.

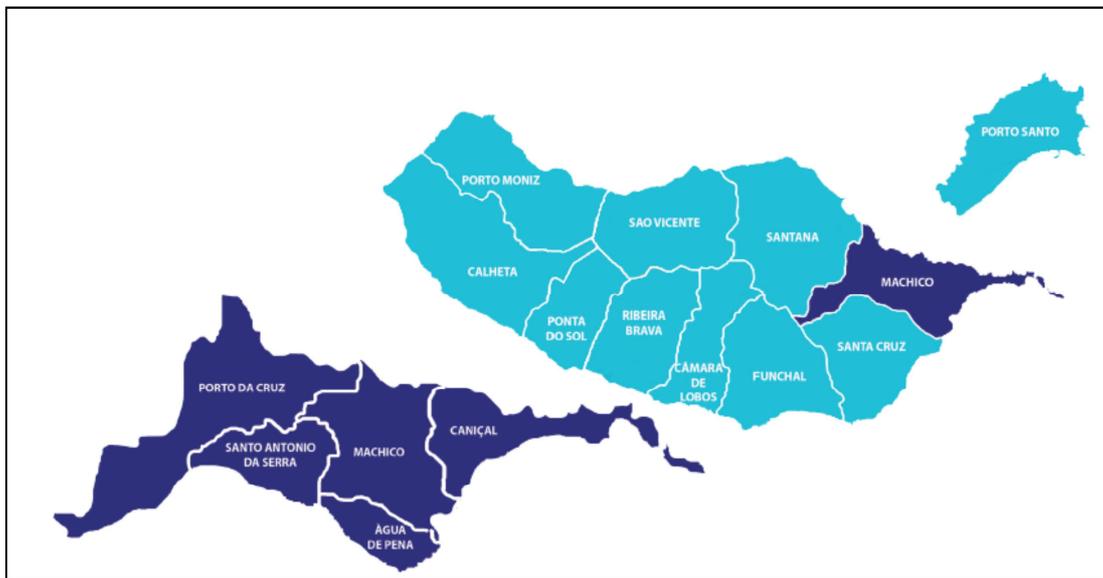


Gráfico 11-Concelho de Machico e respetivas freguesias

A densidade populacional em 2011 revela, em Água de Pena, um aumento no número de habitantes por km². Este aumento corresponde a mais 131 habitantes por km². Por outro lado, destaca-se a diminuição na freguesia concelhia, de menos 40 habitantes por km².

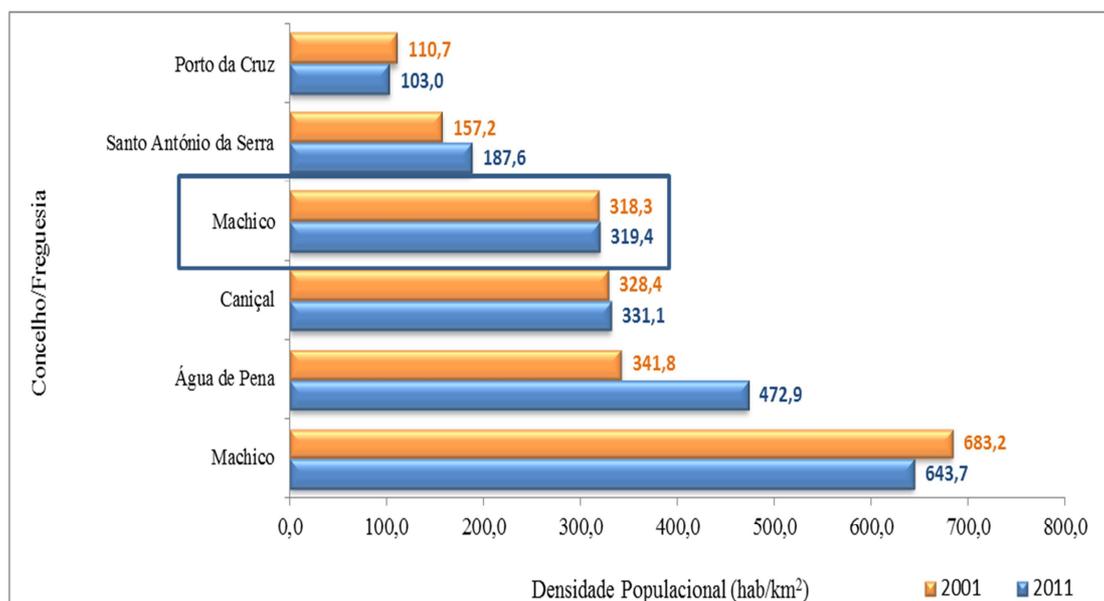


Gráfico 12- Densidade populacional no concelho de Machico

5.1.1.4 Concelho do Porto Santo

O **Porto Santo** é uma ilha de origem vulcânica com um relevo menos acidentado do que a Madeira e onde predominam o calcário e o basalto. Incluída no Arquipélago da Madeira, tem 42,48 km² de área. O município que lhe é mais próximo é o de Machico, na ilha da Madeira, situado a sudoeste. Tem apenas uma freguesia: Porto Santo.



Gráfico 13- Concelho de Porto Santo e respetiva freguesia

Tem uma densidade populacional de 124,9 hab/Km², de acordo com as estimativas populacionais de 2013. Isto traduz uma ligeira diminuição face ao ano anterior (125,9 hab/km²).

5.1.2 Comparação por concelho - Densidade Populacional

Nos concelhos relativos à zona de intervenção da ACAPORAMA, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo, com base no horizonte temporal 2007-2013, registaram-se aumentos na densidade populacional em Santa Cruz (13,3 %) e no Porto Santo (3,3%). Embora o concelho de Santa Cruz apresente maior variação de habitantes por km², entre 2007 e 2013, Câmara de Lobos é o concelho com mais densidade populacional, face aos restantes, em análise. Note-se que estes dois concelhos estão entre os mais populosos da RAM, apresentando a densidade populacional com uma tendência estável. Isto significa que as migrações ocorrem essencialmente entre os concelhos.

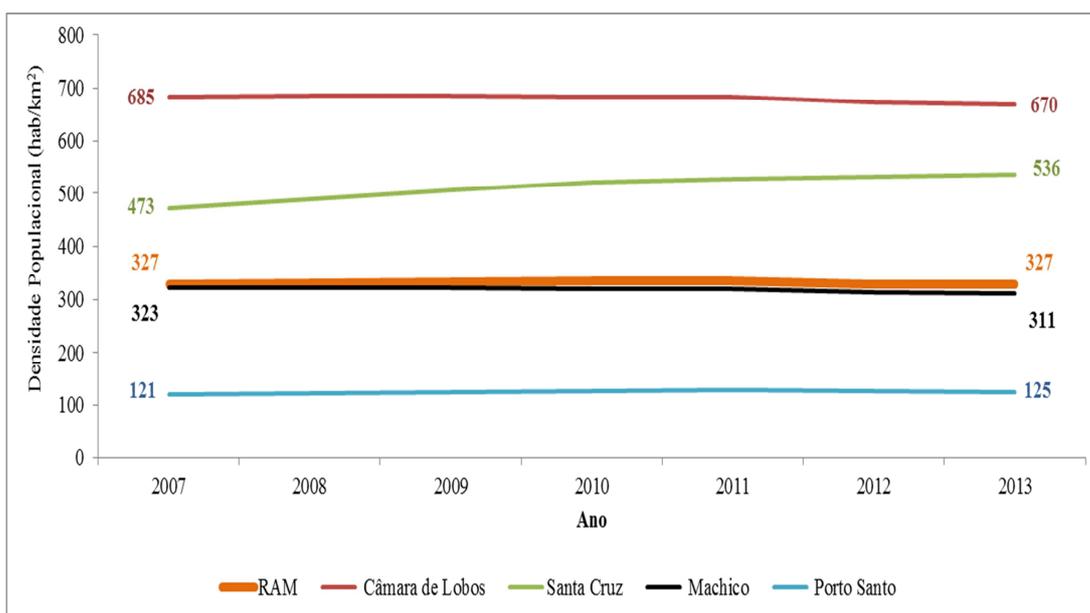


Gráfico 6 - Densidade populacional no concelho de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico, Porto Santo, RAM, 2007-2013

5.2 DEMOGRAFIA

Segundo os dados dos Censos de 2011, a RAM tem 267 785 habitantes, revelando um crescimento de 9,3% relativamente a 2001 (mais 22 774). Trata-se de um crescimento bem superior ao da média nacional, que teve um valor de apenas 1,9%, comprovando-se uma evolução demográfica na última década. Ao número recenseado de residentes, acresce ainda um fluxo de população não residente de cerca de 15 mil turistas/dia.

Cerca de 47% dos indivíduos são homens e 53% são mulheres. Os indivíduos do sexo masculino e feminino têm maior representação no grupo etário entre os 30 e os 49 anos (INE, Censos 2011).

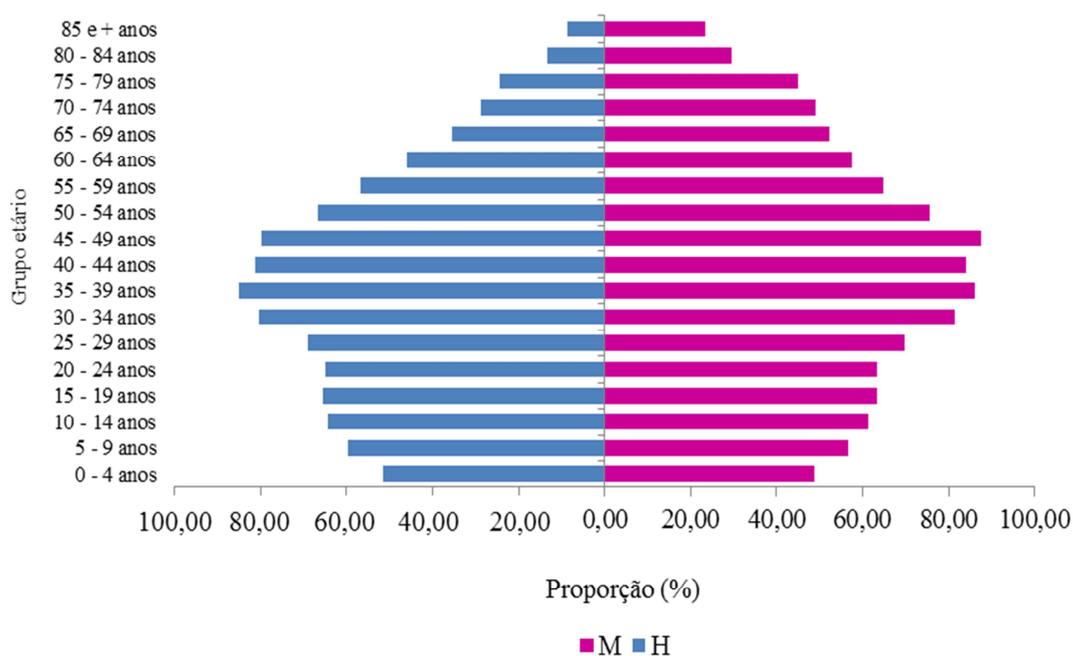


Gráfico 14 -Pirâmide etária da população residente por género e faixa etária, RAM, 2011

5.2.1 População residente por género

Em 2013, a RAM tinha uma população de 261.313 habitantes, constituída na maioria por mulheres. Este valor indica uma ligeira diminuição de 0,8% relativamente a 2007.

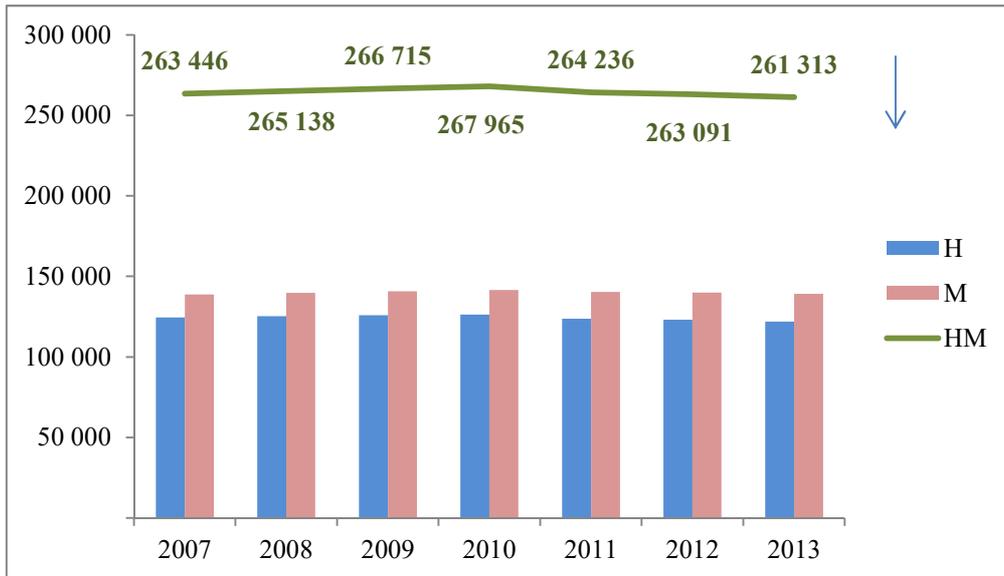


Gráfico 15-População Residente por género, RAM, 2007-2013

5.2.1.1 Concelho de Câmara de Lobos

A população residente do concelho de Câmara de Lobos tem vindo a decrescer entre 2007 e 2013 (-2,68 %). Esta população é constituída na maioria por mulheres.



Gráfico 16-População Residente por género, Câmara de Lobos, 2007-2013

5.2.1.2 Concelho de Santa Cruz

De acordo com a Direção Regional de Estatística da Madeira, a população residente no concelho de Santa Cruz é de 43 827 habitantes. Dos três concelhos com maior número de população, Santa Cruz foi o que teve um aumento com maior importância. Registou

um acréscimo de 14 106 residentes desde 2001. Representa 16,7% da população da RAM e tem mais mulheres do que homens, em todas as faixas etárias.

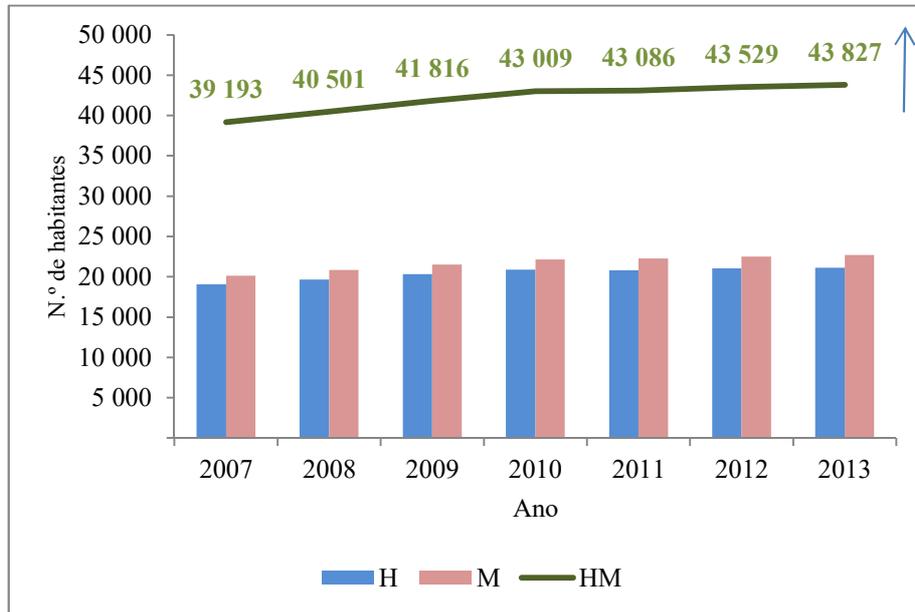


Gráfico 17-População Residente por género, concelho de Santa Cruz, 2007-2013

5.2.1.3 Concelho de Machico

A população residente do concelho de Machico tem vindo a decrescer ao longo dos anos de 2007 e 2013 (-4,03 %), sendo composta na maioria por mulheres.



Gráfico 18- População Residente por género, concelho de Machico, 2007-2013

5.2.1.4 Concelho do Porto Santo

O Concelho do Porto Santo tem uma população mais homogénea relativamente ao género, quando comparada com os concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico.

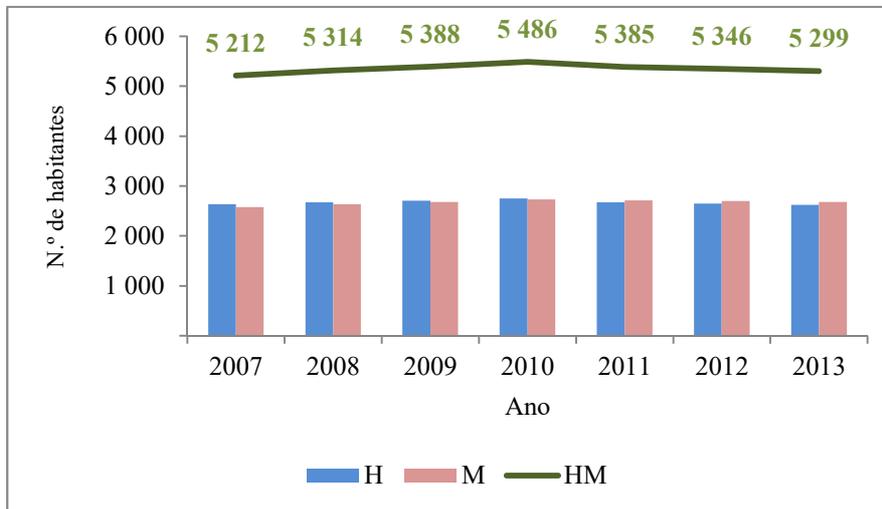


Gráfico 19- População Residente por género, concelho do Porto Santo, 2007-2013

5.2.2 População residente por freguesia

5.2.2.1 Concelho de Câmara de Lobos

As freguesias com maior número de habitantes residentes, neste concelho, são Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos, ambos com uma taxa de variação positiva de 6,8% e 0,3%, respetivamente, em 2011, face a 2001.

As freguesias com menos habitantes são Curral das Freiras, Jardim da Serra e Quinta Grande, nas quais a diminuição é notória em 2011, face a 2001.

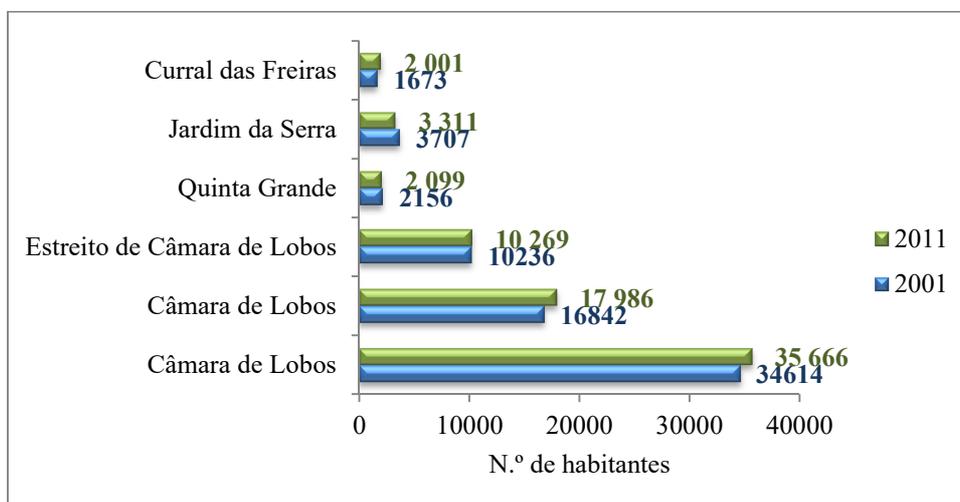


Gráfico 20 -População Residente por freguesia, Concelho de Câmara de Lobos, 2001 e 2011

5.2.2.2 Concelho de Santa Cruz

Entre 2001 e 2011, Santa Cruz foi o concelho da RAM com maior crescimento populacional, com uma variação positiva de 44,7%. Um aumento significativo, quando comparado com o crescimento da própria RAM, que tem uma variação positiva de 9,4%. Passou de 23 465 residentes, em 1991, para 29 721, em 2001, e para 43 005, em 2011, ou seja mais 19 540 habitantes.

Nesta última década verifica-se um aumento da população residente nas freguesias do concelho de Santa Cruz, com exceção da Camacha e Santo António da Serra, que diminuíram a sua população residente, tendo uma variação negativa de 6,8% e 4,7% respetivamente. Em contrapartida, a freguesia do Caniço teve um crescimento muito acentuado, de 11 586 residentes em 2001 para 23 368 residentes em 2011, correspondendo a uma variação positiva de 101,7%.

Em relação à freguesia de Santa Cruz, a diminuição da população advém do menor crescimento habitacional, realizado ao longo desta década, e pelo facto da população mais jovem procurar habitação a preços mais acessíveis e atraídas pela urbanidade, que a freguesia do Caniço oferece.

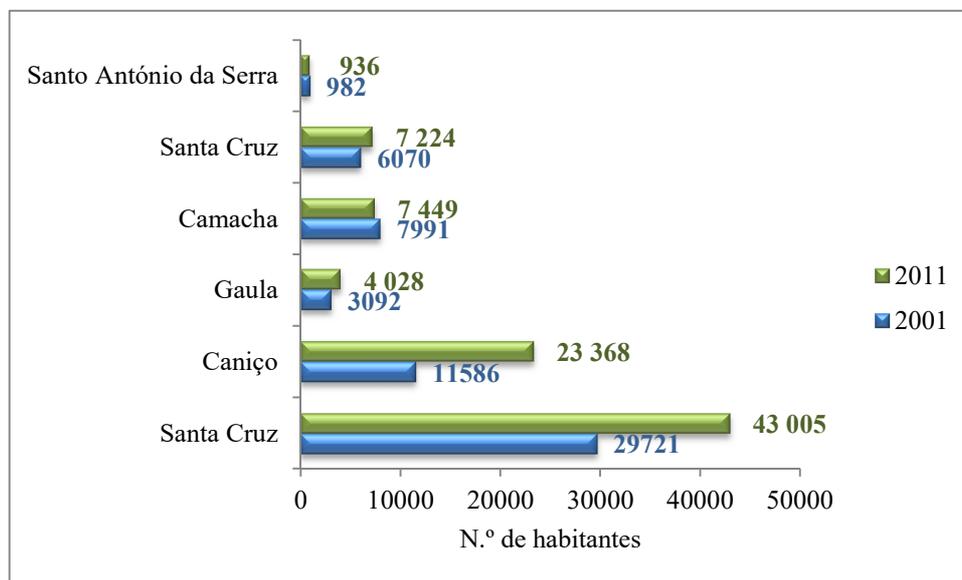


Gráfico 21-População Residente por freguesia, concelho de Santa Cruz, 2001 e 2011

5.2.2.3 Concelho de Machico

A população residente no concelho de Machico aumentou ligeiramente (0,38 %) em 2011 quando comparada com os valores de 2001. A freguesia de Água de Pena destaca-se das restantes pelo aumento de residentes em 38,4 % em 2011, relativamente aos

censos de 2001. No Caniçal e em Santo António da Serra também se registou um aumento do número de habitantes em 0,8% e 19%, respetivamente.

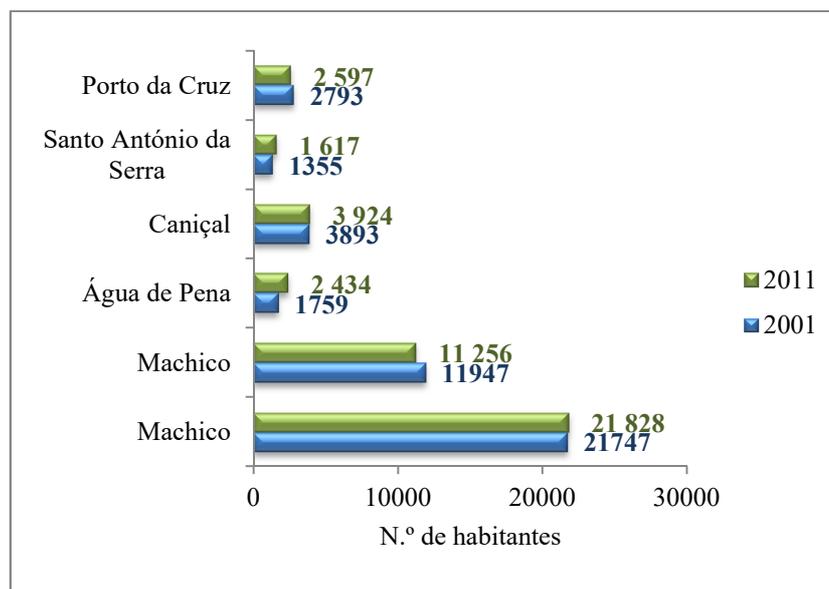


Gráfico 22-População Residente por freguesia, concelho de Machico, 2001 e 2011

5.2.2.4 Concelho do Porto Santo

O número de habitantes residentes no Porto Santo, concelho com uma única freguesia, aumentou ligeiramente entre o período 2007/2013, com uma taxa de variação de 1,7%. Note-se que o aumento entre 2007 e 2010 (5,3%) pode não ser real uma vez que alguns residentes na Ilha da Madeira tinham a residência oficial no Porto Santo por conta de alguns benefícios.

5.2.3. Índice de envelhecimento e de juventude

O índice de juventude na RAM, a relação entre jovens (0-14 anos) e pessoas idosas (≥ 65 anos), por 100 idosos, impõe uma tendência decrescente desde 2007 até o ano de 2013. O número de jovens por cada 100 idosos era de 105,2, em 2013, o que traduz uma diminuição de 25 jovens, face a 2007.

Já o índice de envelhecimento apresenta uma distribuição oposta. O número de idosos por cada 100 jovens é de 95,0, em 2013. Isto representa um aumento de 18,6 idosos face a 2007.

A Madeira tem sofrido um envelhecimento demográfico, apesar de menos acentuado do que a nível nacional, mantendo uma população relativamente jovem.

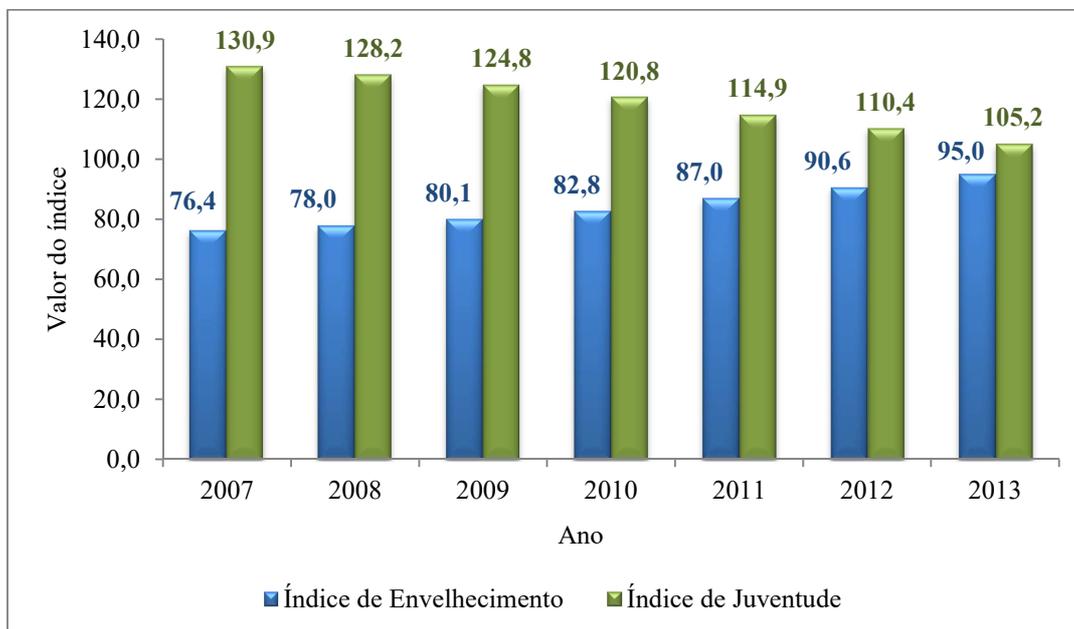


Gráfico 23-Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, RAM, 2007-2013

5.2.3.1 Concelho de Câmara de Lobos

No concelho de Câmara de Lobos e respetivas freguesias, tanto o índice de envelhecimento como o de juventude apresentam a mesma realidade da RAM. O número de jovens está a diminuir em cada 100 idosos e o número de idosos está a aumentar em cada 100 jovens.

As freguesias que exibem índices de envelhecimento superiores também apresentam índices de juventude inferiores. O Cural das Freiras, Quinta Grande e Jardim da Serra apontam para um índice de envelhecimento maior, sendo que Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos apresentam índices de juventude maiores.

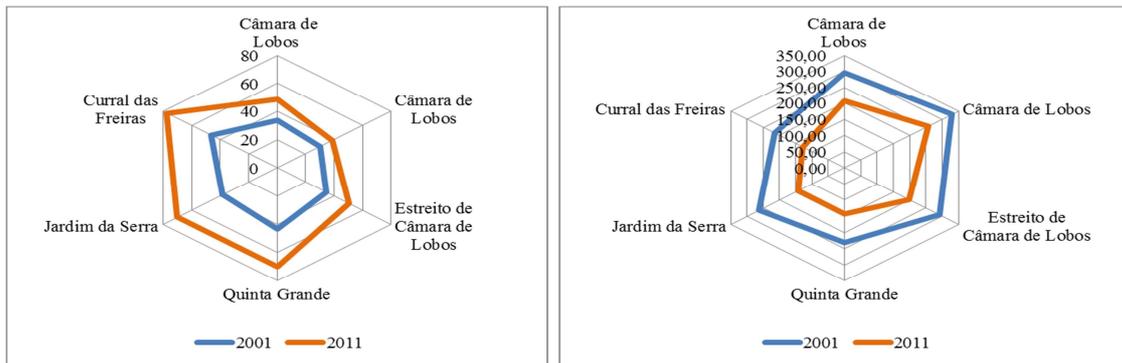


Gráfico 24-Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, concelho de Câmara de Lobos, 2007-2013

5.2.3.2 Concelho de Santa Cruz

O índice de envelhecimento e o de juventude no concelho de Santa Cruz seguem a mesma tendência da RAM. O número de jovens está a diminuir em cada 100 idosos e o número de idosos está a aumentar em cada 100 jovens.

Com base nos censos de 2011, a freguesia de Santo António da Serra é a que tem mais idosos por cada 100 jovens (120,7). O Caniço é a freguesia com maior número de jovens por 100 idosos (306,25).

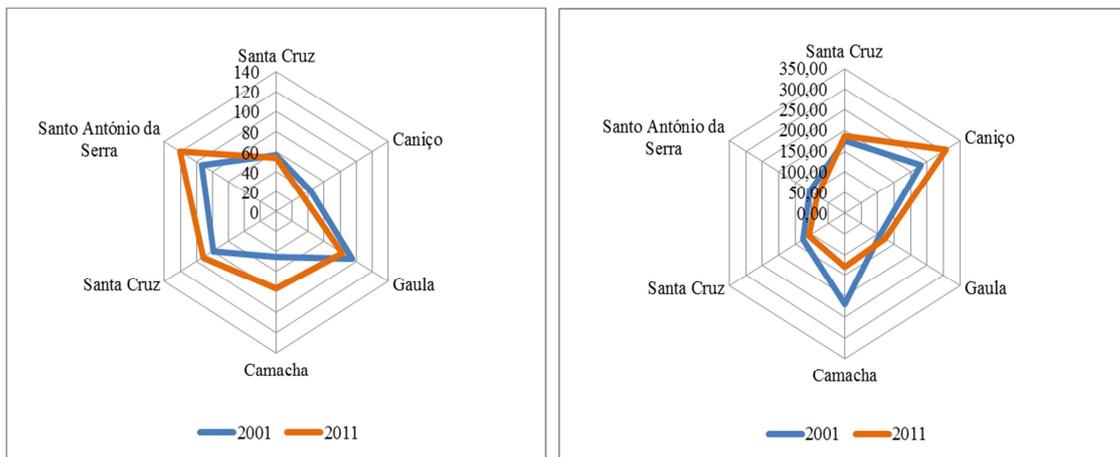


Gráfico 25-Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, concelho de Santa Cruz, 2007-2013

5.2.3.3 Concelho de Machico

No concelho de Machico, o número de jovens está a diminuir em cada 100 idosos e o número de idosos está a aumentar em cada 100 jovens, de acordo com os censos de 2011.

As freguesias do Porto da Cruz e de Santo António da Serra têm mais idosos por cada 100 jovens, 172,6 e 121,7, respetivamente. O Caniçal e Água de Pena são as freguesias com mais jovens do concelho de Santa Cruz, apesar de haver uma perda de 157,8 jovens por cada 100 idosos no Caniçal.

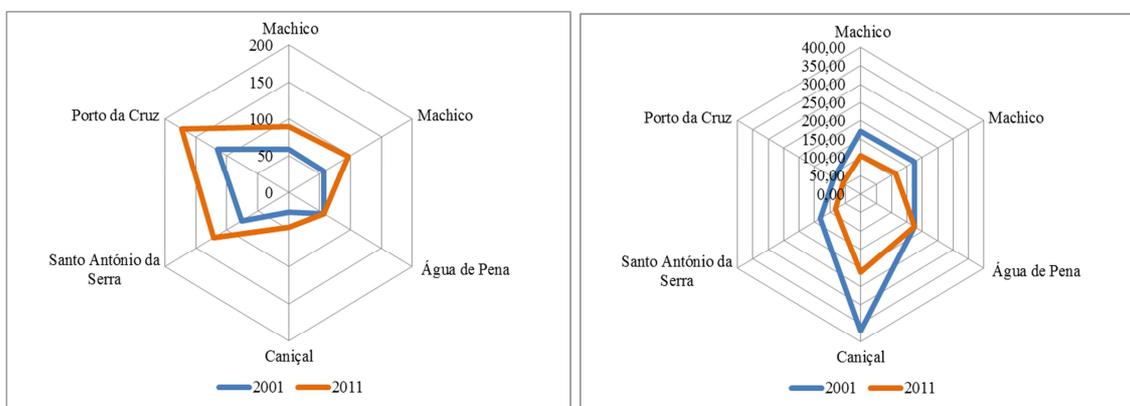


Gráfico 26- Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude, no concelho de Machico, 2007-2013

5.2.3.4 Concelho do Porto Santo

O concelho do Porto Santo apresenta a mesma tendência dos restantes concelhos em análise. O índice de envelhecimento em 2011 aumentou em 31 idosos, por cada 100 jovens, face a 2001, ascendendo a um valor total de 89,4 idosos por cada 100 jovens. Já o índice de juventude variou em sentido contrário. Em 2011, o Porto Santo tinha 111,9 jovens por cada 100 idosos, no entanto relativamente a 2001 perdeu 59 jovens por cada 100 idosos.

5.2.4 Taxa bruta de Natalidade e Taxa de Fecundidade Geral na RAM

Em 2013 a taxa de natalidade era de 7 nados vivos por 1000 habitantes na RAM. Entre 1999 e 2013 perderam-se cerca de 6 nados-vivos por cada 1000 habitantes, o que traduz uma tendência decrescente. A taxa bruta de natalidade é um indicador fortemente influenciado pela estrutura etária da população.

A taxa de fecundidade, na RAM, também seguiu a mesma tendência da taxa de natalidade, com 27,3 nados vivos por 1000 mulheres entre os 15 e 49 anos (idade fértil), em 2013. São diversos os fatores que contribuem para taxas de natalidade e de fecundidade mais baixas tais como a imigração, o desemprego, o adiamento da formação familiar devido à formação profissional, o fácil acesso a métodos contraceptivos, a interrupção voluntária da gravidez, etc. A crescente inserção feminina no mercado de

trabalho também pode ser apontada como fator para o adiamento da constituição familiar, devido à incompatibilidade entre carreira e família.

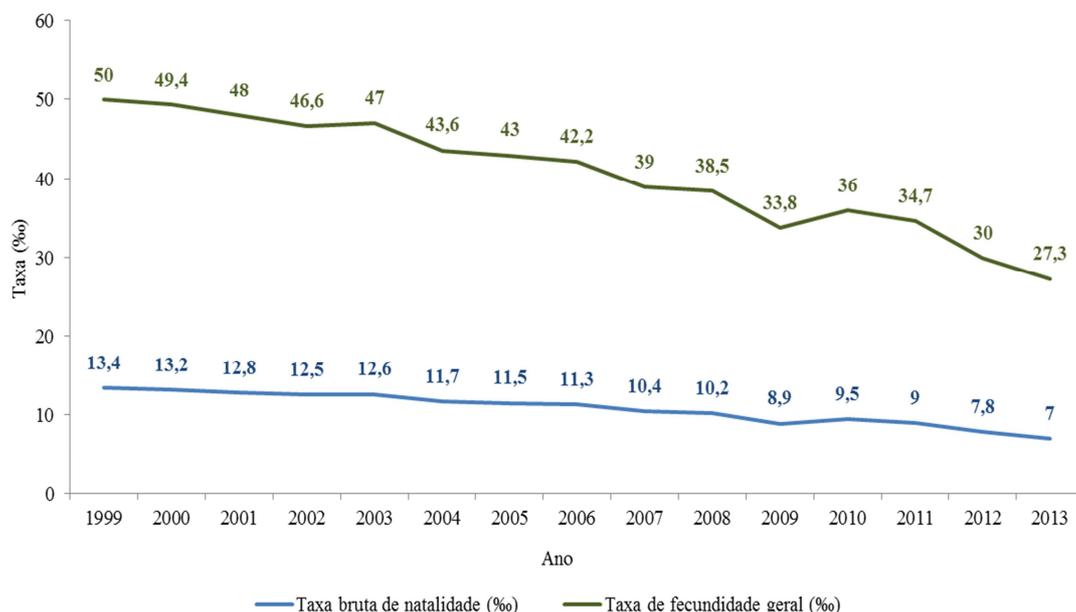


Gráfico 27-Taxa bruta de natalidade (%) e Taxa de fecundidade geral (%), RAM, 1999-2013
Nota: Só foi possível obter dados sobre este indicador ao nível da RAM. Não foi possível obter por concelho, nem por freguesia.

5.2.5 Esperança média de vida à nascença na RAM

Este indicador combina a mortalidade, nas diversas idades, dando como resultado um único valor, que indica o número médio de anos que um indivíduo, de determinada idade, tem a probabilidade de viver, na suposição de que os coeficientes de mortalidade permaneçam os mesmos no futuro.

A esperança de vida está estreitamente relacionada às condições de mortalidade, de saúde e sanitárias de uma região, expressando influências sociais, económicas e ambientais.

Na RAM, a esperança média de vida é de 77,49 anos, sendo visível um aumento da esperança média de vida de 4 anos, entre 1999 e 2013. Relativamente ao género, a esperança média de vida é superior nas mulheres (80,91 anos).

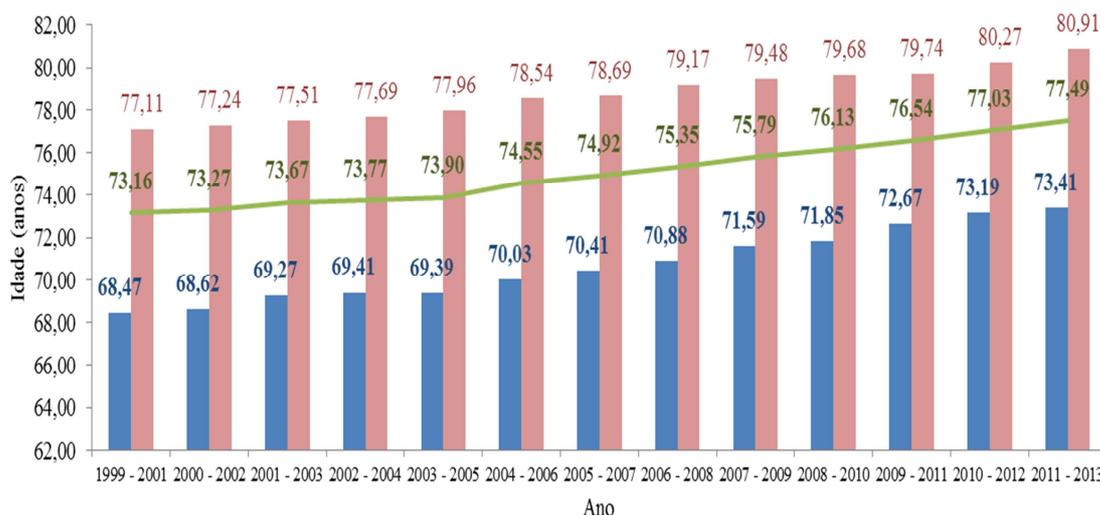


Gráfico 28-Esperança média de vida à nascença, 1999-2013, RAM

Nota: Só foi possível obter dados sobre este indicador ao nível da RAM. Não foi possível obter por concelho, nem por freguesia.

5.2.6 Taxa bruta de Mortalidade e Taxa de Mortalidade Infantil na RAM

O número de óbitos geral por 1000 habitantes na RAM denota uma tendência decrescente entre 1999 e 2013, sendo de 9,3%, em 2013. Neste ano, respetivamente, a taxa de mortalidade infantil é de 2,7 por 1000 habitantes, facto que traduz também uma redução no período em análise. No âmbito das mudanças demográficas ocorridas na RAM, nas últimas décadas, é visível a diminuição progressiva da taxa bruta de mortalidade e da taxa de mortalidade infantil. Estes indicadores demográficos sociais são relevantes e confirmam em geral a evolução positiva das condições de vida económicas e sociais no arquipélago, desde o acesso aos cuidados de saúde, infraestruturas adequadas às necessidades da população e no que toca às condições higiénico-sanitárias. Os indicadores obtidos na Madeira apontam para 99% da população residente servida por sistema de abastecimento de água (público e privado) e para 96% da população residente servida por sistemas de drenagem de águas residuais (INE, Censos 2011).

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

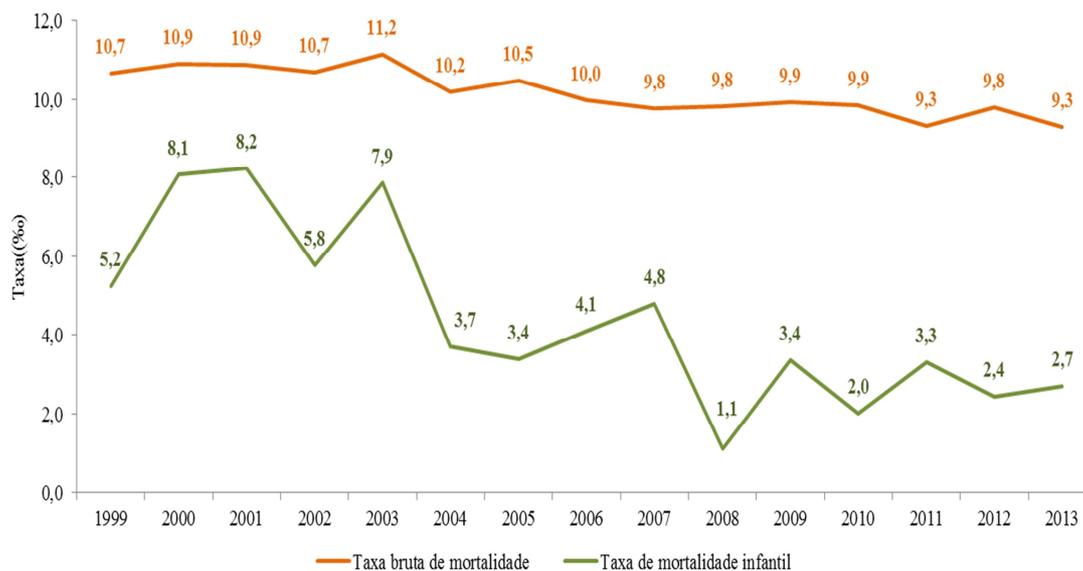


Gráfico 29-Taxa de Mortalidade (%) e Taxa de Mortalidade Infantil (%), RAM, 1999-2013
Nota: Só foi possível obter dados sobre este indicador ao nível da RAM. Não foi possível obter por concelho, nem por freguesia.

5.2.7 Saldo natural

O saldo natural na RAM, desde 2009 verifica mais óbitos do que nascimentos. As baixas percentagens nos nascimentos na Região acontecem devido a diversos fatores que marcam a realidade atual e que contribuem para a redução da natalidade: a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, maiores habilitações literárias da mulher, melhores condições de vida, o avanço da medicina, casamentos tardios, redução da fecundidade, aumento de divórcios, planeamento familiar, razões económicas, entre outros. Tudo isto retarda e diminui o nascimento de novas crianças.

Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RAM	156	104	- 262	- 107	- 73	- 536	- 597

Tabela 19- Saldo Natural da RAM, 2007 - 2013

5.2.7.1 Concelho de Câmara de Lobos

O saldo natural em todo o concelho de Câmara de Lobos, exceto o Curral das Freiras, é positivo, isto significa que o número de nascimentos é superior ao número de óbitos ocorridos, na generalidade, entre 2007 e 2013.

Concelho/Freguesia	ANO						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Câmara de Lobos	231	155	151	165	159	32	53
Câmara de Lobos	136	71	65	107	61	46	119
Estreito de Câmara de Lobos	69	31	38	56	23	33	41
Quinta Grande	8	5	3	7	0	7	4
Jardim da Serra	13	4	9	1	2	-1	0
Curral das Freiras	5	-1	6	-16	-12	-4	-13

Tabela 20-Saldo Natural, concelho de Câmara de Lobos, 2007-2013

5.2.7.2 Concelho de Santa Cruz

O concelho de Santa Cruz apresenta a mesma realidade que o concelho de Câmara de Lobos relativamente ao saldo natural, o número de nascimentos é maior do que o número de óbitos.

Concelho/Freguesia	ANO						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Santa Cruz	248	274	248	194	201	92	63
Santa Cruz	1	-6	7	13	2	11	-4
Caniço	253	131	122	248	124	124	235
Gaula	12	5	7	8	1	7	16
Santo da Serra	-7	-4	-3	2	0	2	-3
Camacha	-11	-10	-1	3	4	-1	4

Tabela 21- Saldo Natural, concelho de Santa Cruz, 2007-2013

5.2.7.3 Concelho de Machico

No período em avaliação, 2007-2013, o concelho de Machico, à exceção do Caniçal e Água de Pena, apresentam saldos naturais negativos, sendo que os nascimentos são inferiores aos óbitos.

Concelho/Freguesia	ANO						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Machico	-39	-3	-38	-11	-36	-13	-39
Machico	-36	-20	-16	-11	-19	8	-31

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Santo António da Serra	-7	-3	-4	-3	0	-3	-1
Porto da Cruz	-14	-7	-7	-13	-6	-7	-20
Água de Pena	10	9	1	13	9	4	8
Canical	8	-2	10	11	8	3	6

Tabela 22-Saldo Natural, concelho de Machico, 2007-2013

5.2.7.4 Concelho do Porto Santo

O Porto Santo apresenta um saldo natural positivo, no entanto é ligeira a diferença entre nascimentos e óbitos

Concelho/Freguesia	ANO						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Porto Santo	17	30	-4	30	-1	-1	2
Porto Santo	17	30	-4	30	-1	-1	2

Tabela 23- Saldo Natural, concelho do Porto Santo, 2007-2013

5.2.8 Saldo Migratório

Na RAM, em 2013, o número de pessoas que saiu por migração é superior ao que entrou. Esta tendência vem-se afirmando desde 2011. Apenas o concelho de Santa Cruz exhibe uma distribuição oposta: o número de pessoas que entrou é superior ao número das que saíram.

REGIÃO	ANO							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RAM	2211	1588	1839	1357	-3655	-609	-1181	-1634
Câmara de Lobos	-98	-191	-159	-224	-623	-199	-280	-312
Santa Cruz	1115	1034	1067	999	-124	351	235	-18
Machico	9	-46	-24	-64	-362	-104	-150	-175
Porto Santo	85	72	78	68	-100	-38	-49	-38
ZI ACAPORAMA	-543	-244	10	-1209	-543	-244	10	-1209

Tabela 24- Saldo Migratório, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico, Porto Santo, RAM, 2007-2013

Desde o início da crise económica, existe um aumento considerável do desemprego, em particular do desemprego jovem, apontado por várias fontes como a principal fonte de um novo fluxo imigratório.

Atendendo às metodologias usadas pelo INE e pela alteração do processo de recolha de dados, não é facilitado o processo de caracterização e estimativa dos mesmos, no entanto, segundo os

dados do INE referentes às estimativas da população residente, os territórios da zona de intervenção perderam no seu conjunto 1986 habitantes, desde 2007.

5.2.9 Fluxos Migratórios

O fluxo migratório é uma referência genérica ao movimento de entrada (imigração) e saída de pessoas (emigração) de uma região. O migrante é todo aquele que saiu do seu lugar de residência de forma temporária ou permanente. Na região de onde ele saiu o migrante é um emigrante. Na região que o recebe, será um imigrante.

Na atualidade, como no passado, as populações estão em permanente movimento. Os fluxos migratórios fazem parte do processo de globalização e estão associados a um intercâmbio cultural, económico, social e político. Com o desenvolvimento dos meios de transporte e exploração de novas rotas, os fluxos de migração têm aumentado, tornando-se numa prática cada vez mais fácil, rápida e económica.

O fluxo migratório confere uma oportunidade aos indivíduos, para tentar uma nova vida em outra região. Os motivos das migrações podem ser devido a catástrofes ambientais, falta de trabalho, desastres naturais, guerras ou conflitos armados.

De acordo com os Censos de 2011, 90% da população residente na RAM, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), mantém a mesma residência. Quanto aos 10% que mudaram de residência, a maioria muda-se dentro da mesma freguesia. Apenas 8% da população residente, que mudou de residência, emigrou.

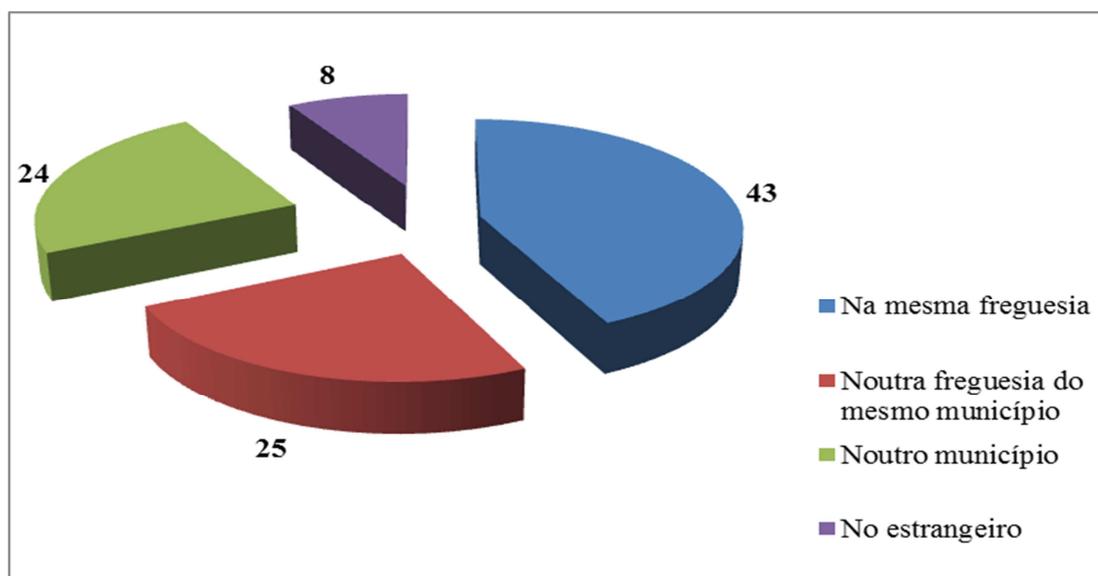


Gráfico 30– Proporção da população residente (%), segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), de residência habitual a 21/03/2011 – RAM

5.2.9.1 Concelho de Câmara de Lobos

Em todas as freguesias do concelho de Câmara de Lobos, a mudança de residência verifica-se essencialmente dentro da própria. A emigração foi maior nas freguesias de Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos (Censos 2011).

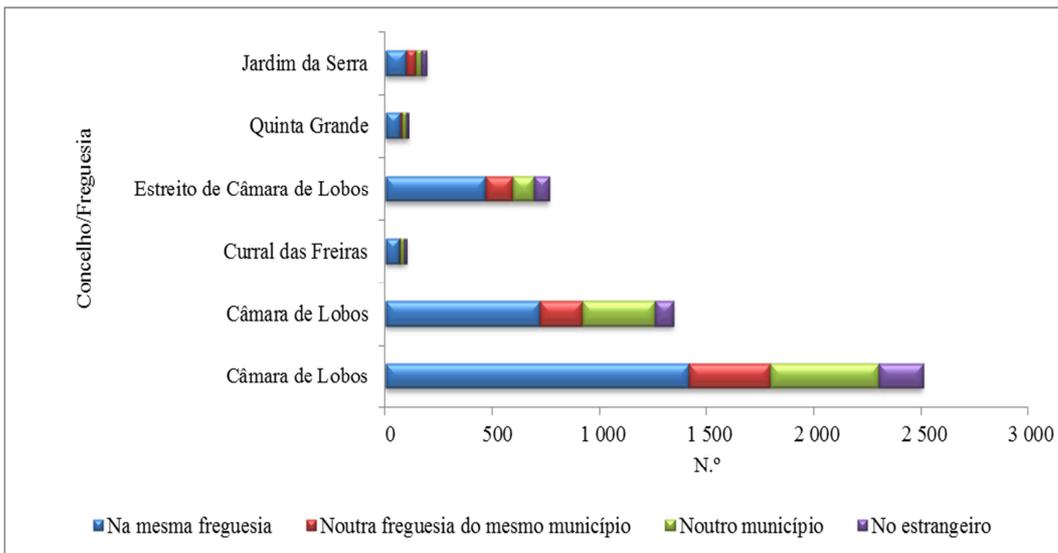


Gráfico 31- População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Câmara de Lobos

5.2.9.2 Concelho de Santa Cruz

Na freguesia do Caniço, a mudança de residência fez-se, globalmente, a partir de outro município. Nas restantes freguesias do concelho de Santa Cruz, o maior número de mudanças de residência foi feita na mesma freguesia (Censos 2011).

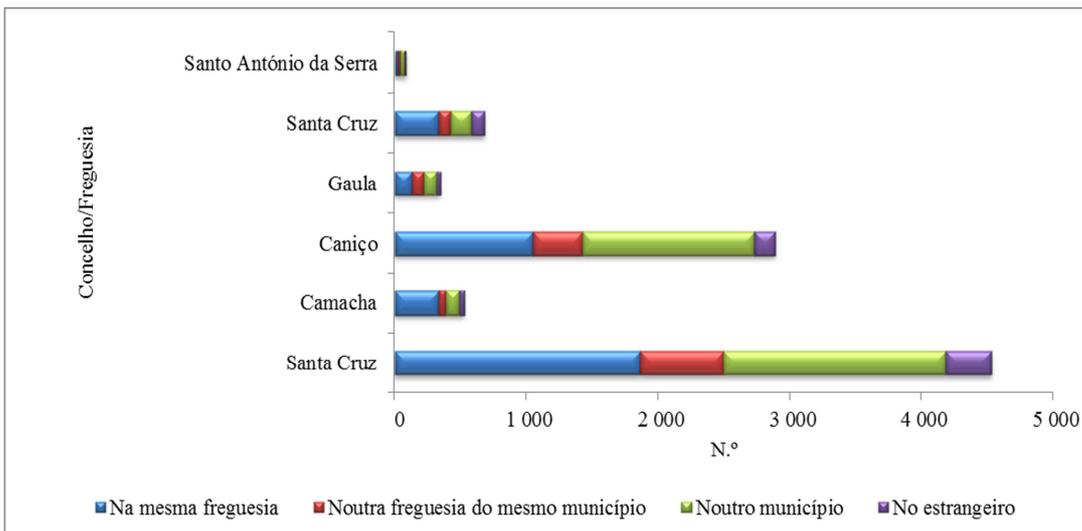


Gráfico 32- População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Santa Cruz

5.2.9.3 Concelho de Machico

Na freguesia de Água de Pena, a mudança de residência fez-se, globalmente, a partir de outro município. Nas restantes freguesias do concelho de Machico, a mudança de residência foi maioritariamente desde a mesma freguesia (Censos 2011).

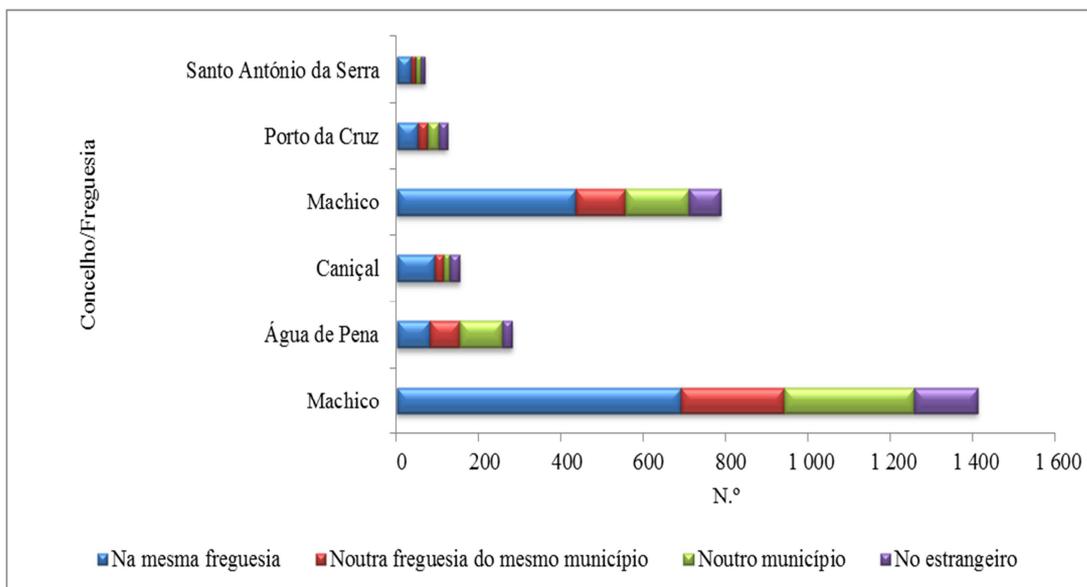


Gráfico 33- População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Machico

5.2.9.4 Concelho do Porto Santo

A mudança de residência na ilha do Porto Santo, efetuou-se, no geral, a partir da mesma região (Censos 2011).

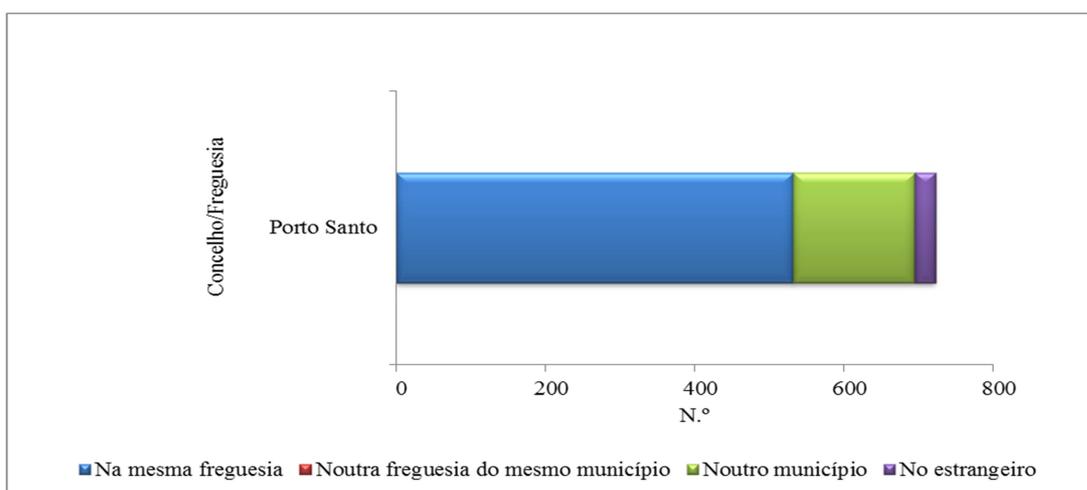


Gráfico 34 - População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011 – Porto Santo

Atendendo à comparação dos concelhos e freguesias, relativa às zonas de intervenção em estudo, e emigração foi mais sentida no concelho de Santa Cruz, nomeadamente na freguesia do Caniço (Censos 2011).

Zona geográfica	População que mudou de residência (relativamente a 31/12/2009)			
	Na mesma freguesia	Noutra freguesia do mesmo município	Noutro município	No estrangeiro
	HM	HM	HM	HM
RAM	11173	6405	6178	2197
Câmara de Lobos	1 414	381	504	209
Câmara de Lobos	720	198	338	89
Curral das Freiras	65	3	18	13
Estreito de Câmara de Lobos	466	125	103	70
Quinta Grande	67	10	20	11
Jardim da Serra	96	45	25	26
Machico	690	250	315	156
Água de Pena	79	74	104	23
Caniçal	92	22	15	24
Machico	433	121	156	77
Porto da Cruz	51	23	27	22
Santo António da Serra	35	10	13	10
Santa Cruz	1 862	631	1 685	350
Camacha	335	54	98	40
Caniço	1 045	379	1 302	162
Gaula	131	86	97	33
Santa Cruz	331	90	157	104
Santo António da Serra	20	22	31	11
Porto Santo	531	0	163	28
Porto Santo	531	0	163	28

Tabela 25-População residente, segundo as migrações (relativamente a 31/12/2009), por município/freguesia de residência habitual em 21/03/2011

5.2.10 Projeções da População residente na RAM

De acordo com o INE, a evolução da população residente na RAM seguirá uma tendência decrescente. No cenário central, a população madeirense passará de 263,1 mil pessoas em 2012, para apenas 219,4 mil pessoas, em 2060. Ou seja, nos próximos 48 anos, a população da RAM deverá ser reduzida em 16,6%, significando uma perda de 43,7 mil pessoas.

Além da diminuição da população, esperaram-se alterações profundas na estrutura etária da população, isto porque a tendência de envelhecimento demográfico vai acentuar-se na RAM, nas próximas décadas.

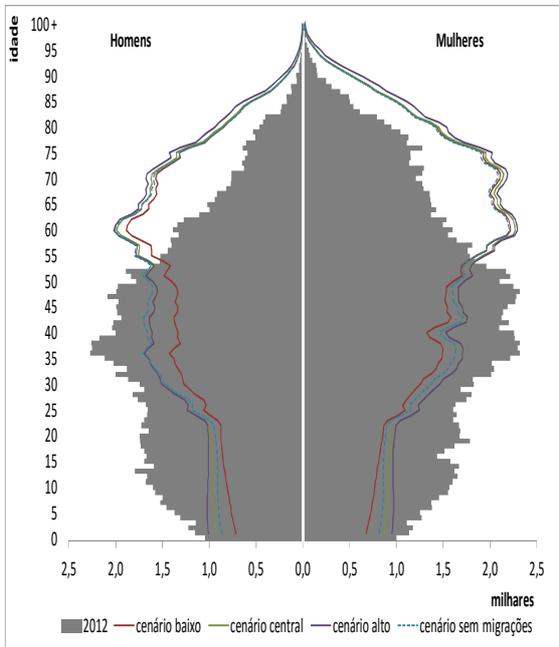


Gráfico 35-Pirâmide etária, R. A. Madeira, 2012 (estimativas) e 2035 (projeções)

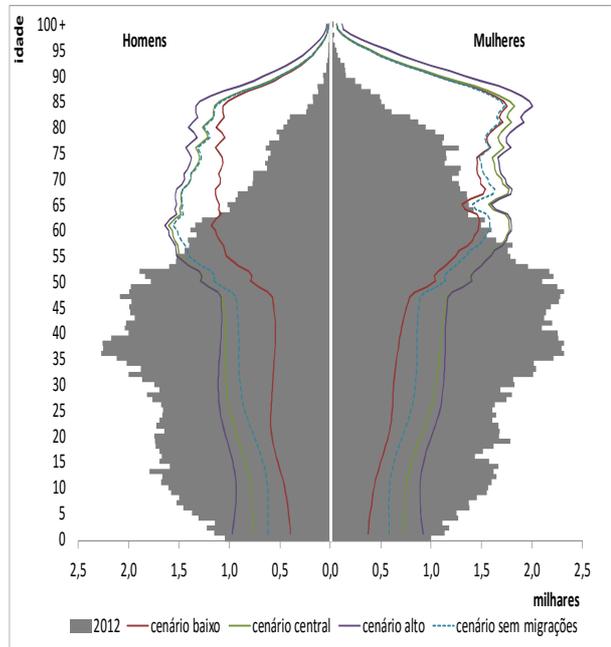


Gráfico 36-Pirâmide etária, R. A. Madeira, 2012 (estimativas) e 2060 (projeções)

Entre 2012 e 2060, espera-se um forte agravamento do índice de envelhecimento na RAM, que, no cenário central, aumenta de 91 para 338 idosos por cada 100 jovens.

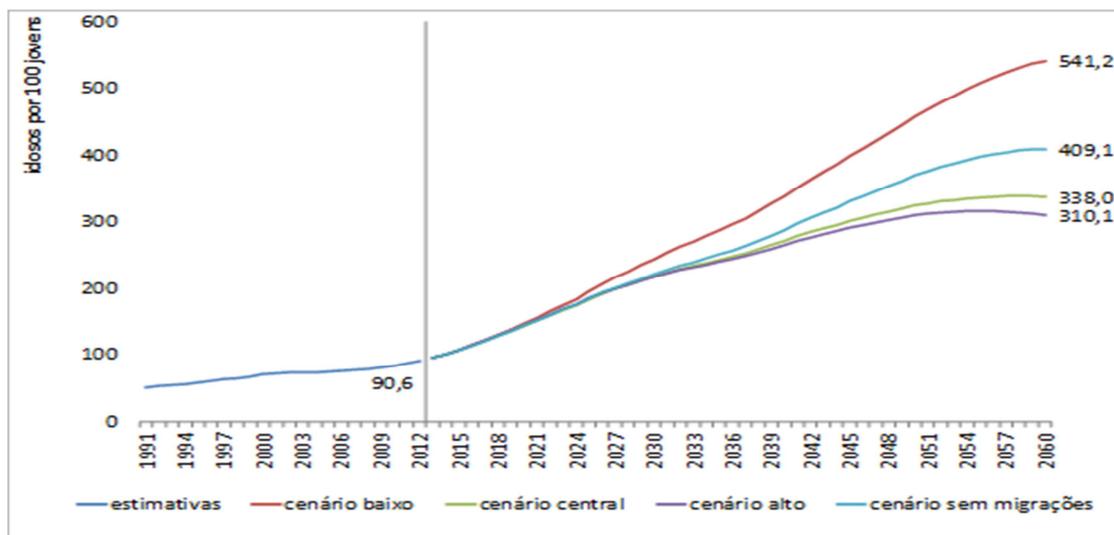


Gráfico 37-Índice de envelhecimento, RAM, 1991-2060 (estimativas e projeções)

Em igual período e cenário, o índice de sustentabilidade potencial da RAM sofre uma profunda redução, pois passa de 474 para 152 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos.

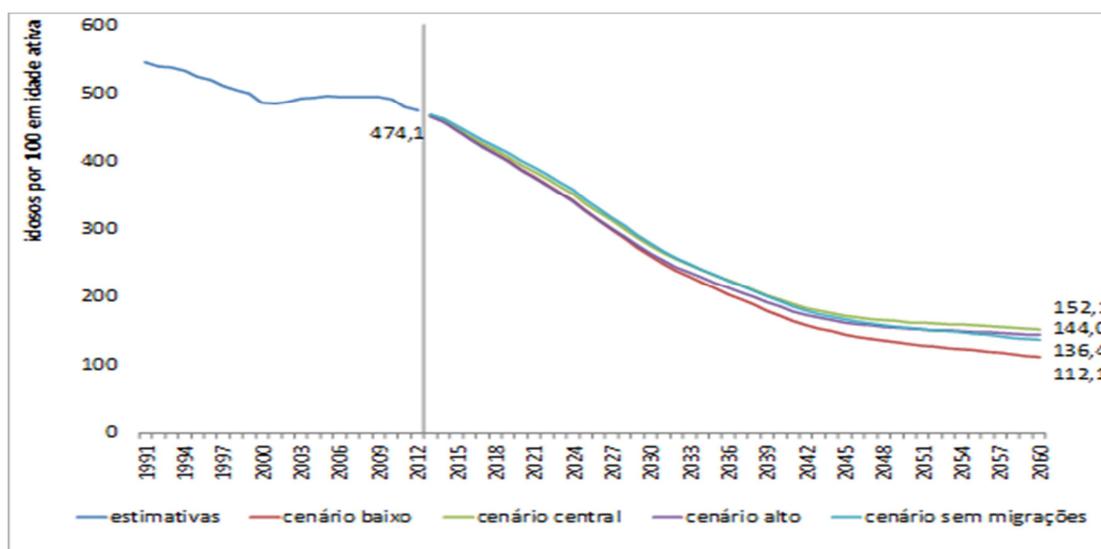


Gráfico 38-Índice de sustentabilidade potencial, R. A. M., 1991-2060 (estimativas e projeções)

5.2.11 Conclusões

A população idosa ocupa cada vez mais um papel fundamental na estrutura da sociedade: a diminuição da taxa de mortalidade, o aumento da esperança média de vida e o declínio da fecundidade que, conseqüentemente provoca uma alteração e inversão da pirâmide das idades: redução relativa na base e aumento da importância relativa dos mais idosos.

Os serviços básicos disponíveis para a população deverão acompanhar essa tendência, adaptando-se por um lado a promoção de iniciativas de incentivo ao envelhecimento ativo e por outro, à natalidade, o apoio aos deficientes e aos serviços de apoio aos tempos livres de crianças e adolescentes.

A população mais idosa (+80 anos) na estrutura populacional tem vindo a aumentar de forma significativa, devido, por um lado, à diminuição dos nascimentos e, por outro, ao aumento da esperança de vida.

A evolução das estruturas familiares é um dos fatores proeminentes de mudança nas sociedades contemporâneas colocando novos desafios em termos de necessidades sociais e à organização das respostas públicas e privadas com vista à promoção do bem-estar individual e coletivo no processo de envelhecimento.

A importância da participação da população idosa no mercado de trabalho constitui uma vertente importante na promoção do envelhecimento ativo, na redução da pobreza que afeta os

idosos desempregados/pensionistas e na melhoria da sustentabilidade dos sistemas de pensões. O aumento da população idosa deve ser encarado não como uma ameaça, nem como um foco de tensão social entre as gerações. O emprego, em particular o autoemprego e o voluntariado permitem aos idosos uma participação ativa na sociedade, com efeitos significativos em termos de despesas de saúde e de bem-estar dos próprios.

Surge, assim, a importância das atividades ocupacionais não económicas como fatores que contribuem para se alcançarem tais objetivos, em particular, as atividades ligadas ao voluntariado.

De referir também o facto de que os dados censitários apontam para claras diferenças entre os diferentes territórios ao nível da sustentabilidade demográfica, destacando-se a Freguesia do Porto da Cruz e Santo da Serra (Município de Machico) como os territórios com maior carácter de desertificação e envelhecimento progressivo da população.

Relativamente à emigração a análise detalhada das migrações populacionais apresentadas correspondem aos dados dos censos 2011, que não reflete de forma adequada a evolução do fenómeno da migração que iniciou a partir de 2008. A referida evolução do saldo migratório (N.º) por local de residência (dados INE) demonstra que mesmo em concelhos como Santa Cruz que sempre tiveram valores positivos de crescimento demográfico, começam a aparecer valores negativos, associados à emigração por razões económicas. Essa situação, em conjunto com os indicadores de desemprego, verifica-se que existe uma falta de oportunidades para criação de emprego, em particular para os jovens, pode implicar uma saída acentuada da população activa para locais com melhores condições económicas.

De forma a minimizar ou contrariar esse efeito é recomendada a criação de iniciativas de promoção do programa, junto da população emigrante e em particular, dos emigrantes recentes, tentando analisar de forma cuidada o impacto das iniciativas, visto que esta nova vaga pode não fazer uso do mesmo tipo de relações associativas e de redes junto das comunidades emigrantes já constituídas.

5.3 ACESSIBILIDADES

A acessibilidade é definida como o grau de facilidade de deslocação. Para se medir este grau de facilidade é necessário ter em conta, não só a distância real, como também a distância-tempo e distância-custo. As acessibilidades são indispensáveis para a movimentação dos habitantes e facilitam o funcionamento das atividades económicas, desde a agricultura ao turismo.

Ao conceito de acessibilidade está associado o de mobilidade uma vez que proporciona a deslocação no espaço, de pessoas e bens. A mobilidade integra comportamentos, atividades económicas e organização de território. Desta forma, traduz um fator determinante no desenvolvimento local.

No contexto de acessibilidades o transporte rodoviário assume relevância na circulação interna, estabelecendo e estimulando relações entre centro e periferia e garantindo a mobilidade da população. Mas para garantir uma boa acessibilidade é necessário haver uma boa rede viária.

O relevo acidentado da ilha da Madeira foi, desde sempre, um grande obstáculo à mobilidade da população. Porém, nas duas últimas décadas, houve uma aposta na construção de novas infraestruturas rodoviárias, financiadas pelo Quadro Comunitário de Apoio, que vieram revolucionar as acessibilidades. Primeiro com a construção da Via Rápida (VR1) e depois com as várias ligações da Via Expresso (VE). Estas vias constituem a rede viária de 1º nível da ilha.

São estradas de boa qualidade que ligam a ilha quase na sua totalidade e que contam com inúmeros túneis. Desta forma, as distâncias foram reduzidas, tornando-se mais rápida e segura a circulação automóvel, o que vem dar origem a mudanças na mobilidade e na organização do território, nomeadamente ao nível da distribuição da população.

A via rápida (VR1) é a mais importante destas rodovias da ilha, servindo três dos quatro concelhos abrangidos pela área de atuação da ACAPORAMA: Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico.

5.3.1.1 Concelho de Câmara de Lobos

Câmara de Lobos é um concelho periférico do Funchal. O período que registou maior acréscimo populacional foi entre 1991 e 2001, com um crescimento de 10%, bem superior à década anterior (1,4%), o que coincide com a abertura da VR1, que abriu inicialmente para o lado oeste da ilha, ou seja, Ribeira Brava-Câmara de Lobos-Funchal, em 1996/97. Na década seguinte (2001-2011), o aumento populacional foi apenas de 3% neste concelho.

Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade a outros concelhos:

- ER101 (VR1) - Ribeira Brava - Câmara de Lobos - Funchal
- ER107 - Funchal- Câmara de Lobos (Curral das Freiras)
- ER229 - Câmara de Lobos - Ribeira Brava

Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade exclusivamente neste concelho:

- ER 113 - Câmara de Lobos - Câmara de Lobos
- ER 216 - Câmara de Lobos (Quinta Grande) - Câmara de Lobos (Quinta Grande)
- ER 231 - Estreito de Câmara de Lobos - Jardim da Serra

Estradas Regionais (ER) em construção que irão assegurar acessibilidade exclusivamente neste concelho:

- ER108 (VR2) - Câmara de Lobos - Estreito de Câmara de Lobos
- ER117 (VE9) - Estreito de Câmara de Lobos - Jardim da Serra

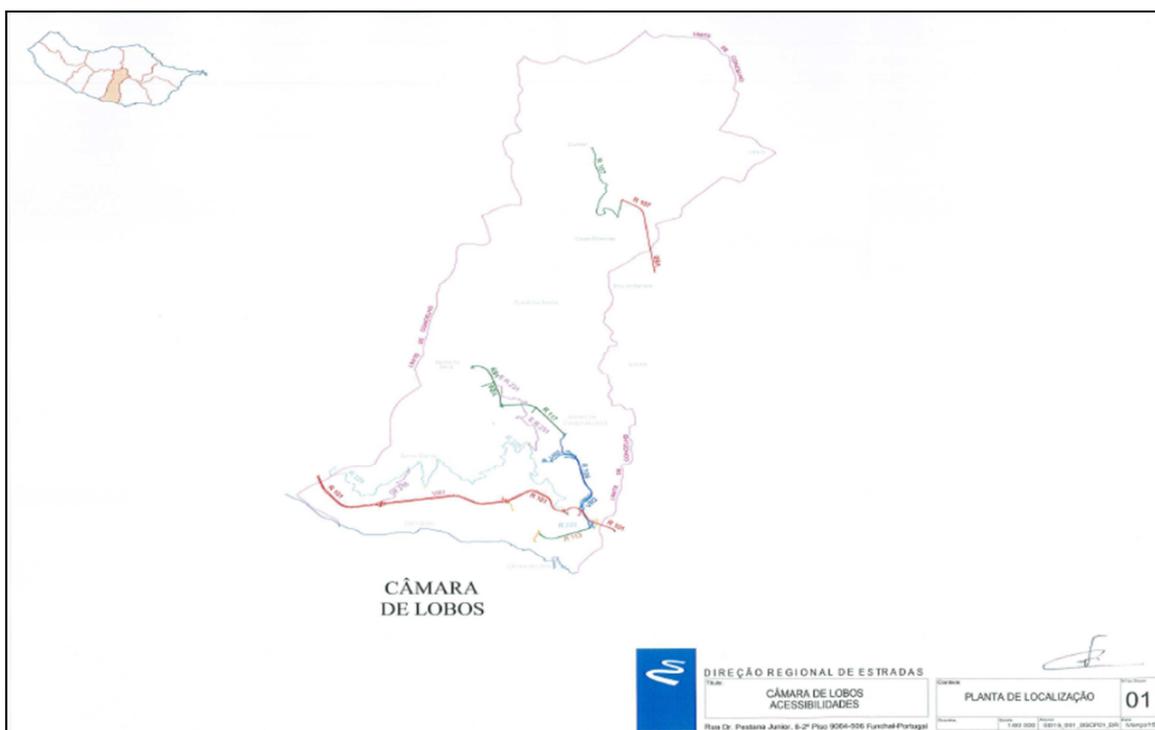


Gráfico 39-Estradas Regionais no concelho de Câmara de Lobos

5.3.1.2 Concelho de Machico

Entre 1991 e 2001, Machico registou uma taxa de crescimento efetivo negativa: -1,2%. Os últimos Censos de 2011 revelam a inversão desta tendência, apesar de o seu crescimento ser quase nulo: de 0,3%. É difícil afirmar que esta inversão está relacionada com a existência da VR1, mas será razoável pensar que este terá sido um fator favorável.

Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade a outros concelhos

- ER101 (VR1) e (VE1) - Santa Cruz - Machico - Santana;
- ER103 - Santa Cruz - Machico (Porto da Cruz) - Santana;
- ER110 - Santa Cruz - Machico (Santo da Serra) – Santana;
- ER207 - Santa Cruz - Machico - Santa Cruz.

Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade exclusivamente neste concelho

- ER 106 (VR1)- Machico - Caniçal;
- ER 212 – Machico – Santo da Serra;
- ER214–Machico – Caniçal;
- ER224–Água de Pena – Água de Pena;

- ER225–Santo da Serra – Santo das erra.

5.3.1.2.1 Porto do Caniçal

No concelho de Machico fica situado um dos portos mais relevantes do arquipélago: o Porto do Caniçal. É a principal infraestrutura de movimentação portuária para as cargas comerciais destinadas ou geradas na ilha da Madeira. Além do cais de contentores, o porto apresenta um cais acostável com 400 metros de extensão, que permite a acostagem simultânea de três navios porta contentores e um outro cais acostável com 271 metros de extensão, destinado à atracação de navios graneleiras e ro-ro (roll-on/roll-off).

A VR1, concluída em 2004, permite a ligação entre Machico e Caniçal, facilitando o acesso rodoviário ao Porto do Caniçal e à Zona Franca Industrial.

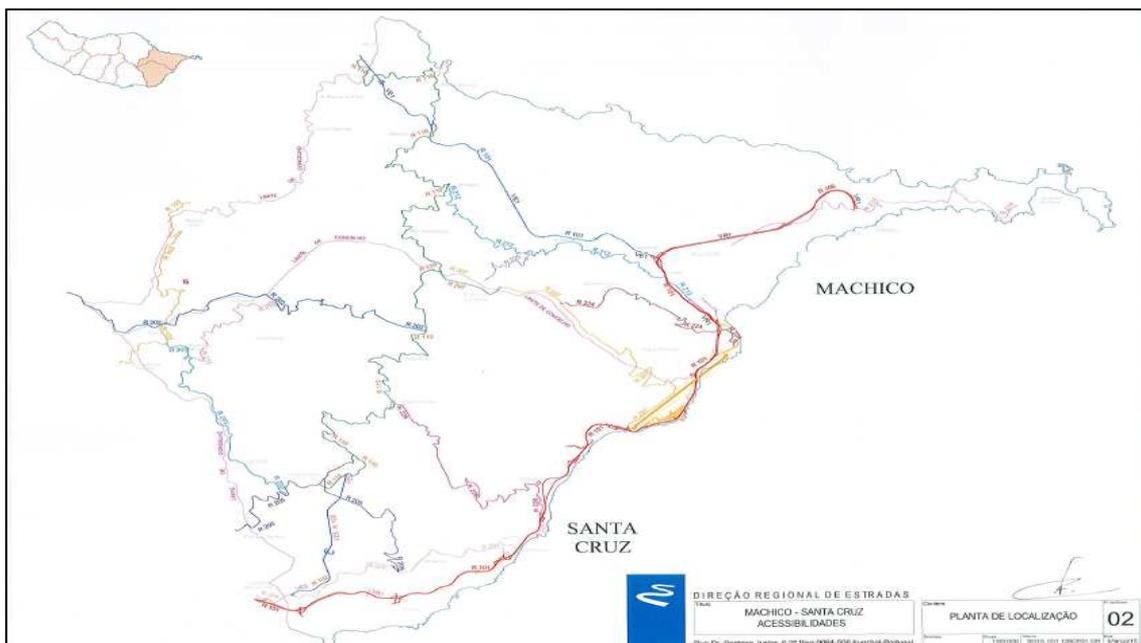


Gráfico 40- Estradas Regionais nos concelhos de Santa Cruz e Machico

5.3.1.3 Concelho de Santa Cruz

Santa Cruz, como Câmara de Lobos, é um concelho periférico do Funchal. Sempre registou taxas de crescimento populacional positivas, mas, entre 2001 e 2011, o acréscimo na população é exponencial: 44,7%.

O troço da VR1 Funchal-Santa Cruz-Machico abriu em 2000. O crescimento populacional do concelho foi maior após a abertura da VR1, ou seja, na última década,

sendo também inevitável associar este crescimento à existência desta via. A periferia traz várias vantagens para as famílias. Há disponibilidade de solo a preços muito mais acessíveis do que no centro da cidade, o que permite a existência de residências unifamiliares, há menos poluição atmosférica e sonora e há menos trânsito. Estes fatores, conjugados com o aumento da mobilidade individual proporcionada pelo uso do carro e pela melhoria das redes viárias, fizeram com que as áreas residenciais multiplicassem-se na periferia, como é o caso do Caniço, em Santa Cruz.

As freguesias que têm as TCE mais elevadas são precisamente as que são atravessadas pela VR1: Caniço (101,7%), Gaula (30,3%) e Santa Cruz (19%). As freguesias consideradas do interior, Camacha e Santo António da Serra, não são atravessadas pela VR1 e registam TCE negativas: -6,8% e -4,7% respetivamente.

Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade a outros concelhos

- ER101(VR1)-Funchal-Santa Cruz-Machico;
- ER103-Funchal-SantaCruz(Camacha)-Santana;
- ER110-SantaCruz (Camacha) -Santana;
- ER202-Santa Cruz (Santo da Serra) - Santana;
- ER204-Funchal-Santa Cruz (Gaula);
- ER205-Funchal- Santa Cruz (Caniço);
- ER207– Santa Cruz — Machico — Santa Cruz (Santo da Serra).

Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade exclusivamente neste concelho

- ER102(VE5)-Caniço - Camacha;
- ER203-Camacha-Camacha;
- ER206-Gaula-Camacha;
- ER215–Camacha–Santo da Serra;

5.3.1.3.1 Aeroporto da Madeira

É no concelho de Santa Cruz que se localiza o aeroporto da ilha da Madeira, inaugurado a 8 de julho de 1964. Tal como as infraestruturas rodoviárias, a construção do aeroporto não foi fácil por causa da orografia. Em 2000, foi inaugurada aquela que é considerada a grande obra de ampliação do aeroporto e

também uma grande obra de engenharia. Com esta mais recente ampliação do aeroporto, a pista passa a ter 2781 metros de extensão, prolongando-se para o concelho de Machico. A inauguração desta última ampliação coincide com a abertura da VR1 entre Funchal - Santa Cruz – Machico.

A melhoria no transporte aéreo foi crucial para a ilha, que tem uma economia dependente do turismo. O número de mercados e de companhias aéreas também tem vindo a aumentar, com impactos muito positivos no turismo, e, portanto, na economia local. A descida de preços das viagens de avião tem impulsionado o aumento do número de viajantes.

5.3.1.4 Concelho do Porto Santo

No Porto Santo, devido à reduzida dimensão da ilha, a rede viária é constituída, essencialmente, por Estradas Municipais e por algumas Estradas Regionais, mas não possui Via Rápida.

Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade exclusivamente neste concelho

- ER120;
- ER260;
- ER261;
- ER262;

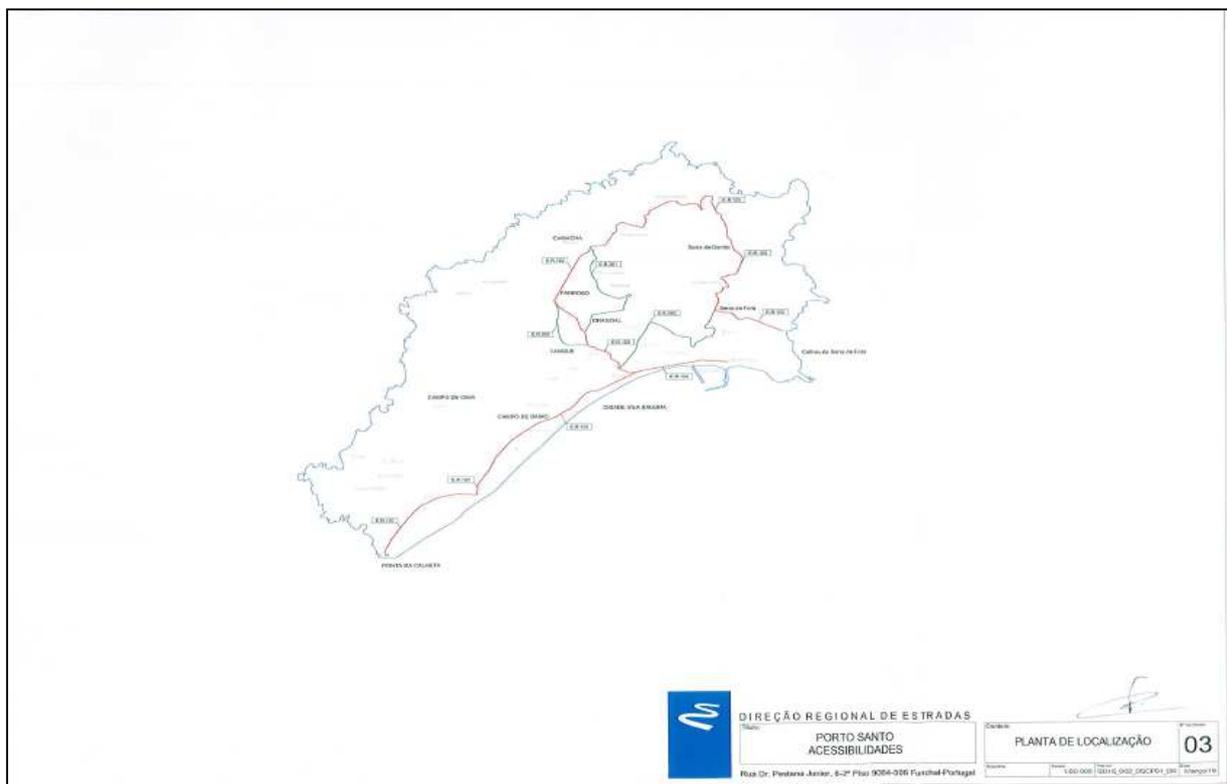


Gráfico 41-Estradas Regionais no concelho de Porto Santo

5.3.1.4.1 Porto e aeroporto no Porto Santo

Em termos de infraestruturas de acesso ao Porto Santo, o porto e o aeroporto ganham destaque na ilha. O transporte de pessoas e mercadorias, por via marítima, é assegurado pelo ferry Lobo Marinho, enquanto o aeroporto, construído em 1960, garante a ponte aérea entre ilhas, bem como com o território nacional e internacional. Foi o primeiro a ser construído no arquipélago. Revelam-se fundamentais também ao nível do turismo, essencialmente durante o Verão.

Enquanto destino turístico é o porto e o aeroporto que asseguram a entrada de pessoas na ilha, sendo que durante o mês de Agosto, habitualmente, o Porto Santo vê o número de residentes aumentar para o dobro, com base no número de pessoas que utilizam a Ilha Dourada para passar férias.

5.4 ESTRUTURA PRODUTIVA

O conceito de estrutura produtiva está relacionado com os tipos de bens que existem no mercado: bens de consumo, que satisfazem as necessidades humanas diretas; e bens de capital, ou fatores de produção, que são submetidos ao processo de transformação no tempo.

5.4.1 PIB regional

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de medir a atividade económica de uma região.

O PIB na RAM, em 2013, era de 15,5 milhares de euros por habitante. Apesar da distribuição dos valores em análise verificarem uma tendência crescente entre o ano de 2000 e 2013, desde o ano de 2008 que o PIB tem vindo a diminuir ligeiramente.

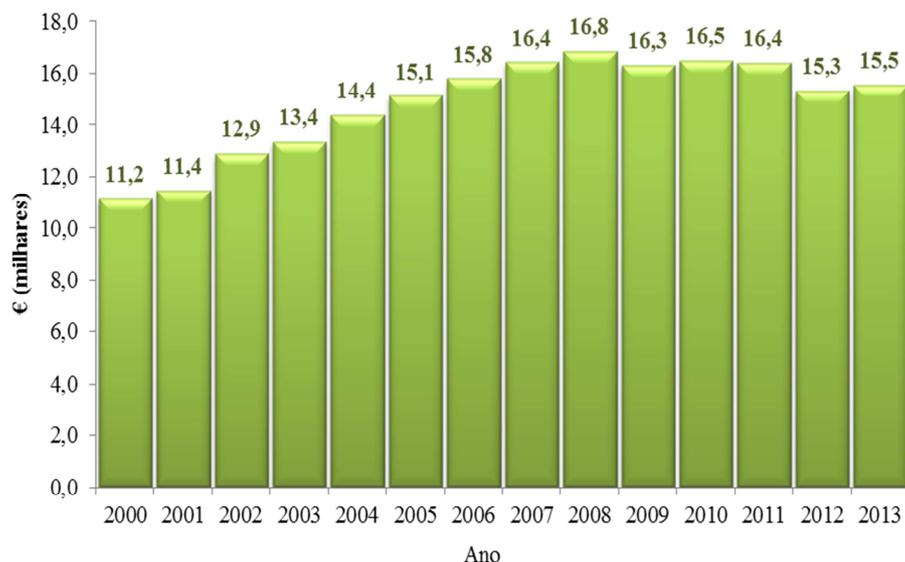


Gráfico 42-Produto Interno Bruto por habitante, RAM, 2000-2013

5.4.2 VAB regional

O valor acrescentado bruto (VAB) é o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Apresenta a diferença entre os custos de produção e as receitas de vendas. É a quantidade de valor que a empresa acrescentou às matérias transformadas.

O VAB na RAM é claramente superior na área dos serviços. Entre o ano de 2000 e 2013 a tendência do VAB, no sector da indústria extrativa é ligeiramente decrescente e no sector dos serviços é crescente, embora a partir do ano de 2008 os valores diminuam ligeiramente.

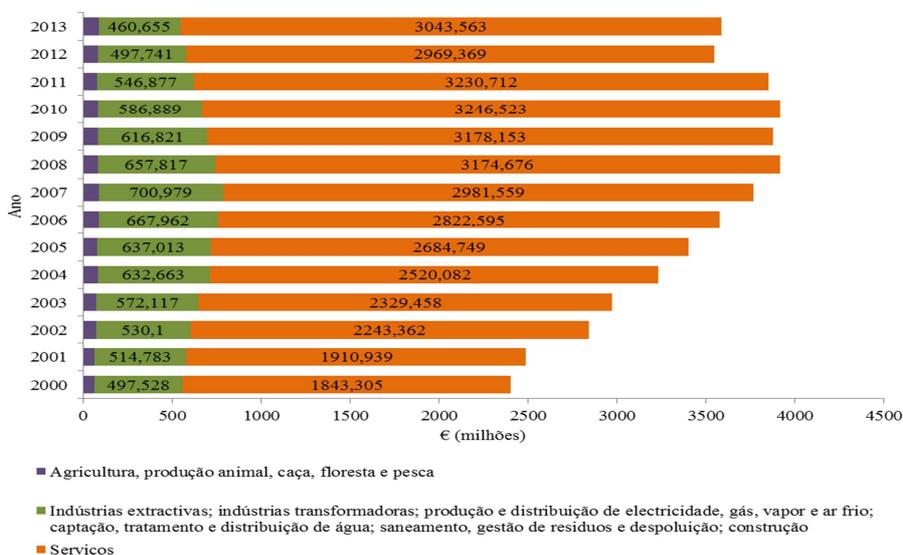


Gráfico 43- Valor acrescentado bruto (€) por sector, RAM, 2000-2013

O VAB das empresas de acordo com as principais atividades económicas denota uma tendência decrescente entre o ano de 2007 e 2012 na ordem de - 26,9 %.

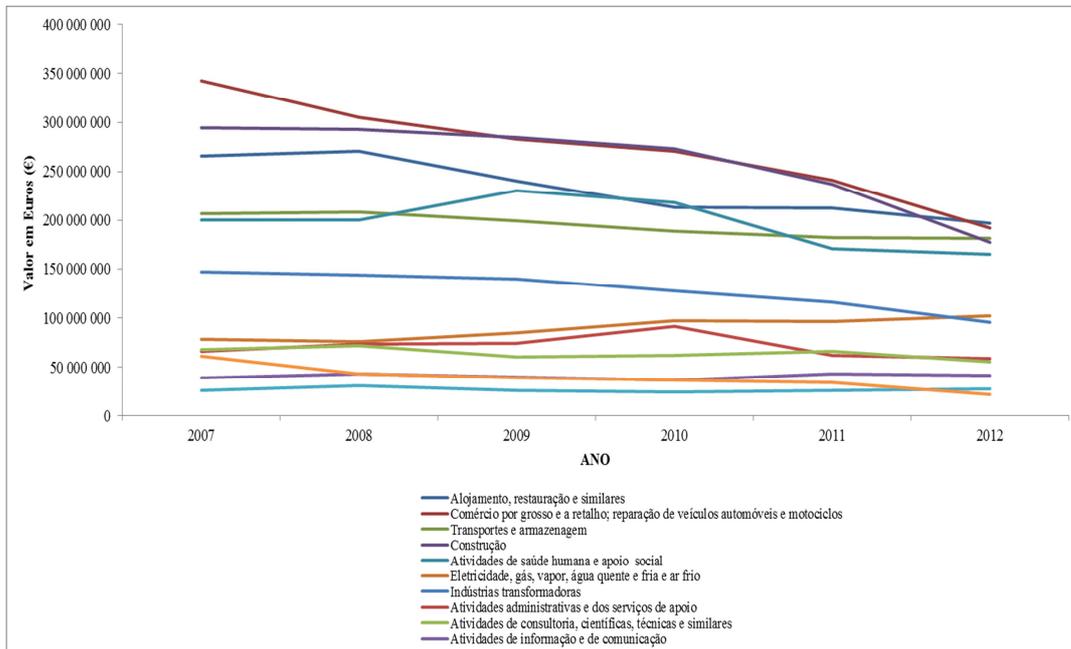


Gráfico 44-Valor acrescentado bruto (€) das Empresas e Principais atividades económicas (Divisão - CAE Rev. 3), RAM, 2007-2012

As atividades económicas que mais decaíram foram: atividades imobiliárias (-63,6 %), Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (-43,9%) e a construção (-39,9 %). Já as atividades económicas relacionadas com “Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, “Informação e comunicação” e “Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas” evidenciaram aumentos de 30,2%, 6,6 % e 4,1%, respetivamente, entre 2007 e 2012.

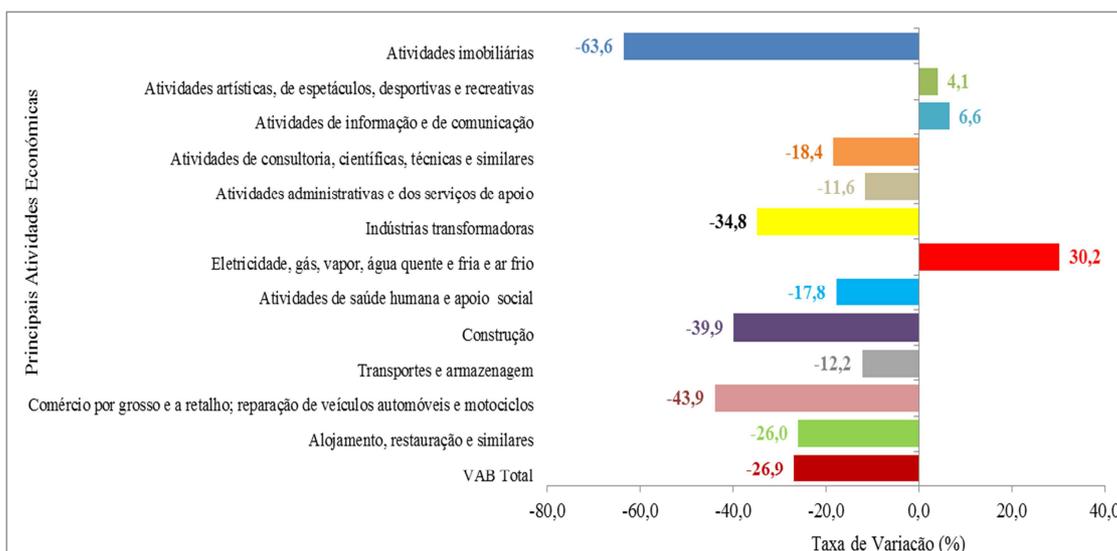


Gráfico 45-Taxa de Variação (%) do VAB das empresas por principal atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), RAM, 2007-2012

5.4.3 Orçamento regional

As verbas inscritas no orçamento da RAM indicam um decréscimo desde o ano de 2012. A despesa no âmbito social acompanha esta tendência, embora a diminuição seja ligeira. Em 2013 e 2014, o setor da Saúde é maioritariamente financiado pelo orçamento regional, sendo os serviços culturais e outros, os minoritários.

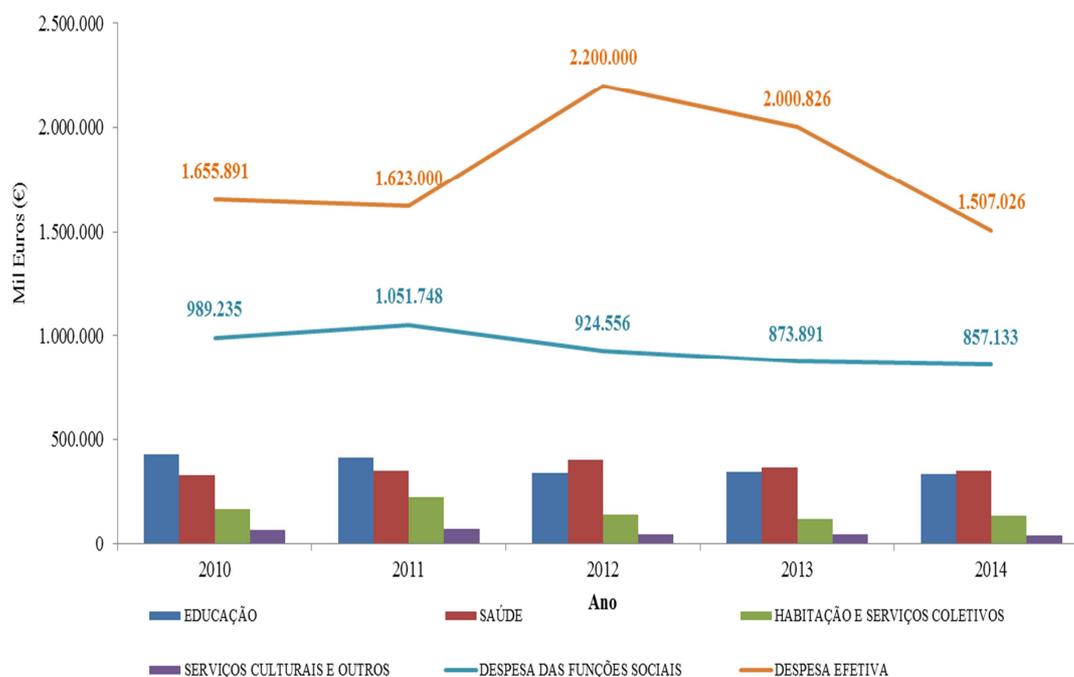


Gráfico 46-Verbas do Orçamento Regional, RAM, 2010-2014

5.4.4 Setores de atividade por concelho

A economia de uma região pode ser dividida em setores: primário, secundário e terciário, de acordo com os produtos produzidos, modos de produção e recursos utilizados. Estes setores económicos evidenciam o grau de desenvolvimento económico de uma região.

O **setor primário** está relacionado com a produção através da exploração de recursos da natureza. Podemos citar como exemplos de atividades económicas do setor primário: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça. É o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação.

O **setor secundário** é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, casas, etc.).

O **setor terciário** é o setor económico relacionado com os serviços. Os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. As atividades económicas deste setor são: comércio, [educação](#), saúde, telecomunicações, serviços de [informática](#), seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, etc.

Este setor é acentuado em regiões com alto grau de desenvolvimento económico. Quanto mais rica é uma região, maior é a presença de atividades do setor terciário. Com o processo de [globalização](#), iniciado no século XX, este foi o setor da economia que mais se desenvolveu no mundo.

No que toca às zonas de intervenção, relativamente aos sectores económicos, o concelho de Santa Cruz é o que apresenta maior VAB em euros e o Porto Santo apresenta o menor valor.

Concelho	SECTOR	VAB (€)	VAB (%)
Câmara de Lobos	Sector Primário	2 766 220	4
	Sector Secundário	19 936 728	27
	Sector Terciário	49 987 823	68
	Total (*)	73 101 257	99
Santa Cruz	SECTOR	VAB (€)	VAB (%)
	Sector Primário	3 424 659	3
	Sector Secundário	18 561 339	18
	Sector Terciário	78 860 374	78
Total (*)	101 594 106	99	
Machico	SECTOR	VAB (€)	VAB (%)
	Sector Primário	2 557 789	5
	Sector Secundário	25 373 662	45
	Sector Terciário	22 260 842	39
Total (*)	56 516 205	89	
Porto Santo	SECTOR	VAB (€)	VAB (%)
	Sector Primário	197 980	3
	Sector Secundário	1 431 531	20
	Sector Terciário	5 614 157	77
Total (*)	7 280 584	99	

Nota: (*) Existem atividades económicas que não disponibilizaram o VAB individual, pelo que a soma dos VAB no quadro apresentado não corresponde ao valor total (que é o real apresentado pelo INE).

Tabela 26-VAB por sector de atividade e concelho, 2012

Em todos os concelhos, em estudo, o sector terciário é o que detém mais peso nas economias locais, à exceção do concelho de Machico. A localização da Zona Franca determina maior representação do sector secundário neste concelho.

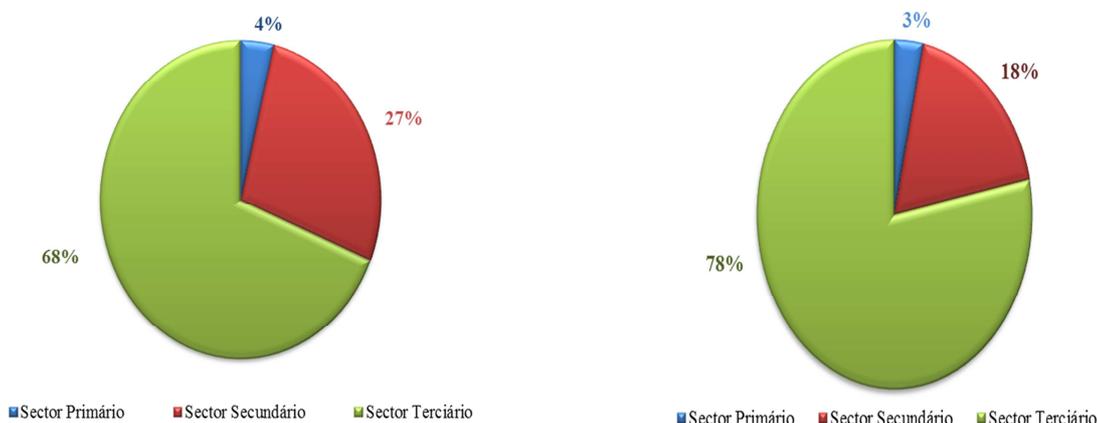


Gráfico 47-Proporção do VAB por sector de atividade, concelho de Câmara de Lobos, 2012

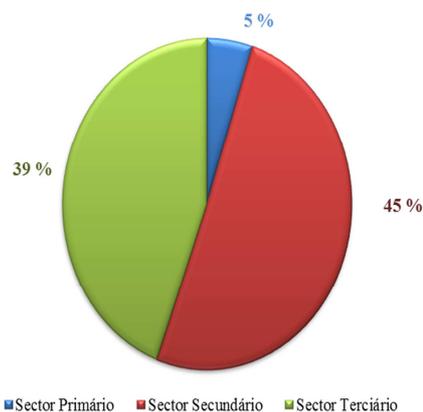


Gráfico 48-Proporção do VAB por sector de atividade, concelho de Santa Cruz, 2012

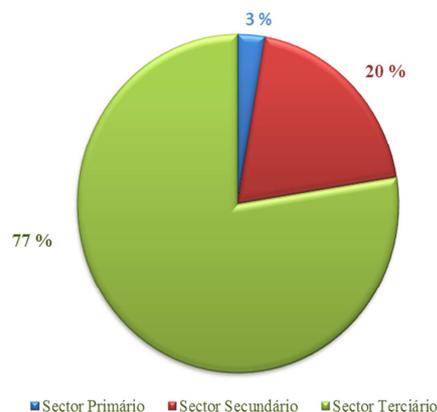


Gráfico 49-Proporção do VAB por sector de atividade, concelho de Machico, 2012

Gráfico 50- Proporção do VAB por sector de atividade, concelho de Porto Santo, 2012

5.4.5 Setor Primário

A Região Autónoma da Madeira cobre uma superfície de 801 km², 69% da qual são constituídos por florestas e 7% por terras agrícolas. A população é de aproximadamente 250 000 habitantes, um terço dos quais são produtores agrícolas. Em 2012, a taxa de desemprego atingiu 17%. A agricultura na Madeira foi moldada pela sua geomorfologia: a maioria das explorações está situada em zonas com declive médio entre 16% e 25%, o que origina elevados custos de produção e uma utilização intensiva de mão-de-obra. A totalidade da região é considerada zona sujeita a condicionantes naturais. A Madeira conta com uma grande quantidade de pequenos agricultores: 93% das explorações têm menos de 1 ha e, em 2 média, cada exploração é constituída por cerca de 4 parcelas. Apenas 0,4% das explorações têm um volume de negócios superior a EUR 100 000. Apesar destas desvantagens, a agricultura desempenha um papel essencial no combate ao abandono das terras, que constitui uma ameaça para a sustentabilidade ambiental da região. O setor agrícola contribui igualmente para manter a paisagem tradicional, uma das principais atrações turísticas da Madeira.

5.4.5.1 Concelho de Câmara de Lobos

As principais riquezas económicas do concelho de Câmara de Lobos que emanam da agricultura agregam a cultura da banana na freguesia de Câmara de Lobos, a vinicultura na freguesia do Estreito e a horticultura na Quinta Grande, Jardim da Serra e Curral das Freiras. A pesca igualmente não deixa de ter significativa importância no concelho, que apresenta como característica predominante a indústria piscatória. Esta cidade é um

porto piscatório do Peixe-Espada Preto. Ligado a este sector está a construção de barcos e a secagem da, tão falada, Gata ou Sapada, o famoso “Bacalhau de Câmara de Lobos”.

A produção de vinho é também uma modalidade vigente nesta cidade, onde se situa a Associação de Municípios Produtores de Vinho, tendo, a partir desta adesão, passado a integrar na rede nacional de municípios com tradição vitivinícola.

Segundo os censos de 2011, o concelho de Câmara de Lobos possui uma população ativa e empregada de 9.463 habitantes dos quais 663 exercem a sua atividade no sector primário. Assim, a freguesia de Câmara de Lobos possui uma população ativa e empregada de 5.106 habitantes dos quais 394 exercem a sua atividade no sector primário.

O concelho de Câmara de Lobos possui uma superfície total agrícola de 90 710 ares e uma superfície agrícola utilizada (SAU) de 71 039 ares, o que corresponde a uma taxa de utilização de 78 %. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) o número total de explorações é de 2 153, cerca de 20 % do total de explorações agrícolas na RAM.

As hortas familiares contemplam 1 % da SAU no concelho de Câmara de Lobos, onde a freguesia da Quinta Grande é a que detém maior área (2,5%).

A população agrícola do concelho é constituída por 7 400 habitantes. Na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos é onde se concentram maioritariamente. (2,8 milhares).

Relativamente às zonas de intervenção, o concelho de Câmara de Lobos é o que apresenta maior n.º de explorações agrícolas e SAU (1).

Municípios	Explorações (Nº)	Horta familiar		Superfície Agrícola Utilizada	Superfície total agrícola (Área: ares)	População agrícola familiar (milhares)	Sup. total agrícola/Área total da unid. geográfica
		(Área: ares)	(%)				
Total RAM	13 611	18 307	3	542 841	713 796	40,8	8,9
Câmara de Lobos	2 153	1 043	1	71 039	90 710	7,4	17,4
Câmara de Lobos	739	248	1	24 982	27 513	2,3	35,6
Curral das Freiras	154	22	0,4	5 144	5 201	0,4	2,1
Estreito de Câmara de Lobos	789	438	1,9	22 514	30 720	2,8	39,0
Jardim da Serra	285	166	1,4	11 753	16 513	1,1	22,4
Quinta Grande	186	169	2,5	6 646	10 763	0,7	26,0

¹ SAU = Terra arável limpa + culturas permanentes + horta familiar + pastagens permanentes

Tabela 27- Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Câmara de Lobos, 2009

5.4.5.2 Concelho de Santa Cruz

O concelho de Santa Cruz compreende atividades económicas bastante diversificadas em conformidade com as especificidades geográficas das suas freguesias. Assim, além da agricultura e da pesca, há ainda a assinalar a existência de aviários e ainda o cultivo intensivo de floricultura e horticultura.

O concelho de Santa Cruz possui uma superfície total agrícola de 64 065 ares e uma SAU de 45 270 ares, o que corresponde a uma taxa de utilização de 70 %. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) o número total de explorações é de 1 086, cerca de 8 % do total de explorações agrícolas na RAM.

As hortas familiares contemplam 3 % da SAU neste concelho, onde a freguesia da Gaula é a que detém maior área (4,7%).

A população agrícola do concelho é constituída por 3 600 habitantes. A freguesia de Santa Cruz é o local onde se concentram maioritariamente. (1,4 milhares).

Municípios	Explorações (Nº)	Horta familiar		Superfície Agrícola Utilizada	Superfície total agrícola (Área: ares)	População agrícola familiar (milhares)	Sup. total agrícola/Área total da unid. geográfica
		(Área: ares)	(%)				
Total RAM	13 611	18 307	3	542 841	713 796	40,8	8,9
Santa Cruz	1 086	1 235	3	45 270	64 065	3,6	7,9
Camacha	138	168	3	5 213	8 848	0,4	4,5
Caniço	214	431	4,1	10 641	14 264	0,8	11,9
Gaula	163	236	4,7	5 048	6 814	0,5	9,8
Santa Cruz	424	315	2,3	13 758	19 877	1,4	7,1
Santo António da Serra	147	85	0,8	10 610	14 262	0,5	9,7

¹ SAU = Terra arável limpa + culturas permanentes + horta familiar + pastagens permanentes

Tabela 28- Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Santa Cruz, 2009

5.4.5.3 Concelho de Machico

A freguesia de Porto da Cruz localiza-se nas encostas a nordeste. No seu sopé, situado na base de enormes penedos, situa-se o aglomerado populacional com uma pequena enseada. Embora uma parte da população se dedique à atividade piscatória, nos terrenos aplanados em socalcos, sobressai o cultivo da vinha a que se associa a produção de vinho. Estas atividades continuam a desempenhar um papel significativo nos rendimentos de muitos dos seus habitantes.

Santo António da Serra tem um terreno muito fértil, notório quer na variedade de espécies vegetais bravias quer nos extensos pomares.

O concelho de Machico possui uma superfície total agrícola de 68 057 ares e uma SAU de 54 846 ares, o que corresponde a uma taxa de utilização de 80 %. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) o número total de explorações é de 1 462, cerca de 10% do total de explorações agrícolas na RAM.

As hortas familiares contemplam 4% da SAU neste concelho, onde a freguesia do Porto da Cruz é a que detém maior área (6,4%).

A população agrícola do concelho é constituída por 4 300 habitantes. Na freguesia do Porto da Cruz é onde se concentram maioritariamente (2,2 milhares).

Municípios	Explorações (Nº)	Horta familiar		Superfície Agrícola Utilizada	Superfície total agrícola (Área: ares)	População agrícola familiar (milhares)	Sup. total agrícola/Área total da unid. geográfica
		(Área: ares)	(%)				
Total RAM	13 611	18 307	3	542 841	713 796	40,8	8,9
Machico	1 462	2 460	4	54 846	68 057	4,3	10,0
Água de Pena	62	57	3	2 195	2 890	0,2	5,6
Caniçal	45	37	0,9	4 298	7 929	0,2	6,7
Machico	453	86	1,1	7 904	8 903	1,1	5,1
Porto da Cruz	689	1 964	6,4	30 858	34 782	2,2	13,8
Santo António da Serra	213	316	3,3	9 591	13 553	0,6	15,7

¹ SAU = Terra arável limpa + culturas permanentes + horta familiar + pastagens permanentes

Tabela 29- Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Machico, 2009

5.4.5.4 Concelho do Porto Santo

De clima seco, com longos períodos de seca e com um solo caracterizado pela extrema aridez, a produção agrícola encontra-se inviabilizada. Assim a sua população subsistiu, ao longo de séculos, com o produto da pesca, mas atualmente, esta atividade foi praticamente abandonada.

O concelho possui uma superfície total agrícola de 36 856 ares e uma SAU de 30 934 ares, o que corresponde a uma taxa de utilização de 84 %. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) o número total de explorações é de 134, cerca de 0,9 % do total de explorações agrícolas na RAM.

As hortas familiares contemplam 0,2 % da SAU neste concelho.

Apesar de o Porto Santo ser o concelho com menos explorações agrícolas e o com menor SAU, das zonas de intervenção em análise, é o que maior taxa de utilização agrícola evidencia.

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Municípios	Explorações (Nº)	Horta familiar		Superfície Agrícola Utilizada	Superfície total agrícola (Área: ares)	População agrícola familiar (milhares)	Sup. total agrícola/Área total da unid. geográfica
		(Área: ares)	(%)				
Total RAM	13 611	18 307	3	542 841	713 796	40,8	8,9
Porto Santo	134	51	0,2	30 934	36 856	0,6	8,7
Porto Santo	134	51	0,2	30 934	36 856	0,6	8,7

¹ SAU = Terra arável limpa + culturas permanentes + horta familiar + pastagens permanentes

Tabela 30-Principais Indicadores Agrícolas, concelho de Porto Santo, 2009

5.4.4 Conclusões

De forma global, conclui-se que a atividade agrícola é evidenciada, sobretudo, por motivações relacionadas com o contributo para a subsistência do agregado familiar e valor afetivo, existindo como é normal na abordagem de atividades económicas desenvolvidas, sobretudo por familiares, dinâmicas próprias que podem apresentar resistências a novas tecnologias, procedimentos e abordagens que permitam o aumento do valor acrescentado associado à prática agrícola. De notar também que é praticamente inexistente a diversificação da atividade na exploração agrícola, apesar dos diversos quadros de apoio e da implementação da abordagem LEADER nos territórios. No quadro das qualificações e da renovação geracional das atividades agrícolas, verifica-se que tem existido uma evolução muito positiva na composição da população agrícola familiar e nos próprios produtores singulares, apesar de ter de existir um maior ênfase na requalificação do sector de forma a permitir a renovação, quer da população agrícola quer dos produtores, com vista a aumentar o valor auferido pelos agricultores e pelo agregado familiar.

De referir os aspetos relevantes como o acesso à terra, acesso ao crédito, melhoria das qualificações para a implementação e prática dos novos modelos de negócio sustentáveis com capacidade de criar relações e pontes com outros sectores da atividade económica local.

5.4.6 Setor Secundário

5.4.6.1 Concelho de Câmara de Lobos

No leito da Ribeira dos Socorridos, encontra-se um dos mais importantes polos industriais do concelho, PEZO - Parque Empresarial da Zona Oeste, onde está instalado a Empresa de Eletricidade da Madeira; a Empresa de Cervejas da Madeira; Construção Civil Avelino Farinha Agrela e Vulcanizadora 25 de Abril.

Atividades Económicas	VAB (€)
------------------------------	----------------

	13 750
Indústrias transformadoras	895
Construção	6 185 833
Indústrias extrativas	...
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	...

Legenda: Valor não disponibilizado

Tabela 31- Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Câmara de Lobos, 2012

No concelho de Câmara de Lobos existem 277 empresas no sector secundário num total de 2 519 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Concelho de Santa Cruz

Atividades Económicas	VAB (€)
Construção	8 351 840
	10 209
Indústrias transformadoras	499
Indústrias extrativas	0
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	...

Legenda: Valor não disponibilizado

Tabela 32-Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Santa Cruz, 2012

No concelho de Santa Cruz existem 317 empresas no setor secundário num total de 1646 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Concelho de Machico

Atividades Económicas	VAB (€)
Construção	14 150 237
Indústrias transformadoras	9 834 067
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1 389 358
Indústrias extrativas	...
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...

Legenda: ... Valor não disponibilizado

Tabela 33-Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Machico, 2012

No concelho de Câmara de Lobos existem 241 empresas no sector secundário num total de 1 259 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Concelho do Porto Santo

Atividades Económicas	VAB (€)
Construção	1 288 325
Indústrias transformadoras	143 206
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0
Indústrias extrativas	...
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...

Legenda: Valor não disponibilizado

Tabela 34-Atividades económicas do sector secundário, Concelho de Porto Santo, 2012

No concelho de Porto Santo existem 42 empresas no sector secundário num total de 142 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Relativamente às zonas de intervenção em análise, o concelho com maior n.º de empresas no sector secundário é Santa Cruz. O valor mais elevado de pessoal ao serviço encontra-se no concelho de Câmara de Lobos

5.4.7 Setor Terciário

Concelho de Câmara de Lobos

Atividades Económicas	VAB (€)
Transportes e armazenagem	33 629 027
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	8 515 834
Alojamento, restauração e similares	4 268 180
Outras atividades de serviços	1 826 984
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 558 533
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	802 785
Atividades de saúde humana e apoio social	514 977
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	180 264
Educação	94 922
Atividades de informação e de comunicação	46 958
Atividades imobiliárias	-1 450 641

Tabela 31- Atividades económicas do sector terciário, Concelho de Câmara de Lobos, 2012

No concelho de Câmara de Lobos existem 1 177 empresas no sector terciário num total de 2 449 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Concelho de Santa Cruz

Atividades Económicas	VAB (€)
Transportes e armazenagem	28 037 692
Alojamento, restauração e similares	20 009 889
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	16 736 292
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4 796 623
Atividades de saúde humana e apoio social	2 945 373

Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 553 431
Outras atividades de serviços	1 297 689
Educação	1 162 664
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	808 428
Atividades imobiliárias	512 293
Atividades de informação e de comunicação	...

Legenda: Valor não disponibilizado

Tabela 35- Atividades económicas do sector terciário, Concelho de Santa Cruz, 2012

No concelho de Santa Cruz existem 2 413 empresas no sector terciário num total de 5 907 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Concelho de Machico

Atividades Económicas	VAB (€)
Transportes e armazenagem	8 736 919
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	5 399 071
Alojamento, restauração e similares	2 776 291
Outras atividades de serviços	2 006 199
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	981 914
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	852 563
Atividades de saúde humana e apoio social	794 594
Educação	310 389
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	150 359
Atividades de informação e de comunicação	131 782
Atividades imobiliárias	120 761

Tabela 36-Atividades económicas do sector terciário, Concelho de Machico, 2012

No concelho de Machico existem 1 005 empresas no sector terciário num total de 2 250 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Concelho do Porto Santo

Atividades Económicas	VAB (€)
Alojamento, restauração e similares	2 283 336
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2 029 262
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	902 862
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	453 247
Transportes e armazenagem	282 279
Atividades de saúde humana e apoio social	264 861
Outras atividades de serviços	191 238
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	70 981
Atividades de informação e de comunicação	67 398
Educação	64 232

Tabela 37-Atividades económicas do sector terciário, Concelho de Porto Santo, 2012

No concelho de Porto Santo existem 427 empresas no sector terciário num total de 1114 pessoas ao serviço (INE, 2012).

Relativamente às zonas de intervenção em análise, o concelho com maior n.º de empresas no sector terciário e mais pessoas ao serviço é Santa Cruz.

5.5 ATIVIDADE ECONÓMICA – TURISMO

A atividade turística da Região está concentrada no concelho do Funchal, mas o turismo em espaço rural, tem vindo a ganhar, cada vez mais espaço, embora ainda esteja muito longe do que será pretendido.

Na RAM, em termos de chegada de turistas, a sazonalidade é muito baixa, ou seja, chegam visitantes ao longo de todo o ano, exceto no concelho de Porto Santo, que é claramente mais procurado no verão.

5.5.1 Fatores determinantes

O clima, a natureza e a proximidade ao mar são fatores determinantes na captação de turistas para a RAM. A qualidade visual da paisagem já se tornou um dos grandes fatores de atração turística da Região.

Os transportes aéreos, os preços cada vez mais acessíveis, e a frequência de voos são de extrema relevância, para o turismo e para a Madeira.

5.5.2 Tipo de turista por nacionalidade

O turismo madeirense caracteriza-se essencialmente por ser oriundo de países como Portugal Continental, Alemanha, França e Reino Unido. Em 2013 o número de turistas apresentou um ligeiro aumento face a 2012, apesar da diminuição de 5%, observada desde o ano de 2008. Ainda assim, registou-se um acréscimo de 82% do mercado francês.

R. A. Madeira Unidade: N.º

País de residência habitual	ANO							Taxa de Variação (%) 07-13
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Total	967 134	1 013 281	911 345	840 514	885 063	841 963	917 493	-5
Portugal	239 677	222 460	258 721	254 616	214 822	173 594	182 510	-24
Estrangeiro	727 457	790 821	652 624	585 898	670 241	668 369	734 983	1
Alemanha	174 023	164 570	148 536	135 003	140 703	153 780	164 590	-5
Áustria	33 807	21 570	19 535	16 019	18 133	15 194	13 620	-60
Bélgica	21 184	22 471	19 230	14 552	19 056	18 503	19 454	-8
Dinamarca	20 320	19 882	17 314	18 348	14 477	16 973	16 355	-20
Espanha	46 948	43 020	39 182	27 188	33 919	34 676	35 706	-24
Finlândia	20 773	26 984	20 347	21 075	20 602	20 467	18 985	-9
França	63 152	81 217	78 898	63 341	90 342	102 727	114 711	82
Itália	20 340	16 567	12 544	9 631	11 016	10 621	10 730	-47
Noruega	18 105	9 637	11 490	9 424	10 726	12 775	17 730	-2
Países Baixos	29 219	33 329	30 487	29 963	33 465	31 515	31 783	9
Reino Unido	188 843	238 616	159 676	151 541	168 407	139 527	166 939	-12
Suécia	21 926	24 025	14 236	13 760	12 713	13 656	16 177	-26
Outros Países	68 817	88 933	81 149	76 053	96 682	97 955	108 203	57

Tabela 38 - Hóspedes entrados em estabelecimentos hoteleiros, por países de residência habitual na RAM, 2007-2013 / Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM

5.5.3 Estabelecimentos hoteleiros

O número de estabelecimentos hoteleiros na RAM, em 2013, é de **159**. Está associado a um decréscimo de 17%, comparativamente ao ano de 2007.

Entre os concelhos em estudo, Santa Cruz é o que tem mais estabelecimentos hoteleiros, em 2013, apesar da diminuição expressa, relativamente a 2007, de 22%. Câmara de Lobos é o concelho que apresenta menos estabelecimentos hoteleiros (3) e é também o concelho que se manteve mais constante, entre 2007 e 2013.

Unidade: N.º / 31 de Julho / Média anual

Região	ANO							Taxa de Variação (%) 07-13	
	Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012		2013
R.A.Madeira		193	196	201	197	195	161	159	-17
Calheta		12	13	13	13	15	9	8	-30
Câmara de Lobos		3	4	4	4	4	4	3	0
Funchal		103	103	106	104	102	88	87	-16
Machico		9	10	11	10	10	8	10	8
Ponta do Sol		4	4	4	5	4	3	3	-18
Porto Moniz		7	7	6	6	6	5	5	-29
Ribeira Brava		5	5	5	5	5	5	5	0
Santa Cruz		26	26	26	26	25	21	20	-22
Santana		5	5	5	4	5	4	4	-20
São Vicente		7	6	7	7	6	6	5	-29
Porto Santo		12	13	13	13	13	8	9	-27

A partir de 2006, corresponde a uma média anual dos estabelecimentos em funcionamento em cada mês.

Nota: Esta informação diz respeito aos estabelecimentos em funcionamento.

Tabela 39- Estabelecimentos hoteleiros, por município, RAM, 2007-2013/ Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM

5.5.4 Taxa líquida de ocupação-quarto nos estabelecimentos hoteleiros

A taxa líquida de ocupação-quarto é um indicador importante na caracterização do Turismo na Madeira.

No ano de 2013, a taxa de ocupação referida apenas aumentou 1%, face a 2008.

Os municípios de Machico e Santa Cruz apresentam evoluções negativas relativamente à taxa de ocupação, de 9% e 11%, respetivamente, em 2013. No Porto Santo e Câmara de Lobos, a evolução é oposta, isto é, positiva, com valores de 6% e 3%, respetivamente.

Unidade: %

Municípios	ANO						Taxa de Variação (%) 08-13
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
R. A. Madeira	63,2	54,8	51,4	56,7	57,1	63,9	1
Calheta	66,9	65,3	59,3	67,7	69,8	71,2	4
Câmara de Lobos	47,2	34,5	29,1	24,9	36,5	49,9	3
Funchal	66,1	57,2	53,8	60,5	60,4	68,8	3
Machico	51,2	43,5	43,5	48,1	49,9	42,3	-9
Ponta do Sol	67,5	65,7	66,5	68,8	76,2	75,6	8
Porto Moniz	28,6	27,9	23,2	30,8	37,9	43,1	14
Ribeira Brava	43,4	36,3	25,7	22,8	22,5	37,3	-6
Santa Cruz	74,3	64,0	59,5	58,8	57,1	63,5	-11
Santana	26,1	25,1	13,9	20,3	26,0	29,0	3
São Vicente	52,3	39,3	40,0	46,5	46,5	51,9	0
Porto Santo	39,0	35,6	34,0	42,3	43,2	45,0	6

Tabela 40-Taxa líquida de ocupação – quarto em estabelecimentos hoteleiros por município, RAM, 2008-2013 / Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM

5.5.5 RevPar nos estabelecimentos hoteleiros

RevPar é a abreviação, em português, para *Revenue per Available Room*, ou Receita por Quarto Disponível. É um índice muito utilizado na indústria hoteleira para se avaliar e comparar as receitas de hotéis. Pode ser também traduzido como o rácio entre a receita dos quartos ocupados e os quartos disponíveis num determinado período.

Apesar dos sinais de alguma retoma turística na RAM, o RevPar nos estabelecimentos hoteleiros da RAM apresenta valores que traduzem um decréscimo de 2%, entre 2007 e 2013.

O concelho de Machico é o único, dos concelhos em estudo, que assume um aumento de 13%, no período análogo.

Unidade: Euros

Região Municípios	ANO							Taxa de Variação (%) 07-13
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
R.A.Madeira	35,57	36,76	30,62	26,98	30,27	31,42	34,83	-2
Calheta	28,31	30,80	30,96	25,21	28,27	33,74	39,21	39
Câmara de Lobos	37,98	25,85	19,00	15,64	18,49	15,66	20,28	-47
Funchal	39,17	41,42	33,45	29,53	33,47	34,62	38,69	-1
Machico	16,50	17,26	14,53	14,26	15,64	18,18	18,59	13
Ponta do Sol	36,05	36,90	36,37	35,81	38,31	38,77	41,70	16
Porto Moniz	10,43	13,72	12,95	11,84	14,63	15,32	16,47	58
Ribeira Brava	11,26	12,07	10,85	9,56	12,42	12,18	15,30	36
Santa Cruz	33,88	34,37	30,82	26,70	27,73	27,17	30,81	-9
Santana	15,94	14,37	12,15	6,46	9,30	14,32	14,68	-8
São Vicente	21,13	26,11	18,10	17,21	20,90	24,08	25,37	20
Porto Santo	32,44	28,80	26,48	23,87	26,71	29,57	29,48	-9

Tabela 41- RevPar nos estabelecimentos hoteleiros, por município, RAM, 2007-2013
Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM

5.5.6 Capacidade de alojamento

A capacidade de alojamento na região aumentou apenas 2%, entre 2007 e 2013.

Foi o concelho de Câmara de Lobos que mais reforçou a capacidade de alojamento, associada a um acréscimo de 123%. O concelho de Santa Cruz perdeu 8% de camas, entre 2007 e 2013.

Unidade: N.º / 31 de Julho / Média anual

Região Municípios	Año							Taxa de Variação
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
R.A.Madeira	27 307	28 057	28 915	28 530	28 399	27 732	27 862	2
Calheta	736	762	815	860	878	926	881	20
Câmara de Lobos	260	684	684	684	679	667	580	123
Funchal	17 984	17 893	18 889	18 597	18 554	18 095	17 981	0
Machico	772	779	819	797	795	761	1 078	40
Ponta do Sol	262	262	264	275	265	280	280	7
Porto Moniz	296	297	271	260	248	238	235	-21
Ribeira Brava	394	394	394	394	394	394	394	0
Santa Cruz	4 171	4 190	4 021	4 005	3 933	3 881	3 854	-8
Santana	354	362	362	307	339	328	334	-6
São Vicente	634	616	642	634	619	635	582	-8
Porto Santo	1 446	1 818	1 754	1 717	1 695	1 527	1 663	15

Tabela 37 - Capacidade de alojamento por município, RAM, 2007-2013 / Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM

Tabela 42-Capacidade de Alojamento por Município, RAM, 2007-2013/Fonte: Estatística do Turismo RAM, DREM**5.5.7 Pessoal ao serviço**

A RAM diminuiu em 15% o pessoal ao serviço, em estabelecimentos hoteleiros, entre 2007 e 2013. Os concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Porto Santo também perderam 5%, 28% e 17%, da força de trabalho, respetivamente. Apenas em Machico, o número de empregados aumentou em 41%, nos estabelecimentos hoteleiros.

Região	ANO							Taxa de Variação (%) 07-13	
	Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012		2013
R. A. Madeira		6 570	6 498	6 347	5 997	5 810	5 569	5 602	-15
Calheta		180	191	188	190	192	180	180	0
Câmara de Lobos		96	102	100	96	105	107	91	-5
Funchal		4 501	4 469	4 446	4 184	4 035	3 890	3 863	-14
Machico		118	115	122	118	114	121	166	41
Ponta do Sol		70	71	69	68	72	70	71	1
Porto Moniz		61	59	55	53	50	50	46	-24
Ribeira Brava		61	58	53	53	59	55	54	-11
Santa Cruz		963	935	855	832	760	697	696	-28
Santana		94	87	87	61	74	81	83	-12
São Vicente		107	90	90	85	82	84	84	-21
Porto Santo		322	321	282	257	267	234	268	-17

Tabela 43- Pessoal ao serviço por município

5.5.8 Turismo Rural

O Turismo Rural na RAM apresenta uma evolução extremamente positiva entre o período 2007 e 2013, com um aumento de 55% no número de hóspedes entrados, o que traduziu uma taxa de ocupação crescente, associada a uma taxa de variação de 9%. Os restantes indicadores acompanharam a tendência, à exceção do pessoal ao serviço, que diminuiu em 1%, bem como a estada média, com uma redução de 20%.

R. A. Madeira

Rubricas	ANO							Taxa de Variação (%) 07-13
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Hóspedes entrados (N.º)	8 179	8 736	8 360	7 954	8 644	200	12 675	55
Hóspedes (N.º)	9 078	9 495	9 007	8 699	9 716	12	13 770	52

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

	49	47	42	36	43	54	60	
Dormidas (N.º)	623	983	974	810	712	812	055	21
Estada média (N.º de noites)	5,5	5,1	4,8	4,2	4,5	4,5	4,4	-20
Taxa de ocupação (%)	24,0	23,6	20,9	17,3	20,4	24,4	26,2	9
Proveitos totais (milhares de euros)	1 444	1 543	1 399	1 238	1 462	1 820	2 074	44
Proveitos de aposento (milhares de euros)	1 354	1 424	1 268	1 105	1 258	1 614	1 824	35
Custos com o pessoal (milhares de euros)	479	532	572	546	546	635	619	29
Estabelecimentos (N.º)	50	49	48	49	50	52	50	0
Quartos (N.º)	275	270	272	285	285	298	305	11
Capacidade de alojamento (N.º)	566	557	563	584	587	613	628	11
Pessoal ao serviço (N.º)	100	91	88	89	89	102	99	-1

Tabela 44-Principais Indicadores no Turismo Regional da RAM, 2007-2013 Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM

5.5.9 Turismo Rural por zona de intervenção

Concelho de Câmara de Lobos

Entre os anos de 2010 e 2013, o número de estabelecimentos de Turismo Rural, no concelho de Câmara de Lobos, manteve-se estável (n=3). O número de quartos e capacidade de alojamento apresentaram uma diminuição de 16,7%, no mesmo período. O número de hóspedes entrados decaiu 9,9%. A estada média, em 2013, foi de 5,9 dias representando uma diminuição de 0,1% face a 2010. Os proveitos totais baixaram 11,2%, em 2013, relativamente a 2010.

Rubricas	2010	2011	2012	2013	Taxa de variação (%)
	N	N	N	N	
Estabelecimentos	3	3	3	3	0,0
Quartos	12	12	10	10	-16,7
Capacidade	24	24	20	20	-16,7
Hóspedes entrados	131	150	109	118	-9,9
Hóspedes	158	179	130	140	-11,4
Dormidas	945	1 212	861	830	-12,2
Estada Média (dias)	6,0	6,8	6,6	5,9	-0,1
Proveitos Totais (€)	x	x	22 877	20 311	-11,2
Proveitos de aposento (€)	x	x	22 877	20 311	-11,2
Custos com o pessoal (€)	-

Legenda: x - valor não disponível, ... - valor confidencial
Fonte: DREM, Estatísticas do turismo, microdados.

Tabela 45-Principais Indicadores no Turismo Rural no concelho de Câmara de Lobos, 2010-2013

Concelho de Santa Cruz

Entre os anos de 2010 e 2013 o número de estabelecimentos de Turismo Rural, no concelho de Santa Cruz, aumentou 16,7%. O número de quartos e capacidade de alojamento apresentaram crescimentos de 18,9% e 25,7%, respetivamente, no mesmo período. O número de hóspedes entrados acresceu 74,1%. A estada média, em 2013, foi de 4,2 dias representando uma diminuição de 1,1% face a 2010. Os proveitos totais baixaram 1,5%, em 2013, relativamente a 2010.

Rubricas	2010	2011	2012	2013	Taxa de variação (%)
	N	N	N	N	
Estabelecimentos	6	8	8	7	16,7
Quartos	37	55	54	44	18,9
Capacidade	74	111	113	93	25,7
Hóspedes entrados	853	1 681	1 771	1 485	74,1
Hóspedes	995	1 952	1 925	1 611	61,9
Dormidas	5 321	8 278	8 060	6 815	28,1
Estada Média (dias)	5,3	4,2	4,2	4,2	-1,1
Proveitos Totais (€)	X	x	218 638	215 429	-1,5
Proveitos de aposento (€)	x	x	179 159	168 678	-5,9
Custos com o pessoal (€)	x	x	122 339	111 933	-8,5

Legenda: x - valor não disponível, ... - valor confidencial
 Fonte: DREM, Estatísticas do turismo, microdados.

Tabela 46- Principais Indicadores no Turismo Rural no concelho de Santa Cruz, 2010-2013

Machico

Devido à lei de segredo estatístico, não foi possível facultar informação para o concelho de Machico (Direção Regional de Estatística da Madeira).

Porto Santo

Devido à lei de segredo estatístico, não foi possível facultar informação para o concelho de Porto Santo (Direção Regional de Estatística da Madeira).

5.5.9 Principais rotas e percursos turísticos

Os roteiros turísticos (levadas, miradouros, veredas) são um meio de cativar visitantes para os respetivos concelhos. Alguns são sobretudo percursos naturais, mas que

necessitam de uma boa manutenção, para que ofereçam segurança e continuem, assim, a atrair curiosos e entusiastas da natureza. Outros são oportunidades de negócio (exemplo: turismo cultural pelo património edificado, passeios de barco, de cavalo, BTT). Nestes casos, enquanto a respetiva empresa procura angariar clientes, para vender o seu produto, o concelho também é beneficiado com a presença dos turistas, que não só desfrutam dos percursos turísticos, como também podem recorrer ao alojamento, aos serviços de restauração e comércio locais, contribuindo para a economia nos lugares que visitam.

Outra oportunidade que pode ser potenciada comercialmente decorre de um dos projetos apoiados no Quadro 2007-2013 pela ACAPORAMA / PRODERAM e que concebeu e desenhou 35 Roteiros de turismo cultural que explora uma combinação entre a paisagem e o património cultural, imóvel e imaterial, existente nas freguesias de Gaula, Porto da Cruz, Porto Santo, Caniçal, Água de Pena, Jardim da Serra e Curral das Freiras. Este tipo de projetos aponta uma das oportunidades interessantes para o futuro, nomeadamente o cross selling entre património e turismo numa perspetiva inovadora e criativa. (Mais informações em www.patrisig.net).

5.5.9.1 Concelho de Câmara de Lobos

DESIGNAÇÃO	LOCAL
PRINCIPAIS PERCURSOS PEDONAIS	
Vereda do Urzal	Curral das Freiras
Caminho Real da Encumeada	Jardim da Serra
PRINCIPAIS ROTEIROS	
Promontório do Cabo Girão	Câmara de Lobos
Jardins do Ilhéu	Câmara de Lobos
Forno da Cal	Câmara de Lobos
Teleférico das Fajãs Cabo Girão “Rancho”	Câmara de Lobos
Museu da Imprensa	Câmara de Lobos
PRINCIPAIS MIRADOUROS	
Miradouro da Boca da Corrida	Jardim da Serra
Miradouro do Rancho	
Miradouro do Salão Ideal	Câmara de Lobos
Miradouro do Pico da Torre	
Miradouro de Winston Churchill	Câmara de Lobos
Miradouro do Cabo Girão	
Miradouro da Eira do Serrado	Curral das Freiras
Miradouro do Paredão	Curral das Freiras

Tabela 47– Principais percursos e pontos turísticos no concelho de Câmara de Lobos

5.5.9.2 Concelho de Santa Cruz

DESIGNAÇÃO	LOCAL
------------	-------

PRINCIPAIS ROTEIROS	
Promontório do Cristo Rei	Caniço
Teleférico do Garajau	Caniço
Jardim Municipal de Santa Cruz	Santa Cruz
Jardim Botânico da Quinta Splendida	Caniço
Jardim da Quinta do Dr.º Américo Durão	Santa Cruz
Quinta de São Jorge	Santo da Serra
Aquaparque	Santa Cruz
PRINCIPAIS MIRADOUROS	
Miradouro Cristo Rei	Caniço
Miradouro Pico da Atalaia	Caniço
Miradouro do Rosário	Santa Cruz
Miradouro do Lombinho	Santa Cruz
Miradouro da Deserta Grande	Desertas

Tabela 48 – Principais percursos e pontos turísticos no concelho de Santa Cruz

5.5.9.3 Concelho de Machico

DESIGNAÇÃO	LOCAL
PRINCIPAIS PERCURSOS PEDONAIS	
Levada Portela - Ribeiro Frio	Porto da Cruz/Machico
Levada Caniçal – Boca do Risco	Canaiçal
Levada Castelejo – Porto da Cruz	Porto da Cruz
Vereda da Ponta de São Lourenço	Canaiçal
Vereda das Funduras	Porto da Cruz/ Machico
Vereda do Larano	Machico/Porto da Cruz
PRINCIPAIS ROTEIROS	
Jardim Municipal de Machico	Machico
Núcleo Museológico de Machico	Machico
Jardim da Quinta da Ajuda	Santo António da Serra
Companhia dos Engenhos do Norte	Porto da Cruz
Campo de Golfe do Santo da Serra	Santo António da Serra
Museu da Baleia	Canaiçal
PRINCIPAIS MIRADOUROS	
Miradouro da Queimada	Água de Pena
Miradouro do Fortim do Pico	
Miradouro da Portela	Portela/Machico
Miradouro do Pico do Facho	
Miradouro Senhor dos Milagres	Machico
Miradouro Francisco Álvares Nóbrega	Machico
Miradouro da Baía d'Abra	Canaiçal
Miradouro Ponta do Rosto	Canaiçal

Tabela 49 – Principais Percursos turísticos no concelho de Machico

5.5.9.4 Concelho de Porto Santo

DESIGNAÇÃO	LOCAL
PRINCIPAIS PERCURSOS PEDONAIS	
Vereda do Pico Branco e Terra Chã	Porto Santo
Vereda do Pico Castelo	Porto Santo
PRINCIPAIS ROTEIROS	
Casa Colombo Museu do Porto Santo	Porto Santo
Campo de Golfe do Porto Santo	Porto Santo
Centro Hípico do Porto Santo	Porto Santo
Academia de Ténis do Porto Santo	Porto Santo
Centro de Talassoterapia	Porto Santo

PRINCIPAIS MIRADOUROS	
Miradouro da Portela	Porto Santo
Miradouro do Pico Castelo	Porto Santo
Miradouro das Lombas	Porto Santo
Miradouro das Flores	Porto Santo

Tabela 50– Principais Percursos turísticos no concelho do Porto Santo

5.5.10 Turismo Náutico

O Turismo Náutico na Madeira é um dos pontos de interesse para os visitantes. As inúmeras atividades náuticas, como passeios de barco, mergulho, observação de cetáceos, desportos marítimos, estão espalhadas um pouco por toda a ilha. Destacamos os principais pontos de interesse, nos quatro concelhos em análise.

Roteiro Náutico de Machico – Um passeio de catamaran ao longo da costa (Caniçal, Machico, Santa Cruz), para desfrutar das águas calmas e das paisagens, para observar golfinhos e baleias e para nadar na Baía d’Abra.

Reserva Natural do Garajau (Caniço) – A criação desta reserva veio dar resposta à necessidade urgente de impedir a progressiva desertificação dos fundos marinhos do litoral da ilha da Madeira e contribuir para o repovoamento faunístico das áreas adjacentes. Pela sua localização geográfica e principalmente pela sua riqueza biológica e águas transparentes e limpas, apresenta grande aptidão de utilização do ponto de vista recreativo, educativo e científico. É uma área onde se dinamiza a prática do mergulho amador e funciona como forte atrativo para a deslocação de inúmeros mergulhadores amadores à Região.

Reserva Natural das Ilhas Desertas - Estas ilhas são um importante refúgio para o lobo-marinho, espécie que atualmente conta com pouco mais de 25 indivíduos, em oposição aos 6 a 8 que existiam em 1988, antes da criação da reserva. Na avifauna destacam-se várias colónias de aves marinhas como a cagarra, a alma-negra, o roque-de-castro e a raríssima freira-do-búgio. Nos invertebrados, a tarântula-das-desertas tem um papel especialmente relevante, por ser uma espécie endémica restrita ao Vale da Castanheira na Deserta Grande.

Coasteering - combina *rappel*, escalada e saltos para o mar numa única atividade que lhe permite conhecer as escarpas sobre as baías as grutas e os recantos com água

translúcida, existentes na Ilha, pode ser praticada na Reserva Natural da Ponta de São Lourenço.

Surf e bodyboard – A Madeira oferece as condições necessárias para a prática de surf. O arquipélago é um local privilegiado para receber *swells* do Atlântico Norte e beneficia de todo o tipo de ondas, desde *point breaks* a *reef breaks*. O Porto da Cruz é uma das zonas em destaque, nesta modalidade.

5.5.11 Turismo Cultural e Patrimonial

O Turismo Cultural e Patrimonial é uma das grandes oportunidades que a Madeira tem para oferecer, nomeadamente as suas freguesias rurais onde se podem combinar iniciativas que partindo das tradições locais ou das potencialidades da sua paisagem e meio ambiente, possam conceber eventos de renome que sejam criativos, inovadores e com potencial para atrair visitantes e turistas, bem como potenciais investidores.

A Madeira é hoje percebida como um destino de experiências inovadoras e não apenas como um destino para disfrutar a sua paisagem, por isso, a aposta na criação de eventos que interliguem esta dimensão de experiência da paisagem e da cultura constitui-se numa grande oportunidade para o desenvolvimento dos meios rurais. Se concebidos à escala e numa perspetiva de autos sustentabilidade futura, este tipo de eventos pode ser um dos veículos motores para o desenvolvimento económico, a atracção de visitantes e populações residentes.

5.5.11 Conclusão

De acordo com os dados analisados e segundo estimativas locais, a RAM oferece neste momento 34 a 36 mil camas. A grande maioria dos estabelecimentos turísticos são Hotéis e situa-se no Funchal, o que é reflexo da enorme polarização da oferta em alojamento na RAM.

As mais recentes estimativas apontam que o Alojamento Local e Turismo de Habitação possam representar até 14% da oferta de alojamento da RAM. E apesar de algumas unidades apresentarem alguma qualidade não existe informação sobre esta tipologia que permita caracterizar adequadamente o sector e não existe monitorização para assegurar critérios mínimos de qualidade o que em última análise, pode levar à degradação da imagem do destino.

De referir que a modernização da hotelaria está a ocorrer por via de construção de novas unidades hoteleiras e não pela requalificação das já existentes, visto que o sector

encontra-se com fortes problemas de endividamento o que condiciona futuros reinvestimentos.

Nos empreendimentos turísticos da RAM, a implementação de medidas de contenção de custos relacionados com a utilização de água, gestão de resíduos e utilização eficiente de energia apresentam valores em linha com as outras regiões do país, tendo comparativamente uma maior adesão aos interruptores por cartão e sistemas automáticos de ligar/ desligar aquecimento ou ar condicionado, e uma menor adesão aos sistemas de climatização reguláveis pelo cliente.

Relativamente à certificação, a RAM é a região que apresenta menores índices, apesar do crescimento assinalável em 2012, com as principais lacunas a serem nas certificações ISO 14001 e 9001. A adesão a esquemas internacionalmente reconhecidos de gestão ambiental poderão ser uma mais-valia clara para a captação de um nicho de valor acrescentado, em que o cliente reconhece o fator diferenciador do serviço em função das práticas ambientais e da promoção dos produtos e cultura locais.

Um dos sectores de atividade turística que pode apresentar ainda margem de manobra de crescimento é o sector da restauração e produtos locais, em resultado da qualidade característica dos estabelecimentos de restauração da Madeira, diversos prémios (distinções de melhor restaurante, certificados de excelência e uma estrela Michelin) foram concedidos a determinados restaurantes da RAM. Atendo à potencialidade de exploração dos produtos agrícolas locais, este sector poderá ser preponderante para a criação de uma rede baseada na relação com os produtores locais.

Em relação ao modelo de promoção regional atual, o mesmo encontra-se repartido entre a APM e a DRT, em função do mercado a que dirigem os seus esforços de promoção. A nível local, que as câmaras municipais efetuam investimentos na comunicação dos pontos de atração turística de cada um seus municípios. A possibilidade de integrar e criar novas rotas temáticas que possam criar uma experiência dinâmica de interação com os clientes, implica por um lado a existência de massa critica adequada de serviços disponíveis para o cliente, mas também a forma como os mesmos são apresentados em rede, de forma a mostrar uma versão multidimensional e autêntica das particularidades e potencialidades de cada território. Cada vez mais, o perfil do turista deste tipo de produtos faz uso de plataformas digitais de venda integrada do destino, com a possibilidade de venda direta dos serviços, possibilitando a criação de um pacote à medida e direcionado aos interesses de cada cliente. Devido à existência de uma aposta na venda de pacotes “all-inclusive”, diminui a possibilidade de impacto financeiro na economia local.

É de interesse que possam existir alterações ao modelo de promoção local, que poderão trazer alterações no nível de intervenção de cada território. Potenciais alterações poderão ter impacto na forma com que é gerida a atratividade turística de cada território e as mais-valias que possam existir na complementaridade de serviços. Mais uma vez, o fator de escala é essencial para a viabilização dos projetos em rede. O sector da restauração local deverá passar pela reinvenção e reinterpretção como fator de inovação face às novas tendências gastronómicas que se têm verificado em muitos dos

seus mercados emissores (por exemplo, o vegetarianismo), uma vez que estamos perante um turista cada vez mais exigente.

Presentemente, na RAM, existem 4 Instituições que formam alunos na área do Turismo, podendo ser eventualmente cinco com a criação de um novo curso por parte da UMA. Apesar, da crescente oferta interna, no que respeita à formação de recursos humano existem claras lacunas na qualificação e emprego na RAM. Em particular no que se refere à desadequação da formação existente às necessidades do turismo, nomeadamente em áreas consideradas fundamentais: línguas e competências comportamentais, no facto de os programas e currículos estarem desajustados para as necessidades dos empregadores e para realidade regional no seu todo, na incapacidade do sector de, por vezes, reter a mão-de-obra que formou e que é qualificada (via emigração), mas também pela falta de visão estratégia dos gestores e mais elevados cargos operacionais.

No caso concreto do Porto Santo, a capacidade do aeroporto não é o fator limitativo para o desenvolvimento turístico da região, uma vez, que a sua capacidade máxima de cerca de 1,2 milhões de passageiros/ano só foi utilizada em cerca de 8% durante o ano de 2013. Ainda, a ocupação dos aviões, em 2013, é de cerca de 64,8%, o que demonstra alguma dificuldade em captar turistas/ passageiros para Porto Santo. A quebra verificada na última década, tanto em termos de movimentos como passageiros, em contraciclo com a evolução registada nos hóspedes no Porto Santo (crescimento em cerca de 2% entre 2004 e 2013, para os 59 mil), possivelmente justificada pelo transporte alternativo por via marítima (Lobo Marinho), em particular pela existência de pacotes de bilhete e alojamento. Não existem voos “*low cost*” para Porto Santo, verificando-se um crescente peso das operações não regulares (Charter) para o Porto Santo. Um das alternativas é o da criação de um conjunto aliciante de pacotes turísticos que possam fazer do destino Porto Santo uma alternativa credível ao conjunto de serviços desenvolvidos “*all inclusive*” que tem sido praticado pelos maiores operadores turísticos locais (Porto Santo Line e Grupo Pestana) e também a aposta em sectores que não dependam inteiramente da atividade balnear, com a complementaridade de outros serviços, como a gastronomia, o turismo de saúde e bem-estar, o enoturismo, a caça, o mergulho, turismo de natureza e atividades náuticas. Para isso contribui a estabilidade climática e o tempo ameno que possibilita a continuidade de algumas destas atividades ao longo do ano.

O crescimento das dormidas na RAM desde 2010 (+21%) foi alavancado não só pelo aumento do número de hóspedes (+11%), como também pelo aumento generalizado da estadia média dos hóspedes. Dos cerca de 1,25 milhões de passageiros desembarcados em 2013 nos aeroportos da RAM (Madeira e Porto Santo), cerca de 1,08 milhões deram entrada em estabelecimentos hoteleiros, sendo esta diferença justificada pelo passageiro residente, turista alojado em TER, alojamento local e outras formas de alojamento. Uma análise alargada para os últimos 20 anos permite concluir que apesar de a procura ter aumentado cerca de 70%, não foi suficiente para acompanhar o aumento para mais do dobro da oferta, o que constitui claramente uma situação de saturação da oferta de alojamento, refletindo-se em indicadores como o RevPAR que diminuiu abruptamente

em 2008 e só gradualmente tem vindo a recuperar. No caso concreto da ZI esse indicador ainda não recuperou totalmente para os valores de 2008.

5.6 EMPREGO

A taxa de atividade na RAM registou um acréscimo significativo entre 1991 e 2011 (passou de 41,4 para 52,6), que se deve sobretudo aos ativos femininos (aumentou de 31,7 para 48,4, segundo os Censos). Refira-se, neste domínio, que a Madeira é ainda caracterizada pela dimensão significativa que o “emprego não formal” representa (trabalho por conta própria, trabalho ao domicílio e trabalho a tempo parcial), configurando situações de subemprego, geralmente em atividades com um baixo nível de remuneração, não refletindo verdadeiramente a taxa de atividade regional.

5.6.1 População em idade ativa

A população em idade ativa engloba todos os habitantes residentes entre os 15 e 64 anos.

Relativamente ao Património de Conhecimentos e Competências da RAM, embora tendo registado progressos assinaláveis nas últimas duas décadas, nomeadamente devido à melhoria dos níveis de habilitação e de qualificação da população, em geral, e à escolarização dos jovens, em particular, a população adulta em idade de trabalhar (25 a 64), regista ainda um baixo nível de qualificações formais e uma taxa significativa de analfabetismo.

Segundo os dados dos Censos de 2011 o nível Analfabetismo da População, embora registando um forte decréscimo, assume ainda valores expressivos no total da Região. Em 2011, a proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo atinge na região da Madeira os 12,6%, situando-se acima do verificado no país, 10,4%.

Embora na última década se tenha assistido a uma significativa diminuição da proporção de população sem qualquer nível de ensino, em todo o arquipélago, em 2001 este indicador era 22,2%, continuam a verificar-se diferenças nítidas entre os municípios. Porto Moniz, com mais de um quarto da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo é o município da região com o valor mais elevado. Seguem-se São Vicente (23,2%) e Santana (22,5%). Em situação mais favorável encontram-se Funchal (9,1%), Porto Santo (8,6%) e Santa Cruz (8,1%) que

representam os valores mais baixos.

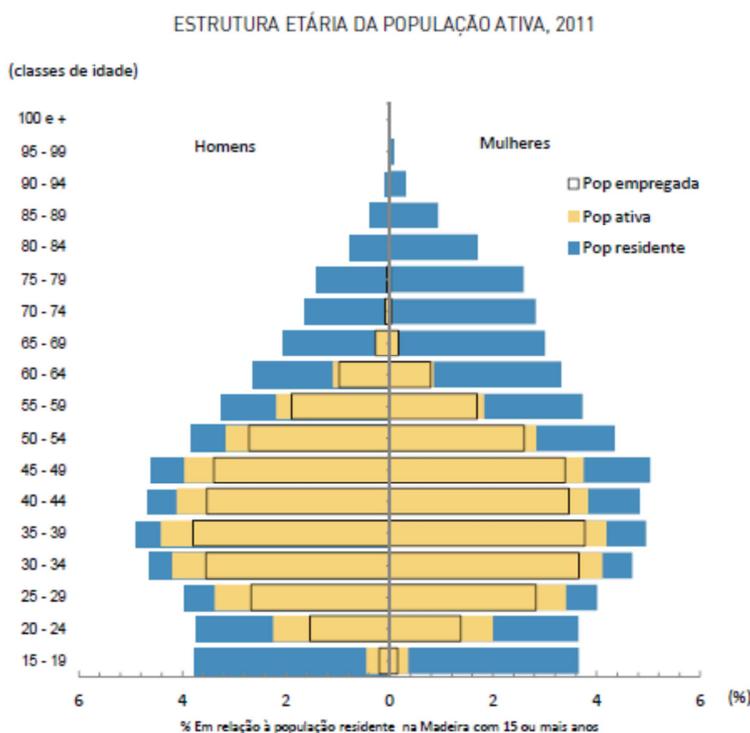
De facto, não obstante o esforço efetuado para dotar a Região, nas duas últimas décadas, das infraestruturas necessárias e das políticas seguidas no domínio da Educação terem sido consideradas, em muitos casos, inovadoras, é um facto que parece ainda não ter decorrido o tempo suficiente para que os Indicadores Macro registem os resultados desse investimento.

De acordo com os resultados dos Censos 2011, a proporção da população da região da Madeira com 18-24 anos que abandonou o sistema de ensino e que completou no máximo o 3º ciclo do ensino básico é de 26,7%.

Face à média nacional, 22,1%, a região da Madeira surge acima, apesar de se terem verificado progressos na última década, uma vez que este indicador diminuiu na região - 13,6 %.

Câmara de Lobos (38,7%), S. Vicente (31,3%) e Ponta do Sol (29,5%) são os municípios com níveis mais elevados de população jovem que no máximo tem o 3º ciclo e não se encontra a estudar.

A População Activa apresenta um nível médio de Habilitações significativamente inferior ao da População dos 15 aos 24, até ao Ensino Secundário completo, invertendo-se a situação ao nível do Ensino Superior.



O nível das qualificações da População da RAM em comparação com a População da

União Europeia evidencia a fragilidade que esta situação comporta para a RAM: Na União Europeia a maioria da População tem o Ensino Secundário completo enquanto na RAM, a maioria da População só tem a Escolaridade Básica; Por outro lado, na RAM, cerca de 64% dos adultos em idade activa possuem o nível equivalente ou inferior ao Ensino Básico completo, enquanto a média na União Europeia é apenas de 25%.

5.6.1.1 Concelho de Câmara de Lobos

Entre 2007 e 2013 o número de habitantes entre os 15 e os 64 anos aumentou ligeiramente, em cerca de 1,13 %, no concelho de Câmara de Lobos. A população em idade ativa neste concelho é constituída essencialmente por mulheres, sendo que o número de homens em idade ativa diminuiu 0,4 % em 2013, face a 2007.

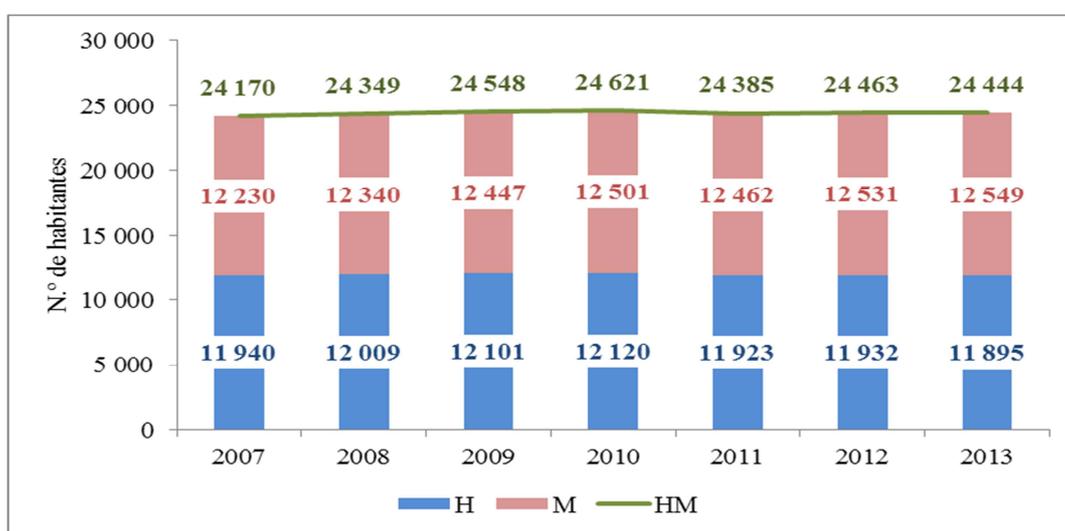


Gráfico 51- População em idade ativa no concelho de Câmara de Lobos, 2007 a 2013

5.6.1.2 Concelho de Santa Cruz

Entre 2007 e 2013 o número de habitantes entre os 15 e os 64 anos aumentou 15 % no concelho de Santa Cruz. A população em idade ativa neste concelho é constituída essencialmente por mulheres, sendo que tanto homens como mulheres expressam aumentos de 14 % e 16 %, respetivamente, em 2013, face a 2007.

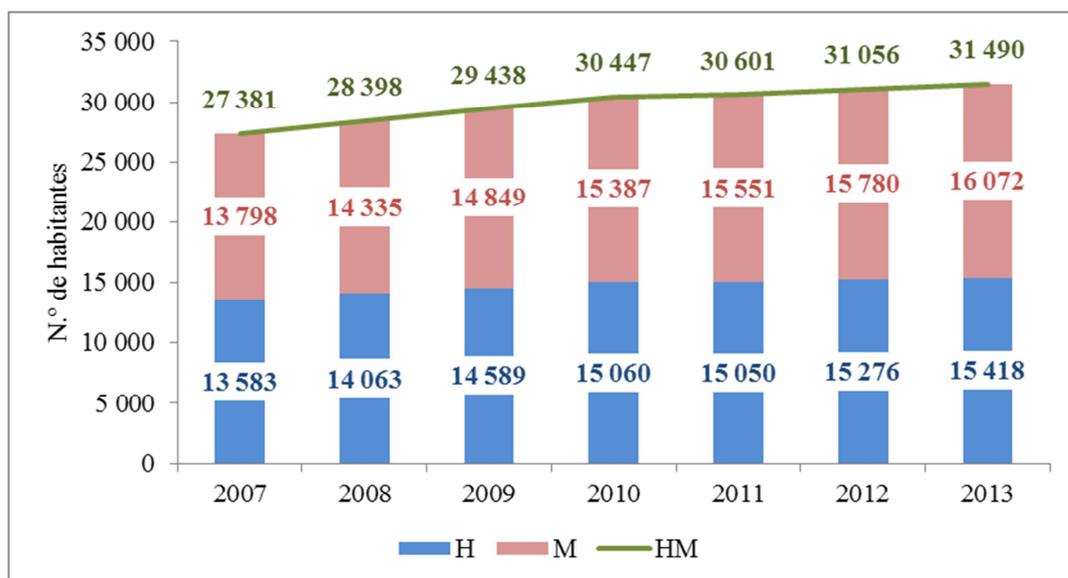


Gráfico 52-População em idade ativa no concelho de Santa Cruz, 2007 a 2013

5.6.1.3 Concelho de Machico

Entre 2007 e 2013 o número de habitantes entre os 15 e os 64 anos diminuiu 3% no concelho de Machico. A população em idade ativa neste concelho é também constituída essencialmente por mulheres, sendo que tanto homens como mulheres expressam uma diminuição de 3% em 2013, face a 2007. Este concelho é o único em estudo que apresenta uma redução da população em idade ativa.

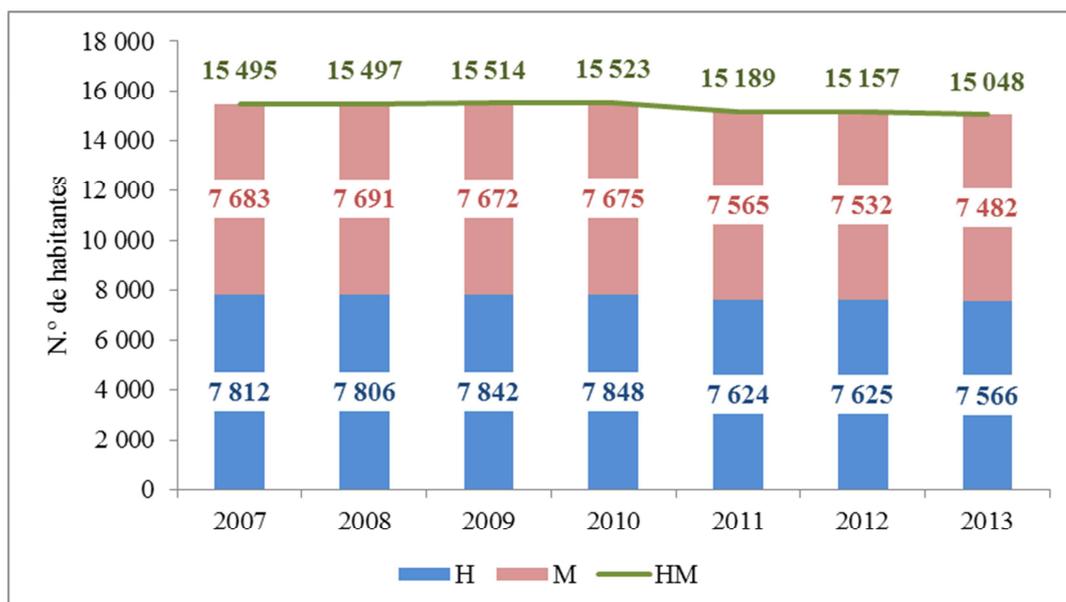


Gráfico 53-População em idade ativa no concelho de Machico, 2007 a 2013

5.6.1.4 Concelho do Porto Santo

Entre 2007 e 2013 o número de habitantes entre os 15 e os 64 anos aumentou 3% no concelho de Porto Santo. A população em idade ativa neste concelho é constituída essencialmente por homens, ao contrário do que se verifica nos restantes concelhos em estudo.

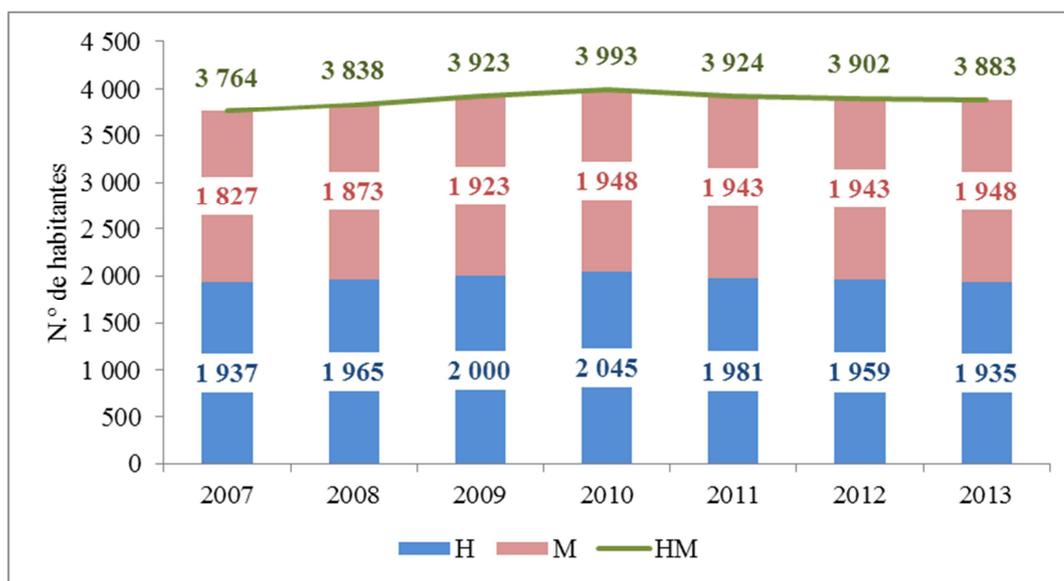


Gráfico 54-População em idade ativa no concelho de Câmara de Lobos, 2007 a 2013

5.6.2 População Ativa

A população ativa, segundo o INE, é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência ou em estudo, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços, que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Note-se que a população ativa reporta-se ao respetivo concelho em análise, no entanto isto não implica que as pessoas que estão empregadas desempenhem a sua atividade profissional localmente.

5.6.2.1 Concelho de Câmara de Lobos

Com base nos censos de 2011, a freguesia de Câmara de Lobos concentra a maioria da população ativa no concelho de Câmara de Lobos, 53% face ao total. A freguesia do Curral das Freiras é a que apresenta uma inferior população ativa no concelho, sendo apenas 5% do total.

Em 2011, todas as freguesias deste concelho tiveram um acréscimo na população ativa, à exceção do Jardim da Serra, face ao ano de 2001.

Em termos globais, a população ativa no concelho de Câmara de Lobos aumentou 14% em 2011, relativamente a 2001.

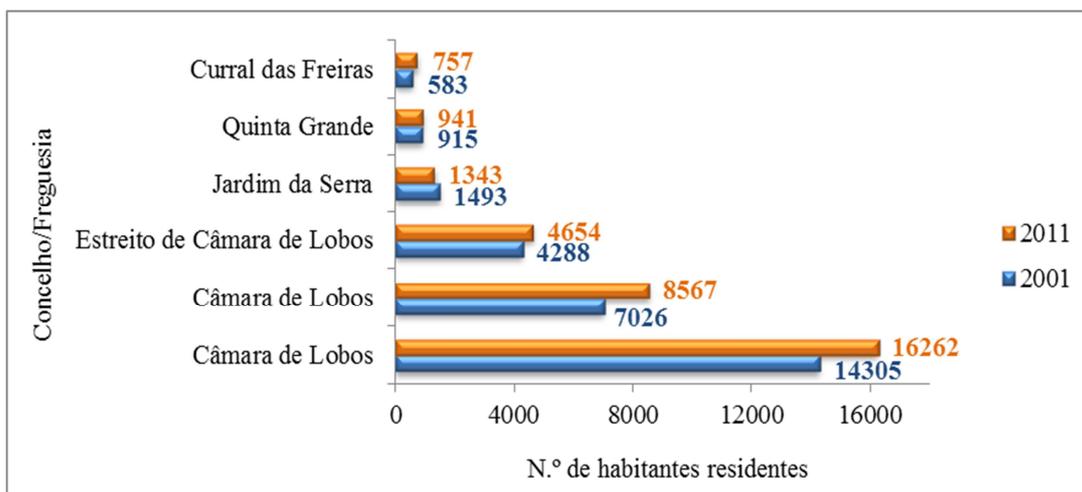


Gráfico 55- População ativa no concelho de Câmara de Lobos, 2001 e 2011

5.6.2.2 Concelho de Santa Cruz

Com base nos censos de 2011, a freguesia do Caniço concentra 58% da população ativa no concelho de Santa Cruz. A freguesia de Santo António da Serra é a que apresenta uma inferior população em idade ativa, sendo apenas 2% do total do concelho.

Em 2011, quase todas as freguesias deste concelho obtiveram um acréscimo na população ativa, à exceção da Camacha e Santo António da Serra, face ao ano de 2001.

Em termos globais, a população ativa no concelho de Santa Cruz aumentou 59% em 2011, relativamente a 2001, devido ao aumento populacional, também verificado neste concelho.

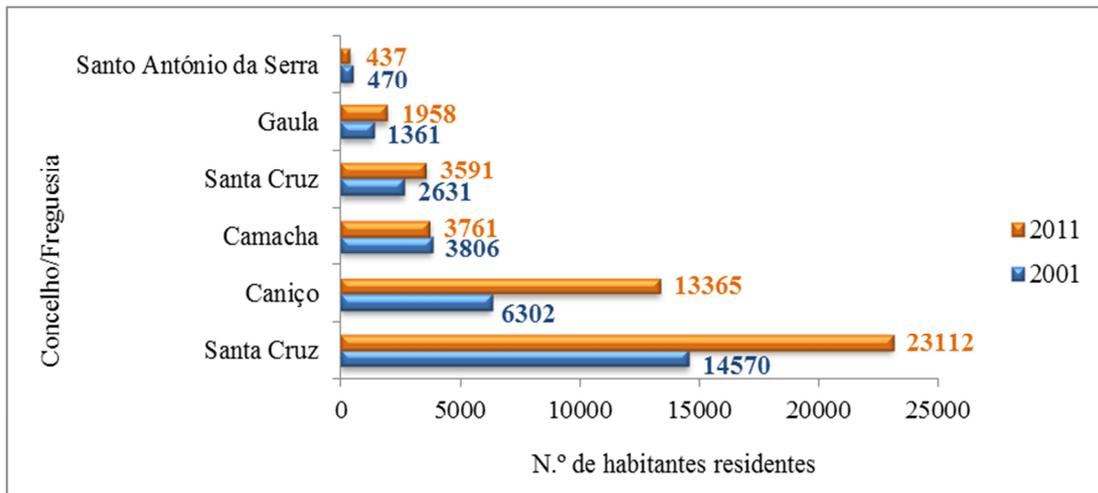


Gráfico 56- População ativa no concelho de Santa Cruz, 2001 e 2011

5.6.2.3 Concelho de Machico

A freguesia de Machico tem 54% da população ativa no concelho de Machico. A freguesia de Santo António da Serra é a que apresenta inferior população em idade ativa, sendo 7% do total do concelho.

Em 2011, todas as freguesias deste concelho tiveram um acréscimo na população ativa, face ao ano de 2001, sendo que na freguesia de Machico a variação é baixa (0,04%).

Em termos globais, a população ativa no concelho de Machico aumentou 8% em 2011, relativamente a 2001.

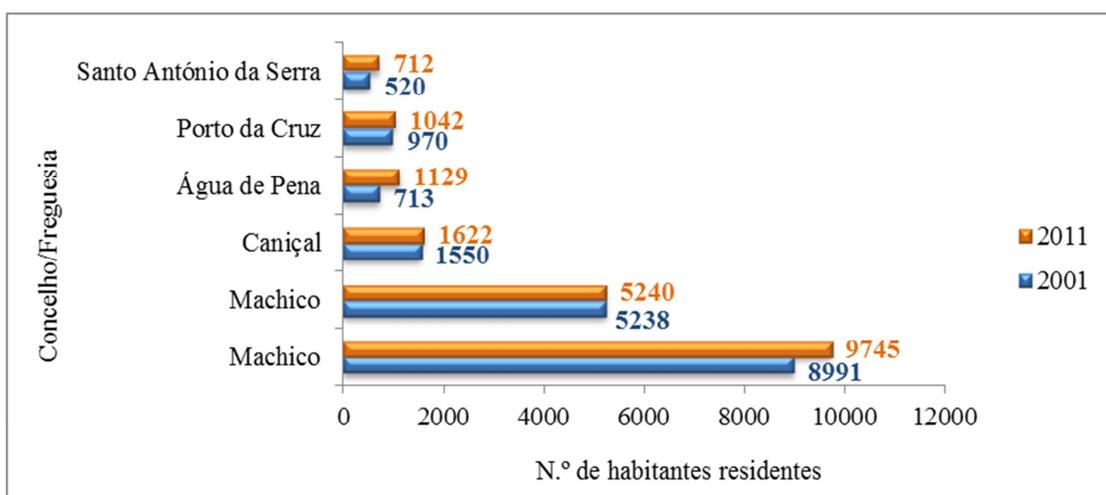


Gráfico 57- População ativa no concelho de Machico, 2001 e 2011

5.6.2.4 Concelho do Porto Santo

O concelho do Porto Santo tem uma população ativa de 2.916 habitantes de acordo com os censos de 2011. Este valor representa um aumento de 32% face à população ativa de 2001, que era de 2.212.

5.6.3 Taxa de desemprego (RAM)

Segundo os dados divulgados pelo Eurostat, a taxa de desemprego da zona euro fixou-se em 11,3% em Fevereiro de 2015. Sobre os dados do desemprego em Portugal, o INE divulgou que a taxa estimada foi de 14,1% em Fevereiro de 2015, mais 0,3 pontos percentuais do que em Janeiro deste ano e menos 0,8 pontos percentuais face a período homólogo. Cerca de 719,6 mil pessoas estavam desempregadas em Fevereiro, mais 11,7 mil (ou aumento de 1,7%) do que em Janeiro, segundo a estimativa do INE.

Na RAM, de acordo com o Instituto de Emprego da Madeira (IEM), em Fevereiro de 2015, estavam desempregadas 22.872 pessoas, um número ligeiramente inferior ao que se registava no ano anterior (23.137).

Em 2014, a taxa de desemprego na Madeira era de 15%, um número que aumentou, face a 2004 (3,5 %), mas que ainda assim representa uma descida quando comparado com o valor mais alto de sempre, atingido em 2013 (18,1%).

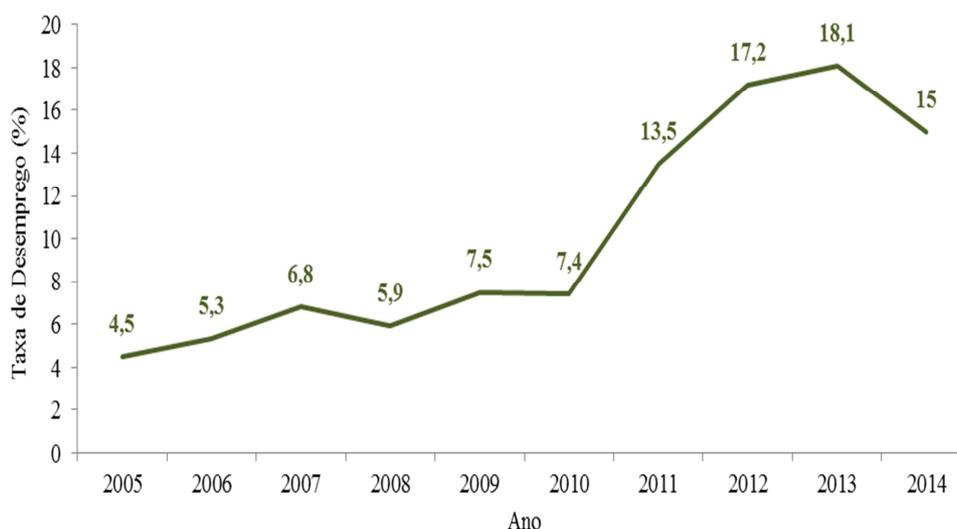


Gráfico 58-Evolução da Taxa de Desemprego, 2005-2014, RAM

5.6.4 Taxa de desemprego por faixa etária (RAM)

De acordo com a faixa etária, no ano de 2014, na RAM, o desemprego foi maior nos residentes entre os 15 e 24 anos.

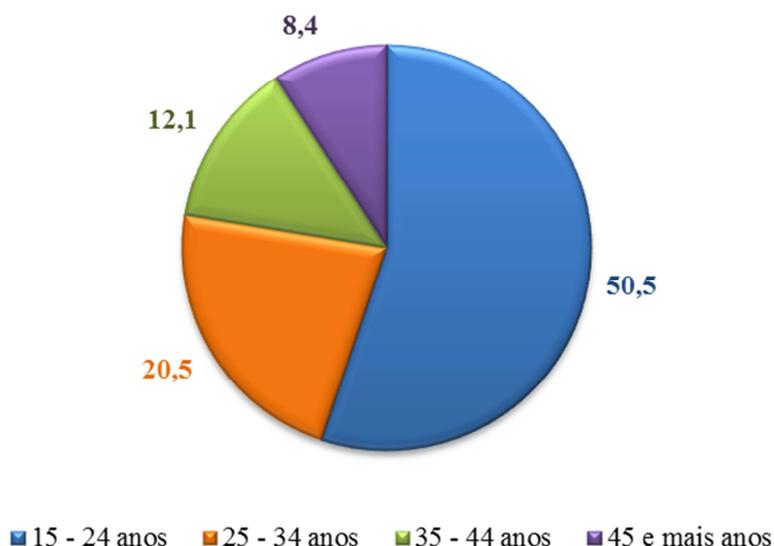


Gráfico 59-Taxa de Desemprego por faixa etária, 2014, RAM

5.6.5 Taxa de desemprego por qualificação (RAM)

No que respeita à qualificação dos recursos humanos a Região tem apresentado melhorias, na medida em que a proporção de indivíduos com ensino superior completo cresceu de 7,7% para 9,9%, entre 2001 e 2011.

5.6.6 Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo (RAM)

A taxa de desemprego entre a população ativa com o ensino superior completo apresenta uma tendência ascendente entre o ano de 2011 e 2013, de 2,6%, embora haja uma evolução positiva de 0,8%, face a 2012.

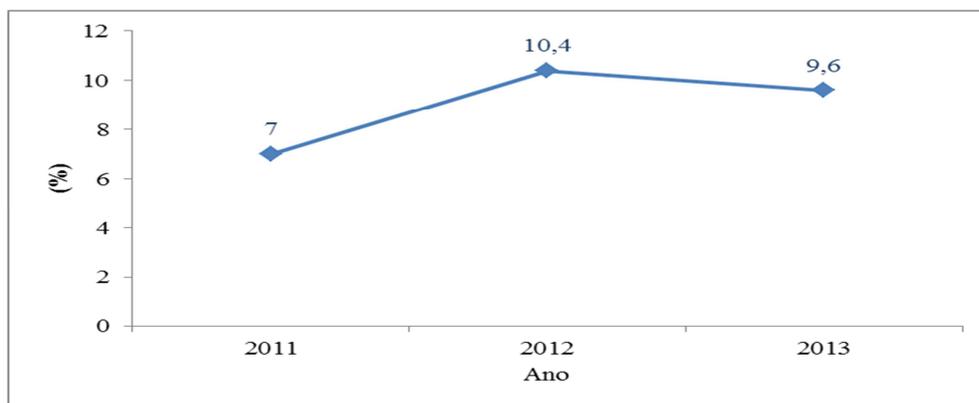


Gráfico 60-Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo, RAM, 2011-2013

5.6.7 Taxa de Desemprego e Taxa de Emprego

A taxa de emprego na RAM diminuiu em 4,6%, sendo que o valor de 2001 era de 53,2% e o de 2011 foi de 48,6 (Censos de 2001 e 2011).

Em 2013 o número de pessoas empregadas diminuiu 2%, face a 2012, o que indica a continuação da tendência decrescente. O setor dos Serviços é o que emprega mais pessoas na RAM.

	2012		2013	
	Total (N.º)	% Mulheres	Total (N.º)	% Mulheres
Total	111 488	50,3	108 805	50,0
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	14 043	x	13 525	x
Indústria, construção, energia e água	15 606	16,2	13 384	12,3
Serviços	81 839	58,8	81 896	58,2

Tabela 51-População empregada, segundo o setor de atividade, RAM, 2012 e 2013 Fonte: Madeira em Números 2013, DREM

O concelho com maior taxa de emprego é Santa Cruz (57,5%) e o que representa menos postos de trabalho efetivos é o de Machico (43,9%). Entre os concelhos que estão em análise, o Porto Santo é o que apresenta maior taxa de desemprego, 18,90%, (Censos 2011).

5.6.7.1 Concelho de Câmara de Lobos

A taxa de desemprego aumentou no concelho de Câmara de Lobos, sendo a freguesia com maior taxa de desemprego o Curral das Freiras (Censos de 2001 e 2011) e a freguesia com menor taxa de desemprego a Quinta Grande.

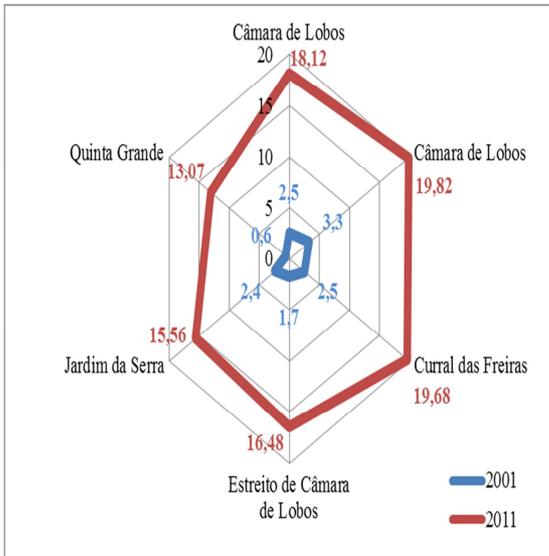


Gráfico 61-Taxa de Desemprego (%) em Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011

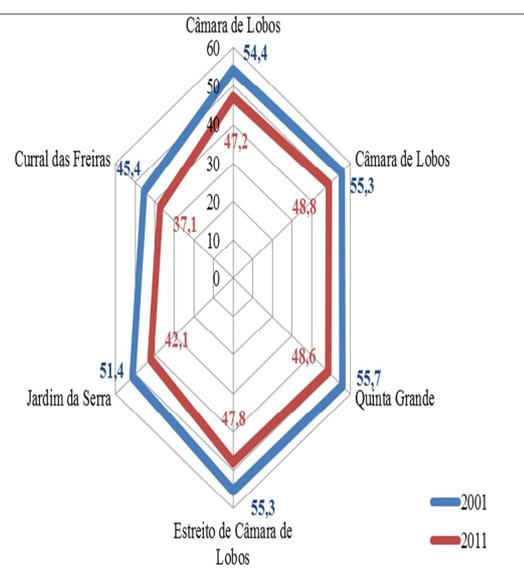


Gráfico 62-Taxa de Emprego (%) em Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011

5.6.7.2 Concelho de Santa Cruz

Todas as freguesias do concelho de Santa Cruz sofreram aumentos da taxa de desemprego. A taxa de emprego apresentou a tendência oposta (Censos de 2001 e 2011).

A freguesia com maior taxa de desemprego e a menor taxa de emprego é a Camacha (Censos de 2001 e 2011). A freguesia com menor taxa de desemprego é o Caniço (10,65%).

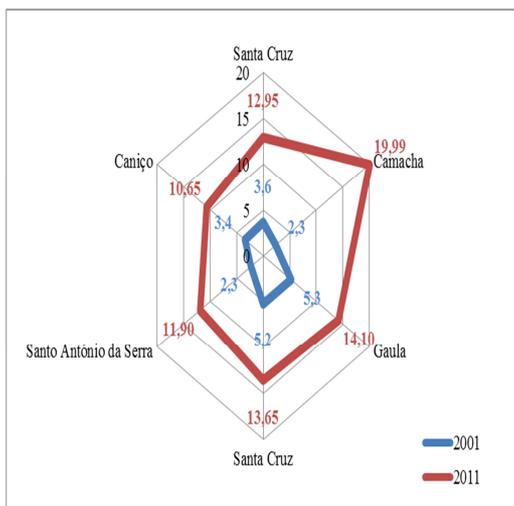


Gráfico 63-Taxa de Desemprego (%) em Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011

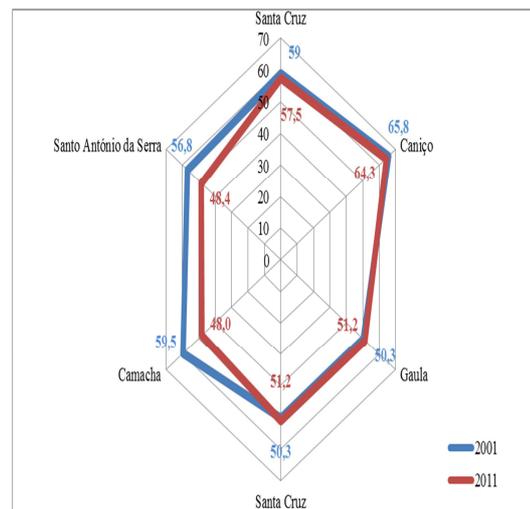


Gráfico 64-Taxa de Emprego (%) em Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011

5.6.7.3 Concelho de Machico

No concelho de Machico, o número de desempregados face à população ativa aumentou e a taxa de emprego diminuiu ligeiramente (Censos de 2001 e 2011).

A freguesia com maior taxa de desemprego é o Caniçal (Censos de 2001 e 2011), onde se localiza a Zona Franca da Madeira. O Porto da Cruz é a freguesia com menor taxa de emprego (37,6%).

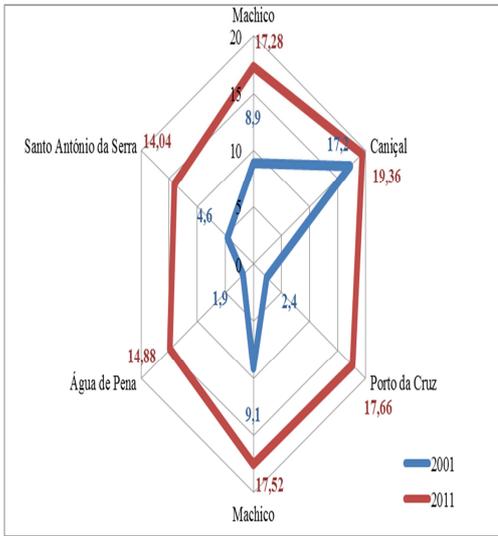


Gráfico 65-Taxa de Desemprego (%) em Machico, RAM, 2001 e 2011

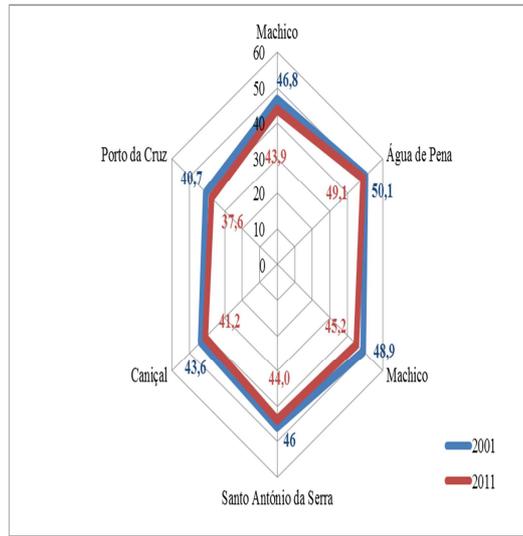


Gráfico 66-Taxa de Emprego (%) em Machico, RAM, 2001 e 2011

5.6.7.4 Concelho do Porto Santo

A taxa de desemprego aumentou no concelho do Porto Santo e a taxa de emprego apresentou a tendência oposta (Censos de 2001 e 2011).

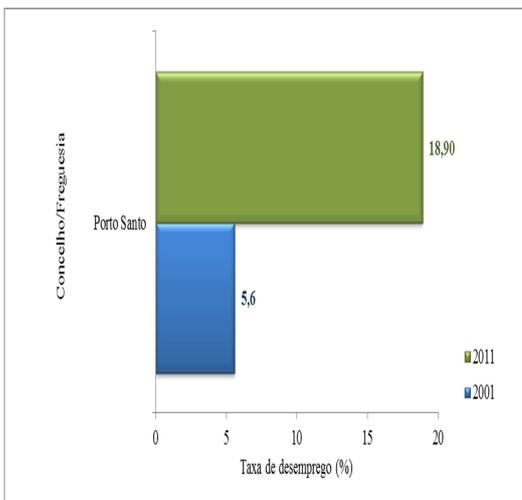


Gráfico 67-Taxa de Desemprego (%) em Porto Santo, RAM, 2001 e 2011

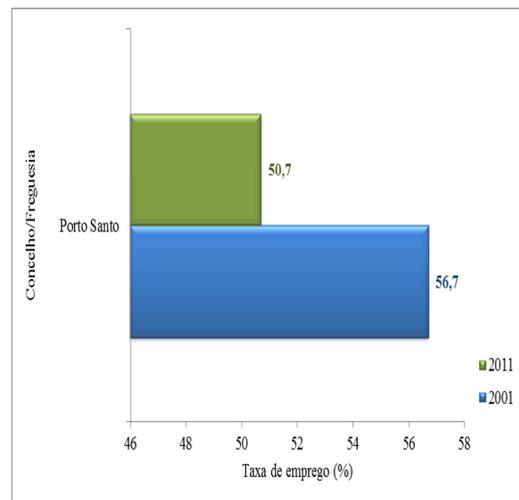


Gráfico 68-Taxa de Emprego (%) em Porto Santo, RAM, 2001 e 2011

5.6.8 Beneficiários de subsídios de desemprego

O número de beneficiários de subsídio de desemprego na RAM, como consequência da evolução crescente das taxas de desemprego, têm vindo a aumentar entre 2007 e 2013, em todas as faixas etárias, à exceção da faixa etária dos residentes com menos de 25 anos, cuja distribuição é decrescente. As faixas etárias com maior número de residentes beneficiários são 30-39 anos e 40-49 anos.

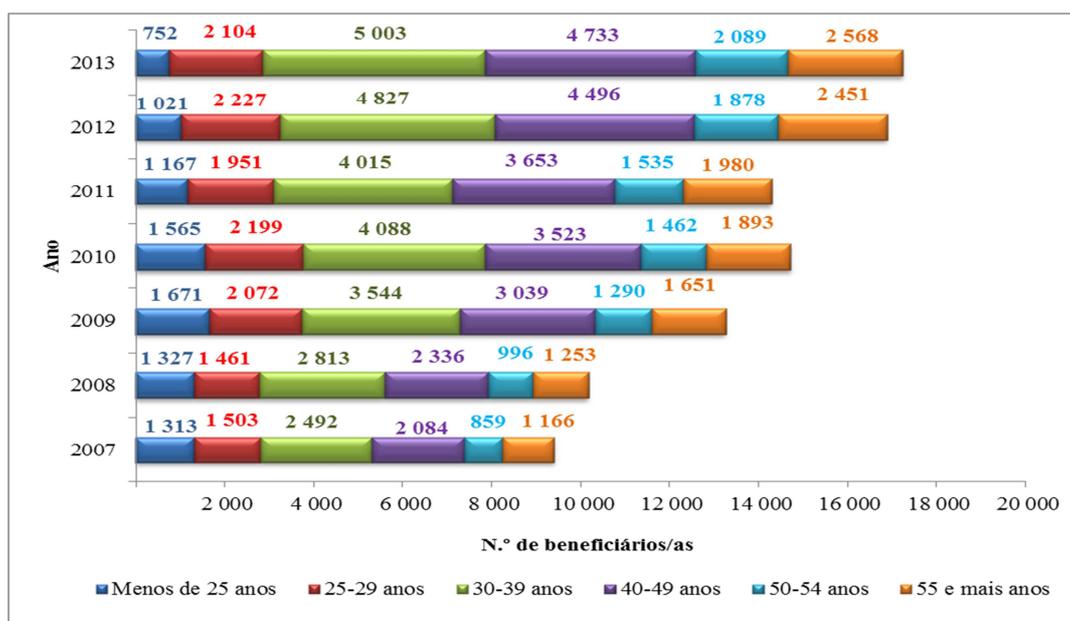


Gráfico 69-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social na RAM por faixa etária, RAM, 2007-2013

5.6.8.1 Concelho de Câmara de Lobos

Em Câmara de Lobos existem mais beneficiários de subsídio de desemprego do género masculino, embora a tendência apresentada seja largamente crescente em ambos os géneros, entre 2007 e 2013.

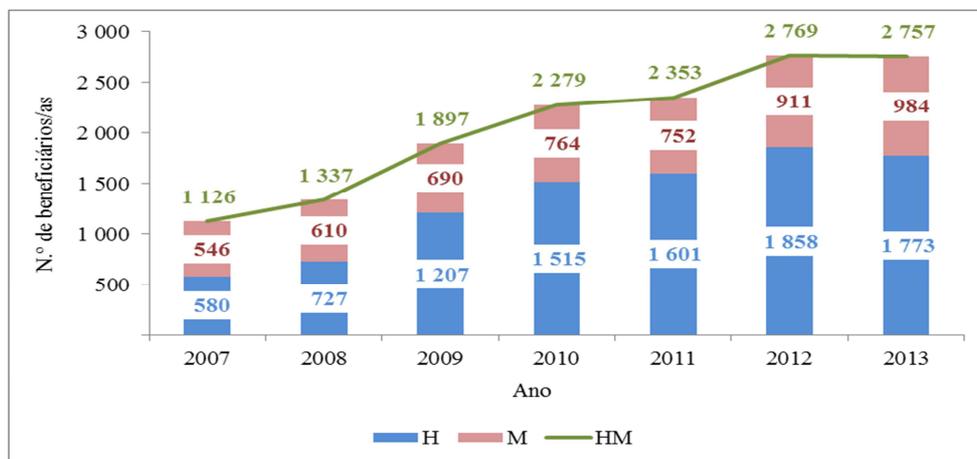


Gráfico 70-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social, em Câmara de Lobos por género, RAM, 2007-2013

Estes beneficiários estão maioritariamente entre 30-39 anos e 40-49 anos, onde a evidência crescente é claramente notória.

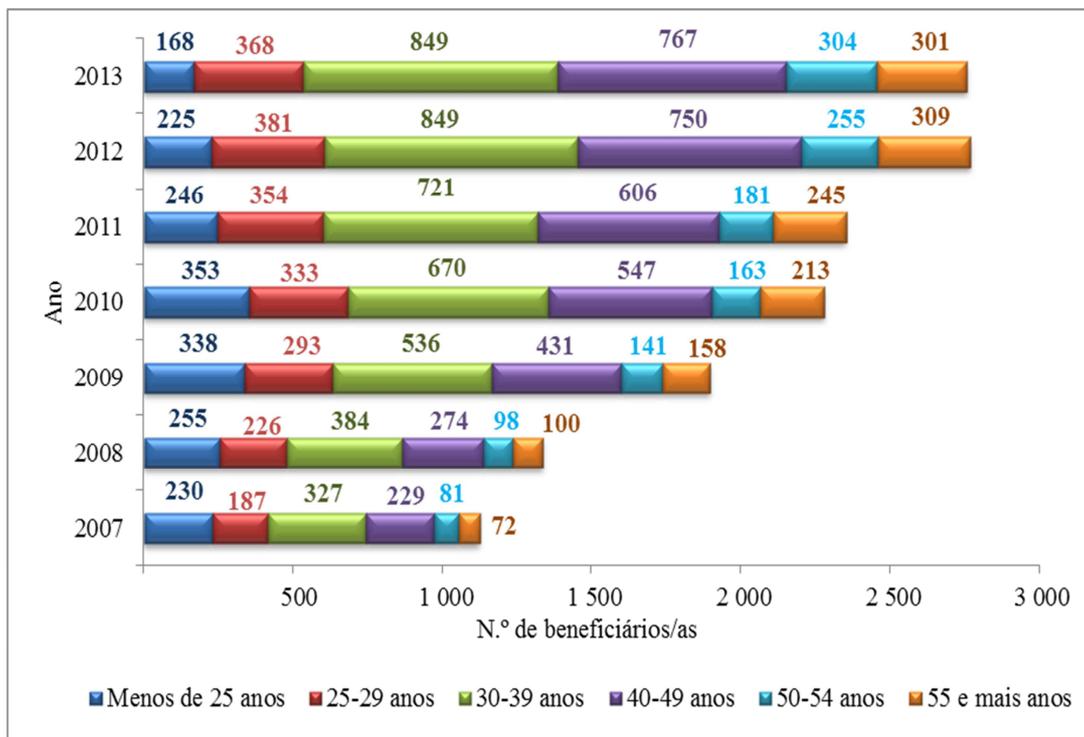


Gráfico 71-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Câmara de Lobos por faixa etária, RAM, 2007-2013

5.6.8.2 Concelho de Santa Cruz

O número de beneficiários de subsídio de desemprego do género masculino é maior, face ao feminino, no concelho de Santa Cruz, embora a tendência apresentada seja crescente em ambos os géneros, no período 2007-2013.

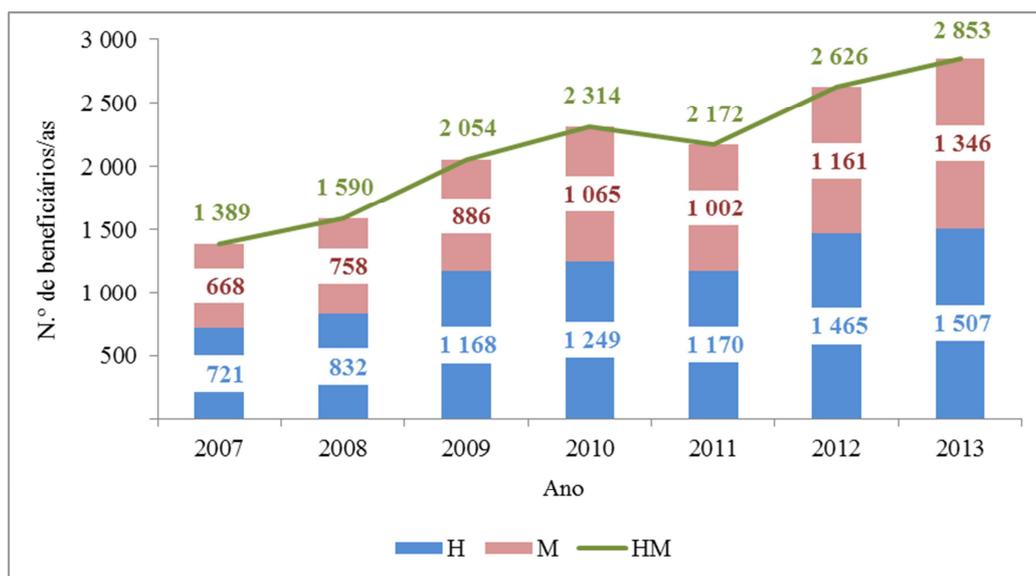


Gráfico 72-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Santa Cruz por género, RAM, 2007-2013

Estes beneficiários estão maioritariamente entre as faixas etárias dos 30-39 anos e 40-49 anos.

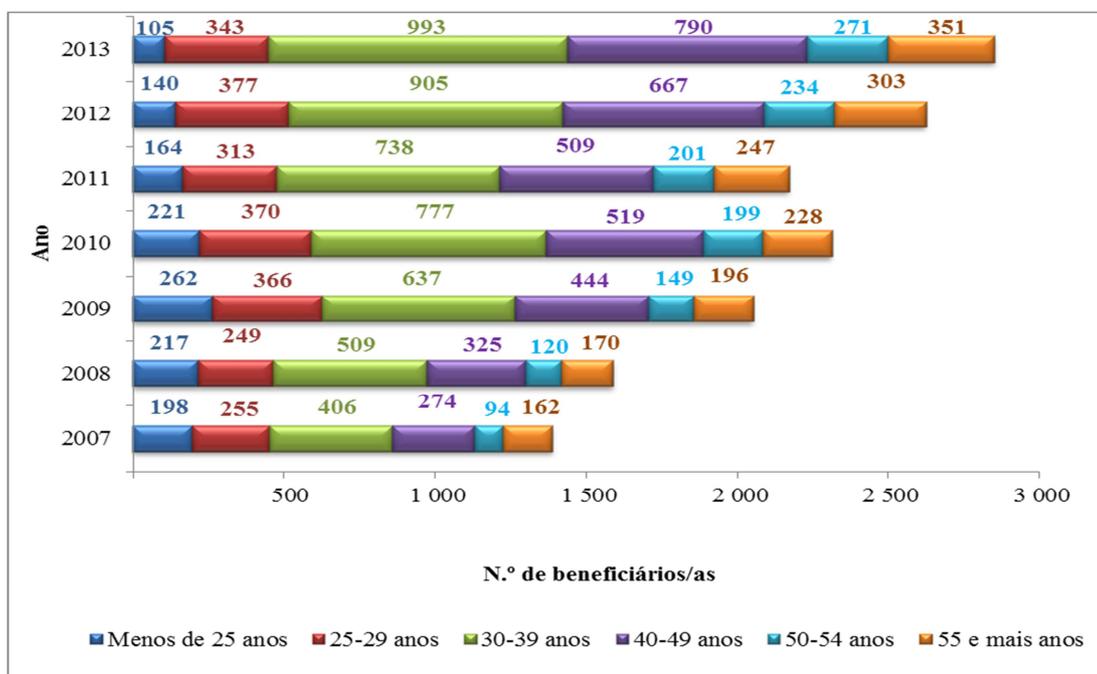


Gráfico 73-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Santa Cruz por faixa etária, RAM, 2007-2013

5.6.8.3 Concelho de Machico

Entre 2007 e 2013, o número de beneficiários de subsídio de desemprego, do género masculino e feminino, apresentaram uma distribuição crescente, sendo que existem mais beneficiários entre os homens.

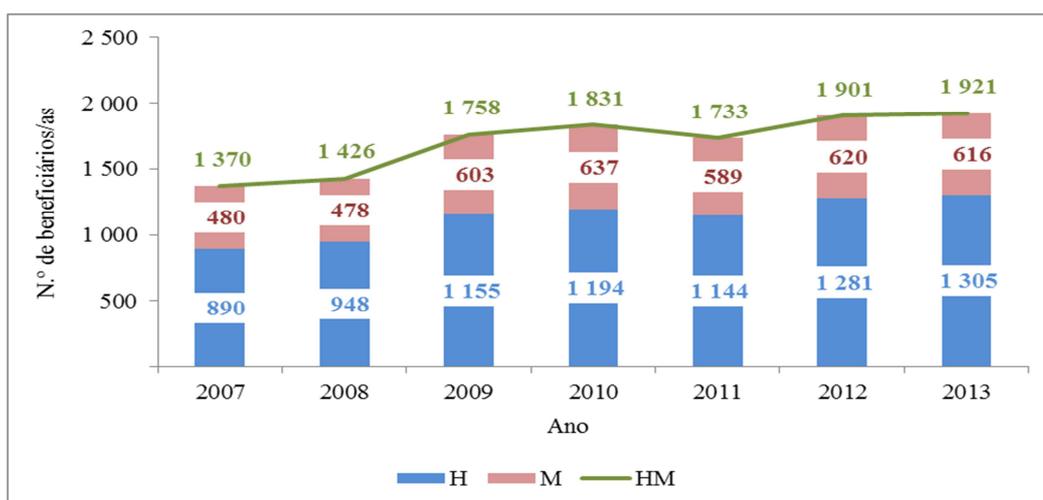


Gráfico 74-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Machico por género, RAM, 2007-2013

As faixas etárias centrais, entre 30 e 49 anos, são as que apresentam maior número de beneficiários.

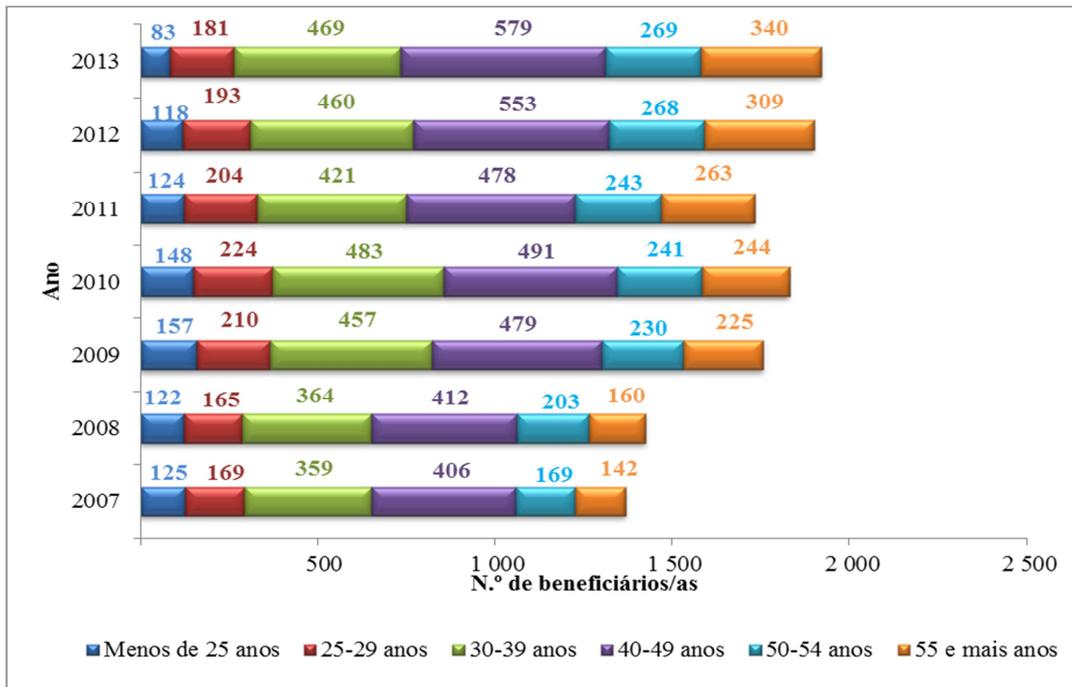


Gráfico 75-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Machico por faixa etária, RAM, 2007-2013

5.6.8.4 Concelho de Porto Santo

Relativamente aos restantes concelhos em estudo, o Porto Santo exibe uma característica diferente, uma vez que são as mulheres as principais beneficiárias de subsídio de desemprego.

A tendência crescente é evidente a partir do ano de 2009, em ambos os géneros, até 2013.

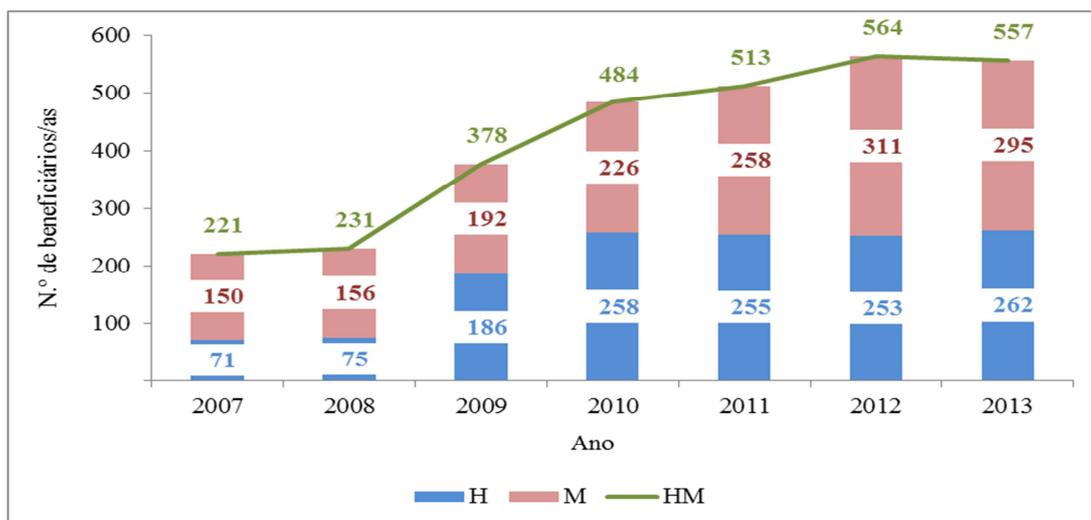


Gráfico 76-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Porto Santo por género, RAM, 2007-2013

À semelhança dos concelhos anteriores em estudo, o número de beneficiários do subsídio de desemprego é mais elevado entre os 30-49 anos.

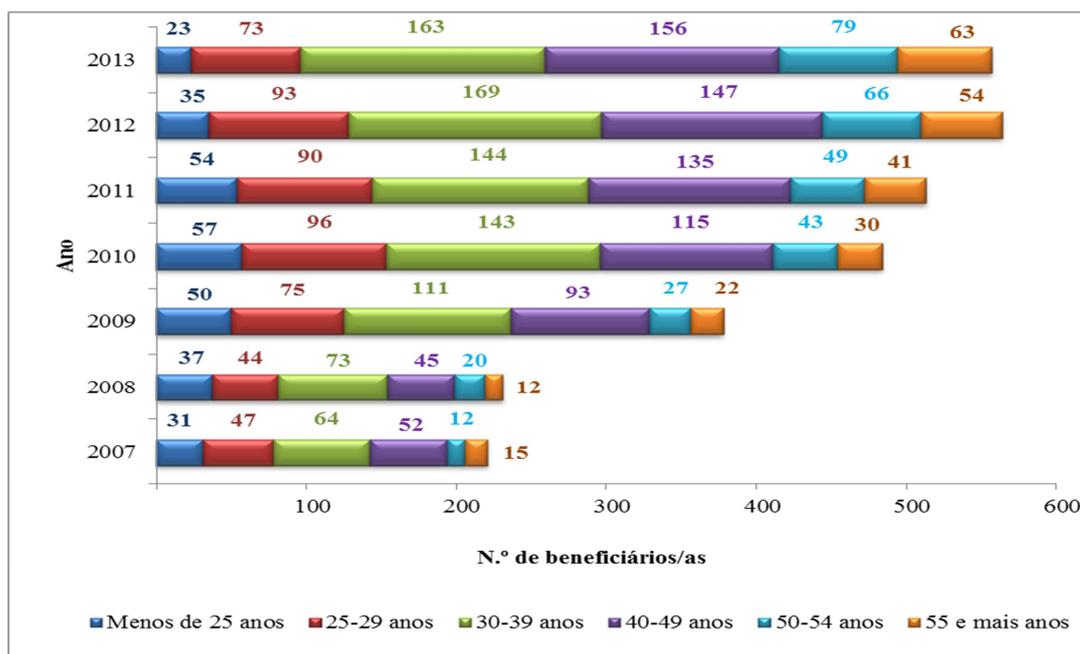


Gráfico 77-Beneficiários de subsídios de desemprego da Segurança Social em Porto Santo por faixa etária, RAM, 2007-2013

5.6.9 Proteção Social

A proteção social ou segurança social constitui um direito de todos os cidadãos portugueses consagrado no artigo 63.º da Constituição da República Portuguesa.

A segurança social visa assegurar aos indivíduos um conjunto de condições de vida dignas, designadamente em determinadas situações de risco social, designadas eventualidades. Os pensionistas da segurança social incluem os titulares de uma prestação pecuniária nas eventualidades de invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

Segundo o INE, em 2013 a RAM registou 71.064 pensionistas da segurança social, o que representou um aumento de 8% face a 2007, com 66.084 pensionistas.

Os concelhos em estudo, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo, apresentaram aumentos no número de pensionistas da segurança social entre 2007 e 2013, de 9%, 13%, 11% e 32%, respetivamente.

Em Santa Cruz e Câmara de Lobos, residiam mais pensionistas, relativamente aos restantes concelhos, no período entre 2007 e 2013.

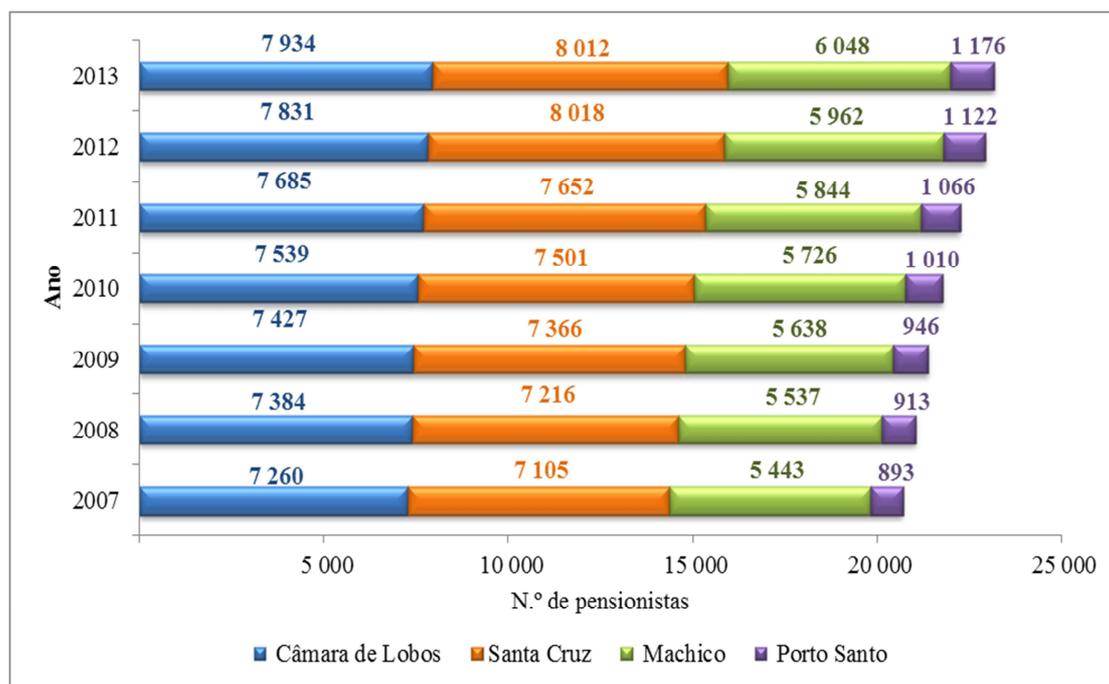


Gráfico 78-N.º de pensionistas da segurança social por concelho, RAM, 2007-2013

5.6.10 Beneficiários/as do RSI da Segurança Social

Ao contrário do número de pensionistas da segurança social, os beneficiários/as do RSI na RAM têm vindo a diminuir entre 2007 e 2013, na ordem dos -16%. Em 2013 eram cerca de 7.759 beneficiários/as e em 2007 eram 9.240.

À semelhança da Região, os concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico apresentaram menos beneficiários/as do RSI, com reduções de 21%, 26% e 6%, respetivamente, no período análogo. Apenas o concelho do Porto Santo apresentou um aumento de 303%. Note-se que a valores absolutos baixos estão associados a variações percentuais grandes.

O concelho de Câmara de Lobos é o que mais beneficiários/as do RSI tinha, face aos restantes.

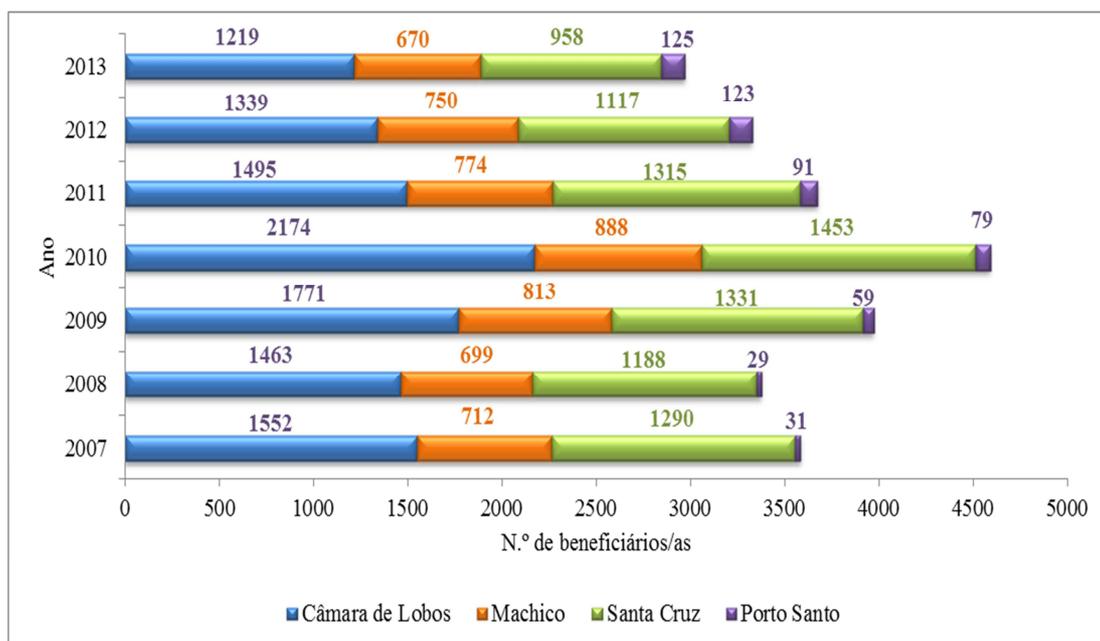


Gráfico 79-Beneficiários/as RSI da segurança social por concelho, RAM, 2007-2013

5.6.11 Taxa de pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa

Em 2013, os pensionistas na RAM ascenderam a 322,49 por cada 1000 habitantes entre os 15 e 64 anos, o que representa uma quota de 32%. Desde o ano de 2011, este valor representou um aumento de 8 pensionistas/1000 habitantes em idade ativa.

Nos concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo a tendência no número de pensionistas/1000 habitantes em idade ativa, entre 2011 e 2013, foi visivelmente crescente, sendo o Porto Santo a apresentar o maior crescimento, com mais 27 pensionistas, face ao número de residentes, entre os 15 e 64 anos.

O concelho de Machico foi o que agregou maior número de pensionistas, em 2013, com 334,64 pensionistas por 1000 habitantes em idade ativa, o que traduziu uma quota de 33%. Este facto vem de encontro ao elevado envelhecimento, sentido neste concelho.

5.7.1.1 Concelho de Câmara de Lobos

A taxa de analfabetismo em Câmara de Lobos verificou um decréscimo de 6 % entre o ano de 2001 e 2011. Esta tendência decrescente é visível em todas as freguesias do concelho, em especial no Jardim da Serra e Quinta Grande que registaram uma diminuição de 7%.

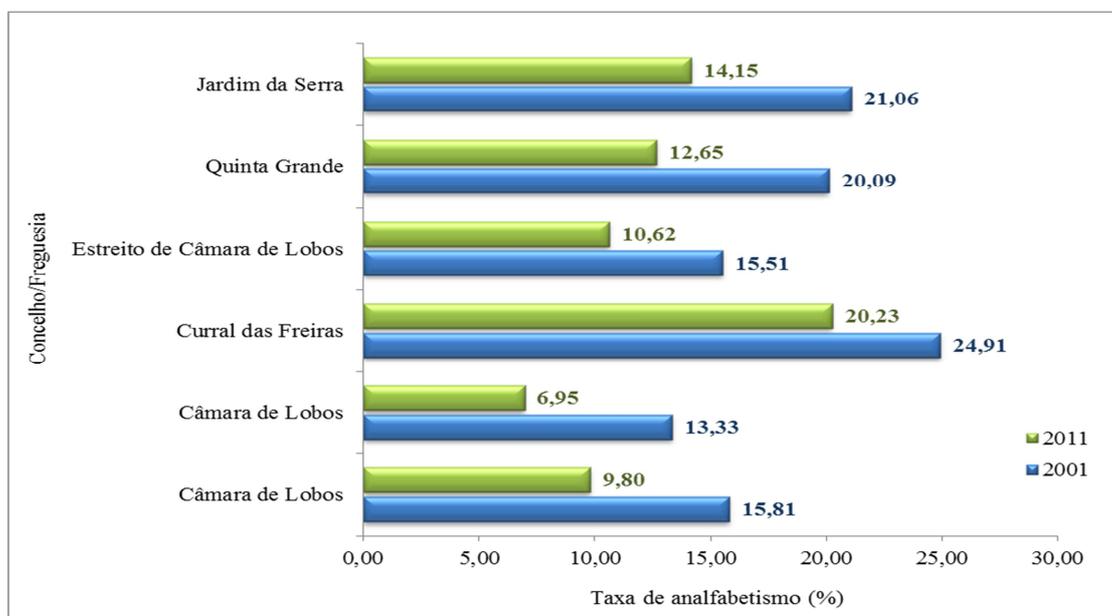


Gráfico 82-Taxa de analfabetismo no concelho de Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011

5.7.1.2 Concelho de Santa Cruz

No concelho de Santa Cruz a taxa de analfabetismo decresceu 5% entre o ano de 2001 e 2011. Relativamente às freguesias do concelho, o decréscimo neste período é claro, em especial na zona do Santo António da Serra que registou uma redução de 7%.

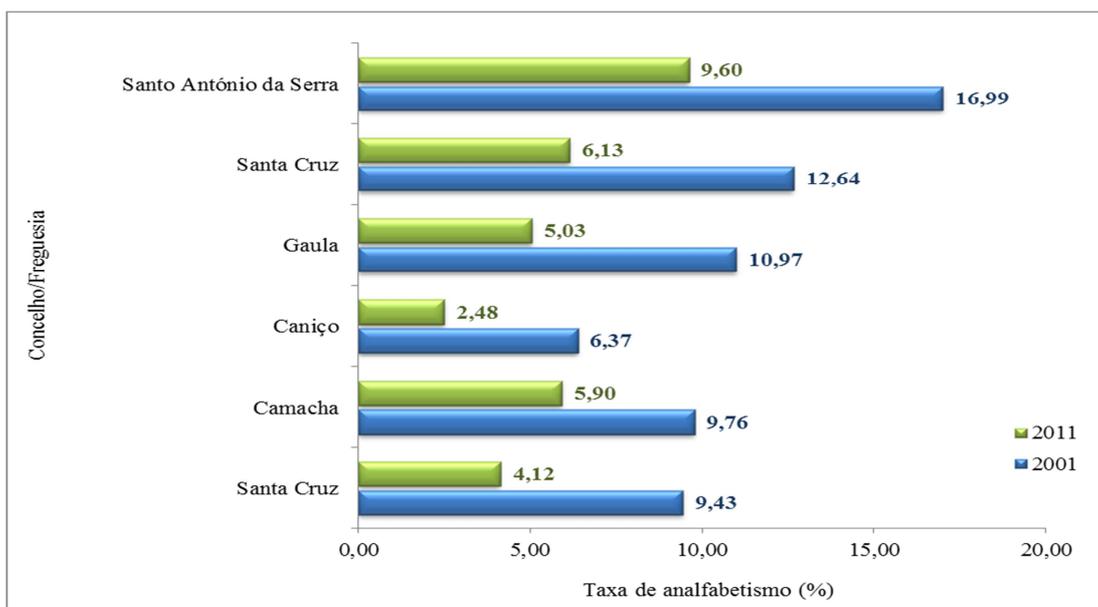


Gráfico 83-Taxa de analfabetismo no concelho de Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011

5.7.1.3 Concelho de Machico

A tendência associada à taxa de analfabetismo no concelho de Machico é idêntica à dos restantes concelhos em estudo, com um decréscimo de 6%, entre 2001 e 2011. As freguesias deste concelho apresentaram diminuições relevantes. O Porto da Cruz sofreu a maior redução, com 10% de analfabetos, face à população residente.

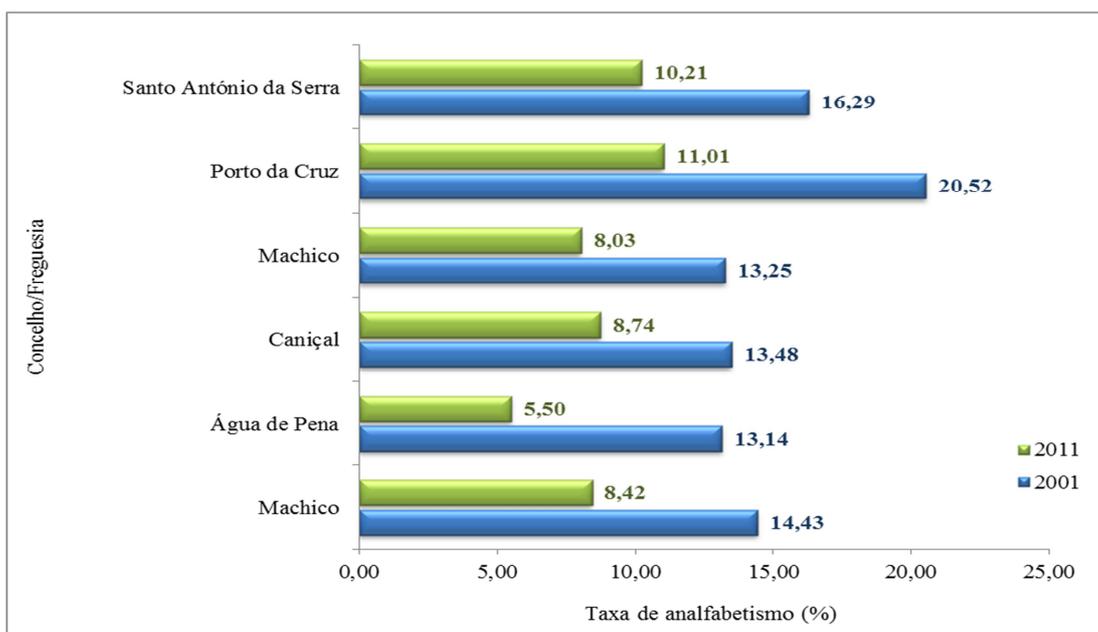


Gráfico 84-Taxa de analfabetismo no concelho de Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011

5.7.1.4 Concelho do Porto Santo

No Porto Santo a taxa de analfabetismo era de 9,5%, segundo os Censos de 2001. Em 2011 a percentagem de analfabetos era de 4,13%, o que traduz uma redução de 5%.

5.7.2 Nível de escolaridade

Segundo os Censos de 2011, a RAM verificou aumentos notórios, face a 2001, em todos os níveis de escolaridade concluídos, desde o Ensino Básico, Secundário, Pós-Secundário e Superior, à exceção do 2.º ciclo do Ensino Básico. Este facto, associado à elevada diminuição de residentes sem nenhum nível de escolaridade, em 24,31%, indica a importância de programas como o das Novas Oportunidades e a implementação da escolaridade obrigatória até o 12.º ano letivo, em 2009.

A proporção de residentes com o 1.º Ciclo do Ensino Básico, 31,58%, é superior aos restantes níveis de escolaridade. O ensino Pós-Secundário é o que tem menor representatividade, 1,34%. Note-se que apenas 15,01% dos residentes na Região apresentam o Ensino Superior concluído.

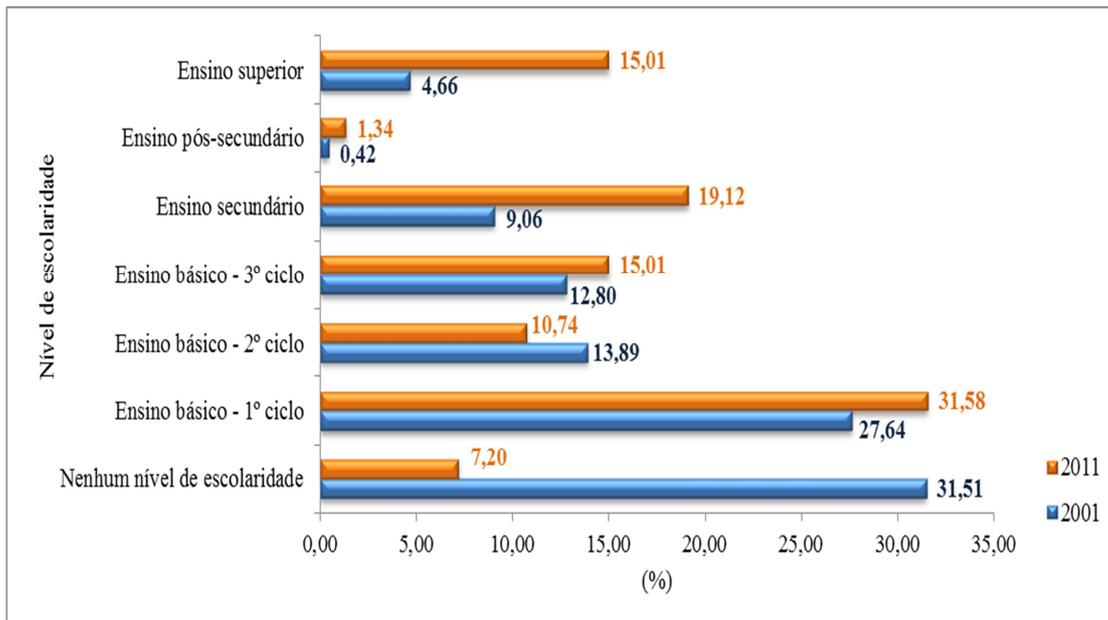


Gráfico 85- Nível de escolaridade, RAM, 2001 e 2011

5.7.2.1 Concelho de Câmara de Lobos

No território de Câmara de Lobos, incluindo concelho e respetivas freguesias, o nível de escolaridade completo mais representado é o 1.º Ciclo do Ensino Básico (Censos de

2011). O grande segmento de residentes associados a “Nenhum nível de escolaridade”, nos Censos de 2001, apresenta uma drástica redução em 2011, em todo o concelho e freguesias. Os restantes níveis, apesar de não serem muito representativos, registam aumentos em 2011, face a 2001, à exceção do 2.º Ciclo do Ensino Básico.

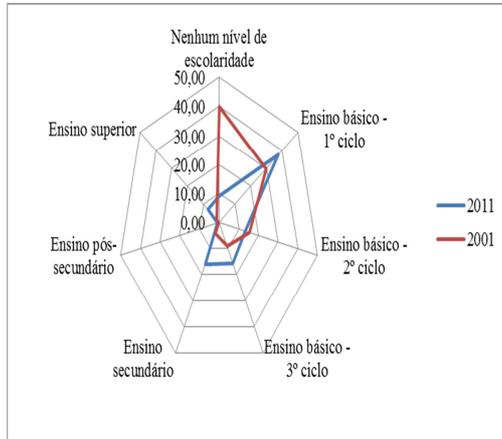


Gráfico 86-Nível de escolaridade no concelho de Câmara de Lobos, 2001 e 2011

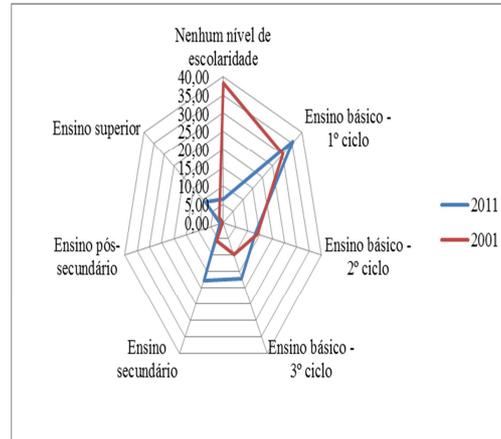


Gráfico 87-Nível de escolaridade na freguesia de Câmara de Lobos, 2001 e 2011

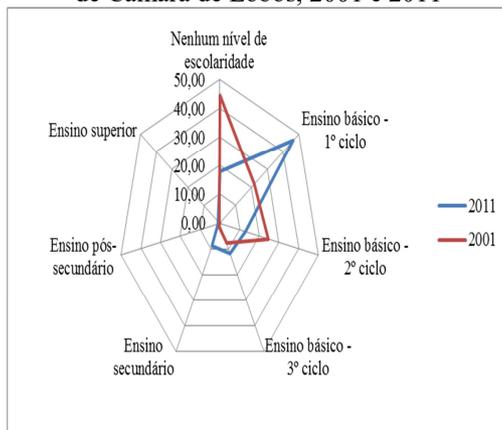


Gráfico 88-Nível de escolaridade na freguesia do Curral das Freiras, 2001 e 2011

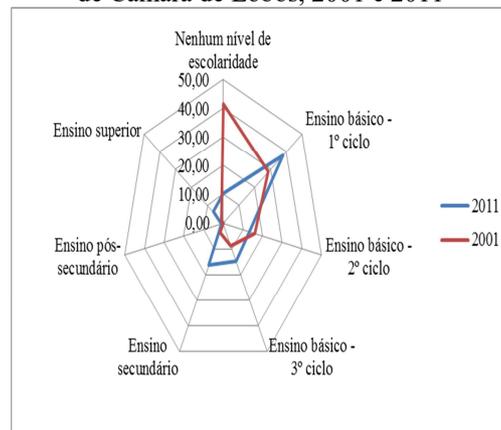


Gráfico 89-Nível de escolaridade na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, 2001 e 2011

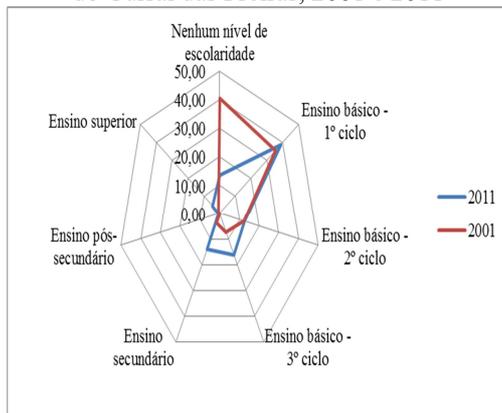


Gráfico 90-- Nível de escolaridade na freguesia da Quinta Grande, 2001 e 2011

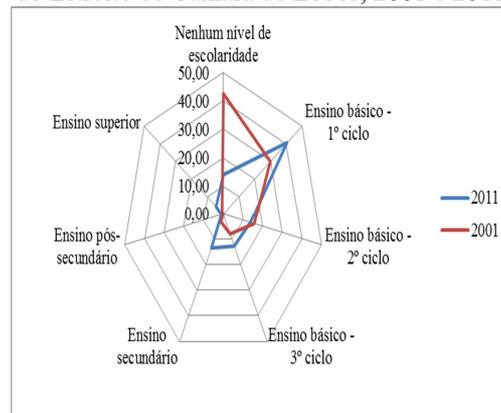


Gráfico 91-Nível de escolaridade na freguesia do Jardim da Serra, 2001 e 2011

5.7.2.2 *Concelho de Santa Cruz*

Em Santa Cruz os níveis de escolaridade completos mais representados são o 1.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (Censos de 2011). Os residentes com “Nenhum nível de escolaridade”, nos Censos de 2001, apresentam uma grande redução em 2011, em todo o concelho e freguesias. Os restantes níveis, apesar de não serem muito expressivos, apresentam aumentos ligeiros em 2011, face a 2001, à exceção do 2.º ciclo do Ensino Básico e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, apenas na freguesia do Caniço.

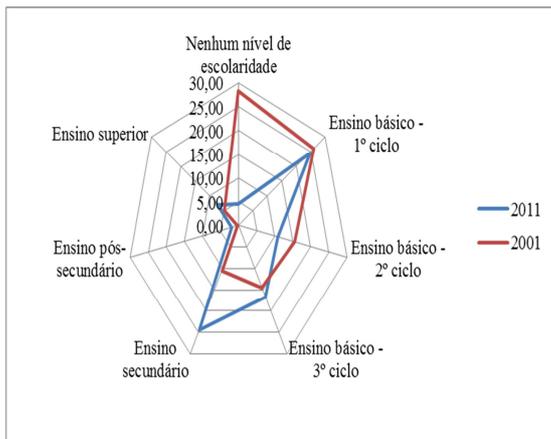


Gráfico 92-- Nível de escolaridade no concelho de Santa Cruz, 2001 e 2011

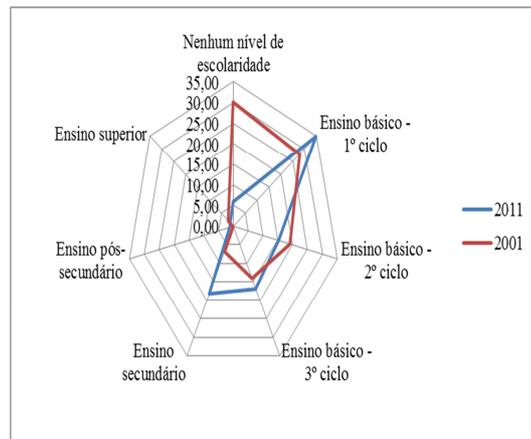


Gráfico 93-- Nível de escolaridade na freguesia da Camacha, 2001 e 2011

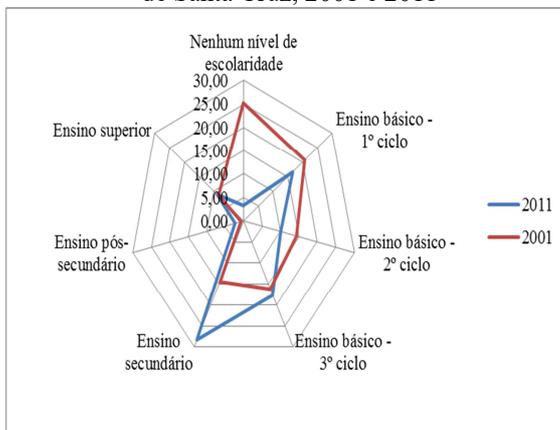


Gráfico 94- - Nível de escolaridade na freguesia do Caniço, 2001 e 2011

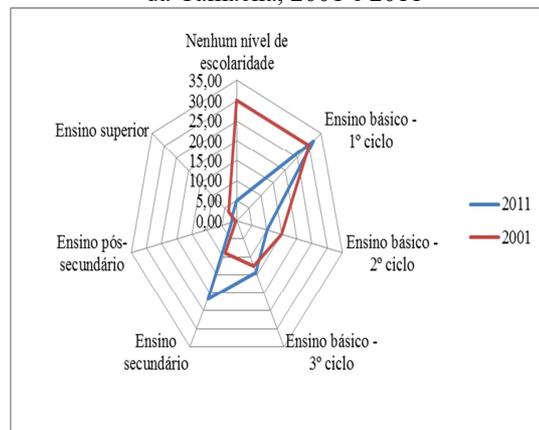


Gráfico 95-- Nível de escolaridade na freguesia de Gaula, 2001 e 2011

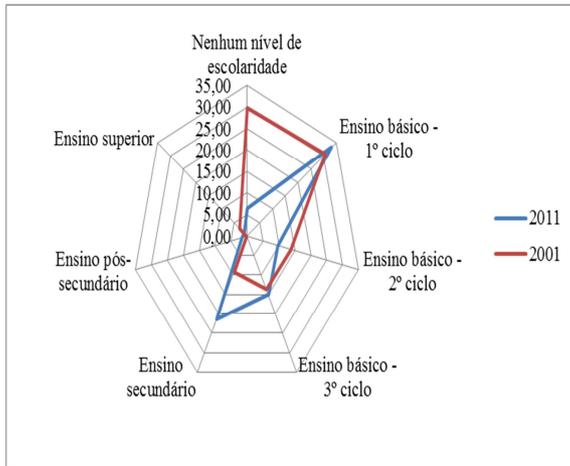


Gráfico 96-Nível de escolaridade na freguesia de Santa Cruz, 2001 e 2011

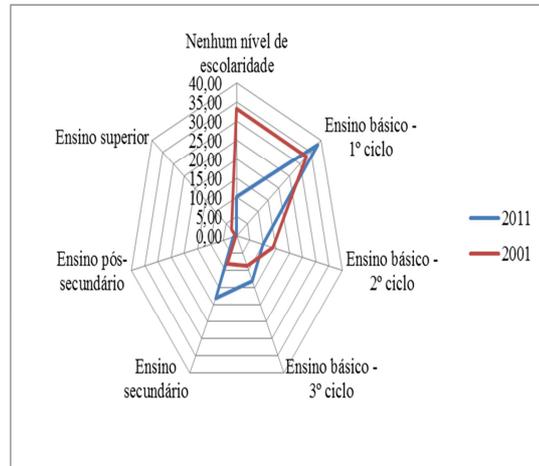


Gráfico 97-- Nível de escolaridade na freguesia de Santo António da Serra, 2001 e 2011

5.7.2.3 Concelho de Machico

Em Machico o nível de escolaridade completo mais expressivo é o 1.º Ciclo do Ensino Básico (Censos de 2011). Os residentes com “Nenhum nível de escolaridade”, nos Censos de 2001, apresentam uma grande diminuição em 2011, em todo o concelho e freguesias. Os restantes níveis de escolaridade registam aumentos em 2011, face a 2001, à exceção do 2.º Ciclo do Ensino Básico.

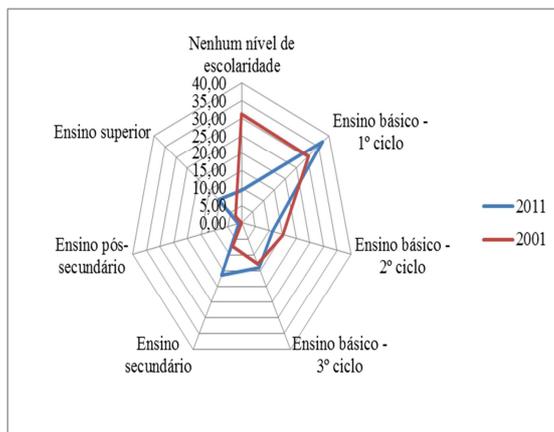


Gráfico 98- Nível de escolaridade no concelho de Machico, 2001 e 2011

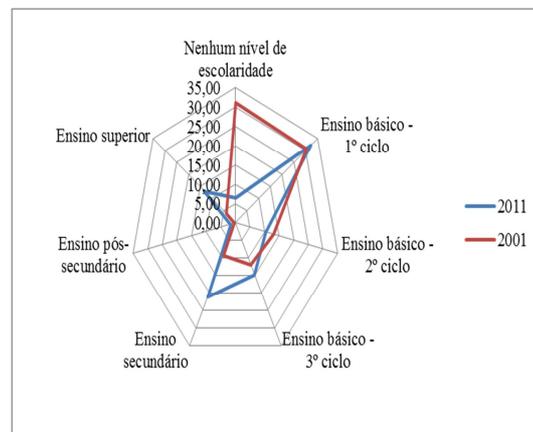


Gráfico 99- Nível de escolaridade na freguesia de Água de Pena, 2001 e 2011

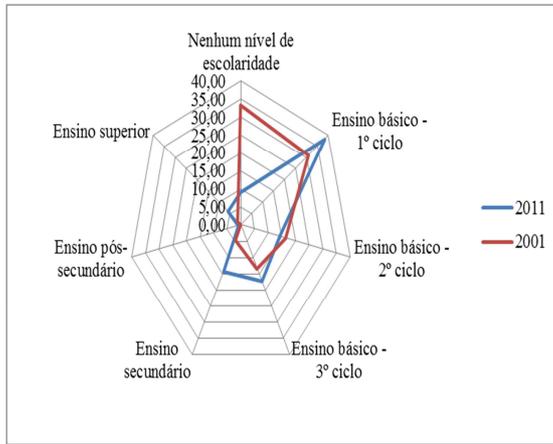


Gráfico 100- Nível de escolaridade na freguesia do Caniçal, 2001 e 2011

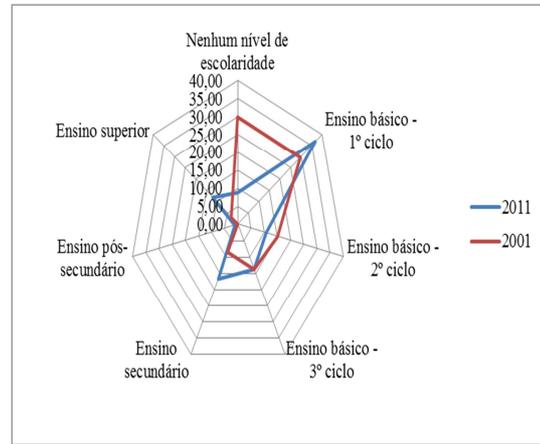


Gráfico 101- Nível de escolaridade na freguesia de Machico, 2001 e 2011

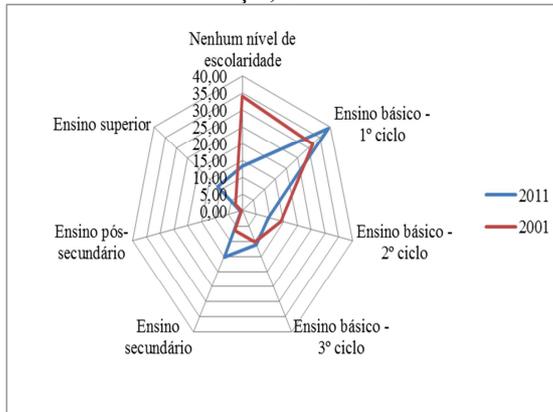


Gráfico 102- Nível de escolaridade na freguesia do Porto da Cruz, 2001 e 2011

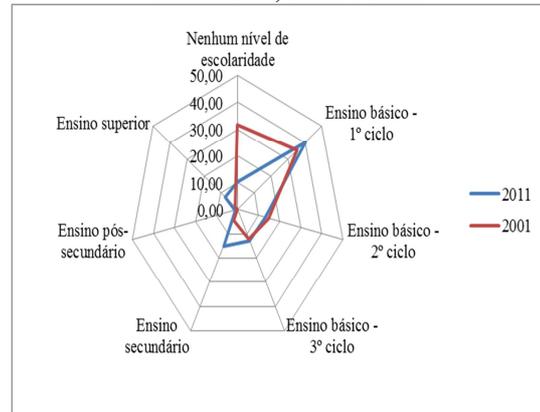


Gráfico 103- Nível de escolaridade na freguesia de Santo António da Serra, 2001 e 2011

5.7.2.4 Concelho do Porto Santo

Os níveis de escolaridade completos mais representados no Porto Santo são o 1.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (Censos de 2011). Os residentes com “Nenhum nível de escolaridade”, nos Censos de 2001, apresentam uma redução de 20% em 2011. Os restantes níveis apresentam aumentos em 2011, face a 2001, à exceção do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico.

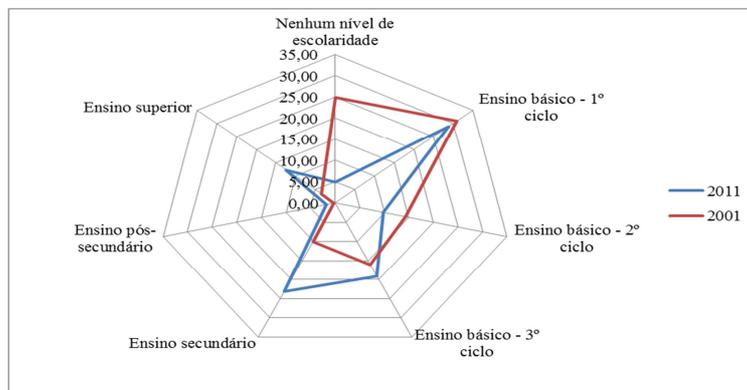


Gráfico 104-- Nível de escolaridade no Porto Santo, 2001 e 2011.

Tendo por base a análise realizada ao nível das habilitações, é possível verificar que apesar da redução de residentes sem nenhum nível de escolaridade, do investimento nas Novas Oportunidades e da obrigatoriedade dos 12 anos letivos, a população residente na RAM, nos territórios estudados, na generalidade, tem um nível baixo de habilitação.

5.8 EDUCAÇÃO

O ano letivo 2012/2013 ficou marcado pela diminuição de Estabelecimentos de Ensino, Docentes e Alunas/os, em todos os níveis de ensino, à exceção do 3.º Ciclo do Ensino Básico, que apresenta um ligeiro aumento no número de alunos.

O Ensino Pré-Escolar, face aos estabelecimentos, foi o que mais decaiu atendendo à baixa da taxa de natalidade, na Região.

Unidade: N.º

	Estabelecimentos		Docentes		Alunas/os	
	2011/12	2012/13	2011/12	2012/13	2011/12	2012/13
Pré-escolar	174	163	1 181	1 115	7 618	7 006
Ensino Básico						
1º Ciclo	123	119	1 749	1 640	13 220	12 590
2º Ciclo	34	33	1 005	985	7 588	7 320
3º Ciclo	41	41	3 123 ^(a)	3 044 ^(a)	11 855	11 886
Secundário	28	29			11 142	10 977
Superior	4	4	297	287	3 410	3 098

Nota: (a) Valor correspondente aos docentes do ensino básico 3.º ciclo e secundário

Tabela 52- Distribuição do número de Estabelecimentos de Ensino, Docentes e Alunas/as, RAM, 2011/2012 e 2012/2013

Fonte: Madeira em Números – 2013, DREM

5.9.1 Matrículas segundo o nível de ensino

O número de alunos matriculados na RAM apresenta uma diminuição em todos os níveis de ensino, embora o 3.º ano do Ensino Básico mostre um aumento ligeiro.

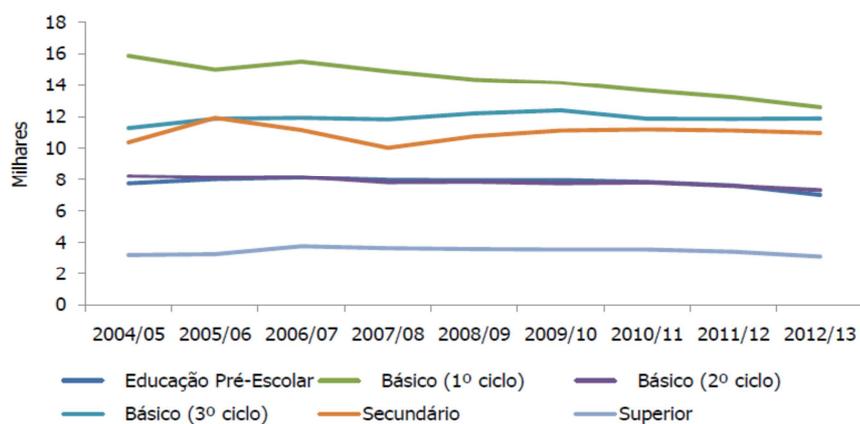


Gráfico 105-Evolução do n.º de alunas/os matriculados, segundo o nível de ensino, RAM, 2004-2013

Fonte: Madeira em Números – 2013, DREM

5.8.2 Abandono Escolar

Na RAM, segundo os Censos de 2011, o abandono escolar é baixo, de 2,24%, e diminuiu em 0,9% face a 2001, cujo valor foi de 3,14%.

5.8.2.1 Concelho de Câmara de Lobos

O concelho de Câmara de Lobos acompanha a tendência da RAM, sendo o concelho com maior decréscimo (3,36%), e apresenta também reduções notórias no abandono escolar em todas as freguesias. Quinta Grande é a freguesia do concelho com a maior redução (-5,46%).

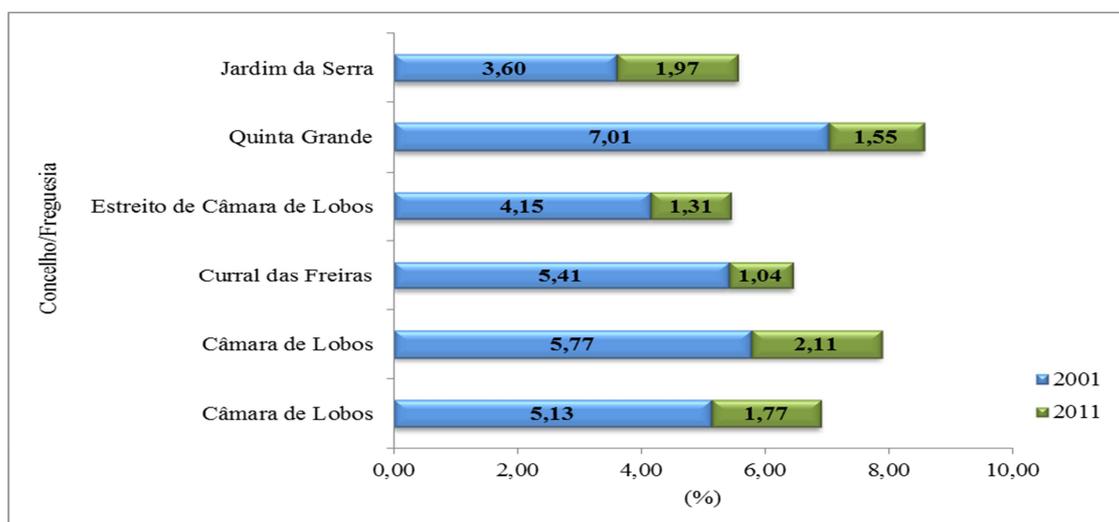


Gráfico 106-Abandono escolar no concelho de Câmara de Lobos, RAM, 2001 e 2011

5.8.2.2 Concelho de Santa Cruz

As freguesias de Santa Cruz e Gaula foram as que assumiram maiores quebras, face ao abandono escolar, de 1,65%. Em termos globais, no concelho de Santa Cruz o abandono escolar também é menor.

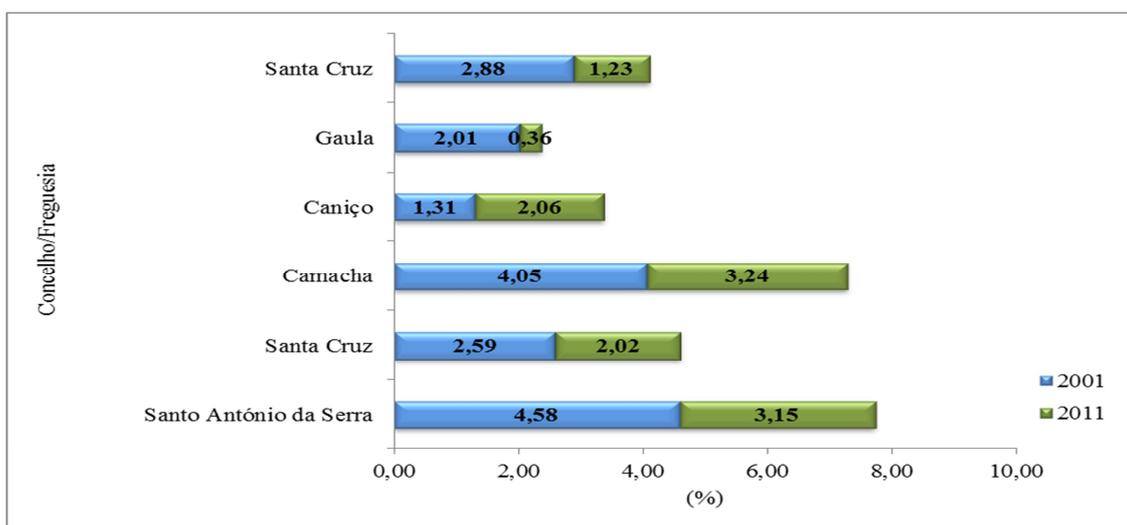


Gráfico 107-Abandono escolar no concelho de Santa Cruz, RAM, 2001 e 2011

5.9.2.3 Concelho de Machico

No concelho de Machico, o abandono escolar mantém-se na ordem dos 2,90%. A freguesia de Água de Pena apresentou a maior diminuição, com o valor de 4,25% (Censos 2001 e 2011).

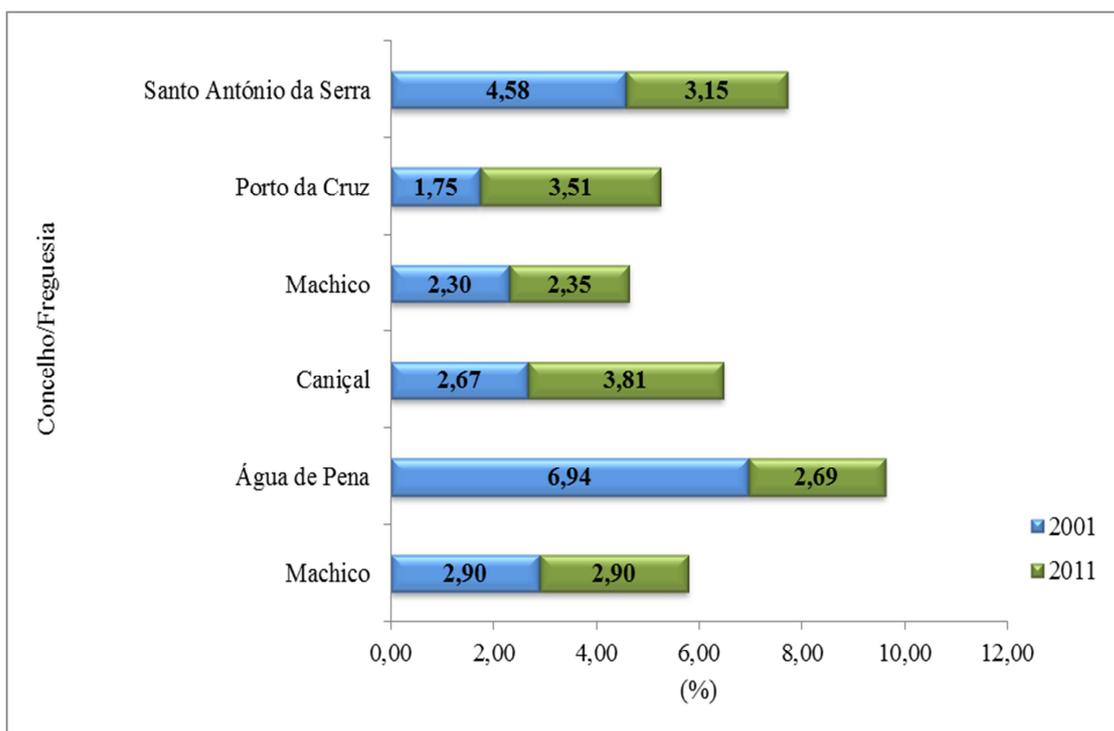


Gráfico 108-Abandono escolar no concelho de Machico, RAM, 2001 e 2011

5.8.2.4 Concelho do Porto Santo

O abandono escolar no Porto Santo apresenta uma distribuição semelhante aos restantes concelhos, onde a redução exibida foi de 1,17%

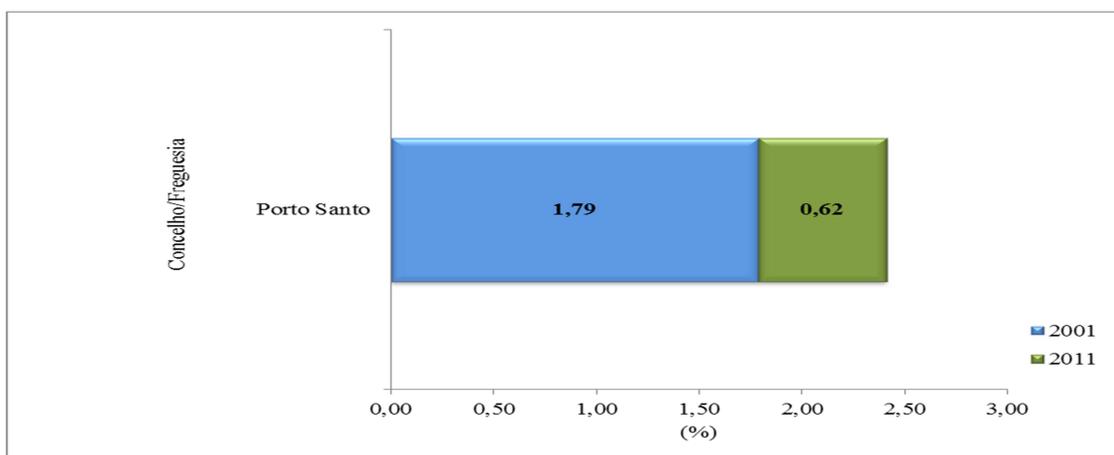


Gráfico 109-Abandono escolar no concelho de Porto Santo, RAM, 2001 e 2011

5.9 CONDIÇÕES DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A identificação dos diferentes equipamentos e serviços de apoio à população é de extrema importância pois consiste em apoiar a tomada de decisão e elaboração de projetos no âmbito do planeamento do território, como por exemplo: cartas escolares, cartas sociais, de saúde, desportivas, de lazer, etc. contribuindo para uma melhor e mais

eficaz compreensão da dinâmica territorial e demográfica da região (Direção Regional de Estatística da Madeira). A região está atualmente muito bem dotada em termos de equipamentos sociais, apesar de em alguns casos, estarem em fase de reajustamento dos serviços públicos associados, sobretudo reflexo da lógica de cortes de despesa e de concentração de recursos.

5.9.1 Estabelecimentos de saúde

Entre o ano de 2013 e 2012, o número de hospitais, centros de saúde e farmácias manteve-se estável na RAM. Os locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica aumentou em 3 unidades.

	Unidade: N.º	
	2012	2013
Hospitais	9	9
Centros de Saúde	13	13
Farmácias	65	65
Locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica	17	20
Médicas/os	747	778
Farmacêuticas/os	186	x
Enfermeiras/os	2 147	2 093
Médicas/os por 1000 Habitantes	2,8	3,0
Enfermeiras/os por 1000 Habitantes	8,2	8,0
Consultas no ambulatório dos Centros de Saúde	9	9

Tabela 53- Indicadores de Saúde na RAM, 2012 e 2013

Fonte: Madeira em Números 2013, DREM

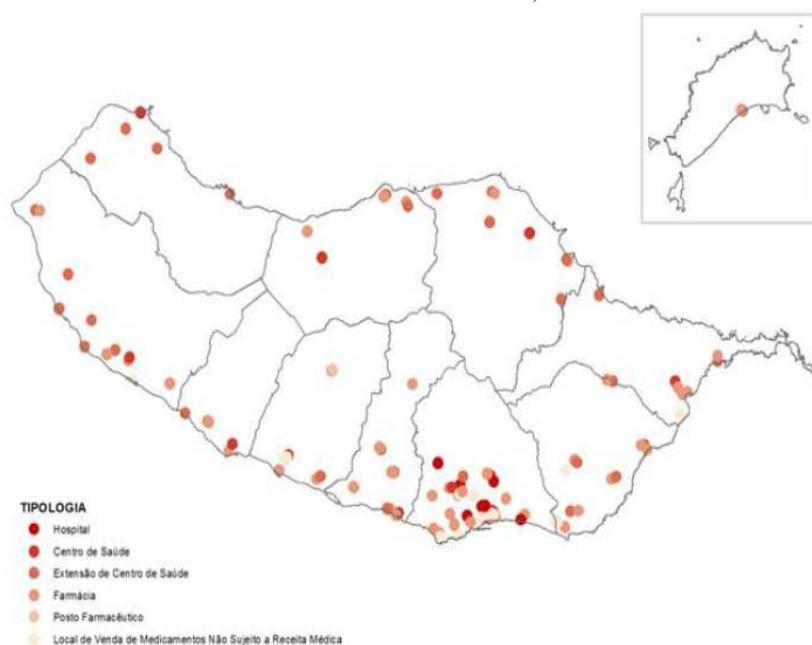


Gráfico 110 - Estabelecimentos de saúde, por município, RAM, 2013

Fonte: DREM

3.10.2 Estabelecimentos de ensino

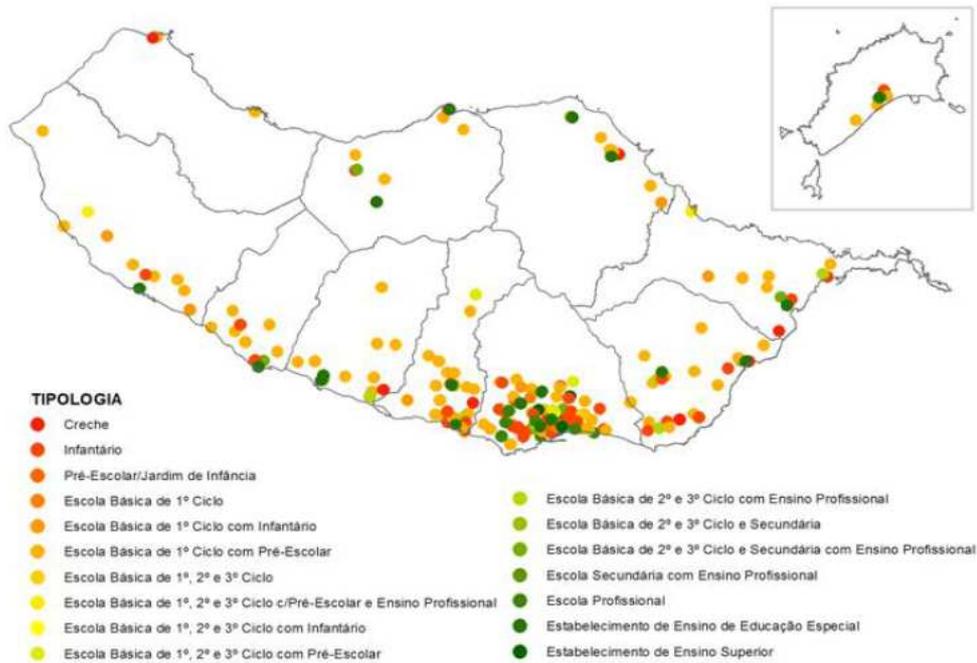


Gráfico 111-Estabelecimentos de ensino, por município, RAM, 2013

Fonte: DREM

3.10.3 Estabelecimentos de Segurança Social e Trabalho

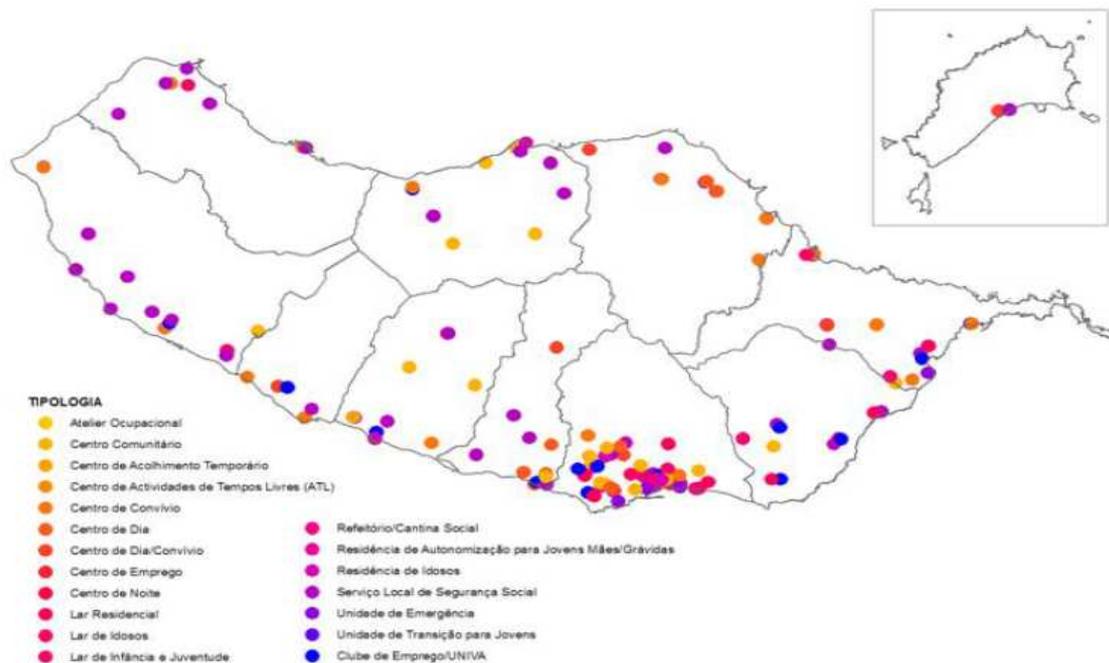


Gráfico 112-Estabelecimentos de segurança social e trabalho, por município, RAM, 2013

Fonte: DREM

5.9.4 Cultura

No ano de 2013, o número existente de museus e galerias de arte aumentou na RAM face a 2012. O número de visitantes em museus e o número de exposições realizadas nas galerias de arte também verificaram acréscimos, respetivamente. O número de sessões de cinema diminuiu, apesar do número de ecrãs se manter estáveis.

	2012	2013
Publicações Periódicas (N.º)	35	33
Edições anuais	925	924
Exemplares vendidos	9 384 839	9 127 927
Circulação total	9 960 211	9 688 747
Museus (N.º)	15	17
Visitantes	151 158	192 479
Objetos	925 617	936 727
Galerias de Arte (N.º)	21	35
Exposições realizadas	136	259
Objetos expostos	7 029	7 509
Espetáculos ao Vivo (N.º sessões)	892	828
Espetadoras/es	223 385	217 113
Cinema (N.º ecrãs)	13	13
Sessões (N.º)	17 984	10 569
Espetadoras/es (N.º)	274 660	196 419
Receitas (milhares €)	1 392	1 030

Tabela 54-Indicadores de cultura na RAM, 2012 e 2013/ Fonte: Madeira em Números 2013, DREM

5.9.5 Equipamentos de desporto

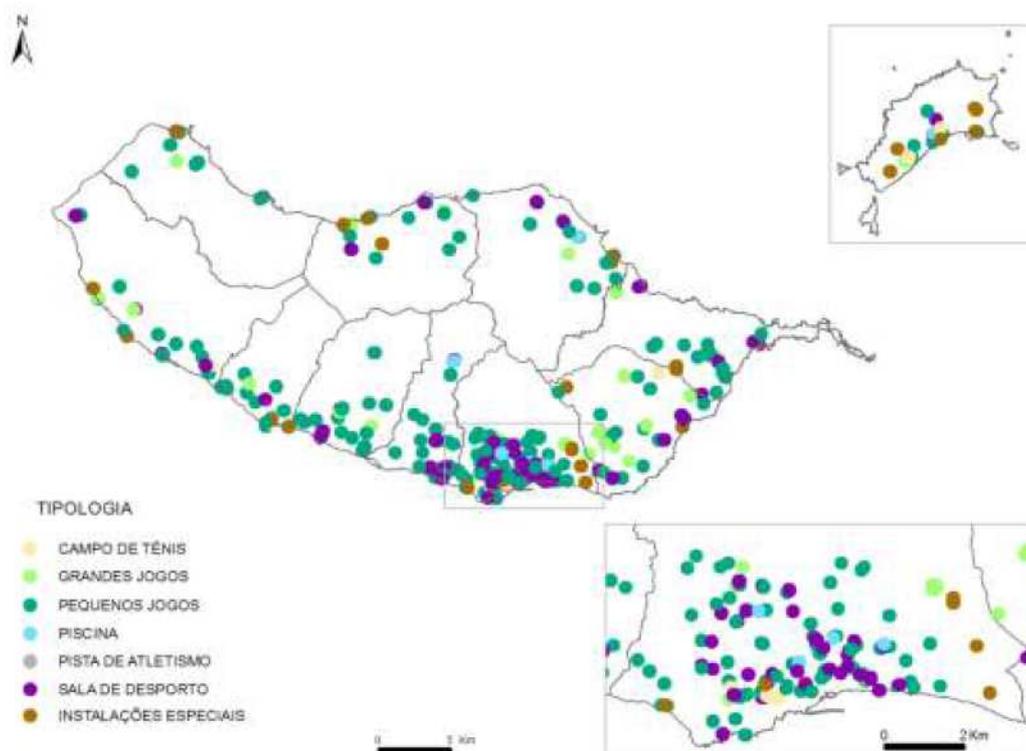


Gráfico 113-Estabelecimentos de desporto, por município, RAM, 2013

Fonte: DREM

5.9.5 Conclusão

As condições de vida e de acesso aos serviços e bens universais têm vindo a beneficiar de melhorias, principalmente ao nível da saúde, da segurança social, do acesso ao desporto e das condições de conforto dos agregados domésticos.

No que respeita aos níveis de rendimento das famílias, a Região apresenta uma posição gradualmente mais favorável, quer no contexto nacional, quer na União Europeia.

Segundo o Inquérito aos Indicadores de Conforto das Famílias e no que respeita às condições básicas dos alojamentos: eletricidade, água canalizada e instalações sanitárias, registou-se uma melhoria generalizada no período.

Os indicadores obtidos em 2013 confirmam a evolução positiva do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) pelas famílias na Região Autónoma da Madeira (RAM). Segundo os resultados do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias realizado em 2013, do total de agregados familiares residentes na RAM com pelo menos um indivíduo com idade entre os 16 e os 74 anos, 66,1% têm computador em casa e 64,1% têm acesso à Internet.

A ligação através de banda larga para o acesso à Internet é indicada em 2013 por 63,8% das famílias (60,0% em 2012), confirmando-se a crescente aproximação entre os indicadores de acesso à Internet e de acesso a banda larga. No sector da saúde verificaram-se, nos últimos anos, algumas melhorias importantes em diversas áreas, nomeadamente ao nível de equipamentos, de serviços, de recursos humanos e da acessibilidade.

Atendendo às estimativas intercensitárias da população residente, aferidas aos resultados definitivos dos Censos 2001, o número de médicos por cada 10 000 habitantes apresenta um crescimento acentuado nos últimos anos, de 20, em 2001, passou a 28 médicos por cada 10 000 habitantes, em 2010.

Em termos de grau e tipo de dificuldades na realização de atividades diárias, cerca de 16,0% da população residente com 5 ou mais anos de idade na RAM, declarou ter muita dificuldade, ou não conseguir realizar, pelo menos, uma das 6 atividades diárias (ver, ouvir, andar, memória/concentração, tomar banho/vestir-se, compreender/fazer-se entender). A percentagem de mulheres nesta situação é superior à dos homens,

respetivamente 18,7% e 13,0%.

A região da Madeira tem uma menor percentagem da população que revela dificuldades na realização das atividades diárias, quando comparada com a média nacional, que é de 17,8%. Na população idosa, a percentagem com dificuldade na realização de pelo menos uma das atividades diárias sobe para os 51,4% e situa-se acima da média nacional, 49,5%. A dificuldade em andar é a principal limitação manifestada pela população.

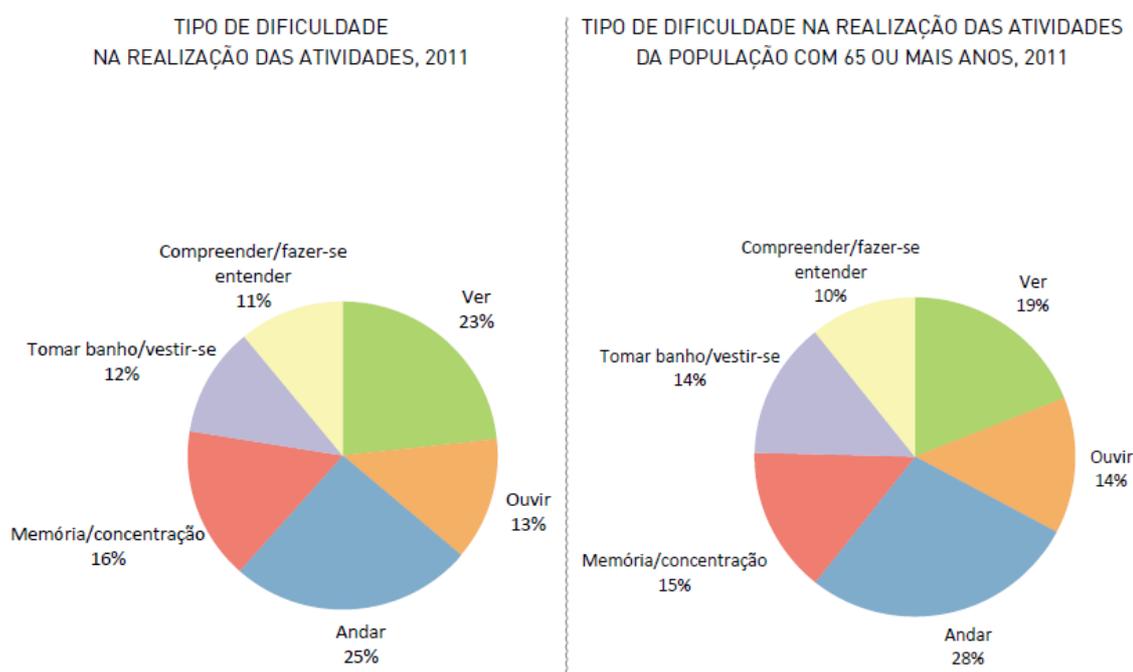


Gráfico 114- Principais dificuldades da população residente, censos 2011.

Em termos de caracterização da população idosa, verifica-se que uma 46% da população residente com idade igual ou superior a 65 anos, vive só ou com pessoas da mesma faixa etária, sendo esse valor inferior à média Portuguesa que ronda os 60%.

Um outro indicador de interesse para a qualidade de vida das populações, é a acessibilidade a cadeira de rodas a edifícios e alojamentos. De acordo com os censos 2011, do total de edifícios recenseados na região da Madeira, 35,4% têm a entrada acessível a pessoas com mobilidade através de cadeira de rodas, valor inferior ao obtido para o total nacional (40,8%).

Porto Santo (65,0%) e Santa Cruz (49,8%) destacam-se como os municípios com os edifícios mais acessíveis. Em contrapartida, São Vicente, Ribeira Brava, e Câmara de

Lobos, com valores inferiores a 25,0%, são os municípios onde a proporção de edifícios acessíveis é mais baixa.

Relativamente à acessibilidade dentro do edifício, a proporção de edifícios que permite a circulação em cadeira de rodas até ao alojamento é de 51,8% na região da Madeira. Neste indicador, Santa Cruz (68,4%) destaca-se como o município com os alojamentos mais acessíveis. Na posição oposta, Santana com 9,7%, regista a menor acessibilidade aos alojamentos.

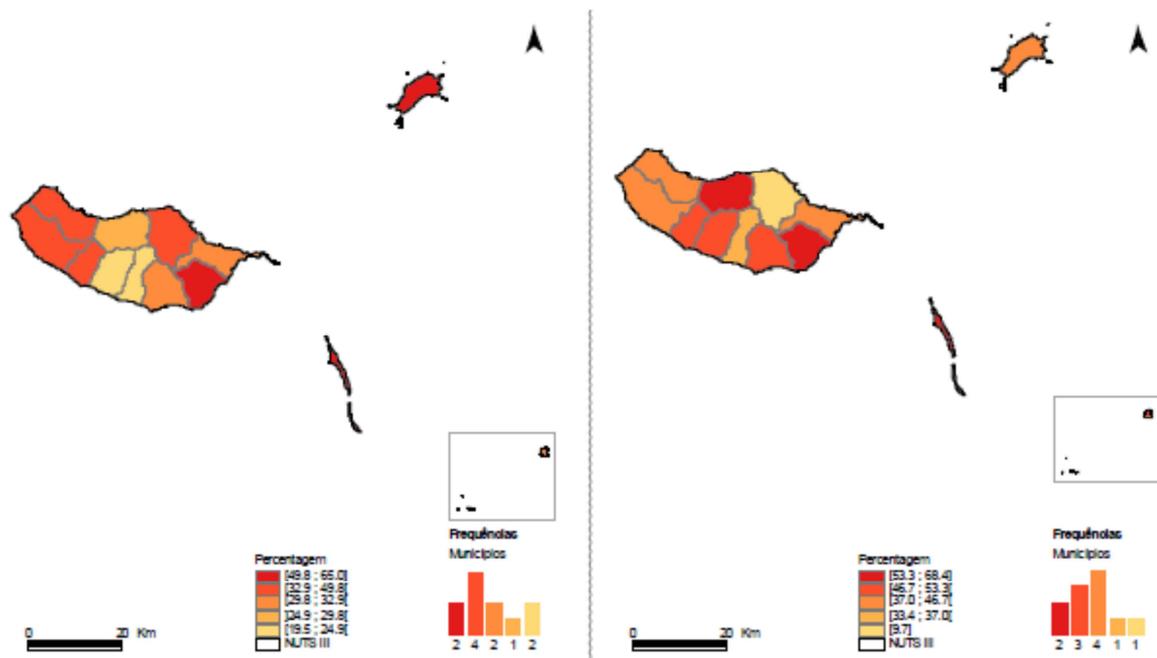


Gráfico 115-Acessibilidades aos alojamentos, censos 2011.

5.10 ENERGIA

A energia constitui um fator estratégico para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, uma vez que suporta todas as atividades económicas e sociais, e tem um peso significativo nas importações e na economia, com reflexos na competitividade, no emprego e na qualidade de vida.

A RAM segue os Planos de Ação para a Energia Sustentável da ilha da Madeira e da ilha do Porto Santo. Trata-se de um documento assinado pelo Governo Regional, em 2011, no âmbito do Comité das Regiões da União Europeia. Os objetivos passam por aumentar os níveis de eficiência energética, bem como a componente de energias

renováveis e, por outro lado, reduzir emissões de CO₂. São ações implementadas no combate às alterações climáticas.

Refira-se que a estratégia para a energia sustentável na RAM define quatro grandes objetivos específicos: melhorar a segurança do aprovisionamento de energia; reduzir a dependência do exterior; reduzir a intensidade energética no Produto Interno Bruto; reduzir as emissões de dióxido de carbono. Os Planos de Ação decretam ações de carácter transversal, como a produção de eletricidade, de biocombustíveis e transportes que também abrangem o setor.

5.10.1 Consumo de Eletricidade

Segundo os dados disponibilizados pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) para a RAM, relativos ao ano de 2011, evidenciou-se uma quebra na produção de eletricidade, que se traduziu em 948 Gigawatt hora (GWh), menos 27 GWh que em 2010, sendo que 78,0% desta energia foi de origem térmica e os restantes 22,0% de fontes renováveis.

O consumo de energia elétrica fixou-se em 857 GWh, traduzindo uma quebra de 2,4%, face a 2010. No total, 30,7% do consumo foi de origem doméstica, 9,8% para iluminação de vias públicas e os restantes 59,5% foram consumidos pelas diferentes atividades económicas da Região.

O número de consumidores atingiu um máximo de 137 474 em 2011, +0,7% que no ano anterior.

O consumo de energia na RAM iniciou um percurso descendente entre 2011 e 2013. Apesar desta diminuição, o consumo doméstico é sempre maior relativamente aos restantes tipos de consumo.

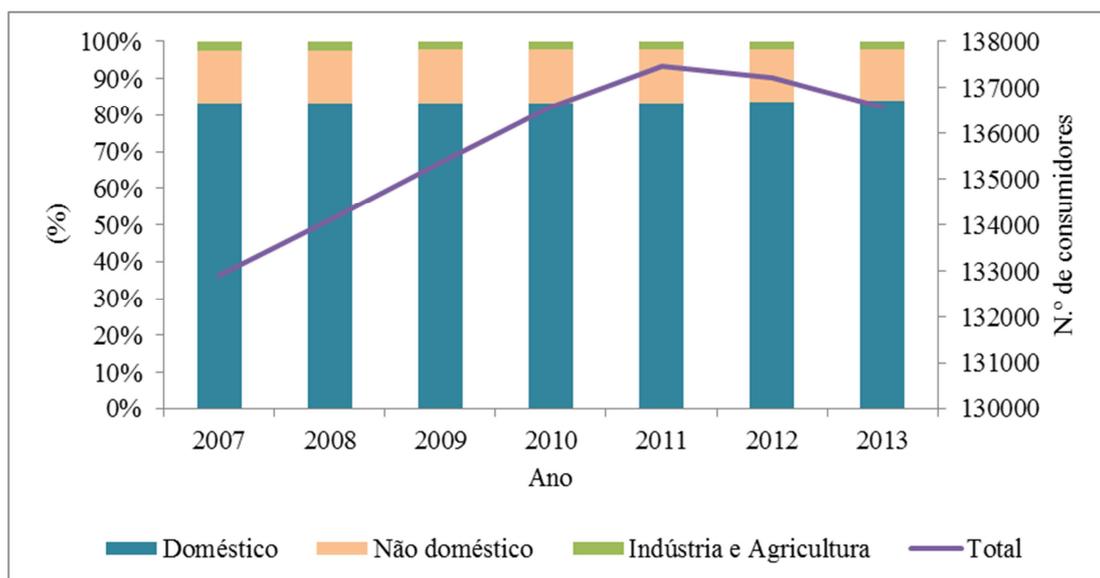


Gráfico 116-Consumo de Eletricidade por tipo, RAM, 2007-2013

5.10.2 Energias renováveis

Os custos elevados associados à procura de energia fazem com que as medidas de eficiência energética e de valorização das fontes de energia renováveis se tornem mais interessantes do ponto de vista económico, além dos benefícios ambientais e sociais.

Na RAM, a produção doméstica através da energia fotovoltaica cresceu exponencialmente, com um aumento de 925%, em 2013, face ao ano de 2010.

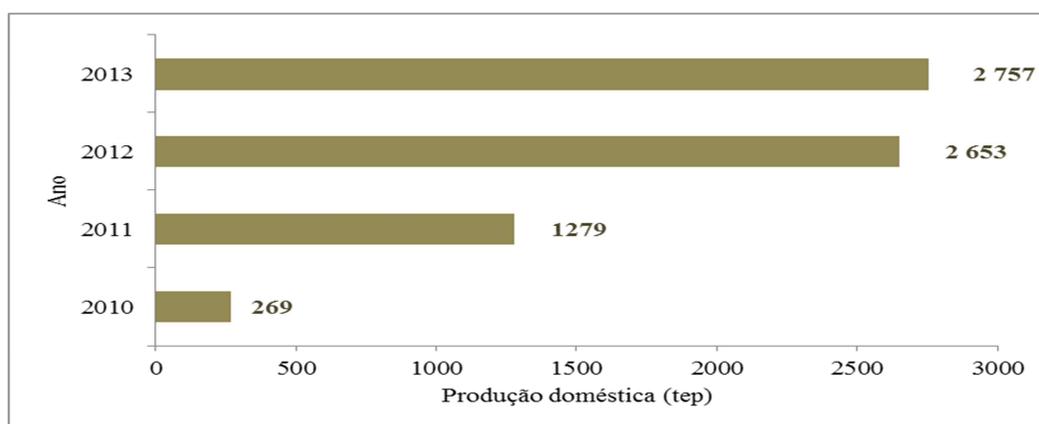


Gráfico 117-Produção doméstica, fotovoltaica, RAM, 2010-2013

Os concelhos de Santa Cruz e de Câmara de Lobos têm maior número de unidades e de potência instalada. Note-se que o concelho do Porto Santo, apesar de ter um número inferior de unidades, apresenta maior potência instalada. Os dados são da Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM), referentes às fontes de energia renováveis e aos regimes da Microprodução e da Miniprodução, a 31-12-2014, no âmbito da energia

fotovoltaica.

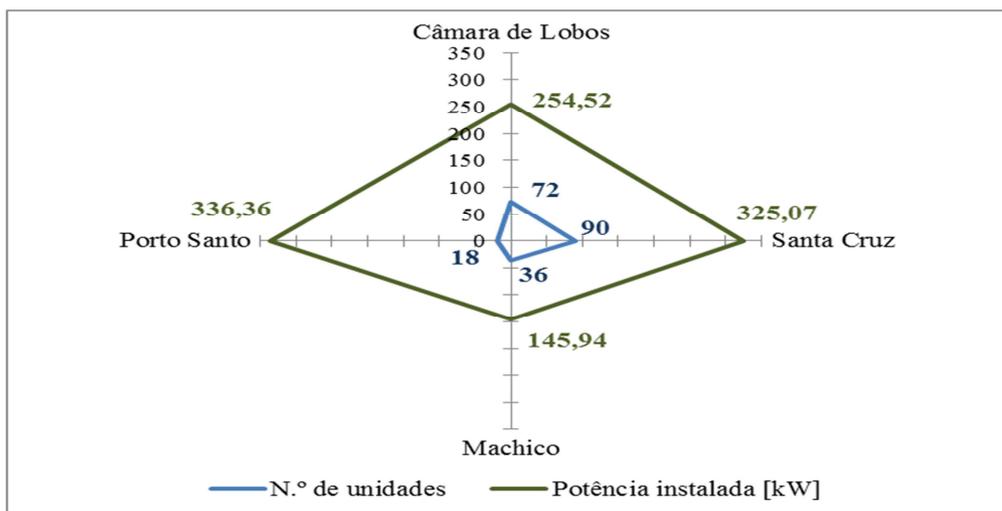


Gráfico 118-Produção descentralizada – Regime de Micro/Mini produção por concelho, RAM, 2014

5.11 COMUNICAÇÕES

O comércio eletrónico, dinheiro digital, transações *online*, banca *online*, *trabalho e formação à distância*, e outras expressões são cada vez mais comuns e correspondem a práticas que caracterizam a sociedade atual que se define como sociedade da informação. O aparecimento das primeiras redes informáticas até ao lançamento do correio eletrónico em 1971, o surgimento da *web* em 1991, os serviços *online* em 1995 e a Internet alteraram a forma como milhares de pessoas e empresas passaram a lidar com as suas vidas pessoais e profissionais.

No que diz respeito ao campo económico, a Internet tem vindo a alterar as tradicionais formas de relacionamento entre compradores e vendedores, entre serviços públicos/privados e clientes, oferecendo novos modelos de compra, de venda e de fornecimento de serviços aos clientes.

A capacidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - que começam a ser ensinadas nos estabelecimentos de ensino da RAM já ao nível do Pré-Escolar - de extinguir as distâncias num contexto económico atual e cada vez mais globalizado, conduz a uma reavaliação das estratégias de desenvolvimento local e regional nas zonas rurais.

É ao nível local que devem ser concretizadas as políticas concretas ligadas à “sociedade de informação”, quer se trate de infraestruturas, investigação, ajuda às empresas,

promoção do emprego, organização da formação profissional ou de política de comunicação.

5.11.1 Famílias

No ano de 2013, a proporção de agregados familiares segundo a disponibilidade de acesso, em casa, a computador e/ou Internet indicou um aumento de 30,3% e 23,2%, respetivamente, face ao ano de 2007. Estes dados confirmam a evolução positiva do acesso às TIC pelas famílias na RAM.

O acesso à Internet foi feito, na maioria, através de banda larga, indicado por 63,8 % das famílias, confirmando a crescente aproximação entre os indicadores de acesso à Internet e de acesso a banda larga.

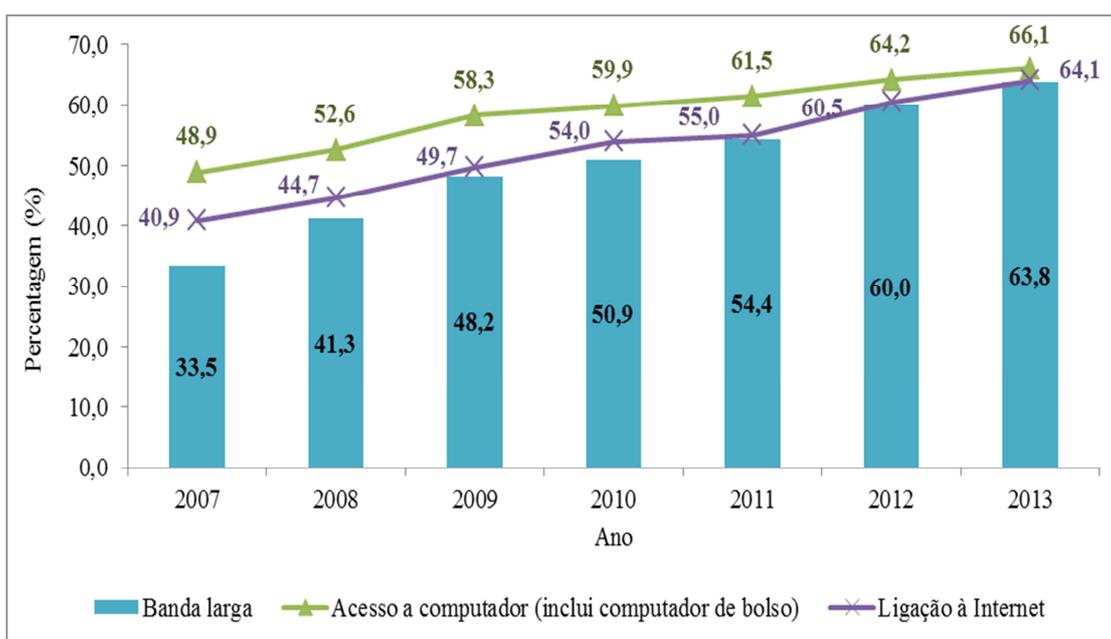


Gráfico 119-Proporção de agregados familiares segundo a disponibilidade de acesso, em casa, a computador e/ou internet, RAM, 2007-2013

5.11.2 Estabelecimentos Hoteleiros

Segundo os Indicadores da Sociedade da Informação nos Estabelecimentos Hoteleiros (2008-2011) da RAM, as TIC também evoluíram de forma positiva nos hotéis. A utilização de computador aumentou em 5,9%. A ligação e presença na Internet assumiam já valores superiores a 90%. Os pedidos de alojamento recebidos através da Internet foram de 87,4%, o que traduz um incremento de 14,3 % relativamente a 2008.

INDICADORES	Unidade: %	
	2008	2011
Utilização de computador	85,6	91,5
Ligação à Internet	85,1	91,0
Presença na Internet	83,5	93,1
Encomendas efetuadas através da internet	37,6	40,6
Encomendas de alojamento recebidas através da internet	73,1	87,4

Tabela 55-Indicadores da Sociedade da Informação nos Estabelecimentos Hoteleiros, RAM, 2008 e 2011

5.12 AMBIENTE

As questões relacionadas com o ambiente tornaram-se fundamentais para a qualidade de vida das populações. Foi, por isso, necessário criar condições para preservar a biodiversidade, as paisagens e os ecossistemas naturais. Esta preservação é determinante para o desenvolvimento ambiental de qualidade.

Um desenvolvimento rural sustentável tem de estar, necessariamente, associado à preservação do ambiente, da paisagem e do património natural, que são elementos indissociáveis da identidade das populações. No caso da RAM, onde a atividade turística é um motor de desenvolvimento económico, em especial através da vertente do turismo de natureza, é imperativo um desenvolvimento rural que defenda a preservação ambiental.

5.12.1 Ativos ambientais: Fauna e Flora

A RAM pertence à região Macaronésia pelo que nela se encontram os restos da flora subtropical, que ocupava o sul da Europa durante o período Terciário (floresta Laurissilva). As características geofísicas e edafoclimáticas da ilha da Madeira e a sua localização geográfica possibilitam a existência de um vasto número de ecossistemas, nos quais se integram vários habitats, onde as diversas espécies da fauna e flora desenvolvem os seus ciclos de vida.

Entre os diferentes ecossistemas da ilha da Madeira, dá-se particular relevância à Laurissilva (Floresta Natural), a qual apresenta uma elevada biodiversidade. É a maior mancha de Laurissilva da Macaronésia e a que se encontra em melhor estado de conservação. Está classificada como Reserva Biogenética, e incluída na rede europeia

de Reservas Biogenéticas, sob a égide do Conselho da Europa e foi classificada como Património Mundial da UNESCO.

A floresta Laurissilva abrange aproximadamente 15.868 ha (1/5 do território da Ilha) e localiza-se em altitude e predominantemente a norte, dos 300 aos 1.300 metros de altitude, embora persista em alguns locais virados a sul, de acessos difíceis, dos 700 aos 1.200 metros. Encontra-se maioritariamente inserida na área do Parque Natural da Madeira.

5.12.1.1 Concelho de Santa Cruz

Na caracterização da fauna e flora no concelho de Santa Cruz é imperativo focar essencialmente as ilhas Desertas: constituem um subarquipélago do [arquipélago da Madeira](#), de origem [vulcânica](#), situadas a sudeste da [Madeira](#). Constituem a [Reserva Natural das Ilhas Desertas](#), classificada também como [reserva biogenética](#) pelo [Conselho da Europa](#). Fazem parte das ilhas Desertas o [Ilhéu Chão](#), a [Deserta Grande](#) e o [Bugio](#). Administrativamente, fazem parte da [freguesia de Santa Cruz, concelho de Santa Cruz](#).

São várias as espécies raras e endémicas que se encontram nas Ilhas Desertas, mas foi a necessidade urgente de preservar uma pequena colónia de foca-monge do Mediterrâneo, vulgarmente conhecida como lobo-marinho, que motivou a proteção desta área.

A fauna marinha das Ilhas Desertas é semelhante à do resto do arquipélago, apresentando afinidades europeias e mediterrânicas, sobretudo ao nível dos peixes e crustáceos do litoral, como sejam castanhetas *Chromis limbata* e *Abudefduf luridus*, tainha *Liza aurata*, boga *Boops boops*, sargo *Diplodus sp.*, garoupa *Serranus atricauda*, bodião *Sparisoma cretense*, peixe-cão *Bodianus scrofa*, peixe-verde *Thalassoma pavo*, caranguejo-cabra *Grapsus adscensionis*, cavaco *Scyllarides latus*.

Várias espécies de tartarugas, como de cetáceos, também podem ser observadas nas águas circundantes destas ilhas.

Este espaço é também um importante centro de nidificação de aves marinhas, tais como a cagarra *Calonectris diomedea*, roque-de-castro *Hydrobates castro*, a alma-negra *Bulweria bulwerii*, e freira-do-Bugio *Pterodroma deserta*. Todas estas aves são espécies inerentemente vulneráveis, para as quais as ilhas Desertas representam um dos últimos refúgios, a nível Mundial.

Importa destacar que a Deserta Grande suporta a maior colónia de alma-negra *Bulweria bulwerii* do Atlântico e possivelmente do Mundo, e que a freira-do-bugio *Pterodroma deserta* nidifica exclusivamente no Bugio. Por isso, estas ilhas desempenham um papel crucial para a conservação destas espécies.

Quanto às aves residentes que podem ser encontradas durante todo o ano destacam-se o corre-caminhos *Anthus bertheloti madeirensis*, subespécie endémica do Arquipélago da Madeira e canário-da-terra *Serinus canaria canaria*, subespécie endémica da Macaronésia. São observadas igualmente rapinas, a saber: francelho *Falco tinnunculus canariensis*, subespécie endémica da Macaronésia, manta *Buteo buteo harterti* e coruja-das-torres *Tyto alba schmitzi*, subespécies endémicas do Arquipélago da Madeira.

Outro grupo de animais de grande interesse é o dos invertebrados. No grupo dos artrópodes, salienta-se a tarântula-das-desertas *Hogna ingens*, um endemismo destas Ilhas. Este aracnídeo apresenta uma área de distribuição muito restrita, habitando apenas o Vale da Castanheira, no extremo norte do topo da Deserta Grande.

Estudos recentes confirmam a presença de cerca de 50 espécies e subespécies de moluscos terrestres para as ilhas Desertas, 44 dos quais endémicos e alguns deles exclusivos.

A lagartixa *Teira dugesii maui* é o único réptil terrestre que habita estas ilhas, sendo uma subespécie endémica das Ilhas Desertas.

A flora das Desertas é diversa, característica e rica em plantas específicas da Macaronésia, com exclusividades madeirenses.

A flora vascular é constituída por cerca de 200 espécies indígenas e naturalizadas, das quais 30% são endemismos da Madeira e 10% são restritas à Macaronésia.

A Deserta Grande é a ilha que contempla maior diversidade de habitats e de plantas, sendo mesmo detentora de três endemismos exclusivos: Couve-da-rocha *Sinapidendron sempervivifolium*, *Frullania sergiae* e *Musschia isambertoi*.

Os primeiros estudos sobre a vegetação das ilhas Desertas remontam a Lowe (1868). Este define duas zonas de vegetação. A primeira zona, designada por marítima, vai desde o nível do mar até aos 360 metros de altitude, nas três ilhas. Esta vegetação caracteriza-se pela presença de plantas indígenas, tais como a Cenoura-da-

rocha *Monizia edulis*, o Goivo-da-rocha *Matthiola maderensis* e a vaqueira *Calendula maderensis*. A segunda zona, designada por montanhosa, vai desde os 300 metros até aos 480 metros de altitude, na Deserta Grande e Bugio, cuja vegetação se caracteriza pela presença de plantas indígenas, tais como, *Lotus argyroides*, a estreleira *Argyranthemum haematomma* e *Trifolium angustifolium*. Aplicando a estas ilhas o estudo das comunidades vegetais e do bioclima realizado para a ilha da Madeira (Capelo *et al*, 2000), as ilhas Desertas apresentam potencialmente duas comunidades florestais, o Zambujal (*Olea maderensis-Maytenetum umbellatae*) e a Laurissilva do Barbusano (*Semeleandrogynae-Apollonietum barbujanae*).

À secção da fauna e da flora importa incluir também os *habitats*.

As ilhas Desertas combinam uma variedade de fatores, nomeadamente: localização geográfica, isolamento e condições de colonização muito difíceis, que as fazem apresentar *habitats* que são representativos e importantes para a conservação *in situ* da biodiversidade. Dada a grande importância destes *habitats*, alguns estão classificados de “Habitats de interesse comunitário”. Assim os *habitats* de interesse comunitário presentes nas ilhas Desertas são:

- Enseadas e baías pouco profundas;
- Falésias com flora endémica das costas macaronésias;
- Formações baixas de euforbiáceas junto a falésias;
- Grutas marinhas submersas ou semi-submersas.

5.12.1.2 Concelho de Machico

No concelho de Machico é dado destaque à freguesia do Caniçal, devido à fauna e flora.

As aves que fazem parte da fauna deste território são das espécies: Andorinhão-da-serra, Canário, pintassilgo, Corre-caminhos, peneireiro, Águia-d’asa-redonda, pintarroxo, pardal-francês, gaivina, gaivota-de-patas-amarelas, Cagarra, Fura-bucho do atlântico, pintainho, alma-negra.

A fauna desta região também agrega golfinhos e baleias, moluscos terrestres e répteis.

5.12.1.3 Concelho do Porto Santo

No Porto Santo a **fauna** é composta essencialmente por aves das seguintes espécies: Corre-caminhos, Borrelho-grande-de-coleira, galeirão, galinha d’água, gaivota-de-

patas-amarelas, pardal-francês, pardal-espanhol, toutinegra-tomilheira, poupa, andorinhão-da-serra, Maçarico-galego, Canário, gaivina, gaivina-rosada, pilrito-das-praias, garça-real, garça-branca, rola-do-mar, Borrelho-de-coleira-interrompida.

Também existem golfinhos e baleias que fazem parte desta componente.

A paisagem árida e rica em vegetação rasteira, com alguns charcos e ribeiros constitui a flora deste território.

5.12.2 Ameaças ambientais

As principais ameaças ambientais podem estar potencialmente associadas a aluviões cada vez mais frequentes; incêndios florestais; alterações climáticas; aterros; erosão dos solos, produção de resíduos sólidos e à redução de verbas para a conservação do meio-ambiente. Todas estas ameaças são transversais a todos os territórios em estudo.

A produção de resíduos na RAM, entre 2007 e 2013, apresentou uma diminuição de 9%.

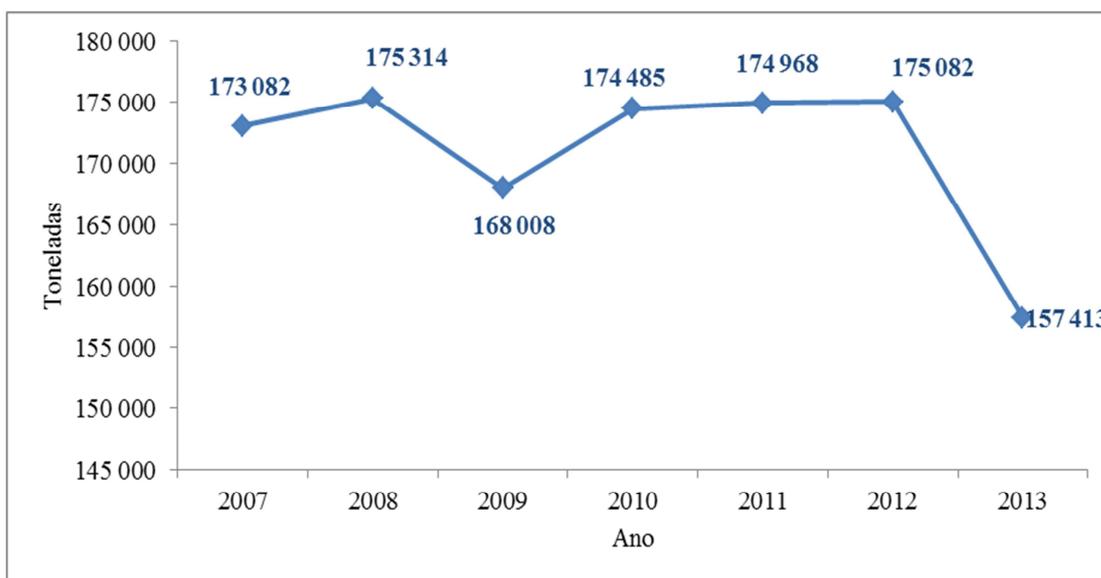


Gráfico 120-Produção de resíduos sólidos, RAM, 2007-2013

A despesa consolidada da Administração Regional da Madeira em gestão e proteção do ambiente, entre os anos 2007 e 2013, registou um aumento de 114 %, no global. Ao desagregar este montante pelos respetivos domínios, o valor despendido para “Solos, águas subterrâneas e superficiais” foi o que mais contribui para a despesa total, com um

aumento de 1283%, face a 2007. O domínio associado à “Biodiversidade e paisagens” exibiu uma diminuição de 37,5% no montante atribuído em 2013 relativamente a 2007.

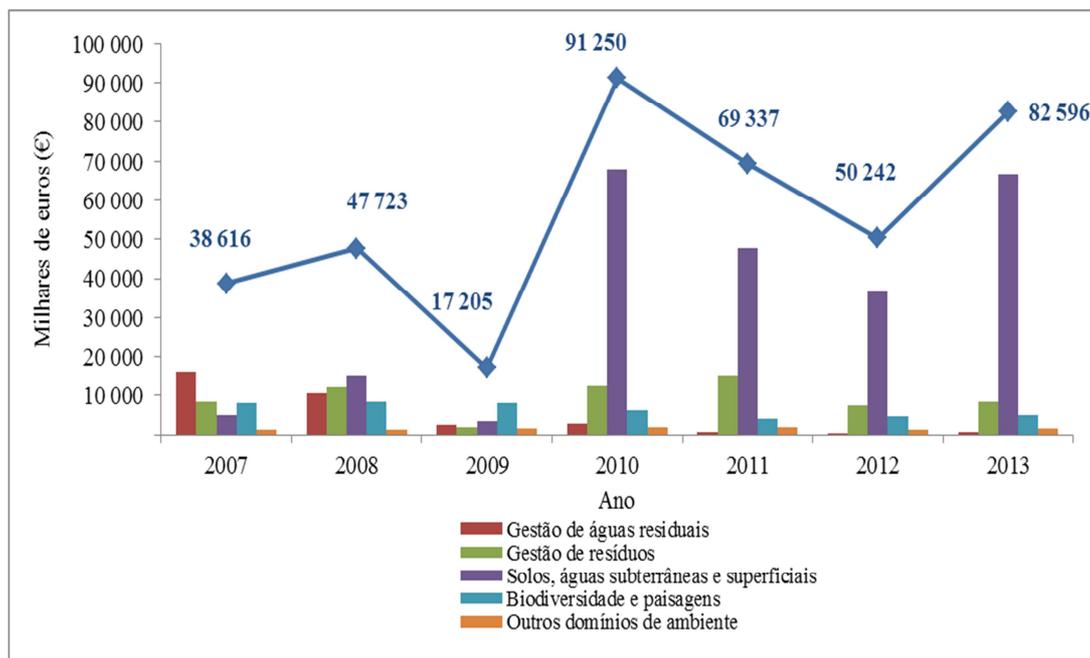


Gráfico 121-Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira em gestão e proteção do ambiente, por domínios, RAM, 2007-2013

Entre o período 2007-2013, a RAM registou anualmente incêndios florestais, num total de 801 incêndios com uma área afetada global de 19 874 (ha). Nestes incêndios a área arborizada afetada (ha), em geral, é superior à área não arborizada.

Os anos de 2010 e 2012 foram os mais marcantes com 304 incêndios e 15.598 ha de área afetada. Entre 2007 e 2013 estes valores correspondem a 38% do total de incêndios florestais ocorridos e 78% da área global afetada, o que comprova a intensidade destas ocorrências na região.

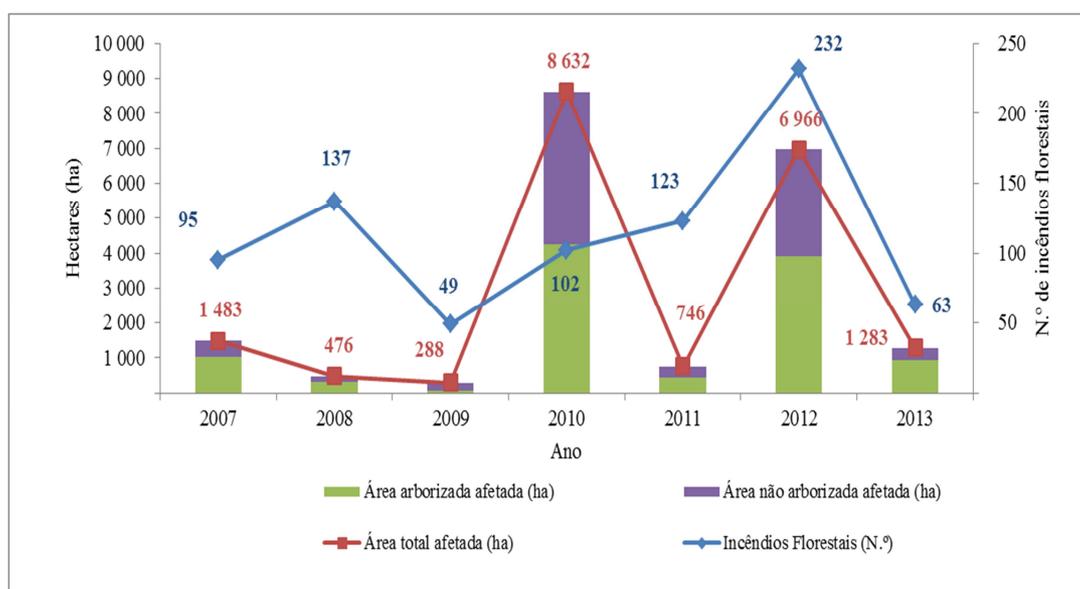


Gráfico 122-Incêndios florestais, RAM, 2007 – 2013

No ano de 2010, a 20 de fevereiro, a RAM foi vítima de uma aluvião que afetou quase toda a ilha. Nas estações Funchal-Observatório e Pico do Areiro foram registados respetivamente 58,3 mm (entre as 09:00 e as 10:00) e 105 mm (entre as 10: e as 11:30). Esta precipitação fora do comum produziu um enorme caudal nas ribeiras, cujos leitos não os conseguiram reter. A forte concentração de água nas zonas altas provocou diversos deslizamentos de terras e os fortes caudais nas linhas de água arrastaram grandes volumes de inertes e outros materiais, deixando um rasto de destruição nas infraestruturas e bens. As águas transpuseram as margens destruindo tudo o que encontraram pela frente, provocando derrocadas, arrastando carros e pessoas e destruindo casas. Esta tempestade deixou na ilha elevados valores de precipitação num curto espaço de tempo, tendo provocado 42 mortos, 6 desaparecidos, 120 feridos e cerca de 900 desalojados, além de avultados danos materiais nos concelhos do Funchal, Ribeira Brava, Câmara de Lobos e Santa Cruz.

A 29 de novembro de 2013, ocorreu uma aluvião no Porto da Cruz, que fez diversos estragos, com destaque para os danos ocorridos na principal via de acesso ao centro do Porto da Cruz. O abaixamento do leito da ribeira provocou a queda de terras subjacentes à estrada regional, afetou o novo cemitério e provocou o corte da estrada regional.

5.12.3 Centros de Observação da Natureza

5.12.3.1 Concelho de Câmara de Lobos

A Boca dos Namorados, Boca da Corrida, a Quinta do Jardim da Serra, o Pico da Torre, Cabo Girão e Eira do Serrado que apesar de não fazer parte do concelho deve a sua importância à soberba paisagem da freguesia do Curral das Freiras, que a partir dele se desfruta.

5.12.3.2 Concelho de Machico

Canical: Centro de receção e observatório de Aves “casa do Sardinha” Parque Florestal da Ponta de São Lourenço, Machico;

5.12.3.3 Concelho do Porto Santo

Sítio do Tanque, Praia da Calheta, Pico Castelo, Ribeiro Salgado e Campo de Golfe do Porto Santo.

5.12.4 Centros de Interpretação Ambiental

5.12.4.1 Concelho do Porto Santo

Ecoteca do Porto Santo

5.12.5 Potencial de rotas ambientais a criar

O potencial de rotas ambientais a criar passa por combinar levadas, passeios a pé, incluindo os centros de observação da Natureza e centros de interpretação ambiental e até com viagens às ilhas desertas.

5.12.5.1 Concelho de Machico

Canical - geologia, flora, golfinhos e baleias, moluscos terrestres e répteis.

5.12.5.2 Concelho do Porto Santo

Geologia, flora, golfinhos e baleias, etnografia

5.12.6 Zonas protegidas

Zonas protegidas	Concelho	Freguesia
Reserva Natural das Desertas	Santa Cruz	Santa Cruz
Reserva Natural do Garajau	Santa Cruz	Canico
Rede de Áreas Marinhas do Porto Santo	Porto Santo	Porto Santo
Reserva Natural da Ponta de S. Lourenço	Machico	Canical

Tabela 56-Zonas protegidas, nas Zonas de Intervenção, ACAPORAMA



Gráfico 123-Mapa das Zonas Protegidas, na RAM

5.13 PATRIMÓNIO TRADICIONAL

O património cultural é a expressão específica de cada povo que ao longo dos séculos foi criando a sua identidade, fruto do tempo e do lugar e influenciado por viajantes de outras paragens, ao ritmo dos meios de transporte (das carruagens ao caminho de ferro, das caravelas ao barco a vapor), mas em que as condições do local (clima, topografia, materiais de construção disponíveis), as crenças e as religiões desempenharam um papel determinante em termos de adaptação e de evolução, tendo como consequência uma diversidade de formas e de materiais - diversidade que é hoje uma das qualidades mais fascinantes do património – hoje condicionada a evoluir com a mundialização da informação e o advento de uma cultura global.

A multiplicidade do património cultural define-se no seu universo territorial (dos monumentos à paisagem humanizada), na diversidade dos seus estados e significados (do imóvel ao imaterial, do erudito ao popular), conjugados com a dimensão temporal que lhe é conferida pela evolução da sociedade que o produz e que constantemente lhe adiciona valores e também pela vida útil dos materiais.

Os valores patrimoniais são, sem dúvida, uma mais-valia em relação ao futuro, por constituírem a base cultural em que a sociedade atual pode buscar inspiração para a construção do património de hoje.

5.13.1 Artes e Ofícios tradicionais

As artes e ofícios madeirenses estão relacionados com a arte popular e com as atividades produtivas (pesca, ciclos produtivos do vinho, dos cereais e do linho, etc.). Ao longo dos tempos, a sua fabricação dava origem a objetos fundamentais para o dia-a-dia, em diferentes áreas como os transportes, unidades domésticas (cozinha e quarto de dormir) e comércio tradicional (mercearia).

O artesanato é um conceito muito vasto e difícil de definir com exatidão, que além de compreender duas linhas orientadoras - o tradicional e o moderno - não deixa de ser, essencialmente, o próprio trabalho manual ou produção de um artesão.

A história do artesanato na Madeira tem início com a própria história do povo, porque a necessidade de produzir bens de primeira necessidade e de uso doméstico levou a que muita gente, olhasse para esse trabalho também como uma forma de sobrevivência que convidava à expressão criativa de artigos artesanais. A necessidade, por exemplo, de fabrico de botas de vilão, deveu-se ao facto de uma franja da população situada mais no interior da ilha, andar descalça, e os barretes de orelhas traduziram-se numa peça de grande utilidade quando os pastores guardavam o gado na serra.

Com o passar dos anos procurou-se também uma certa dose de criatividade aliada à produção de peças novas. Surgiram novos conceitos e o *design* aliado à inovação, proporcionaram novos produtos de modo a irem de encontro a uma nova clientela, que se fidelizou neste tipo de artigos únicos. Esta procura é transversal a todas as áreas do artesanato.

São diversas as atividades artesanais em vários concelhos da Madeira. Vão desde artigos elaborados com cana vieira e em madeira, empalhamento de objetos em vime, a cerâmica, a olaria, as botas de vilão, os embutidos, as bonecas de massa, as miniaturas de cestos do Monte e de casas de Santana, suportes para garrafas de licor, poncha e vinho Madeira, bonecas com trajes regionais, preparação e fiação de fibras têxteis, tapetes e artigos de vestuário, confeção dos barretes de orelhas, bonecas de palha de milho, os brinquinhos, o bordado Madeira e outras. De um modo geral todos os artesãos impressionam pela dedicação, cuidado, execução e sensibilidade, que conferem às peças que produzem.

5.13.2 Património Imóvel Classificado

O património edificado em Portugal obedece a regras precisas de classificação e proteção, definidas pela Direção Geral do Património, nomeadamente nas vertentes histórica, cultural, estética, social, técnica e científica. Tendo em conta o seu valor relativo, os imóveis podem obter uma de três classificações: Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal.

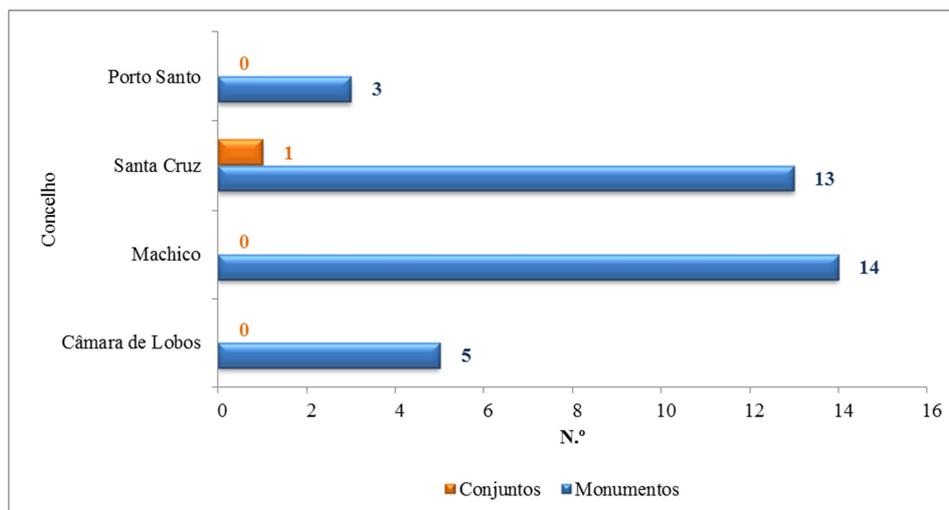


Gráfico 124-Bens imóveis por categoria, RAM, 2013

De acordo com as zonas de intervenção em estudo, a maioria de imóveis culturais concentra-se nos concelhos de Machico (9 %) e Santa Cruz (8%).

5.13.3 Imóveis Classificados

5.13.3.1 Concelho de Câmara de Lobos

Câmara de Lobos

Capela de Nossa Senhora da Conceição - Monumento Interesse Municipal

Convento de São Bernardino - Monumento Interesse Municipal

Forno de Cal - Monumento Interesse Municipal

Quinta de São João e Capela Sagrada Família - Monumento Interesse Municipal

Estreito

Quinta da Graça - Monumento Interesse Público

5.13.3.2 Concelho de Santa Cruz

Camacha

Igreja Matriz da Camacha - Monumento Interesse Municipal

Canico

Capela Mãe de Deus - Monumento Interesse Público
Capela de Nossa Senhora da Consolação - Monumento Interesse Público
Conjunto dos Reis Magos - Conjunto Interesse
Quinta Splendida - Monumento Interesse Público

Gaula

Lavadouro de Gaula - Monumento Interesse Municipal
Fontenários (16) - Monumento Interesse Municipal

Santa Cruz

Paços do Concelho - Monumento Nacional
Igreja de São Salvador - Monumento Interesse Público
Misericórdia de Santa - Cruz Monumento Interesse Público
Tribunal Judicial - Monumento Interesse Municipal
Solar dos Morenos e Capela de N. S. dos Remédios - Monumento Interesse Municipal

Santo António da Serra

Casa de Chá - Monumento Interesse Municipal
Fonte de Santo António - Monumento Interesse Municipal

5.13.3.3 Concelho de Machico

Machico

Forte de São João - Monumento Interesse Público
Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Monumento Interesse Público
Capela do Senhor dos Milagres - Monumento Interesse Público
Capela de São Roque - Monumento Interesse Público
Forte de Santo Amaro - Monumento Interesse Público
Aqueduto de Machico - Monumento Interesse Municipal
Solar de São Cristóvão - Monumento Interesse Municipal
Solar do Ribeirinho - Monumento Interesse Municipal
Mercado Municipal de Machico - Monumento Interesse Municipal

Canical

Ponte no Sítio da Ribeira Natal - Monumento Interesse Municipal

Porto da Cruz

Engenho Cana-de-Açúcar - Monumento Interesse Municipal
Casa da Capela - Monumento Interesse Municipal
Quinta da Jangalinha - Monumento Interesse Público
Praça Velha - Monumento Interesse Municipal

5.13.3.4 Concelho do Porto Santo

Casa Colombo - Monumento Interesse Municipal
Igreja de Nossa Senhora da Piedade - Monumento Interesse Municipal
Capela de São Pedro - Monumento Interesse Municipal

Categoria de proteção

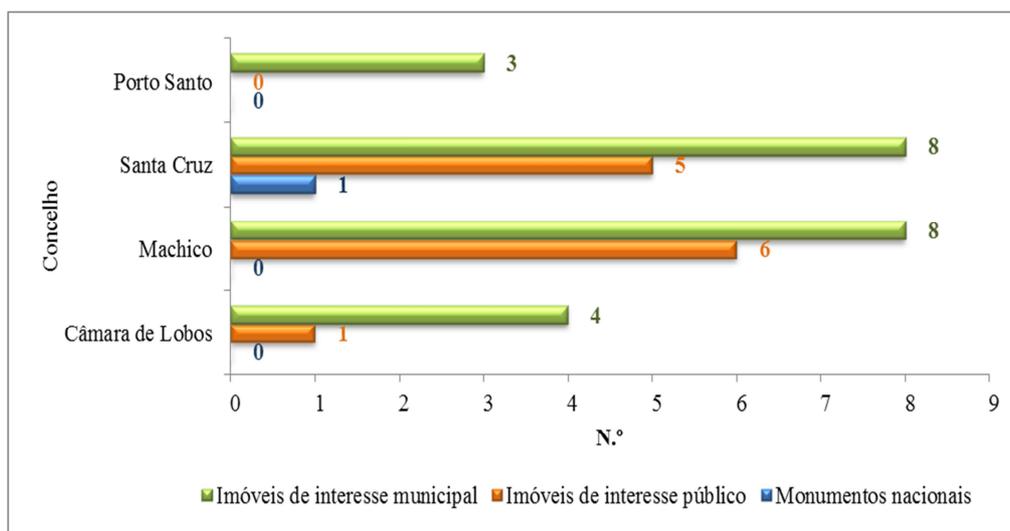


Gráfico 125-Bens imóveis por categoria de proteção, RAM, 2013

5.13.4 Principais Festas (religiosas, locais, municipais)

5.13.4.1 Concelho de Câmara de Lobos

Designação	Local	Data
Festa de São Pedro		
Festa Nossa Senhora do Carmo	Câmara de Lobos	Julho
Nossa Senhora do Livramento	Curral das Freiras	Agosto
Nossa Senhora Remédios	Quinta Grande	Setembro
Nossa Senhora da Piedade	Curral das Freiras	Setembro
São Sebastião		Agosto
Nossa Senhora da Graça		
Santíssimo Sacramento	Quinta Grande	
Festa das Vindimas	Estreito	2.ª semana de setembro
Festa do Vinho	Estreito	Início de setembro
Festa da Cereja	Jardim da Serra	Junho
Festa da Castanha	Curral das Freiras	1 de novembro
Festa do Peixe Espada Preto	Câmara de Lobos	Final de setembro

Tabela 49 – Festas no concelho de Câmara de Lobos

5.13.4.2 Concelho de Santa Cruz

Designação	Local	Data
Festas do concelho		Junho
Festa do Senhor		Julho
Festa do Senhor	Santa Cruz	Julho
Semana Gastronómica	Canico	Agosto
Festa do Senhor	Camacha	Agosto
Festa da Cebola	Canico	Maior
Festa das Tosquias	Camacha	
Festas de São Pedro	Santa Cruz	Junho

Tabela 57– Festas no concelho de Santa Cruz

5.13.4.3 Concelho de Machico

Designação	Local	Data
Água de Pena	Machico	Julho
Semana Gastronómica	Machico	1.º fim-de-semana de agosto
Festa da Nossa Senhora da Piedade	Canical	3.º fim-de-semana de setembro
Festa do Senhor dos Milagres	Machico	9 outubro
Festa da Uva e do Agricultor	Porto da Cruz	1.º fim-de-semana de setembro
Festa da Sidra	Santa da Serra	Setembro
Mercado Quinhentista	Machico	Junho

Tabela 58-Festas no concelho de Machico

5.13.4.4 Concelho do Porto Santo

Designação	Local	Data
Festas de São João	Porto Santo	24 de junho
Festa de Nossa Senhora da Graça	Porto Santo	15 de agosto
Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Piedade	Porto Santo	Último domingo de agosto
Festival Colombo	Porto Santo	3.ª semana de setembro

Tabela 59-Festas no concelho do Porto Santo

5.13.5 Gastronomia

A gastronomia madeirense prima pelo tradicional e pelo uso dos produtos regionais, de grande qualidade, que dão origem a confeções culinárias simples e deliciosas. Os pratos mais famosos da Madeira são a tradicional Espetada (muito procurada tradicionalmente em Câmara de Lobos), a Carne de Vinho e Alhos, o Picado e os deliciosos grelhados (sobretudo de galinha, costeletas de porco e bifes). O Bolo do Caco é a entrada de referência antes de uma refeição e o Milho Frito é um dos acompanhamentos mais típicos da Madeira. O peixe tem um lugar especial na culinária madeirense, devido à ancestral tradição pesqueira, com destaque para o atum, o peixe-espada preto, o bacalhau, o gaiado. Mas o mar também oferece outras alternativas e, por exemplo, no Canical, as lapas são muito procuradas.

Já na doçaria, entre a extensa lista de iguarias, sobressaem as Queijadas, o Bolo de Mel, as Broas de Mel e o Pudim de Maracujá, sem esquecer as frutas frescas, muitas vezes servidas em deliciosas saladas.

As bebidas gozam igualmente de um lugar especial à mesa dos Madeirenses. O Vinho da Madeira possui fama internacional, mas a ilha produz outros tipos de vinho a partir de diferentes castas – o chamado "vinho seco". Nos bares da área de Câmara de Lobos é

muito popular a Nikita e o Pé de Cabra. Porém, a bebida mais comum em toda a ilha é a tradicional Poncha.

5.13.6 Folclore e Bandas

5.13.6.1 Concelho de Câmara de Lobos

Designação	Local
Grupo de Folclore Cultural e Recreativo da Quinta Grande	Quinta Grande
Grupo de Folclore da Casa do Povo do Curral das Freiras	Curral das Freiras
Associação Musical, Cultural e Recreativa Coro de Câmara de Lobos	Câmara de Lobos
Banda Municipal de Câmara de Lobos	Câmara de Lobos
Banda Recreio Camponês	Câmara de Lobos
Banda Orquestral Os Infantes	Câmara de Lobos
Grupo Coral do Estreito	Estreito

Tabela 60-Folclore e Bandas no concelho de Câmara de Lobos

5.13.6.2 Concelho de Santa Cruz

Designação	Local
Grupo de Folclore da Casa do Povo da Camacha	Camacha
Grupo de Folclore do Rochão	Camacha
Grupo de Folclore Romarias Antigas do Rochão	Camacha
Grupo Folclórico Juvenil da Camacha	Camacha
Grupo Folclórico Infantil da Camacha	Camacha
Grupo Coral Casa do Povo da Camacha	Camacha
Tuna de Bandolins da Casa do Povo da Camacha	Camacha
Associação de Folclore da Boa Esperança	Camacha
Associação Cultural Encontros da Eira	Camacha
Banda Paroquial de São Lourenço da Camacha	Camacha
Grupo de Folclore da Casa do Povo de Gaula	Gaula
Grupo de Folclore da Casa do Povo de Santa Cruz	Santa Cruz
Banda Municipal de Santa Cruz	Santa Cruz
Banda Filarmónica do Caniço e Eiras	Caniço/ Santo da Serra

Tabela 61- Folclore e Bandas no concelho de Santa Cruz

5.13.6.3 Concelho de Machico

Designação	Local
Grupo de Folclore de Machico	Machico
Banda Municipal de Machico	Machico
Associação Grupo Coral de Machico	Machico
Grupo de Folclore da Casa do Povo do Porto da Cruz	Porto da Cruz
Associação Grupo Cultural Flores de Maio	Porto da Cruz
Grupo de Folclore da Casa do Povo do Caniçal	Caniçal
Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Santo António da Serra	Santo António da Serra

Tabela 62-Folclore e Bandas no concelho de Machico

5.13.6.4 Concelho do Porto Santo

Designação	Local
Grupo de Folclore do Porto Santo	Porto Santo
Grupo de Cantares Populares do Porto Santo	Porto Santo
Banda da Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade	Porto Santo

Tabela 63-Folclore e Bandas no concelho do Porto Santo

5.13.7 Potencial turístico sobre o património

A riqueza patrimonial de uma região contribui para atrair mais turistas e dinamizar este setor. Na Madeira, a riqueza paisagística, as levadas, os miradouros, os centros de observação da natureza, são influências positivas e determinantes. Estes dados estão discriminados com mais detalhe no setor Atividade Económica – Turismo, no ponto 3.6.9 – Principais Rotas e Percursos Turísticos.

5.13.8 Património religioso**5.13.8.1 Concelho de Câmara de Lobos**

Designação	Local
Igreja de São Sebastião	Câmara de Lobos
Capela de Nossa Senhora da Boa Hora	Câmara de Lobos
Capela de Nossa Senhora das Preces	Câmara de Lobos
Capela do Espírito Santo	Câmara de Lobos

Mosteiro da Nossa Senhora da Piedade	Câmara de Lobos
Capela de São Cândido	Câmara de Lobos
Capela de Santo António	Estreito
Capela de Nossa Senhora da Encarnação	Estreito
Capela e Solar das Almas	Estreito
Capela de Santa Ana	Estreito
Igreja de Nossa Senhora da Graça	Estreito
Capela de Santiago ou do Foro	Jardim da Serra
Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	Quinta Grande
Capela da Vera Cruz	Quinta Grande

Tabela 64-Arquitetura religiosa no concelho de Câmara de Lobos

5.13.8.2 Concelho de Santa Cruz

Designação	Local
Igreja do Espírito Santo e Santo Antão	Caniço
Capela de Nossa Senhora da Salvação	Caniço
Igreja da Nossa Senhora da Graça	Gaula
Igreja de Nossa Senhora da Luz	Gaula
Capela de São Pedro	Santa Cruz
Capela de Santa Catarina	Santa Cruz
Capela de Santo Amaro	Santa Cruz
Igreja do Santo da Serra	Santo da Serra
Capela de Santo Amaro	Santo da Serra

Tabela 65-Arquitetura religiosa no concelho de Santa Cruz

5.13.8.3 Concelho de Machico

Designação	Local
Quinta e Capela de Santa Ana	Machico
Capela Nossa Senhora da Graça	Machico
Capela e Solar da Referta	Porto da Cruz
Igreja de Santa Beatriz	Água de Pena
Capela dos Cardeais	Água de Pena
Capela de Nossa Senhora da Piedade	Caniçal
Igreja Matriz de Santo António da Serra	Santo António da Serra
Igreja de São Sebastião	Caniçal

Tabela 66-Arquitetura religiosa no concelho de Machico

5.13.8.4 Concelho do Porto Santo

Designação	Local
Capela da Misericórdia	Porto Santo
Capela de Nossa Senhora da Graça	Porto Santo
Capela do Espírito Santo	Porto Santo

Capela de Santa Catarina	Porto Santo
--------------------------	-------------

Tabela 67-Arquitetura religiosa no concelho do Porto Santo

6. ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

6.1 MISSÃO

Incentivar a transformação do território abrangido pela ACAPORAMA para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, onde as centralidades rurais deverão ser inovadoras e cooperar entre si, renovando uma estratégia de harmonização e dinamização dos seus meios territoriais envolventes.

6.2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

- Consolidar a atividade agrícola e valorização dos produtos agrícolas locais e a complementaridade com outros sectores de atividade económica;
- Qualificar e diversificar a oferta turística em envolvência com o território na perspetiva de valorização dos fatores endógenos, como a agricultura e seus produtos;
- Inovar nos serviços de apoio de base às populações rurais, incrementando a cooperação entre entidades;
- Valorizar o equilíbrio ecológico e paisagístico do meio natural;
- Aproximar os cidadãos dos serviços culturais, de lazer e educação;
- Incentivar o empreendedorismo e a criação de emprego, através da inovação da promoção ao aparecimento de empresas;

6.3. Descrição do caracter inovador

A inovação deve ser entendida em sentido lato, podendo significar a introdução de um novo produto, processo, organização ou mercado. As zonas rurais, devido à sua baixa densidade populacional e ao nível relativamente escasso de recursos humanos e físicos, têm ligações mais fracas com os centros de investigação e desenvolvimento e poderão ter dificuldades para produzir inovações radicais. A inovação nas zonas rurais poderão implicar a transferência e adaptação de inovações desenvolvidas em outras zonas, a modernização de formas tradicionais de saber fazer ou a criação de novas soluções para

problemas rurais persistentes, que em outras intervenções se tenham revelado incapazes de resolver de forma satisfatória e sustentável. Ou seja, a inovação pode deixar de ser assente apenas na introdução de soluções de caráter tecnológico, mas, sobretudo pelo estabelecimento e alterações de paradigmas que impliquem resultados que alterem o “*status quo*”, de acordo com objetivos previstos. Essa situação dependerá da interação entre o plano local de desenvolvimento e os diversos níveis de resposta e partes interessadas, sendo fundamental o caráter dinâmico e da capacidade de gestão e interação entre os diversos agentes promotores do desenvolvimento rural.

Podemos, no entanto referir, que a principal alteração que a estratégia quer assumir é a **do reforço do papel da cooperação, entre sectores, na criação de valor e melhoria da qualidade de vida das populações locais, por via de criação de valor para a económica local e para o reforço da sustentabilidade dos serviços de apoio social.**

6.4. Sinergias com o sector primário

O objetivo é da recentração do desenvolvimento económico de forma a consolidar a atividade agrícola e valorização dos produtos agrícolas locais e ainda a complementaridade com outros sectores de atividade económica. Esta recentração será uma mais-valia para os territórios, uma vez, que a tendência do sector primário tem sido ao longo dos anos a de aumento do número de empresas e número de trabalhadores ao serviço, o que poderá ter algum peso na economia local. Esta realidade não se tem verificado nos restantes setores.

Uma das componentes estratégicas será permitir o aumento do rendimento das populações e empresas agrícolas, por via da diversificação das atividades associadas, para outros sectores de atividade, permitindo a articulação intersectorial e outros domínios associados das cadeias de valor.

6.5. Coerência com as orientações estratégicas nacionais, regionais e sectoriais.

O funcionamento das Parcerias e o objetivo estratégico da candidatura de lógica transversal global, em cada uma das medidas articula-se obrigatoriamente com todos os instrumentos da política regional, nacional ou comunitária, aplicadas ao território.

A estratégia teve em consideração os pontos fortes e fracos e as potencialidades e ameaças detetadas pelos parceiros no âmbito das diversas ações de consulta e preparação de ELD, tendo como objetivo os seguintes pontos;

- Valorização do potencial turístico
- Potencial cultural e lazer
- Estímulo à inovação e sociedade de informação
- Proteção e valorização do ambiente
- Ordenamento do território
- Competências humanas
- Agricultura e desenvolvimento rural.
- Competitividade e eficiência económica
- Coesão e valorização social.

Todos os objetivos referidos estão inseridos no nosso objetivo estratégico, assente no funcionamento das parcerias e numa lógica transversal e global.

6.6 ANÁLISE SWOT

6.6.1 CÂMARA DE LOBOS



A análise a Câmara de Lobos não pode deixar de sublinhar que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento socioeconómico do concelho reside na falta de identidade dos próprios camaralobenses com o seu território e com o seu concelho, sendo prevalente uma perspetiva do interesse de cada freguesia enquanto forma de organização base para a definição dos projetos e iniciativas de desenvolvimento. Este fator, que aparece em quase todas as consultas às entidades locais é de alguma forma visível na própria ausência de ligações físicas que permitam uma maior mobilidade interfreguesias, bem como na individualização de posições face aos principais pontos de interesse comum.

No entanto, existem três domínios-chave que foram considerados por todos: a diversificação da oferta turística num permanente diálogo entre a qualidade ambiental e a riqueza cultural do concelho, a necessidade de requalificar e capacitar os recursos humanos, impedindo a emigração e combatendo a exclusão social crónica e o aproveitamento das novas oportunidades dos quadros comunitários que agora englobam mais duas freguesias do concelho (Estreito de Câmara de Lobos e Câmara de Lobos – cidade).

Com uma população muito jovem e beneficiando da centralidade face à proximidade do poder económico e político do Funchal, o concelho de Câmara de Lobos terá de obrigatoriamente resolver questões importantes como as desigualdades sociais evidentes e a falta de cooperação entre freguesias para que surjam projetos e iniciativas comuns, afim que seja propiciado um desenvolvimento mais harmonioso e que explore de forma sustentável todo o potencial do território, quer em termos económicos, quer em termos culturais e sociais.

6.6.1.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas

Lançamento de iniciativas de diversificação na oferta turística que propiciem parcerias e colaborações interfreguesias, juntando agentes públicos e privados e potenciando o binómio natureza / riqueza cultural do concelho.

Lançamento de programas de empreendedorismo que estimulem a criação de empresas em sectores como o turismo, requalificação agrícola, ambiente, unidades industriais e florestas.

Criação de projetos de apoio social a classes desfavorecidas de interesse comum ao concelho, atuando de forma cirúrgica no combate à exclusão.

Criação de projetos de empreendedorismo que estimulem programas de emprego.

6.6.2 SANTA CRUZ



Um dos fatores mais predominantes de Santa Cruz diz respeito à forte noção das responsabilidades sociais das entidades do concelho, quer numa apreciação positiva da sua existência e trabalho (enquanto IPSS's e associações), quer na perspetiva de futuro, verificando-se uma clara sintonia relativamente a estratégias integradas de apoio social, que não se esgotam apenas na questão das classes mais desfavorecidas, mas também resvalam para uma preocupação com a desvalorização do mundo rural, com a perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas e da identidade da paisagem, criando assim disrupturas entre faixas etárias da população e igualmente entre as freguesias mais rurais e outras mais urbanas do concelho.

No âmbito empresarial, existe uma apreciação vincada de que o turismo terá de se desenvolver para além da componente de alojamento, onde o concelho tem grandes ativos, reforçando investimentos no turismo náutico e nas rotas do património natural e edificado. De notar igualmente que existe em Santa Cruz uma clara perceção de que o tecido empresarial ligado ao comércio deverá regenerar-se rapidamente e que a habitação disponível (pela construção em grande escala de imóveis dos últimos 15 anos) deverá ser utilizada como fonte de atração de novos residentes, através de estímulos à fixação de famílias no concelho.

Entre a via rápida e o aeroporto, dois fatores críticos que marcam a estratégia de desenvolvimento do concelho, Santa Cruz terá que igualmente perceber a importância do seu património natural, a paisagem, não apenas numa perspetiva agrícola, mas essencialmente como elemento integrado para uma qualidade de vida mais saudável e sustentável.

6.4.2.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas

Lançamento de iniciativas de apoio social que interliguem saberes tradicionais com cultura urbana, aproximando gerações e estimulando a cooperação entre entidades das várias freguesias.

Definição de políticas e iniciativas claras de apoio ao tecido cultural do concelho que os aproxime da população residente e da visitante.

Criação de rotas e roteiros turísticos integrados que meschem os ativos do património natural e edificado do concelho, em parceria com agentes turísticos locais (alojamento, empresas de animação).

Estímulo a projetos de requalificação e reutilização do património natural com o objetivo de gerir melhor a floresta, reconverter terrenos agrícolas abandonados e promover novas formas de agricultura sustentável.

Projetos e iniciativas de requalificação do comércio que criem novas empresas ou reforcem a competitividade das atuais.

6.6.3 MACHICO



Machico possui uma das mais reduzidas taxas de natalidade do arquipélago, a par com uma diminuição de população residente que se pode tornar num problema grave a médio prazo. Por outro lado, o novo regime de proteção da Zona Franca até 2030 augura uma recuperação do emprego e do investimento que pode ter efeitos positivos na economia local, se as forças vivas do concelho souberem potenciar esta vantagem captando mais investidores e residentes e dinamizando as várias e diversificadas centralidades rurais que Machico possui.

Em termos turísticos, Machico é o único concelho que liga o sul da Madeira ao norte por via marítima, refletindo-se na extraordinária capacidade de diversificação e especialização da oferta turística, nomeadamente no binómio mar / montanha, existindo alguns exemplos de nicho que demonstram este potencial tremendo, como sejam as empresas ligadas ao surf e de *trail* sediadas no Porto da Cruz.

Machico também já possui alguns eventos culturais e de lazer de reconhecida marca, que no entanto devem ser reforçados com outras iniciativas mais inovadoras e não centralizadas apenas na baixa da cidade de Machico. Estas novas iniciativas deverão ser protagonizadas através de parcerias público-privadas e não terão que necessariamente estarem ligadas a questões do património ou etnografia local, mas sim terem como objetivo a atração de públicos e a promoção turística do concelho.

Há que igualmente estimular a criação de mais alojamento rural de qualidade e empresas de animação turística, para que o sector possa constituir uma verdadeira alternativa de desenvolvimento local face à agricultura e aos serviços da Zona Franca que ocupam quase $\frac{3}{4}$ do VAB do concelho.

6.4.3.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas

Criação de eventos estruturantes que diferenciem Machico na sua oferta turística sejam eles relacionados ou não com o património cultural, mas que conquistem novos públicos de forma sustentável no médio prazo.

Estímulo ao investimento em unidades de alojamento local e rural de qualidade que atraiam mais turistas jovens e investidores / residentes para o concelho.

Criação de roteiros, eventos e iniciativas de promoção ligadas ao turismo cultural imaterial (música tradicional, gastronomia, literatura oral) que possuem em Machico não só um património reconhecido, mas também entidades associativas com muito dinamismo e infraestruturas construídas.

Lançamento de projetos de empreendedorismo ligado ao turismo de lazer que explorem o binómio mar / montanha, articulados com os restantes agentes do sector (alojamento, agências de viagem, sites de reservas turísticas, etc...).

6.6.4 PORTO SANTO



O turismo surge como o ponto fulcral do desenvolvimento socioeconómico do Porto Santo, quer na sua importância histórica, quer nos principais vetores-chave de desenvolvimento futuro.

No entanto, os pressupostos de evolução no sector turístico do Porto Santo centram-se mais agora no conjunto de oportunidades que os fatores complementares como o Mar, a Geologia (por causa da iniciativa do Geoparque) e os Eventos profissionais e culturais irão despertar na comunidade local. Potenciar iniciativas que “vendam” o Porto Santo fora da época estival continua a ser o grande desafio da ilha Dourada, a fim de criar alternativas ao turismo de praia de Verão.

Um outro fator bastante forte reside nas estratégias de promoção aliadas às iniciativas de investimento, algo que não foi realizado no passado e que levou a que muitas destas últimas se tenham perdido em termos de impacto real na procura do destino Porto Santo.

De sublinhar que a criação de estratégias de empreendedorismo e atração de investimento externo são fundamentais para atacar as ameaças do desemprego de longa duração e a desertificação real do Porto Santo, nomeadamente nas classes mais jovens.

Outra componente bastante importante reside na capacidade das entidades portossantenses definirem entre si projetos colaborativos no que respeita às iniciativas

para as classes mais desfavorecidas, a fim de se racionalizarem recursos que são exíguos na ilha, quer em termos técnicos, quer humanos.

6.4.4.1 Principais áreas de intervenção e iniciativas

Criação e promoção de roteiros e novas atividades turísticas que diversifiquem a oferta no Porto Santo, potenciando mais investimento e criação de autoemprego em microempresas turísticas.

Criação e promoção de eventos profissionais, culturais e de lazer organizados fora da época alta (Julho / Setembro) e em cooperação entre entidades públicas e privadas que atraiam visitantes à ilha.

Requalificação de equipamentos e infraestruturas existentes com forte componente histórica e/ou económica para atividades turísticas, sociais e culturais em iniciativas colaborativas entre entidades públicas e privadas.

Criação de iniciativas de capacitação e enquadramento das classes desfavorecidas, integrando-as de forma ativa em dinâmicas sociais e económicas da ilha.

Lançamento de iniciativas de empreendedorismo para atração de investimento inovador e diferenciado que levem a uma maior diversificação do tecido empresarial local, mesclando as áreas da requalificação agrícola, turismo, cultura e indústrias criativas e de lazer.

6.7. Caracterização das Áreas Temáticas objeto de intervenção

Tendo em conta a análise de contexto do território abrangido pela ACAPORAMA, definiram-se cinco áreas temáticas para o objeto de intervenção que devidamente valorizadas irão gerar emprego e criar riqueza na exploração sustentável dos recursos do território de intervenção.

As cinco áreas são a agricultura, turismo, património ambiental e cultural, coesão territorial e desenvolvimento equilibrado e as empresas e inovação.

6.7.1 Agricultura

No que respeita à Economia Agrícola, e após o abandono generalizado da superfície agrícola durante os anos de expansão da construção civil na Madeira (até 2010),

verifica-se agora um retorno e uma requalificação da agricultura, quer na faixa etária populacional, quer no tipo de investimentos que estão a ser efetuados.

A aposta na diversificação de produtos agrícolas, a emergência da agricultura orgânica e a valorização dos produtos agrícolas através de novas formas de comercialização (lojas gourmet, lojas online, maior exigência das unidades hoteleiras e dos próprios consumidores, mais produção biológica, apoio a unidades de processamento, etc.) são alguns fatores que podem contribuir para um reforço de investimento qualificado neste setor que ainda oferece muitas oportunidades de sustentabilidade, nomeadamente naqueles subsectores que acrescentam valor aos produtos agrícolas. O principal objetivo é o da criação de esquemas que possibilitem o aumento do valor e a criação de postos de trabalho, em que as operações potenciais dos agricultores e membros do agregado familiar possam criar.

1. Aumentar o VAB e viabilidade económica das explorações agrícolas pela complementaridade da atividade não agrícolas e pela promoção e articulação das redes de organização e agrupamentos de produtores agrícolas.
2. Melhorar a relação entre a produção agrícola e os consumidores finais, promovendo os mercados locais e outras estratégias de promoção dos produtos, das redes de agricultores e da complementaridade com o turismo, gastronomia e restauração local, fazendo uso da relação de proximidade entre o agricultor e consumidor final, baseada no reconhecimento da qualidade dos produtos.
3. Criação de iniciativas que promova a componente de apoio social que pode ser valorizada pela atividade agrícola, nomeadamente pela cooperação entre sectores.
4. Diminuição da pegada de carbono associada ao fato de serem escolhidos produtos locais. Incentivar escolha de produtos e serviços ecológico ou locais.

6.7.2 Turismo

O turismo é de longe o sector que mais capacidade organizativa possui neste momento na Região Autónoma da Madeira, oferecendo ainda muitas oportunidades de crescimento, nomeadamente na segmentação e diversificação da oferta da animação turística e conseqüente exploração racional dos recursos naturais e culturais da Madeira, onde a preservação e proteção do meio ambiente e da paisagem natural é fundamental.

Embora com alguns indicadores de saturação, o alojamento turístico ainda possui boas oportunidades de desenvolvimento no território em causa, nomeadamente para projetos de turismo rural que aliem a qualidade arquitetónica a uma experiência de serviço inovadora e personalizada em particular assente na complementaridade entre o sector primário e da animação turística e cultural. Desta forma o apoio ao alojamento será dirigido para um conceito integrado com outras atividade económica com elevado valor cultural explorando e valorizando as atividades conexas como a animação turística, o turismo da natureza e turismo náutico.

É de realçar igualmente o nicho do turismo náutico, que nos concelhos abrangidos pela ACAPORAMA possui oportunidades extraordinárias de valorização, devido às condições naturais existentes e à crescente procura pelos consumidores.

1. Criação de produtos inovadores e diferenciadores no âmbito do turismo, com complementaridade com o agroturismo, produtos locais, restauração e animação turística de elevada qualidade.
2. Criação de iniciativas que promovam a criação sustentada de postos de trabalho, majorando essa componente de realização por operação e despesa pública.
3. Complementaridade entre as atividades turísticas e a conservação da natureza, pela promoção integrada das atividades e serviços, pela qualificação e reconhecimento ambiental certificado, mas também pela valorização dos fatores diferenciadores de cada território (inclusão das atividades em rotas temáticas, uso de produtos de gastronomia local, complementaridade com outras atividades económicas existentes ou por criar).

6.7.3 Património Cultural e Ambiental

O sector cultural e é aquele que mais necessita de investimento inteligente e criativo na Madeira, sendo fundamental abandonar a simples organização de eventos ligados ao património sem qualquer integração com outras lógicas culturais de desenvolvimento do território, bem como potenciar o apoio a entidades culturais que saibam explorar todo o potencial da criatividade dos bem qualificados recursos artísticos e criativos que existem na Madeira.

É igualmente crucial o apoio a projetos que valorizem a investigação científica nestas áreas que depois possa ser aplicada à criação de produtos, centros de interpretação, roteiros culturais e outras iniciativas públicas e privadas que acrescentem mais-valias ao

território, não só na sua vertente patrimonial, mas também no aumento da visitação turística e incremento de outras rentabilidades.

1. Criação de iniciativas de promoção dos produtos agrícolas, das tradições culturais e territórios locais. Maior ênfase na complementaridade com atividade de promoção das cadeias curtas de comercialização e dos mercados locais e ainda na complementaridade com as atividades turísticas.
2. Recuperação do património local com colocação em redes temáticas e utilização para atividades de formação e apoio social.
3. Criação de iniciativas locais para valorização ambiental de resíduos e de práticas de formação que permitam a transferência intergeracional de conhecimentos, práticas culturais locais e apoio social.

6.7.4 Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado

Com a falta de jovens (quer por emigração, quer pela falta de nascimentos) há que estimular a proliferação de redes de apoio social em todo o território, contando com parcerias naturais entre entidades públicas e privadas e aproveitando a ruralidade do território que ainda permite relações de proximidade com base em vários mecanismos de interajuda familiar e informal que devem ser apoiados e incentivados.

Ao mesmo tempo, as próprias autarquias devem estimular a atração de novos habitantes jovens, requalificando políticas fiscais municipais, mas também atuando no investimento em suportes de apoio a casais jovens (creches, ATL's, bolsas de livros escolares, apoio escolar de proximidade por professores reformados, etc...).

Deverá também existir um particular cuidado na abrangência e criação de serviços de apoio social direcionados para os jovens, população com carências económicas, deficientes/portadores de mobilidade reduzida, idosos, particularmente direcionados para a sua valorização pessoal e papel de intervenção cívica, promovendo o seu contributo ativo em atividades produtivas em termos económicos e de criação de valor cultural (por exemplo, pela transferência informal de saberes culturais).

Neste aspeto, é fundamental a cooperação entre entidades com o intuito de racionalizar recursos técnicos, humanos e financeiros, deixando de se atuar de forma individual e buscando iniciativas comuns e que possam beneficiar o território num todo e não apenas parcelarmente. Outro aspeto de enorme relevância é o facto de a ZI da ACAPORAMA

ter capacidades de resposta diferenciada perante diferentes desafios, em que as zonas mais rurais estão mais sujeitas a padrões de desertificação, baixo nível de diversificação das atividades económicas e baixos rendimentos e as zonas mais urbanizadas, são mais afetados pelo desemprego e por fenómenos de exclusão social (em particular nos bairros sociais).

1. Promoção do envelhecimento ativo da população, com promoção do voluntariado sénior e outras formas de formação ao longo da vida ou que permitam a continuação e valorização da atividade económica desse segmento da população.
2. Promoção de iniciativas que promovam a formação e demonstração intergeracional de práticas e saberes tradicionais, relacionados com a agricultura, artesanato, com a cultura local, construção e recuperação de património rural.
3. Formação de ativos e gestores nas áreas temáticas do turismo em espaço rural, no apoio social, ambiente.
4. Promoção do emprego, empregabilidade e empreendedorismo jovem, das mulheres e de população com necessidades especiais com principal ênfase na adequação vocacional e formativa dos ativos.
5. Criação/reforço e melhoria da qualidade de serviços de apoio social, centrados sobretudo em iniciativas de cooperação entre entidades, que permitam a rentabilização recursos humanos e de investimentos.

6.7.5 Empresas e Inovação

Pode à primeira vista parecer estranho esta área temática perspetivada para o mundo rural do território abrangido pela ACAPORAMA, mas uma das constatações do trabalho de análise aos 4 concelhos aponta para que a contemporaneidade das tecnologias de informação, do digital e da influência da cultura urbana nos jovens tenha já uma penetração tão ou mais elevada que outros contextos urbanos.

Sendo uma realidade a que não se pode fugir, é importante enquadrar o desenvolvimento rural com esta contemporaneidade, até porque será a herança do saber rural tradicional um dos ativos diferenciadores que deverá ser explorado neste mundo do digital.

O apoio a intervenções inovadoras na criação de rotas e roteiros assentes em plataformas digitais e sua promoção, a requalificação do comércio local com novo *design* e *packaging* (sem perder a identidade rural) e a discriminação positiva de iniciativas que tenham as TIC como suporte estratégico, bem como aquelas que forem inovadoras e não repetirem estratégias do passado, são outros dois pontos a ter em conta no futuro. No entanto, refira-se que as TIC e o *marketing/labeling* são apenas ferramentas e claramente deverá existir a necessidade deste tipo iniciativas estarem sempre condicionadas e enquadradas no âmbito de uma proposta de valor e claramente direcionadas para os públicos-alvo a que se destinam. Neste caso a inovação passará sempre as empresas criarem relações e propostas de valor que ultrapassem a simples abrangência da sua atividade económica ou a forma como atingir o cliente, mas possam surgir como mais-valias claras para os territórios de forma a aumentar o impacto da qualidade das operações em rede.

1. Valorização das empresas de vimes e bordados sediados na ZI, criação e conversão de novos produtos, novas estratégias de *design* e *marketing* de produtos direcionados para novos nichos específicos de mercado.
2. Promoção da formação e consultadoria em áreas específicas do design e reconversão de produtos tradicionais como os vimes e bordados, complementado com novos materiais e conceitos.
3. Promoção da renovação e entrada do mercado de trabalho de jovens, mulheres e de população com necessidades especiais.
4. Promoção dos produtos locais pela inclusão em redes temáticas e outras ações de promoção e divulgação integradas.
5. Internacionalização por via do “mercado da saudade”, fazendo usos das redes estabelecidas junto das comunidades de emigrantes.

6.7.6 Análise Intersectorial

Verificou-se no conjunto dos territórios que começam existir um acentuado padrão de desertificação nas regiões escassamente povoadas do território, sendo necessário existir um esforço adicional para minorar e, se possível, inverter a tendência existente para a desertificação. Por essa via, será necessário valorizar e requalificar ao nível local as atividades económicas tradicionais (agricultura, artesanato, restauração típica local, agroturismo, turismo rural, etc....), como fator diferenciador que permita criar um

conjunto sustentável de atividades que criem mais-valias para o conjunto das populações e territórios locais.

A abordagem deverá passar, sobretudo, por uma dinâmica de cooperação entre instituições, que permita a criação de postos de trabalho e uma dinâmica em rede de criação de ligações entre atividades económicas.

É também relevante referir a relação existente entre a natalidade e as condições de desenvolvimento económico, em particular, na estabilidade no emprego e na valorização profissional e a disponibilização de serviços de apoio de qualidade, de apoio ao reforço intergeracional e valorização de relações que reforcem o sentido de comunidade.

Interessa repensar a atratividade dos diferentes territórios, quer em termos económicos (turística, de criação de empresas, etc...), quer em termos de fixação das populações, visto que os mesmos têm diferentes capacidades e potencialidades de desenvolvimento económico, devendo existir uma discriminação positiva para os territórios com um perfil demográfico mais envelhecido ou com restrições geográficas complexas, como o caso do Porto Santo (com a situação específica da dupla insularidade). No entanto o objetivo de promoção do destino deverá passar por uma estratégia articulada de promoção por um lado (que depende essencialmente da estratégia de venda do destino junto dos mercados emissores, da responsabilidade da DRT e da Associação de Promoção da Madeira) e por outro pela qualificação e reconversão do sector introduzindo um conjunto muito mais alargado e fundamentado de potencialidades assentes na qualidade dos serviços locais.

Um aspeto relevante é do elevado grau de desemprego jovem existente na RAM, apesar de termos a população jovem mais qualificada, este nível de qualificação pode não estar direcionado para as necessidades concretas do mercado, ou mesmo, a falta de empreendedorismo e dificuldade na criação do próprio emprego, associado aos sectores da sua formação. O sector primário poderá também ser uma oportunidade interessante que possibilite a renovação da população agrícola e dos produtores, existindo ainda espaço para a criação de novas empresas que explorem as potencialidades intersectoriais, dos valores culturais, estéticos e valorização turística, assente na qualidade dos serviços e da complementaridade na oferta.

Existe uma enorme quantidade e qualidade de património rural edificado que pode ser utilizado, desde as antigas quintas e explorações agrícolas com edificações de apoio em traça tradicional (palheiros, casas de caseiros, armazéns agrícolas, etc...), que ofereçam experiências relacionadas com a valorização da atividade agrícola, dos produtos agrícolas locais e rotas temáticas (percursos específicos, produtos locais, atividades tradicionais, folclore, gastronomia local, produtos agroalimentares, etc...).

Em relação às dinâmicas existentes no sector primário, é importante voltar a valorizar a atividade agrícola como fator de educação, inovação na complementaridade dos serviços e de preservação ambiental. Para esse efeito, o próximo quadro deverá apostar na criação de pequenas iniciativas de promoção agrícola dirigida para a comunidade, como hortas comunitárias que possibilitem a educação e informação da prática agrícola e dos produtos locais nas escolas e outras instituições de base local, com o objetivo de introduzir e/ou reintroduzir de forma didática e prática, a utilização de sementes locais e práticas agrícolas tradicionais. Em particular, no caso dos serviços básicos para a população rural, esta proposta de atuação deverá complementar eventuais estratégias e prioridades já definidas ao nível regional e municipal, reforçando a complementaridade entre o investimento público e atuação das iniciativas privadas. Deverá ser também valorizado as estratégias integradas de cooperação para a criação de redes e cadeias curtas de comercialização, fazendo uso de esquemas inovadores semelhantes ao PROVE e à marca PRODUTO DA MADEIRA, junto dos consumidores locais, empresas de restauração, empresas agroalimentares. Essa situação é tanto mais importante pelo facto de necessitarem cada vez mais de abordagens que impliquem o domínio técnico em sectores como a transformação agroalimentar em pequena escala, na criação de pontos de logística e venda de produtos (associados a esquemas de cadeia curtas e mercados locais), da criação e requalificação de serviços de elevado valor turístico (como o agroturismo, com ou sem alojamento, com os produtos de modo de produção biológico, com esquema de qualificação e requalificação ambiental, etc...), pequenos pontos de venda de produtos de artesanato. Esse processo passa, sobretudo, pela aquisição de competências e trabalho em rede com outras associações locais e agricultores com vista a criar e estabelecer uma relação de proximidade que permita o teste e demonstração de pequenos esquemas locais que permitam o eventual arranque de numa dinâmica de criação de valor e de confiança entre todos os intervenientes. De importância fundamental para a implementação desse tipo de iniciativas na criação de uma imagem unificada e integrada associada a produtos/serviços de elevado valor

acrescentado associada, por exemplo, à restauração e/ou serviços de gastronomia típica ou reinterpretada de forma a valorizar os produtos agrícolas locais, junto das escolas e outros serviços básicos para a população. No fundo, o principal objetivo passa por alterar o foco numa abordagem de desenvolvimento assente no turismo, em que o valor intrínseco da agricultura é meramente de qualidade estético, para uma abordagem que faz da agricultura um fator agregador de qualidade e inovação, que contempla a atividade turística, como mais uma vertente crucial para a criação da perceção da qualidade e do valor dos produtos e da prática agrícola, para a comunidade local e, em particular, para a população agrícola.

De outra forma, o apoio a atividades de criação de novos produtos e serviços em espaço rural, deverão ter um impacto positivo mensurável nas comunidades em que são criados, nomeadamente na capacidade de interligar as iniciativas e pela criação de empregos locais. A situação do impacto local da criação de uma empresa pode ser aferida pela relação com fornecedores de base local, por exemplo, com os produtos agrícolas locais, pela criação bruta de empregos, pelas relações de parceria formal e/ou cooperação com outros agentes de base local. Deverá existir uma abordagem cooperativa à resolução de problemas e criação de valor, de forma sustentada no tempo e que permita concretizar de forma realista e mensurável, os objetivos propostos.

Este tipo de abordagem difere muito da capacidade normal de criação de valor não existindo histórico, sensibilidade, nem uma cultura de cooperação junto dos agentes locais, o que implica um esforço dirigido de desenvolvimento do trabalho em rede a ser desenvolvido no âmbito do trabalho preparatório de animação dos territórios, de formação e capacitação dos parceiros locais, dos agentes facilitadores/promotores da estratégia, dos possíveis beneficiários, das populações em geral, junto das comunidades emigrantes, tentando uma abordagem que passe, sobretudo, na valorização das parcerias locais e da articulação da cooperação entre parcerias. Particular cuidado deverá ser dado no reforço do trabalho local da parceria de forma a ser possível responder aos desafios propostos, nas diferentes fases de preparação, execução e avaliação da estratégia proposta.

6.6. Metodologia de integração dos parceiros na conceção da estratégia.

Na sequência do processo de integração dos parceiros no modelo participativo de conceção da estratégia local de desenvolvimento, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Reunião de angariação de Parceiros Locais – Equipa da ETL da ACAPORAMA.

Nesta reunião a equipa da ETL reuniu com as Casas do Povo da ZI e algumas entidades convidadas, pelos mesmos, com intuito de organizar as parcerias e sensibilizar para a importância da envolvimento na tomada de decisões. Nesta reunião foram determinados os critérios de seleção de inscritos e ainda o funcionamento de cada parceira.

- Reunião de constituição de parcerias e nomeação de representantes – Parceiros.

Cada parceiro da ZI reuniu em assembleia geral de modo a oficializar a parceria e ainda nomear 2 representantes da mesma, com direito a voto em tomada de decisões do GAL.

- Auscultação de parceiros através de inquérito enviado via *email*.

Foram enviados pela empresa *Beyond Impact* para todos os parceiros um inquérito por cada Município de modo a detectar, pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Estes contributos tiveram um grande peso nas análises SWOT.

- Reunião de auscultação de parceiros por Município – Beyond Impact e ETL da ACAPORAMA.

Nesta reunião foram apresentados os dados recolhidos pela empresa Beyond Impact de modo a sensibilizar os parceiros para a realidade do território e assim contribuir num futuro de desenvolvimento, cooperação e investimento. Ouviram-se ainda, todos os parceiros de modo a detetar quais as lacunas em cada território e ter esses factos em análise SWOT.

- Envio de atas de reunião de auscultação para aprovação via email.

Foram realizadas atas das reuniões de auscultação e enviadas para cada um dos parceiros presentes de modo a confirmarem ou alterarem o conteúdo das atas.

- Envio de análises SWOT por Município para aprovação dos Parceiros.

Após a auscultação dos parceiros e da receção dos contributos, a empresa Beyond Impact em coordenação com a ETL da ACAPORAMA, finalizou e enviou via email, para todos os parceiros, as análises SWOT de modo a que os parceiros dessem os seus contributos e validassem a informação.

- Envio de convocatória para a 1ª AGPL para a aprovação da ELD e outros assuntos.

Finalizada a ELD, foi convocada a Assembleia Geral do Gal ACAPORAMA para a aprovação da mesma e abordagem de outros assuntos de interesse. À data de 12 de Dezembro de 2015, foram enviadas via *email*, para os representantes de parcerias as convocatórias para a 1ª AGPL a realizar-se à data de 08 de Janeiro de 2016.

- Envio da ELD e anexos para consulta e contributos dos parceiros via email.

De modo a que os parceiros possam analisar e até contribuir para eventuais alterações, antecipadamente à 1ª AGPL, foi disponibilizada a ELD e todos os documentos anexos para que todos os representantes de parceria votem em consciência.

- Realização da 1ª AGPL para aprovação da ELD e outros.

À data de 08 de Janeiro de 2016 realizam-se a 1ª AGPL, na Casa do Povo de São Martinho, com a aprovação da ELD 2014-2020 do GAL ACAPORAMA.

A tabela seguinte resume a estatística do número de participantes pertencentes à parceria locais do concelho e dos representantes do Município.

	Data da realização da reunião	Nº de participantes/Total de parceiros
Parcerias locais de Machico e Município	1 de Setembro	21/34
Parcerias locais de Câmara de Lobos e Município	2 de Setembro	22/42
Parceria local do Porto Santo e Município	3 de Setembro	5/7
Parceria local de Santa Cruz e Parceiros Estratégicos	4 de Setembro	22/42
		Total: 70/125

6.8. Estrutura em Medidas/Ações

M19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais (Artigo 19º 1 B))

Em contexto de generalizada contração económica, de dificuldades de financiamento e de estrangulamento no acesso ao capital de investimento para muitas empresas sediadas em espaço rural, o apoio à criação e diversificação de novas atividades económicas viáveis, do qual é exemplo, as explorações agrícolas geridas por jovens, novas empresas e atividades económicas em sectores não agrícolas, tornam-se cada vez mais essenciais para o desenvolvimento e competitividade das zonas rurais. As novas oportunidades para a entrada no mercado de trabalho de mulheres e jovens podem assumir um papel preponderante, visto ser um grupo em risco direto de emigração para fora dos territórios, pelo facto de não encontrarem tantas oportunidades de emprego nos territórios rurais. Em complemento, muitos sectores tradicionalmente relacionados com a agricultura têm dificuldades de reestruturação e rejuvenescimento, necessitando de esforços adicionais de consolidação e ativos. Um aspeto fundamental, detetado na caracterização do território é o envelhecimento da população agrícola e em particular, dos produtores agrícolas, comprometendo e obrigando a adoção de políticas publicas de carater de urgência que permitam o rejuvenescimento do sector agrícola.

Os Jovens Agricultores podem trazer novas competências e energia, pela adoção de novos métodos de gestão mais informada e profissional, em linha com uma abordagem de carácter inovador na adoção de novas ferramentas de gestão e de investimento no sector agrícola.

A integração empresarial nas zonas rurais pode ser promovida pela criação de ligações intersectoriais, pela promoção do emprego e empreendedorismo, e a redução do carácter precário e sazonal do emprego. A diversificação económica e das explorações agrícolas é necessária para o crescimento económico, emprego e desenvolvimento sustentável nas zonas rurais, e ainda na criação de um equilíbrio territorial em termos económicos e sociais, pelo aumento do rendimento económico das explorações e empresas locais.

O principal intuito desta medida é de criar um incentivo direto à criação de valor acrescentado dos projetos, pela capitalização das sinergias que existem nos territórios e fora dos mesmos (iniciativas de comercialização de produtos e serviços) e apoio a iniciativas com grande potencial de criação de emprego local.

Tipologia de atividades apoiadas:

Atividades de artesanato, processamento e venda de produtos que **não** pertençam ao Anexo I do tratado (independentemente da matéria-prima que seja transformada), restauração, alojamento em espaço rural, animação turística, entre outras.

Lógica de enquadramento das ações e contributos para viabilização da ELD:

Aplicação na totalidade das tipologias de ações indicadas, majorada em função da criação de postos de trabalho e participação activa em redes ou esquemas locais de escoamento de produtos agrícolas, proteção ambiental, prestação de serviços de apoio social (via cooperação nos territórios e transterritorial).

- Estas ações deverão ser preferencialmente executadas em conjunto com outras medidas da Estratégia de Desenvolvimento Local (em particular a cooperação e formação) e do restante PDR de modo a maximizar os resultados.

Ações previstas:

M19.2.1.1- Diversificação de Atividades nas Explorações Agrícolas:

Âmbito: Apoio à criação ou desenvolvimento na exploração agrícola, de atividades económicas de natureza não agrícola.

Objetivos:

- Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas criando novas fontes de rendimento e de emprego;
- Contribuir diretamente para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar;
- Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

Beneficiários: Titulares de uma exploração agrícola ou membros do seu agregado familiar com sede fiscal na zona de intervenção.

M19.2.1.2 - Criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas

Âmbito: Criação e desenvolvimento de microempresas e pequenas empresas.

Objetivos:

- Incentivar a criação e desenvolvimento de microempresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação e diversificação do tecido económico com vista à criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social.

Beneficiários: Microempresa, pequenas empresas e pessoas singulares de direito privado com sede fiscal na zona de intervenção.

M19.2.1.3- Desenvolvimento de Atividades Turísticas

Âmbito: Apoio a atividades turísticas e de lazer, nomeadamente na criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, alojamento turístico de pequena escala e infraestruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística.

Objetivos:

- Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

Beneficiários: Pessoas singulares ou coletivas de direito privado com sede fiscal na zona de intervenção.

Tabela 68 – Indicadores de resultados ao nível da medida (M19.2.1)

Indicador de resultado	Meta PDR PRODERAM 2020 para a Abordagem LEADER	Meta 2018 GAL ACAPORAMA	Meta 2023 GAL ACAPORAMA
R24 – Empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	100	20	58

Critérios de demarcação:

Outras Medidas do PDR:

- Artigo 17º (Investimentos em ativos físicos): A principal diferença entre os apoios previstos no artigo 17º e 19º é o facto de que no caso do artigo 17º a matéria-prima ter de ser um produto do anexo I (produto agrícola). A abrangência do artigo 19º é muito superior, enquanto no artigo 17º, o apoio está condicionado ao processamento/promoção/desenvolvimento de produtos agrícolas. No caso específico dos pontos de venda nas explorações agrícolas, se as receitas estão totalmente limitadas à venda de produtos agrícolas, então o seu apoio deverá ser apoiado no âmbito do artigo 17º (1) (b). Esta limitação é empregue nos casos em que a venda dos produtos é orientada para a agricultura. Nos outros casos, em que o ponto de venda, seja direcionado para a venda de produtos não agrícolas, a mesma pode ser apoiada no âmbito do artigo 19(1)(b).
- No caso do apoio a posto de venda móvel ou itinerante, no âmbito do artigo 19(1)(b), são elegíveis projetos que prevejam a visita ou comércio em zonas urbanas. Contudo, o apoio não pode ser dado a estruturas permanentes nas zonas urbanas, com vista à comercialização de produtos, exceto no caso de o beneficiário ser um agricultor ou um membro do agregado familiar agrícola com o intuito de diversificar a sua atividade agrícola e desde que venda produtos não agrícolas (fora do anexo I).

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

- Artigo 36º (Cooperação): Os apoios no âmbito desta medida serão desenvolvidos ao nível das atividades de cooperação entre duas ou mais entidades distintas.

M19.2.1-Diversificação de atividades de caracter não agrícola:

Ações previstas:		19.2.1.1-Diversificação de Atividades nas Explorações Agrícolas 19.2.1.2-Criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas 19.2.1.3 -Desenvolvimento de Atividades Turísticas	
Destin atários Finais:	- Micro e Pequenas empresas sediadas na ZI. - Pessoas Privadas residentes na ZI. - Membros do agregado agrícola familiar.	Mecanismos de Apoio e Nível de Ajudas	1. Apoio não reembolsável associado a investimentos tangíveis e intangíveis. Despesa Publica (85% FEADER + 15% OR) Apoio limitado ao auxílio de minimis: 200.000,00 de incentivo num período acumulado de 3 exercícios financeiros consecutivos.
Limite	Valor mínimo: 5.000 euros Valor máximo: 200.000 euros Apoio não reembolsável: de 60% a 75% da despesa considerada elegível conforme o n.º de postos de trabalho (1-60%; 2-70% e > 3 -75%). Artigo 19º 1 b).	Despesas Elegíveis	Artigo 45º CE 1305/2015: (1) Construção, aquisição, incluído locação financeira ou melhoramento de bens imóveis (2) Compra ou locação-compra de máquinas e equipamento novos até ao valor de mercado do bem; (3) Honorários de arquitetos, engenheiros, licenciamento. (4) Investimento incorpóreos: aquisição de programas informáticos e aquisição de patentes, licenças, direito de autor e marcas comerciais.
Breve Caracterização		Diversificação da atividade na exploração agrícola, com vista à criação de novas atividades no âmbito do turismo, artesanato, comércio, entre outros. O apoio pode ser desenvolvido para empresas já existentes ou novas <i>start-ups</i> , desde que seja na ótica de desenvolver um serviço que a entidade beneficiária nunca desenvolveu antes de submeter o pedido de apoio.	
Impacto esperado e relação com as prioridades:		P2 – Aumento da viabilidade financeira e competitividade de todo o tipo de explorações agrícolas, e promover a inovação nas explorações agrícolas e gestão sustentada das florestas: (a) Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e reestruturação e modernização, nomeadamente com vista a aumentar a participação no mercado e a diversificação da agricultura; (b) Facilitar a entrada de agricultores com competências adequada no sector agrícola com vista à renovação generacional. P3 – Promoção da organização das cadeias alimentares, incluído o processamento e marketing de produtos agrícolas, bem-estar animal e gestão de risco na agricultura: (a) Melhoria da competitividade dos produtores primários pela melhor integração em cadeias agroalimentares, através de esquemas de qualidade, adicionado valor aos produtos agrícolas, promoção nos mercados locais e cadeias curtas, grupos de organizações de produtores e organização intersectorial. P5 – Promoção eficiente de recursos e mudança de paradigmas conducente a económica de baixo carbono: (a) Acesso à utilização de fontes de energia renováveis, usando e valorizando resíduos e matérias-primas que não entrem na cadeia alimentar, conducente a uma bio economia. P6 – Promoção da inclusão social, redução de pobreza e desenvolvimento económico nas zonas rurais: (a) Facilitação da diversificação, criação e desenvolvimento de pequenas empresas e criação de emprego.	
Indicadores de realização e resultados da Ação:		R4 – % de explorações agrícolas que recebem apoio para a participação em mercados locais e cadeias de abastecimento curtas; R24 – Empregos criados através de projetos LEADER apoiados. O.1- total das despesas públicas; O.2 – total dos investimentos; O.3 - número de ações/operações apoiadas; O.4 - Número de explorações/beneficiários apoiados/apoiados;	
Legislação aplicável:		Regulamento 1305/2015 (Artigo 19º 1 a) (ii) e 19º 1 b)), Regulamento 1303/2013, Regulamento 1407/2013, Orientações da União Europeia relativa aos auxílios estatais nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais.	

Matriz de Enquadramento Lógico:

Hierarquia dos objetivos		Indicadores verificáveis	Meios de verificação	Pressupostos
Finalidade	Promover a diversificação e a sustentabilidade económica da exploração agrícola e promover a diversificação do tecido económico local.	Diversificar as atividades e a cadeia de clientes.	Verificação dos elementos obtidos junto dos beneficiários	
Objetivos	<p>(1) Aumento do VAB em cada exploração conducente à criação de postos de trabalho e trabalho por parte da população agrícola. Aumentar o número de operações relacionadas com a diversificação das explorações agrícolas.</p> <p>(2) Promover a renovação dos agentes económicos e sustentabilidade da atividade económica de base local</p> <p>(3) Criação de postos de trabalho.</p>	Número de explorações agrícolas com atividades de caráter não agrícola na ZI. VAB não agrícola.	Recenseamento agrícola (previsto para 2019) resultados disponíveis em 2020. Contabilização dos resultados das operações.	
Resultados	<p>Aumento de Unidade de Trabalho Anual (UTA) associadas às explorações.</p> <p>Criação de empregos (Nº) Criação do autoemprego (Nº) Caraterização do emprego: Sexo (Masculino ou Feminino) (Nº) Escala etária ([15, 25] e [26, 60]) (Nº) Situação perante o emprego (desempregado de longa duração) (Nº)</p> <p>Tipo de posto de trabalho: Temporário/Full Time Regime de Contratação: A termo/Sem termo</p> <p>Despesa Pública e Total de Investimento (Euros)</p> <p>Criação de VAB não agrícola (Euros)</p> <p>Nº de formandos/Nº de Ações de formação frequentadas</p>	<p>Nº de Operações (Meta: 50) Nº de Beneficiários (40)</p> <p>Aumentar em 10% o VAB não agrícola das explorações existentes (quadro 2020). Duplicar o número de explorações agrícolas com atividades de caráter não agrícola na ZI. Criação de pelo menos 5 novos postos de trabalho brutos associados à diversificação de atividades nas explorações agrícolas. Criação de 53 postos de trabalho nas restantes duas ações. Aumento médio de 25% de UTA nas explorações agrícola apoiadas, decorrente de atividades não agrícolas. Total de despesa pública</p> <p>Outros Indicadores relevantes para a ELD: Nº de relações formais e informais estabelecidas entre operadores económicos locais.</p>	<p>Disponibilização do modelo 22 e outros meios de verificação contabilística e fiscal no âmbito dos procedimentos de acompanhamento, controlo e auditoria dos projetos, incluindo mapas das declarações de SS. A verificação do aumento das UTA faz-se na apresentação e razoabilidade do modelo de negócio e o grau de cumprimento do mesmo.</p> <p>Aquando da apresentação do pedido de apoio será necessário proceder à análise técnica e adequação da qualificação dos ativos e gestores, procedendo ao preenchimento de um quadro referente às necessidades formativas da entidade.</p> <p>A despesa pública e total é aferida no início e no final da operação.</p>	<p>Manutenção da atividade dos operadores beneficiários do quadro 2007-2013 até 2020.</p> <p>Estabilização das condições económicas nacionais e das contas públicas.</p> <p>Adesão por parte dos operadores ao plano formativo.</p> <p>Adesão por parte dos beneficiários aos projetos de cooperação em particular nas redes locais de agricultores</p>
<p>Acções previstas para os objectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Incentivos ao apoio à criação ou desenvolvimento na exploração agrícola, de atividades económicas de natureza não agrícola. Ações de formação de agentes económicos. Promover cadeiras de abastecimento curtas e mercados locais. Diversificação das atividades agrícolas em atividades relacionadas com os serviços de saúde, integração social, agricultura apoiada pela comunidade e educação sobre o meio ambiente e alimentos. Atividades de animação e promoção da ELD nos territórios. 				

M19.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural (Artigo 20º)

Os territórios rurais da zona de intervenção sofrem de tendências negativas em relação ao desenvolvimento social e económico, normalmente associado a situações de envelhecimento demográfico, baixas oportunidades de emprego e baixo nível de cobertura de serviços básicos para a população.

Esta medida incorpora as duas medidas de “serviços básicos para a população rural” e “conservação e valorização do património rural” do quadro 2007-2013, contendo também a inclusão das iniciativas de promoção das rotas temáticas e o apoio a pequenas infraestruturas e centros de informação turística.

Tipologia de atividades apoiadas:

Os investimentos previstos nesta medida devem contribuir diretamente para o desenvolvimento sustentável dos territórios e do ambiente socioeconómico de forma a reverter tendências económicas negativa e declínio social: as medidas deverão estimular o crescimento e promoção da sustentabilidade ambiental e socioeconómica das zonas rurais, em particular pelo desenvolvimento de infraestruturas locais de apoio social (incluindo atividades de tempos livres, saúde, cultura e acesso a tecnologias de informação e comunicação) nas zonas rurais para além de atividades destinadas à recuperação e melhoria do património cultural e natural das localidades e paisagem rural.

Lógica de enquadramento das ações e contributos para viabilização da ELD:

Aumentar a acessibilidade a serviços básicos, que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações, em particular as populações mais isoladas nos territórios mais rurais. O envelhecimento da população, para além de contribuir para desequilibrar a relação financeira entre gerações contribuintes e gerações beneficiárias, representa uma redução de proveito do capital humano. Por um lado diminui o peso da parcela mais jovem da população considerada um importante potencial económico futuro. Por outro, aumenta a parcela da população

marginal ao mercado de trabalho. Estes serviços serão priorizados quando integrados em centros multisserviços, nos locais em que esses centros sejam promovidos ou tenha uma abrangência geográfica descentralizada/itinerante.

Um dos fatores primordiais para o enquadramento das operações nesta medida é o da mesma ser aplicável apenas em situações, em que claramente, a Ação concorrencial do mercado não cria os devidos efeitos, e desta forma existe uma necessidade clara para a intervenção do sector público. Desta forma, as entidades locais necessitam de estar envolvidas na execução das operações de forma direta (como entidades beneficiárias no caso dos investimentos em serviços básicos) ou indiretamente (pela identificação de lacunas específicas e prioridades nos planos de desenvolvimento).

Ações previstas:

M19.2.2.1-Serviços locais de apoio social, associativo e de tempos livres:

Âmbito: Esta Ação prevê a criação, melhoramento e requalificação de serviços básicos para a população: incluindo serviços de atividades de tempos livres, serviços de apoio domiciliário para idosos, deficientes e outros serviços de apoio social de caráter itinerante, atividades de transferência de conhecimentos intergeracionais, centros comunitários para atividades sociais, espaços net, salas de formação, serviços de apoio à infância, construção de infraestruturas de pequena escala que possibilitem o acesso universal a edifícios afetos a serviços básicos para a população.

Objetivos:

- Aumentar abrangência dos serviços básicos para a população rural, diversificando o tipo de respostas sociais disponíveis.
- Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

- Contribuir para o reforço do associativismo de base local, reforçando a ligação entre os territórios e as suas populações.

Beneficiários: Autarquias, IPSS's, ONG's e entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham a competência de gestão do respetivo património, desde que o mesmo se situe na zona de intervenção da ACAPORAMA.

Taxa de apoio máximo: 80% das despesas consideradas elegíveis (sendo 85% U.E. e 15% ORAM).

M19.2.2.2 - Valorização do Património Rural

Âmbito: Estudos e outros investimentos de caráter imaterial que possibilitem a valorização do património rural. Pode incluir estudos territoriais para o desenvolvimento de medidas agroambientais e iniciativas de divulgação de medidas de valorização ambiental de base local, ações de inventariação do património cultural/natural e outro tipo de património imaterial como a música tradicional, do folclore e da etnografia. Apoio a iniciativa de promoção dos produtos agrícolas locais reconhecidos e das tradições locais. Criação de centros de informação em zonas protegidas, criação de material audiovisual promocional referente ao património rural, natural e cultural com incidência no caráter integral dos territórios e das suas populações, ações de promoção publicitária, rotas temáticas e de interpretação (inclui a colocação de sinaléticas de locais de interesse turístico), construção e modernização de centros de informação turística, construção de abrigos e estruturas de segurança associadas ao turismo de natureza.

Objetivos:

- Reforço da ligação dos territórios às populações locais, pela valorização das tradições e dos produtos agrícolas locais.

- Valorização do património ambiental em espaços rurais.
- Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para a sua colocação em rede.

Beneficiários: Autarquias, IPSS's, ONG's e entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham a competência de gestão do respetivo património, desde que o mesmo se situe na zona de intervenção da ACAPORAMA.

Taxa de apoio máximo: 70% das despesas consideradas elegíveis (sendo 85% U.E. e 15% ORAM).

M19.2.2.4 - Conservação de património local e pequenas infraestruturas de utilização coletiva.

Âmbito: Valorização e conservação do património edificado de pequena escala de elevada relevância local, requalificação e construção de pequenas infraestruturas de utilização social (parques infantis, zonas de merenda, miradouros, etc.), desde que não possa ser enquadrado numa rota temática.

Objetivos:

- Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.
- Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural, pela disponibilização de equipamentos de utilização social.

Beneficiários: Pessoas singulares ou coletivas de direito privado com sede fiscal na zona de intervenção.

Taxa de apoio máximo: 70% das despesas consideradas elegíveis (sendo 85% U.E. e 15% ORAM).

Indicadores de Resultados ao nível da medida

Indicador de resultado	Meta PDR PRODERAM 2020 para a Abordagem LEADER	Meta 2018 GAL ACAPORAMA	Meta 2023 GAL ACAPORAMA
R.23 - Percentagem da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados (domínio de incidência 6B)	99%	60%	100%

Critérios de demarcação:

Outras Medidas do PDR:

- Artigo 36º (Cooperação): Os apoios no âmbito desta medida serão desenvolvidos ao nível das atividades de cooperação entre duas ou mais entidades distintas.

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

M19.2.2-Serviços Básicos para a População Rural:			
		Ações previstas:	M19.2.2.1-Serviços locais de apoio social, associativo e de tempos livres M19.2.2.2 - Valorização do Património Rural M19.2.2.3 - Conservação de património local e pequenas infraestruturas de utilização coletiva
Destinatários Finais:	Entidades singulares e coletivas, com ou sem fins lucrativos, residentes ou sediadas na ZI da ACAPORAMA	Nível de Ajudas	M19.2.2.1 (80% do valor elegível), M19.2.2.2, M19.2.2.3 (70% do valor elegível) Despesa Publica (85% FEADER + 15% OR) Apoio limitado ao auxílio de minimis: 200.000,00 de incentivo num período acumulado de 3 exercícios financeiros consecutivos.
Limites:	Valor mínimo: 5.000 euros Valor máximo: 200.000 euros Apoio não reembolsável: até 80% da despesa considerada elegível.	Despesas Elegíveis	Artigo 45º CE 1305/2015: (1) Construção, aquisição, incluído locação financeira ou melhoramento de bens imóveis (2) Compra ou locação-compra de máquinas e equipamento novos até ao valor de mercado do bem; (3) Honorários de arquitetos, engenheiros, licenciamento. (4) Investimento incorpóreos: aquisição de programas informáticos e aquisição de patentes, licenças, direito de autor e marcas comerciais.
Breve Caracterização		Apoiar a melhoria das condições de vida das populações rurais mediante o reforço de serviço básicos, a pequenas intervenções ao nível da recuperação e valorização do património e infraestruturas coletivas de pequena escala;	
Impacto esperado e relação com as prioridades:		P6 – Promoção da inclusão social, redução de pobreza e desenvolvimento económico nas zonas rurais: (a) Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais.	
Indicadores de realização e resultados da Ação:		R.23 - Percentagem da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados (domínio de incidência 6B); O.1- total das despesas públicas; O.2 – total dos investimentos; O.3 - número de ações/operações apoiadas; O.3.1 - número de ações; O.3.2 - operações apoiadas; O.4 - Número de beneficiários apoiados; O.15 - População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados (T1 ou outros); O.20 - Número de projetos Leader apoiados	
Legislação aplicável:		Regulamento 1305/2015 (Artigo 19º 1 a)(ii) e 19º 1 b)), Regulamento 1303/2013, Regulamento 1407/2013, Orientações da União Europeia relativa aos auxílios estatais nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais.	

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Matriz de Enquadramento Lógico:

	Hierarquia dos objetivos	Indicadores verificáveis	Meios de verificação	Pressupostos
Finalidade	Contribuir para a sustentabilidade e coesão dos territórios	Criação e alargamento de serviços de apoio à população e valorização das tradições	Recolha de elementos solicitados aos beneficiários.	
Objetivos	Aumentar o número de operações e abrangência dos serviços de apoio da população rural, em particular nos serviços direcionados para os idosos, crianças, deficientes e população socialmente carenciada. Promoção do envelhecimento ativo da população, da formação e requalificação de ativos.	Caraterização dos utentes e abrangência dos serviços de apoio social.	Verificação dos relatórios de atividades das entidades sem fins lucrativos ou apresentação de evidências claras de desenvolvimento das iniciativas de caráter local.	
Resultados	Nº de utentes dos serviços e classificação dos mesmos (Formação, Apoio social, Tempos livres, Desportivo). Abrangência potencial dos serviços básicos (nº de freguesias/localidades em que os serviços estão disponíveis). Nº de ações de formação e informação desenvolvidas e respetivas temáticas. Nº de intervenções e património recuperado (e respetivo enquadramento em termos de utilização coletiva). Nº de rotas temáticas criadas e nº de iniciativas de promoção dos produtos agrícolas locais dos territórios	Nº de utentes dos serviços e classificação dos mesmos (pelo menos 3000 utentes diretos dos serviços). Abrangência potencial dos serviços básicos (nº de freguesias/localidades em que os serviços estão disponíveis). (16 freguesias) Nº de ações de formação e informação desenvolvidas e respetivas temáticas (pelo menos 50). Nº de intervenções e património recuperado (e respetivo enquadramento em termos de utilização coletiva) (pelo menos 10). Nº de rotas temáticas criadas e nº de iniciativas de promoção do território (pelo menos 5 rotas nas 16 freguesias da ZI). 15 Iniciativas de promoção dos produtos e cultura local. Nº de Agricultores que promovem os produtos locais.	Relatórios de atividades, Fichas de inscrição e outros métodos comprovativos de atividade da entidade.	Manutenção da atividade dos operadores beneficiários do quadro 2007-2013 até 2020. Estabilização das condições económicas nacionais e das contas públicas. Adesão por parte dos operadores ao plano formativo. Adesão por parte dos beneficiários aos projetos de cooperação em particular nas redes locais de agricultores
Atividades previstas para os resultados	Serviços locais de apoio social, associativo e de tempos livres, Rotas temáticas e interpretação da natureza, Valorização do Património Rural, Conservação de património local e pequenas infraestruturas de utilização coletiva, Atividades de animação e promoção da ELD nos territórios, formação e capacitação das entidades locais.			

M19.2.3 - Cooperação para o desenvolvimento local (Artigo 35º, C), E) e K)).

As regiões rurais da Zona de Intervenção sofrem claramente da desvantagem da base produtiva estar demasiado fragmentada, os operadores são na sua grande maioria demasiados pequenos para obterem massa crítica e economia de escala nas atividades com objetivo de produção primária, apoio ambiental e social às populações rurais. Existem também associadas dificuldades inerentes à articulação entre diferentes regiões para além das condicionantes culturais já referidas na caracterização do território e na análise SWOT.

Como definição fundamental estabelece-se que cooperação é a criação e manutenção de um projeto em **que pelo menos, duas ou mais entidades** devem estar envolvidas num projeto comum. A operação de cooperação não é meramente uma operação de inovação ou uma operação direcionada para “cadeias de produção curtas” ou de “complementaridade com as atividades ambientais” a mesma tem o objetivo de fazer com que **as entidades trabalhem em conjunto**.

Deverá existir um sentido de criação de **novas formas de cooperação**, sendo direcionada para estruturas de cooperação já existentes, visto que um dos objetivos é o de promover alterações mensuráveis e reais nas metas a atingir. Esta servirá ainda para apoiar um grupo de entidades cooperantes já existentes, que solicitem apoio para desenvolver um novo projeto num conjunto diferente.

Ações previstas:

M19.2.3.1-Apoio a projetos para desenvolvimento e comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural.

Criação de produtos e serviços turísticos relacionados com a inclusão de pequenos operadores de turismo rural sediados na zona de intervenção, com intuito de adquirirem as condições adequadas em termos de economia de escala. A mesma só poderá ser desenvolvida por um conjunto de microempresas de acordo com a Recomendação da Comissão de 2003/361/EC de Maio de 2003 (menos de 10 colaboradores afetos e a sua

faturação ou lucro não ser superior a 2 milhões de euros). Este apoio pode ainda ser concedido a pessoas singulares, com sede fiscal na zona de intervenção. Apesar da diversidade de conteúdos que encontramos nos projetos de um único promotor previstos na medida de diversificação das atividades em espaço rural, podendo desenvolver-se em torno da natureza, da paisagem, da História, do património cultural, da gastronomia, do desporto, etc., os projetos de cooperação irão concentrar-se em dois eixos: **o desenvolvimento de produtos turísticos e/ou a sua comercialização em comum.** Estes eixos encontram-se ligados, sendo que a comercialização dos serviços a desenvolver pressupõe a existência de uma oferta turística com uma identidade consolidada. Quando tal não acontece, é necessário qualificar primeiro a oferta, o que pode passar pela criação de uma rede de operadores, estabelecer padrões de qualidade e criar uma identidade unificadora. Isto para que, por um lado, os agentes turísticos sintam que a rede dá uma boa imagem do serviço e, por outro, que os clientes tenham a garantia de que encontram uma oferta de qualidade em toda a rede. Como exemplo de ações que podem ser elegíveis, incluem-se as relacionadas com a exploração de novos nichos de mercado, baseados na qualidade ambiental do serviço, na diversificação coletiva de serviços disponíveis ao cliente, na qualificação geral da oferta disponível, na criação de produtos e serviços integrados entre operadores turísticos, criação de “pacotes” integrados de serviços baseados que “vendam” numa perspetiva de autenticidade cultural, assente nos produtos e tradições locais que congreguem a gastronómica típica, o turismo ativo, o alojamento, a disponibilização de informação e interligação entre rotas temáticas complementadas com serviços de base local.

Beneficiários:

Entidades singulares e coletivas com ou sem fins lucrativos que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, desde que associados de forma legal ou associações de operadores económicos da área do turismo rural, desde que a operação de cooperação tenha o âmbito territorial da zona de intervenção e todas as entidades cooperantes/beneficiárias da parceria tenham sede na zona de intervenção.

M19.2.3.2 - Promoção de cadeiras de abastecimento curtas e mercados locais e diversificação de atividades agrícolas.

As vendas diretas e as cadeias curtas agroalimentares contribuem para valorizar e promover os produtos locais e, simultaneamente, estimular a economia local, criar emprego, reter valor e população no território.

A existência de sistemas agroalimentares locais, nomeadamente de mercados locais de produtores, estimula a economia local e uma maior interação social entre as comunidades rural e urbana, favorecendo uma maior ligação das populações às suas origens, desempenhando funções que beneficiam os produtores, os consumidores, o ambiente e a economia local.

O enquadramento das operações consiste no apoio ao desenvolvimento de atividades necessárias à informação e promoção específica de produtos abrangidos por regimes de qualidade ou produtos locais, enquadradas nomeadamente nas seguintes ações:

- Elaboração de estratégias de marketing, ações de promoção e publicidade;
- Aquisição de serviços de consultoria especializada.

Beneficiários:

Entidades singulares e coletivas com ou sem fins lucrativos que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, desde que associados de forma legal ou associações de operadores económicos da área da agricultura desde que a operação de cooperação tenha o âmbito territorial da zona de intervenção e todas as entidades cooperantes/beneficiárias da parceria tenham sede na zona de intervenção.

As referidas entidades deverão estar associadas e estar ativamente a desenvolver cadeias curtas de abastecimento e mercados locais.

M19.2.3.3-Diversificação das atividades agrícolas em atividades relacionadas com os serviços de saúde, integração social, agricultura apoiada pela comunidade e educação sobre o meio ambiente e alimentos.

Esta ação permite o apoio de iniciativas direcionadas para a “Agricultura Social” ou com caráter social, de modo a desenvolver a prática agrícola com benefícios diretos para as comunidades em que as mesmas estão inseridas e desta forma promover a aproximação da prática agrícola com a aprendizagem, com a terapia (inclui reabilitação e reinserção social), com as escolas primárias, centros de reabilitação e inserção social, centros terapêuticos.

A agricultura social implica a integração de diferentes saberes no âmbito de uma exploração agrícola com o objetivo social, terapêutico e/ou pedagógico dos envolvidos. Ao mesmo tempo, a agricultura social representa ainda uma nova oportunidade para os agricultores para facultarem serviços alternativos que ampliem e diversifiquem o âmbito da sua atividade e um papel multifuncional na sociedade. Esta integração entre as atividades agrícolas e sociais pode também oferecer aos agricultores novas formas de rendimento e melhorar a imagem da agricultura junto da opinião pública.

Como fator principal de demarcação em relação aos serviços básicos para a população rural é que esta ação é específica e direcionada para a ação cooperante entre diversas entidades (não só agricultores, mas também associações, escolas, entidades de apoio social e reinserção e profissionais de saúde).

As ações podem centrar-se nos seguintes públicos-alvo: Pessoas desfavorecidas, Alunos e Formandos, Beneficiários de Serviços de Apoio Social de Base Local, Inclusão Social, Utentes de Serviços de Recreio e Lazer e de utentes de centro terapêuticos, de cuidado de saúde e cuidados infantis.

Beneficiários:

Entidades singulares e coletivas com ou sem fins lucrativos que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, desde que associados de forma legal e/ou associações de operadores económicos da área da agricultura desde

que a operação de cooperação tenha o âmbito territorial da zona de intervenção e todas as entidades cooperantes/beneficiárias da parceria tenham sede na zona de intervenção.

Despesas elegíveis e procedimentos relevantes no âmbito da Medida:

As despesas elegíveis serão, por exemplo, despesas relacionadas com a coordenação/organização (incluem estudos, planos e animação);

Os custos relacionados com equipamentos, utilização de edifícios, terreno, são elegíveis para apoio se e só se cumprirem as seguintes condições:

O seu uso/depreciação está inequivocamente associado ao projeto e ter o horizonte de elegibilidade temporal associado à utilização do projeto.

Não poderão existir alterações substanciais relacionadas com a operação nos cinco anos seguintes ao pedido de pagamento final ao beneficiário.

Objetivos:

- Melhorar o desempenho económico dos operadores que cooperem nas áreas temáticas do Turismo Rural, das cadeias de abastecimento curtas e mercados locais.
- Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.
- Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural, pela disponibilização de novos serviços de apoio social centrado na agricultura para as comunidades, na educação e saúde.

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

M19.2.3- Cooperação para o desenvolvimento local (ações de cooperação entre agentes económicos da ZI)			
		Ações previstas:	<p>M19.2.3.1- Apoio a projetos para desenvolvimento e comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural.</p> <p>M19.2.3.2- Promoção de cadeias de abastecimento curtas e mercados locais.</p> <p>M19.2.3.3- Diversificação de atividades agrícolas e diversificação das atividades agrícolas em atividades relacionadas com os serviços de saúde, integração social, agricultura apoiada pela comunidade e educação sobre o meio ambiente e alimentos.</p>
Destinatários Finais:	Entidades singulares e coletivas, com ou sem fins lucrativos, residentes ou sediadas na ZI da ACAPORAMA	Nível de Ajudas	<p>Despesa Pública (90% FEADER + 10% OR)</p> <p>Apoio limitado ao auxílio de minimis: 200.000,00 de incentivo num período acumulado de 3 exercícios financeiros consecutivos.</p>
Limite Máximo:	<p>Valor mínimo: 5.000 euros</p> <p>Apoio não reembolsável: até 75% da despesa considerada elegível.</p>	Despesas Elegíveis	<p>Serão consideradas elegíveis as despesas relacionadas com as atividades a desenvolver, nomeadamente: constituição da empresa; elaboração do projeto; aquisição de equipamentos; construção ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios, despesas intangíveis diretamente associadas a atividades comerciais, Elaboração de estratégias de marketing, ações de promoção e publicidade, Aquisição de Serviços de consultoria especializada. Não são elegíveis os custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações.</p>
Breve Caracterização		Criação de projetos coletivos que possibilitem a promoção turística dos territórios, das cadeias curtas de comercialização de produtos agrícolas e ou da utilização/valorização social da prática agrícola como fator contributivo para a formação, valorização pessoal, complemento à subsistência das populações carenciadas, da terapia e do apoio de base local/comunitário.	
Impacto esperado e relação com as prioridades:		<p>P2 – Aumento da viabilidade financeira e competitividade de todo o tipo de explorações agrícolas, e promover a inovação nas explorações agrícolas e gestão sustentada das florestas:</p> <ul style="list-style-type: none"> (c) Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e reestruturação e modernização, nomeadamente com vista a aumentar a participação no mercado e a diversificação da agricultura; (d) Facilitar a entrada de agricultores com competências adequadas no sector agrícola com vista à renovação generacional. <p>P3 – Promoção da organização das cadeias alimentares, incluído o processamento e marketing de produtos agrícolas, bem-estar animal e gestão de risco na agricultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> (b) Melhoria da competitividade dos produtores primários pela melhor integração em cadeias agroalimentares, através de esquemas de qualidade, adicionado valor aos produtos agrícolas, promoção nos mercados locais e cadeias curtas, grupos de organizações de produtores e organização intersectorial. <p>P5 – Promoção eficiente de recursos e mudança de paradigmas conducente a económica de baixo carbono:</p> <ul style="list-style-type: none"> (b) Acesso à utilização de fontes de energia renováveis, usando e valorizando resíduos e matérias-primas que não entrem na cadeia alimentar, conducente a uma bio economia. <p>P6 – Promoção da inclusão social, redução de pobreza e desenvolvimento económico nas zonas rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> (b) Facilitação da diversificação, criação e desenvolvimento de pequenas empresas e criação de emprego. 	
Indicadores de realização e resultados da Ação:		<p>R.23 - Percentagem da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados (domínio de incidência 6B); O.1- total das despesas públicas;</p> <p>O.2 – total dos investimentos; O.3 - número de ações/operações apoiadas; O.3.1 - número de ações; O.3.2 - operações apoiadas; O.4 - Número de beneficiários apoiados; O.15 - População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados (TI ou outros); O.20 - Número de projetos Leader apoiados</p>	
Legislação aplicável:		Regulamento 1305/2015 (Artigo 19º 1 a)(ii) e 19º 1 b)), Regulamento 1303/2013, Regulamento 1407/2013, Orientações da União Europeia relativa aos auxílios estatais nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais.	

Matriz de Enquadramento Lógico:

Hierarquia dos objetivos		Indicadores verificáveis	Meios de verificação	Pressupostos
Finalidade	Reforço da cooperação entre agentes locais, conducentes ao aumento do VAB associado às atividades e ao papel de intervenção de apoio social.	Criação e alargamento de serviços de apoio		
Objetivos	<p>(1) Melhorar o desempenho económico dos operadores que cooperem nas áreas temáticas do Turismo Rural, das cadeias de abastecimento curtas e mercados locais.</p> <p>(2) Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.</p> <p>(3) Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural, pela disponibilização de novos serviços de apoio social centrado na agricultura para as comunidades, na educação e saúde.</p>	Caraterização dos utentes e abrangência dos serviços de apoio social.	<p>Disponibilização do modelo 22 e outros meios de verificação contabilística e fiscal no âmbito dos procedimentos de acompanhamento, controlo e auditoria dos projetos, incluindo mapas das declarações de SS.</p> <p>Verificação dos relatórios de atividades das entidades sem fins lucrativos ou apresentação de evidências claras de desenvolvimento das iniciativas de caráter local.</p>	<p>Manutenção da atividade dos operadores beneficiários do quadro 2007-2013 até 2020.</p> <p>Estabilização das condições económicas nacionais e das contas públicas.</p>
Resultados	<p>Aumento de Unidade de Trabalho Anual (UTA) associadas às explorações. Despesa Pública e Total de Investimento.</p> <p>Nº de Operadores e Estruturas de apoio/cadeias curtas de comercialização apoiadas.</p> <p>Nº de formandos/Nº de Ações de formação frequentadas/nº de utentes população beneficiada pelos serviços.</p> <p>Tipo de posto de trabalho: Temporário/Full Time</p> <p>Regime de Contratação: A termo/Sem termo</p>	<p>Aumentar em 10% o VAB não agrícola das explorações existentes (quadro 2020).</p> <p>Nº de operações/Nº de operadores/Nº de utentes.</p> <p>Total de despesa pública</p> <p>Outros Indicadores relevantes para a ELD:</p> <p>Nº de relações formais e informais estabelecidas entre operadores económicos locais.</p>	<p>Disponibilização do modelo 22 e outros meios de verificação contabilística e fiscal no âmbito dos procedimentos de acompanhamento, controlo e auditoria dos projetos, incluindo mapas das declarações de SS.</p> <p>Verificação dos relatórios de atividades das entidades sem fins lucrativos ou apresentação de evidências claras de desenvolvimento das iniciativas de caráter local.</p>	<p>Adesão por parte dos operadores ao plano formativo.</p> <p>Adesão por parte dos beneficiários aos projetos de cooperação em particular nas redes locais de agricultores</p>
Atividades previstas para os resultados	Serviços locais de apoio social, Apoio a projetos para desenvolvimento e comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural. Promoção de cadeias de abastecimento curtas e mercados locais. Diversificação de atividades agrícolas e diversificação das atividades agrícolas em atividades relacionadas com os serviços de saúde, integração social Agricultura apoiada pela comunidade e educação sobre o meio ambiente e alimentos., Atividades de animação e promoção da ELD nos territórios, formação e capacitação das entidades locais.			

M19.2.4-Formação e informação de agentes de desenvolvimento local (Artigo 14º)

Os apoios previstos visam melhorar as capacidades técnicas e empresariais da população activa do meio rural, em particular dos operadores económicos e mão-de-obra activa que exerçam a sua atividade nos domínios abrangidos pela Abordagem LEADER da ACAPORAMA no âmbito do PRODERAM 2020.

Algumas das áreas contempladas para a realização de ações de formação e/ou de Ações de informação relativas a qualquer das seguintes áreas de conhecimento:

- a) Turismo rural;
- b) Animação cultural no espaço rural;
- c) Marketing e participação em rede;
- d) Proteção do ambiente;
- e) Formação de jovens em técnicas de produção características dos espaços rurais;
- f) Apoio social;
- g) Empreendedorismo e criação de negócio.

O projeto formativo deverá estar devidamente fundamentado com um levantamento das necessidades de formação e informação, em cada uma das áreas de conhecimentos identificadas acima, de modo a estabelecer planos integrados de formação e informação que contribuam para minorar as carências de conhecimentos e de competências que prejudicam o desempenho e a produtividade dos operadores económicos e da população activa do mundo rural. Aquando da apresentação de um pedido apoio no conjunto de medidas M19.2, o beneficiário ou beneficiários (no caso de entidades de cooperação) deverão apresentar uma listagem dos ativos e gestores com o correspondente currículo (incluído certificados de habilitações) de modo a aferir eventuais lacunas que possam existir em termos técnicos, em relação aos propósitos previstos para cada uma das operações.

As operações e a sua execução estarão subordinadas a um plano formativo integrado, que deverá corresponder à criação de capacitação e conhecimentos em domínios específicos considerados prioritários para execução da estratégia de desenvolvimento rural.

Beneficiários

Entidades dos setores público ou privado, reconhecidas como entidades formadoras e selecionados de acordo com princípios de contratação pública. Os formandos terão de ser necessariamente operadores e gestores das entidades beneficiárias da Abordagem LEADER.

Nível de ajuda: Apoio não reembolsável até 75%

M19.3.1-Cooperação interterritorial e transnacional

M19.3.1.1-Cooperação nacional interterritorial

No âmbito desta medida deverão ser criados movimentos de cooperação no âmbito Regional e Local, através da criação de um organismo que permita impulsionar e aumentar a promoção das regiões no exterior, divulgando as nossas raízes, produtos, tradições e cultura, através da participação conjunta em feiras, congressos, seminários, palestras ou promoção conjunta de mostras de produtos locais, sempre com o objetivo de divulgar o que é Regional. Esta divulgação poderá ainda ocorrer num âmbito de cooperação de comercialização de produtos ou até de conhecimento de outras realidades de território.

Mais-valias para o território:

Valorização dos produtos locais, valorização e promoção do território e da captação de novos nichos de mercado.

Enquadramentos objetivos estratégicos:

- Valorizar, promover e divulgar junto de mercados distantes, a especificidade e qualidade dos seus produtos.
- Promover internacionalmente os valores paisagísticos, ambientais e culturais que possam constituir motivo de interesse para o seu desenvolvimento turístico.
- Divulgar e promover a excelência dos saberes/fazer específicos, culturais e técnicos, existentes nos seus territórios.
- Procurar economias de escala, articulando em comum as diversificadas experiências, assim como meios e recursos que utilizados isoladamente seriam insuficientes e por isso ineficazes.

M19.3.1.2-Cooperação Internacional EU

O estabelecimento de uma rede de cooperação/intercâmbio com o GAL do espaço Europeu com vista á realização de ações conjuntas, especialmente no domínio de intervenção dos produtos locais, cooperação para a transformação e formação agroalimentar em pequena escala, com o intuito de reforçar conhecimentos, diversificar a transformação, melhorando a qualidade e potencializando a comercialização dos produtos.

Mais-valias para o território:

Valorização dos Produtos Locais, promoção do Território e da captação de novos nichos de mercado.

Enquadramentos objetivos estratégicos:

- Promoção e divulgação da atividade cultural, recreativa e pedagógica junto de jovens, que permitam intercâmbio cultural ao nível do conhecimento de novos territórios, suas culturas e tradições.

- Promoção e divulgação dos territórios e suas potencialidades, designadamente na vertente turística e produtos de qualidade, utilizando preferencialmente as novas tecnologias.

Visibilidade do projeto de criação da marca regional e instalação de lojas de venda.

M19.3.1.3-Cooperação Internacional fora da EU

Cooperação que pode ser conjunta com outros GAL's Portugueses e Entidades de Desenvolvimento Rural/Local nos Países de língua Oficial Portuguesa com o objetivo de Internacionalizar as competências dos seus técnicos, permitindo-lhes contactos diretos e experiências de terreno que aumente as suas sensibilidades e competências para poderem desenvolver intervenções e práticas de Desenvolvimento Local em meio rural em diferentes contextos e latitudes: de dar a conhecer a organismos internacionais de financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento e às instituições desses países, as mais-valias das experiências e competências do (s) nosso (s) GAL (s); de facilitar a criação de oportunidades para diversificar a sua capacidade de prestação de serviços, fazendo da cooperação direta entre atores de terreno uma vertente complementar da auto – sustentabilidade e apoiar as Associações locais, na formação dos seus responsáveis, na identificação, planificação e organização de micro atividades económicas, assegurando, quando necessário, a devida formação profissional e tecnológica e de abrir espaços e oportunidades mútuas para o intercâmbio e escoamento de produtos locais, assim como oportunidades de negócio capazes de concorrerem para a melhoria das condições e níveis de vida dos nossos territórios.

Mais-valias para o território:

Valorização dos Produtos Locais, promoção do Território e da captação de novos nichos de mercado.

Enquadramentos objetivos estratégicos:

- Internacionalizar as competências dos seus técnicos, permitindo-lhes contactos e experiências de terreno que aumente as suas sensibilidades e competências para poderem desenvolver intervenções e práticas de Desenvolvimento Local em meio rural em diferentes contextos e latitudes, nomeadamente nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

- Dar a conhecer a organismos internacionais de financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento e às instituições desses países, as mais-valias das experiências e competências das ADL's Portuguesas.
- Facilitar a criação de oportunidades para diversificar a sua capacidade de prestação de serviços, fazendo da cooperação direta entre atores de terreno (sem a dependência de "gabinetes de peritos - consultores") uma vertente complementar da sua tão procurada auto - sustentabilidade.
- Abrir espaços e oportunidades mútuas para o intercâmbio e escoamento de produtos artesanais, assim como oportunidades de negócio capazes de concorrerem para a melhoria das condições e níveis de vida dos nossos territórios.

M19.4 – Apoio a custos de funcionamento e animação

Esta medida tem por objetivos apoiar a execução das EDL pelos GAL apoiado os custos de gestão administrativa e financeiros suportados durante todo o período de programação, nomeadamente os custos operacionais ligados à gestão da execução da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária que correspondem a despesas de funcionamento, despesas de pessoal, despesas de formação, despesas ligadas às relações públicas, custos financeiros bem como despesas ligadas à monitorização e avaliação da estratégia. Tem também por objetivo apoiar a animação da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária a fim de facilitar o intercâmbio entre as partes interessadas para fornecimento de informações e promoção da estratégia e ajudar os beneficiários potenciais a desenvolver operações e elaborar os processos de candidatura.

6.9. O plano de Ação

Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento

De acordo com os dispositivos de participação utilizados no processo de envolvimento com as comunidades locais e no que respeita ao acompanhamento e animação da ELD, foram definidas atividades a desenvolver. As referidas atividades foram estabelecidas e definidas no sentido de assegurar procedimentos transparentes e responsáveis de tomada de decisão do Grupo de Ação local.

Ações de animação e promoção do território

A execução da EDL será acompanhada de um conjunto de ações de animação e promoção do território e da capacitação dos seus atores.

Entre o conjunto de atribuições das parcerias locais salientamos a dinamização e operacionalização da ELD ao nível local, participando e promovendo ações de divulgação, informação e animação junto das populações locais e outros públicos-alvo, contribuir para o levantamento de necessidades ao nível local que possibilitem a concretização das iniciativas de animação e formação do GAL.

A gestão e o plano de atividades de iniciativas ao nível da parceria local é o que for estabelecida no seio da referida parceria. No entanto, atendendo a que a gestão financeira é da competência da entidade gestora, por questão de elegibilidade e coerência no âmbito da aplicação da ELD, todas as propostas que impliquem encargos financeiros e administrativos deverão ser previamente aprovadas em Assembleia Geral das Parcerias Locais e posteriormente as mesmas deverão ser remetidas para consideração e aprovação superior da Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020.

Todas as ações deverão ser razoáveis em termos técnicos e financeiros e deverão contribuir direta e indiretamente para os resultados previstos na ELD do GAL ACAPORAMA.

Ações de Formação para a Equipa Técnica Local

Para além da formação específica de certificação dos elementos constituintes da equipa técnica e de eventuais iniciativas formativa e informativas a desenvolver pela autoridade de gestão, salientamos a necessidade de formação complementar nas áreas contabilísticas, razoabilidade de custos e CCP.

Ações de formação e capacitação para os parceiros locais

Reforço da capacidade dos agentes locais para desenvolvimento e execução de operações, fomentando a capacidade de gestão de projetos, pela promoção de sessões de informação e sensibilização, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento de projetos, em articulação entre a equipa técnica local e as entidades parceiras.

O que implica a adesão a iniciativas de formação que possibilitem o contato com alguma das melhores iniciativas e resultados do PRODERAM (contato direto com beneficiário, via visita a operações), desenvolvimento de *workshops* temáticos que possibilitem a criação de capacitação dos diferentes membros da parceria.

7. PLANO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A estratégia de Comunicação e Divulgação do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira para o período de 2014-2020 tem por missão o Crescimento Sustentável e Inclusivo.

Com este plano de comunicação e divulgação pretende-se que as diretivas principais do PRODERAM 2020 sejam transmitidas de forma eficaz e direta o seu público-alvo específicos, quer sejam aos parceiros, entidades interessadas em investir e público em geral.

De forma sintética, pretende-se que o Plano de Comunicação e Divulgação seja capaz de:

Promover uma informação acessível e eficaz do PRODERAM 2020;

Informar todos os interessados em investir das medidas e possibilidades de financiamento disponíveis de forma clara e concisa;

Disponibilizar toda a informação e documentação de apoio do programa, através de um site na Internet que seja intuitivo, que promova o uso fácil da página, que tenha um design atrativo, uma linguagem e a escrita acessível e que possua uma estrutura e a navegação multiplataforma;

Disponibilizar os contactos da Autoridade de Gestão e demais entidades intervenientes no processo;

Disponibilizar ajuda sobre o preenchimento dos formulários para candidaturas através de um sistema de informação que ensine os potenciais interessados no *workflow* de apresentação de candidaturas;

Informar os beneficiários sobre as suas responsabilidades em relação à publicitação dos apoios recebidos;

Garantir a transparência na divulgação dos apoios concedidos, sendo esta atualizada semestralmente;

7.1 PÚBLICOS-ALVO

Com a aplicação da estratégia definida no Plano de Comunicação e Divulgação do PRODERAM 2020, pretende-se alcançar todas as entidades que, direta ou indiretamente poderão beneficiar do Programa.

As entidades referidas no parágrafo anterior estão divididas em 3 grupos alvo:

7.1.1 Potenciais beneficiários e interessados em investir ao abrigo do PRODERAM 2020

Todas as entidades, individuais ou coletivas, públicas ou privadas, que possam ser elegíveis para o apoio do PRODERAM 2020 nos seus projetos de investimento realizados no território de intervenção. Para este grupo deverão ser disponibilizadas informações mais pormenorizadas e diretas sobre o tipo de apoio, condições de acesso, obrigações, como beneficiários de um apoio comunitário de acordo com a medida a que se candidatam.

7.1.2. Público em geral

A população em geral a quem será facultada a apresentação do PRODERAM 2020 com a mensagem da sua importância para o Desenvolvimento Socioeconómico da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente do território de intervenção.

7.1.3 Organismos de gestão Interna

São os organismos de gestão, certificação, auditoria e acompanhamento do programa, quer na Madeira, quer externos. Serão emitidas normas e orientações, bem como serão informados sobre a execução financeira e os resultados do Programa.

7.2. INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Plano de Comunicação e Divulgação deverá comportar as seguintes iniciativas de acordo com o quadro abaixo, definidas para os seus públicos-alvo específicos:

Iniciativa	Beneficiários	Público	Interno
Criação de web site genérico	X	X	X
Sistema de informação de ajuda automática ao preenchimento de formulários de candidatura e relatórios de execução e gestão	X		
Anúncios de imprensa no lançamento do programa	X	X	
Spots de televisão na RTP M para lançamento do programa	X	X	

Mailing lists mensais com notícias, informações do programa	X		
Edição e distribuição de brochura informativa sobre o programa	X	X	
Conferência de imprensa de lançamento do programa	X	X	
Conceção e distribuição de cartazes do programa junto dos parceiros	X	X	
Inserção de artigos de imprensa mensais sobre o programa nos media regionais	X	X	
Abertura e gestão de página no Facebook e conta Twitter	X	X	
Ações de informação junto dos 4 municípios do território de intervenção	X		
Área privada do web site para apoio aos beneficiários	X		
Área privada do web site para controlo de gestão interna			X
Mailing list genérica com informações gerais - Bimestral	X	X	

7.2.1 As brochuras, folhetos, cartazes e merchandising

O GAL ACAPORAMA tem a intenção de obter produtos promocionais de fácil manuseamento e distribuição, que visam dar maior notoriedade e relevância junto dos públicos-alvo. As brochuras e os folhetos visam apresentar o ELD, de forma concisa, clara e compreensível a todos os públicos-alvo, conferindo uma maior visibilidade., com referências para o site do PRODERAM 2020 e para o site do GAL com a informação do PRODERAM 2020.

Os cartazes com conteúdos sobre o Programa serão distribuídos em locais de elevada visibilidade junto dos parceiros locais (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Casa do Povo, Igrejas, etc.).

O merchandising corresponde a materiais de fácil manuseamento para distribuição em eventos onde os públicos-alvo do Programa estejam presentes.

7.2.2 Ações de informação e publicidade para os potenciais beneficiários e os beneficiários

No âmbito da sua estratégia de informação e publicidade direcionada aos potenciais beneficiários e aos beneficiários do Programa, o GAL ambiciona disponibilizar, de forma transparente e acessível, informação completa sobre as oportunidades proporcionadas pelo Programa, informação sobre como apresentar uma candidatura ao PRODERAM 2020, quais as condições de acesso ao mesmo, quais os procedimentos de análise das candidaturas, os respetivos prazos, os critérios de seleção das operações a financiar e os contactos onde podem ser obtidas informações sobre o Programa.

Essas ações serão desenvolvidas antes da publicação do anuncios de apresentação dos pedidos de apoio.

7.2.3 Responsabilidade dos beneficiários em termos de publicação dos apoios:

Para além dos GAL e da Autoridade de Gestão também os beneficiários têm a responsabilidade de publicitar o apoio recebido do FEADER.

De acordo com a alínea f) do ponto 1.2. do Anexo III do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão, de 17 de julho, os GAL pode requerer aos beneficiários potenciais que proponham, a título indicativo, atividades de comunicação proporcionais à dimensão da operação nas suas candidaturas.

Nos termos da legislação europeia aplicável, todas as ações de informação e comunicação realizadas pelos beneficiários devem reconhecer o apoio do FEADER, apresentando o emblema da UE, com uma referência por extenso a esta e ao FEADER - «Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – A Europa investe nas zonas rurais», conforme disposto no Regulamento de Execução em referência e disponibilizado no Site do PRODERAM 2020.

A página de acolhimento deve referir, pelo menos, a contribuição do FEADER e incluir uma hiperligação ao Site da Comissão Europeia relativo ao FEADER⁵. 25% do espaço

do Site deve ser dedicado à descrição da operação, à referência ao emblema da UE e ao apoio do FEADER.

Quando se trate de projetos de âmbito da abordagem LEADER do GAL ACAPORAMA os beneficiários deverão garantir a publicitação do apoio do FEADER utilizando a barra de cofinanciamento abaixo, disponível para download no Site do PRODERAM 2020 da ACAPORAMA.

O mesmo inclui o logotipo do GAL ACAPORAMA de forma a identificar o território afeto à Estratégia de Desenvolvimento Local.



7.2.4 Aspetos específicos:

Projeto com o apoio público total superior a 10.000 Euros - O beneficiário deverá colocar um cartaz com informações sobre o projeto (dimensão mínima A3), realçando o apoio financeiro da UE, num local facilmente visível.

Projeto cujo apoio público total seja superior a 50.000 Euros - O beneficiário deverá colocar uma placa explicativa com informações sobre a operação realçando sempre o apoio financeiro da UE. Uma placa explicativa deve ser igualmente colocada nas instalações dos Grupos de Ação Local (GAL) financiados pelo LEADER.

Concluída a operação, e tratando-se de projetos de aquisição de um objeto físico ou de financiamento de trabalhos de infraestruturas ou construção, os beneficiários devem afixar, no prazo máximo de três meses, um painel ou cartaz permanente, de dimensão considerável em local facilmente visível pelo público.

Os painéis ou cartazes, temporários e/ou permanentes, devem dedicar, pelo menos, 25% do seu espaço à denominação da operação, o seu objetivo principal e o emblema da

União, bem como a referência à UE e ao FEADER, destacando o apoio financeiro concedido pela União.

Todas estas informações são disponibilizadas no Site do GAL ACAPORAMA, juntamente com o Guia de Informação e Publicidade para os beneficiários.

Note-se que o incumprimento das regras relativas a informação e publicidade é motivo para a redução do financiamento, sendo esta determinada em função da gravidade do incumprimento nos termos da alínea f) do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

LEGISLAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE

Turismo

Alojamento

- Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M, de 29 de agosto - Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira.
- Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/M, de 16 de abril - Determina a suspensão parcial do artigo 5.º e a suspensão do artigo 6.º das normas de execução do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira.
- Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, que o republica.
- Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M, de 6 de maio - Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.
- Portaria n.º 518/2008, de 25 de junho - Estabelece os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos.
- Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril - Aprova os requisitos dos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos e apartamento turísticos.
- Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto - Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural.
- Portaria n.º 124/2011, de 7 de setembro - Diploma que procede à regulamentação dos requisitos gerais e específicos a que devem obedecer os empreendimentos turísticos tipificados como moradias turísticas.
- Portaria n.º 358/2009, de 06 de abril - Estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos.
- Portaria n.º 261/2009, de 12 de março - Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza.

- Portaria n.º 215/2011, de 31 de maio - Estabelece os requisitos específicos relativos às instalações, funcionamento e regime de classificação aplicáveis aos estabelecimentos de restauração e de bebidas, incluindo os que se integram em empreendimentos turísticos.
- Decreto-Lei n.º 128/2014 de 29 de agosto - Estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local.

Agências de viagens e turismo

- Decreto-Lei n.º 199/2012 de 24 de agosto – Altera e república o Decreto-Lei n.º 61/2011 de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo.
- Decreto-Lei n.º 26/2014 de 14 de fevereiro - segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, reduzindo o valor da taxa devida ao Turismo de Portugal pela inscrição no registo nacional das agências de viagens e turismo (RNAVT).
- Decreto Legislativo Regional n.º 18/2013/M, de 17 de junho - Adapta à Região Autónoma da Madeira o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio e alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto.
- Portaria n.º 224/2011 de 3 de junho - Regulamenta o Fundo de Garantia de Viagens e Turismo (FGVT).

Animação Turística

- Decreto-Lei n.º 95/2013 de 19 de julho – Altera e república o Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio - estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.
- Portaria n.º 6/2014 de 13 de janeiro - regulamenta as experiências de mergulho recreativo.
- Portaria n.º 14/2014 de 23 de janeiro - define as artes permitidas, condicionamentos, termos do licenciamento e taxas aplicáveis ao exercício da pesca lúdica.
- Decreto-Lei n.º 149/2014 de 10 de outubro - Regulamento das Embarcações Utilizadas na Atividade Marítimo – Turística.

Benefícios Fiscais

Decreto-Lei n.º 423/83 de 5 de dezembro – Regula a atribuição da utilidade turística.
Decreto-Lei n.º 38/4 de 8 de fevereiro – Altera o Decreto-Lei n.º 423/83 de 5 de dezembro.

Jogo (Concursos Publicitários e sorteios de rifas)

Decreto-Lei n.º 10/95 de 19 de janeiro – Altera e república o Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de dezembro que estabelece a Lei do Jogo.

Decreto-Lei n.º 420/80 de 29 de setembro – Transfere competências do jogo à RAM.

Cultura

Decreto Regulamentar Regional n. 11/2004/M - Regulamenta o estatuto do dirigente cultural da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2003/M, de 14 de Agosto.

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2003/M - Estabelece o estatuto do dirigente cultural da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 79/2001- Aprova o regulamento de atribuição de apoio financeiro a projetos de interesse cultural.

Portaria n.º 130/2006 - Altera o regulamento de atribuição de apoio financeiro a projetos de interesse cultural, aprovado pela Portaria n.º 79/2001, de 17 de Julho.

Desporto

Instalações desportivas

Portaria n.º 96/2006, de 17 de agosto - Aditada a republicada pela **Portaria n.º 123/2006, de 10 de outubro**, alterada pelas **Portarias n.º 46/2010, de 8 de julho e 123/2011, de 7 de setembro**, alterada e republicada pela **Portaria n.º 55/2012, de 16 de abril** - Aprova o Regime de aplicação de taxas a cobrar pela utilização das instalações da Região Autónoma da Madeira.

Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010/M, de 19 de agosto - Adapta à Região Autónoma da Madeira o **Decreto Regulamentar n.º 5/97, de 31 de março**, que aprova o regulamento das condições técnicas e de segurança dos recintos com diversões aquáticas.

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2010/M, de 22 de fevereiro - Adapta à Região Autónoma da Madeira o **Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de março**, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas.

Diretor de instalações desportivas

Despacho n.º 42/2010, de 28 de julho - Cria o cargo de Diretor de Instalações Desportivas nos estabelecimentos de ensino de 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Ginásios de manutenção e instalações similares

Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, alterado pelos **Decretos-Lei n.º 242/2012, de 7 de novembro; 317/2009, de 30 de outubro; 118/2009, de 19 de maio e**

alterado e republicado pelo **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro** - Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral. **Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/M, de 19 de junho** - Adapta à Região Autónoma da Madeira o **Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de setembro**, entretanto alterado pelo **Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro**, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens e prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral. **Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/M, de 6 de julho** - Estabelece o regime de constituição e funcionamento dos ginásios de manutenção e instalações similares da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 13/2000, de 29 de fevereiro - Aprova o regime jurídico de funcionamento e classificação, a observar pelos ginásios de manutenção e instalações similares com sede na RAM, no âmbito do disposto no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/M, de 6 de julho.

Despacho n.º 43/2012, de 3 de setembro - Nomeia uma nova Comissão para o licenciamento dos ginásios de manutenção e instalações similares.

[Provas desportivas na via pública](#)

Decreto Legislativo Regional n.º 28/2003/M, de 9 de dezembro - Transfere para as Câmaras Municipais poderes atribuídos à administração regional autónoma, em matéria de licenciamento e fiscalização de diversas atividades.

Portaria n.º 178/2003, de 22 de dezembro - Define as normas a que deve obedecer a concessão de licenças por parte das Câmaras Municipais para realização de provas desportivas na via pública.

[Bases do sistema desportivo](#)

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M, de 11 de janeiro - Estabelece as bases do sistema desportivo da Região Autónoma da Madeira.

LEGISLAÇÃO NACIONAL

O **Instituto Português do Desporto e Juventude, IP** disponibiliza, no seu portal, uma página dedicada à **legislação de âmbito nacional**.

<http://www.idesporto.pt/legislacao.aspx>

BIBLIOGRAFIA

Documentos consultados:

Direção Regional de Estatística da Madeira: <http://estatistica.gov-madeira.pt/>

- Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira – de 2007 a 2013;
- Bens imóveis culturais por município, 2013;
- Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População 2013;
- Madeira em Números 2013;

Instituto Nacional de Estatística: <https://www.ine.pt>

- Censos 2001 – Resultados definitivos;
- Censos 2011 – Resultados definitivos;
- Indicadores de Proteção Social 2004 – 2013, INE/DREM;
- Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013, INE/DREM;
- Série Retrospetiva das estatísticas do Ambiente - 1989-2013, Estatísticas do Ambiente-INE/DREM;
- Série Retrospetiva das estatísticas Demográficas - 1970-2013, Estatísticas Demográficas -INE/DREM;
- Série Retrospetiva das estatísticas do turismo, 1976-2013, Estatísticas do Turismo - INE/DREM;
- Série Retrospetiva das estatísticas da Educação - 1999/2000 - 2012/2013 - INE/DREM;
- Série retrospectiva do Balanço Energético da RAM (2007 - 2013) - INE/DREM;
- Recenseamento Agrícola 2009, INE/DREM;

Secretaria Regional do Plano e Finanças: <http://srpf.gov-madeira.pt/>

- Orçamento Regional 2011, 2013 e 2014, Relatórios e Anexos;

Sítios Internet

ACAPORAMA: <http://acaporama.org/3.0/>

Câmara Municipal de Câmara de Lobos: <http://www.cm-camaradelobos.pt/>

Câmara Municipal de Machico: <http://www.cm-machico.pt/>

Câmara Municipal do Porto Santo: <http://www.cm-portosanto.pt/>

Câmara Municipal de Santa Cruz: <http://www.cm-santacruz.pt/>

Direção Regional da Cultura: <http://cultura.madeira-edu.pt/>

Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira: <http://www.ivbam.gov-madeira.pt/>

Instituto de Emprego da Madeira: <http://www.iem.gov-madeira.pt/>

Madeira Folclore: <https://madeirafolclore.wordpress.com>

Madeira Livre, festas: <http://www.madeira-live.com/festas.pdf>

Por Data: <http://www.podata.pt/>

Serviço do Parque Natural da Madeira: <http://www.pnm.pt/>

Turismo da Madeira: <http://www.visitmadeira.pt/>

ANEXOS

Índice de Anexos:

I - O modelo de governação

II – Procedimentos de gestão financeira e administrativa corrente no âmbito do PRODERAM 2020

III- Metodologia de Avaliação

IV- Atas das Reuniões das Parcerias por Município

V-Folhas de Presenças

VI-Mapa Financeiro da ELD

VII- Indicadores de contexto, resultados e realização.

O Modelo de Governação:

O modelo de governação do GAL ACAPORAMA, no âmbito do PRODERAM 2020 é constituído por 3 níveis interdependentes: A **entidade gestora** (ACAPORAMA), as **parcerias locais** por cada freguesia do território da ZI (entidades singulares e coletivas sediadas na freguesia), 1 **representante designado por município** dos 4 Municípios da Zona de intervenção e os **parceiros estratégicos**, que são outras entidades coletivas, representando interesses socio económicos sectoriais locais. Estes parceiros estratégicos poderão ser sediados fora da zona de intervenção, desde que representem associados dentro da mesma.

De forma genérica, a entidade gestora é o organismo responsável para efeitos jurídicos e administrativos, ao passo que os outros parceiros constituem o comité de decisão e ou seleção para a estratégia e os correspondentes projetos. Em termos relacionais, aplicar-se-ão sempre os princípios de **representatividade, abertura, responsabilidade e transparência** inerentes ao funcionamento dos grupos de Ação local. Deverá existir sempre o cuidado das parcerias não podem ser dominadas por um único grupo de interesse de origem pública e privada. Isso implica um controlo cuidado na constituição, quer das parcerias locais, quer o processo de verificação dos representantes destas mesmas parcerias, em termos de conflito de interesses, aquando do processo de tomada de decisão, na **Assembleia Geral das Parcerias Locais**.

A Parceria local por Freguesia

A estrutura base do funcionamento da abordagem LEADER no GAL ACAPORAMA é a Parceria Local que é constituída pelos elementos que tenham aderido à constituição da Parceria sendo qualquer pessoa singular, ou entidade coletiva de direito público e/ou privado, empresários a título individual, profissionais liberais, agricultores e pessoas (homens e mulheres) das mais diferentes atividades, jovens (maiores de 18 anos), com as suas motivações próprias, capazes de trazerem para a parceria as sensibilidades dos diferentes grupos de interesses existentes entre a população da Freguesia.



Parcerias Locais

- Empresas
- Casas do Povo
- Paróquias
- Misericórdias
- Grupos desportivos
- Escuteiros
- Estabelecimentos de ensino
- Associações ambientalistas
- Associações de Folclore
- Privados individuais
- Clubes de Emprego
- Etc...

De modo a que a representatividade da parceria local seja o mais abrangente possível, será possível uma entidade local solicitar adesão, bastando manifestar o seu desejo de aderir de livre e espontânea vontade à parceria local para o desenvolvimento, apresentando por escrito, essa vontade junto dos representantes da parceria local, em seu nome pessoal ou em representação da Instituição, coletividade ou grupo a que pertence, dependendo a sua adesão, no entanto, da concordância de 2/3 dos Parceiros. Os membros de cada parceria local elegem dois representantes da referida parceria para a Assembleia Geral dos Parceiros Locais (AGPL). Em caso de algum dos representantes da parceria na AGPL não tiver disponibilidade para comparecer à AGPL, poderão ser designadas como representantes outras entidades da Parceria Local, desde que seja comunicado por escrito à entidade gestora.

Regulamento das Parcerias Locais

REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA PARCERIA LOCAL

Artigo 1º

Âmbito

1 - O presente regulamento tem por objetivo definir as normas de constituição e de funcionamento da Parceria Local para o Desenvolvimento de cada uma das Freguesias da Zona de Intervenção abrangidas pela Estratégia Local de Desenvolvimento da ACAPORAMA – Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da sua candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira – PRODERAM 2020.

Artigo 2º

Quem pode ser Parceiro para o desenvolvimento da Freguesia

1 - Qualquer pessoa singular, ou entidade coletiva de direito público e/ou privado, empresários a título individual, profissionais liberais, agricultores e pessoas (homens e mulheres) das mais diferentes atividades, jovens (maiores de 18 anos), com as suas motivações próprias, capazes de trazerem para a Parceria as sensibilidades dos diferentes grupos de interesses existentes entre a população da Freguesia, pode manifestar o seu desejo de aderir de livre e espontânea vontade à Parceria Local para o desenvolvimento, bastando, para o efeito, apresentar, por escrito, essa vontade junto da Parceria Local, em seu nome pessoal ou em representação da Instituição, Coletividade ou grupo a que pertence, dependendo, no entanto, da concordância de 2/3 dos Parceiros.

2 - A condição de Parceiro implica o compromisso de aceitar as regras de funcionamento e as decisões tomadas ou a tomar pela maioria dos Parceiros.

3 - Poderão ainda fazer parte da Parceria Local, na qualidade de “Parceiros ausentes” os naturais da freguesia a residir no exterior (emigrantes).

4 – No caso de se tratar de uma pessoa individual, deverá ser apresentada uma cópia legível do documento de identificação (cartão do cidadão). No caso de se tratar de uma entidade coletiva, credencial e cópia legível do documento de identificação do representante da entidade.

Artigo 3º



Características fundamentais da personalidade do “Parceiro Local”

- 1 - Colocar acima de tudo os interesses da Comunidade – Freguesia;
- 2 - Ser capaz de trabalhar em conjunto com outros parceiros, independentemente das diferentes convicções religiosas e/ou político-partidárias de cada um;
- 3 - Ser capaz de defender os seus legítimos interesses pessoais e familiares ou institucionais, sem esquecer os interesses também, dos outros, individual e coletivamente considerados;
- 4 - Ter capacidade de ultrapassar simpatias ou antipatias pessoais em nome do interesse comum;
- 5 - Ter a ambição de demonstrar aos seus vizinhos e conterrâneos, pelo trabalho realizado, que se é pessoa de bem, sensível aos problemas dos outros e, por isso, merecedora da consideração e do respeito da Comunidade.

Artigo 4º

Objetivos e funções da Parceria Local

- 1 - A Parceria Local para o Desenvolvimento, não substitui nem concorre com as estruturas existentes, nomeadamente: Junta de Freguesia, Casa do Povo, Associações de Produtores, Coletividades Desportivas, Recreativas, Culturais ou de carácter Religioso.
- 2 - São objetivos estratégicos da Parceria Local: juntar vontades, competências, meios e forças locais, para conjuntamente ganhar capacidade de aumentar significativamente a participação das pessoas e das famílias da Freguesia, nos atos de pensar sobre o que é necessário fazer, o que se pode fazer, quais as iniciativas a incentivar, como ligar, como complementar as diferentes iniciativas para que se apoiem mutuamente e daí resulte mais emprego e bem-estar para as pessoas e maior progresso para a Freguesia.
- 3 - A Parceria para o Desenvolvimento Local agrupa os Parceiros Locais, representantes das diferentes instituições e organizações, sensibilidades e interesses existentes, para que seja possível, entre todos, discutir e chegar a acordo sobre a melhor maneira de resolver os problemas, sejam eles: da saúde, da educação, da agricultura ou do comércio, da habitação ou do desporto, tenham a ver com o interesse coletivo ou individual.
- 4 - A Parceria Local também é um instrumento de intermediação e facilitação das tomadas de decisão que competem às estruturas locais da Administração Pública.

5 - Parceria Local é uma organização informal, que dinamiza e complementa o trabalho das outras estruturas e serviços, nomeadamente no que diz respeito a:

- a) Informar mais e melhor sobre as possibilidades de acesso a todos os tipos de apoio, tendo por objetivo garantir, a cada qual, de acordo com as suas capacidades, a igualdade de oportunidades;
- b) Aumentar a capacidade de atracção de recursos financeiros para o financiamento das ações e obras desejadas;
- c) Aconselhar e dar parecer sobre as prioridades a estabelecer;
- d) Gerar consensos sobre as propostas de medidas a tomar para ultrapassar os diferentes problemas existentes, nomeadamente, no que diz respeito:

- À conservação da natureza e do ambiente;
- À conservação e valorização do seu património histórico nas suas diversas componentes;
- À preservação dos elementos diferenciados da sua identidade;
- À dinamização das iniciativas de carácter económico indispensáveis à sustentação do desejado crescimento da economia local;
- Contribuir para a solução do desejado crescimento da economia de carácter sociais e culturais existentes;
- À conquista de uma real igualdade de oportunidades.

Artigo 5º

Compromissos da Parceria Local em relação ao PRODERAM 2020 da ELD da ACAPORAMA

1 - O processo de dinamização da criação desta Parceria e a posterior assistência pedagógica e técnica ao seu correto funcionamento constituem o maior desafio à correta aplicação da ELD.

Artigo 6º

Benefícios da Parceria Local em relação ao PRODERAM 2020

1 – Aos Parceiros, salienta-se os apoios a dar à Parceria Local através de iniciativas,

como, por exemplo:

a) Organização periódica de ações de sensibilização para aquisição de competências específicas necessárias à adoção das atitudes e comportamentos exigidos pelo trabalho em Parceria;

c) Participação em seminários, encontros e conferências, viagens de estudo e de intercâmbio de experiências, divulgação e promoção das próprias atividades das PARCERIAS e dos PARCEIROS.

Artigo 7º

Direitos e Deveres da Parceria Local

1 - Participar em todas as reuniões e atividades organizadas pela Parceria Local, pelo Programa PRODERAM 2020, nomeadamente em ações de formação, colóquios, encontros, seminários, viagens de estudo...

2 - Eleger entre os seus membros, as duas pessoas que a representam na Assembleia-geral das Parcerias Locais, sendo um representante de uma associação sem fins lucrativos e um representante do sector privado ou público.

3 - Colaborar na divulgação e esclarecimento dos conteúdos e regras de acesso ao Programa, junto das pessoas da sua freguesia;

4 - Dinamizar a apresentação de projetos elegíveis do Programa, capazes de contribuir para a valorização das condições de vida na Freguesia, no plano individual e coletivo;

5 - Na reunião da Parceria Local, analisar e dar parecer sobre todas as candidaturas da Freguesia;

6 - Através dos seus representantes eleitos para exercer essas funções e responsabilidades, remeter todas as candidaturas com os respetivos pareceres para a ASSEMBLEIA GERAL DAS PARCERIAS LOCAIS, órgão onde serão ou não validadas para passar à fase de execução.

7 - Os representantes de cada Parceria Local têm assento em todas as instâncias de decisão sobre os pedidos de apoio.

Artigo 8º

Método a adotar para as tomadas de decisão

1 - Os Parceiros não devem recorrer sistematicamente à votação para decidir das questões que à partida não reúnem consenso. É preferível demorar mais tempo ou até adiar uma reunião, para tentar uma decisão consensual, do que correr o risco de fazer uma votação sobre uma questão mal esclarecida ou compreendida, que provoque fraturas de solidariedade entre os parceiros.

2 - Suspender uma discussão do plenário para permitir esclarecimentos individualizados, pode ser uma boa via para conseguir os necessários compromissos entre as partes.

3 - Só em última análise deve recorrer ao voto que, de preferência, deve ser claro e transparente, isto é... De braço no ar.

Artigo 9º

Reuniões da Parceria Local

1 - A Parceria Local reunir-se-á as vezes necessárias consoante o número de projetos a apreciar e sempre que as circunstâncias o exijam para o bom funcionamento da mesma.

2-A Parceria Local só pode funcionar aquando da presença da maioria dos seus membros.

3 - Todas as reuniões da Parceria Local ficam registadas em ata.

4 - Em caso de ausência de um membro da Parceria Local, este poderá enviar um representante desde que este seja portador da devida documentação legal para o efeito (credencial).

Artigo 10º

Desistências

1 - Os Parceiros que não poderão desistir da Parceria Local, durante a vigência do PRODERAM.

Artigo 11º

Plano de atividades

1 - As atividades, *para além das já descritas* anteriormente neste regulamento, em especial as referentes à ELD PRODERAM 2020, serão aquelas que os Parceiros entenderem.

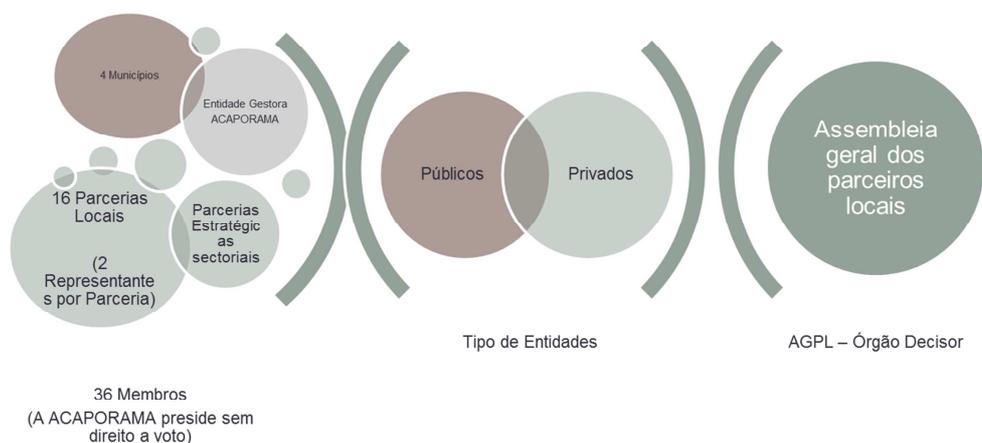
2 - Como a Parceria é “*um grupo, de início, informal e de porta aberta, baseado num acordo particular de conhecimento público, entre pessoas e instituições de uma mesma freguesia para, em conjunto, lutarem pelo Desenvolvimento Integrado da sua Comunidade*” podem ir crescendo com o aumento do número de Parceiros. É do interesse de todos obter o número de Parceiros, até pela valorização e eficácia da Parceria.

A Assembleia Geral dos Parceiros Locais (AGPL)

Este é o **órgão máximo** de tomada de decisão do GAL ACAPORAMA.

A constituição da AGPL é a seguinte:

- Dois representantes eleitos por cada uma das 16 parcerias locais (sendo um total de 32 representantes).
- Um representante de cada um dos Municípios da Zona de Intervenção do GAL/ACAPORAMA (sendo um total de 3 representantes).
- A ACAPORAMA, que preside na qualidade de entidade gestora, sem direito a voto.
- Um representante de cada um dos parceiros estratégicos, sendo:
 - Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro
 - Associação Madeira Rural
 - APPNE – Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais- Associação sem limites.



De modo a cumprir com o princípio de proporcionalidade, a AGPL só funcionará se estiver salvaguardado que nenhum grupo de interesse diretamente ou indiretamente esteja representado em maioria.

Deverão estar salvaguardados os conflitos de interesses no âmbito do processo de tomada de decisão, sendo necessário que cada um dos membros que procedem à votação entreguem uma declaração escrita de acordo com o Modelo de Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses, presente neste documento.

Regulamento da Assembleia Geral dos Parceiros Locais

REGULAMENTO INTERNO

DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS PARCERIAS LOCAIS

Artigo 1º

Âmbito

1 - O presente regulamento tem por objetivo definir as normas de constituição e de funcionamento da Assembleia Geral das Parcerias Locais abrangidas pela Estratégia Local de Desenvolvimento do Grupo de Ação Local ACAPORAMA – Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da sua candidatura como Grupo de Ação Local a ser financiada no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira 2014/2020 (PRODERAM 2020) – Desenvolvimento local LEADER.

2 – A Assembleia de Parceiros Locais é o Órgão de Representação Participativa, que representa as diversas sensibilidades e dinâmicas nas comunidades locais e dos seus territórios da Zona de Intervenção do Território do GAL/ACAPORAMA. O mesmo assenta na abordagem equilibrada, usando o princípio de representação democrática das Parcerias para o Desenvolvimento Local de cada freguesia constituinte e da representação dos órgãos públicos locais (Municípios).

Artigo 2º

Constituição da Assembleia Geral das Parcerias Locais

1. A constituição da Assembleia Geral das Parcerias deverá fazer-se representar por dois representantes eleitos por cada uma das 16 Parcerias Locais, deverá ainda fazer-se representar

por um representante de cada um dos Municípios da Zona de Intervenção do GAL/ACAPORAMA e a ACAPORAMA, que preside sem direito a voto. Serão ainda ser designados pela ACAPORAMA, representantes de parceiros estratégicos, que pela sua atuação e natureza são fundamentais e de grande importância para o território e para as populações, representando interesses socio económicos sectoriais locais. Estes parceiros estratégicos poderão ser sediados fora da zona de intervenção, desde que representem associados dentro da mesma. De referir ainda, que estes parceiros, por serem estratégicos e com representatividade no território, terão direito a voto.

2. A ACAPORAMA, Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, é designada como entidade gestora (EG), ratificada por todos os seus membros no documento denominado contrato de parceria.

3. A condição de Representante das Parcerias Locais implica o compromisso de aceitar as regras de funcionamento e as decisões tomadas ou a tomar pela maioria dos Membros.

4. Nos casos dos Representantes das Parcerias Locais deverá ser apresentada uma ata de decisão de cada parceria a eleger os representantes.

Artigo 3º

Características fundamentais do Representante das Parcerias Locais

1. Colocar acima de tudo os interesses da comunidade local e fazer representar o ponto de vista comum dos Parceiros que o elegeram.

2. Ser capaz de trabalhar em conjunto com outros Parceiros e/ou Representantes, independentemente das diferentes convicções religiosas e/ou político-partidárias de cada um;

3. Ser capaz de defender os seus legítimos interesses pessoais e familiares ou institucionais, sem esquecer os interesses também, dos outros, individual e coletivamente considerados;

4. Ter capacidade de ultrapassar simpatias ou antipatias pessoais em nome do interesse comum;

5. Ter a ambição de demonstrar aos seus vizinhos e conterrâneos, pelo trabalho realizado, que se é pessoa de bem, sensível aos problemas dos outros e, por isso, merecedora da consideração e do respeito da Comunidade.

Artigo 4º

Objetivos e funções da Assembleia Geral das Parcerias Locais para o Desenvolvimento

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

1. A Assembleia Parcerias Locais para o Desenvolvimento, não substitui nem concorre com as estruturas existentes, nomeadamente: Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Casa do Povo, Associações de Produtores, Coletividades Desportivas, Recreativas, Culturais ou de carácter Religioso.
2. São objetivos estratégicos da Assembleia Geral das Parcerias Locais: juntar vontades, competências, meios e forças locais, para conjuntamente ganhar capacidade de aumentar significativamente a participação das pessoas e das famílias da Freguesia, nos atos de pensar sobre o que é necessário fazer, o que se pode fazer, quais as iniciativas a incentivar, como ligar, como complementar as diferentes iniciativas para que se apoiem mutuamente e daí resulte mais emprego e bem-estar para as pessoas e maior progresso para cada uma das Freguesias.
3. A Parceria para o Desenvolvimento Local agrupa os Parceiros Locais, representantes das diferentes instituições e organizações, sensibilidades e interesses existentes, para que seja possível, entre todos, discutir e chegar a acordo sobre a melhor maneira de resolver os problemas, sejam eles: da saúde, da educação, da agricultura ou do comércio, da habitação ou do desporto, tenham a ver com o interesse coletivo ou individual.
4. A Assembleia Geral das Parcerias Locais também é um instrumento de intermediação e facilitação das tomadas de decisão que competem às estruturas locais da Administração Pública.

Artigo 5º

Forma de Deliberação

1. As deliberações da Assembleia Geral dos Parceiros Locais são tomadas estando presente a maioria dos membros e, acumulativamente, nem as entidades pública, nem nenhum grupo de interesses privados podem representar mais de 49% dos votos, na toma de decisões.

Artigo 6º

Competências da Assembleia Geral das Parcerias Locais

1. Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) com vista a reforçar a capacidade dos agentes locais para desenvolver e executar projetos, incluindo fomentar as suas capacidades de gestão de projetos. Denomina-se de Estratégia Local de Desenvolvimento o conjunto coerente e concertado de atividades, objetivos, metas, procedimento e processos, consubstanciado em um plano delineado e executado de forma participativa e democrática pela comunidade local para orientar as dinâmicas locais de natureza económica, social e cultural com o propósito de fomentar e

promover o desenvolvimento sustentável e integrado dos territórios e respetivo património natural e cultural.

2. Apoiar a entidade gestora, nas diversas iniciativas integradas que impliquem a divulgação e operacionalização da ELD junto da população local, em particular no que se refere ao acompanhamento técnico, avaliação de impacto, apoio na apresentação de candidaturas e pedidos de apoio.

3. Garantir a coerência com a estratégia de desenvolvimento local de base comunitária ao selecionar os projetos, aprovando o critério de prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas das estratégias.

4. Decidir, com base nos pareceres emitidos pela Entidade Gestora e da ETL (Equipa Técnica Local), sobre as operações apresentados às medidas/ações do PRODERAM 2020, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação e de acordo com as orientações técnicas definidas pela autoridade de gestão do PRODERAM 2020;

5. Acompanhar a entidade gestora na gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos colocados à sua disposição, no âmbito da elaboração e execução de Estratégias de Desenvolvimento Local do PRODERAM 2020;

6. No caso dos Municípios, disponibilizar pareceres técnicos em matéria de licenciamento referentes pedidos de apoio, quando solicitado pelo beneficiário, pela ETL e/ou da Entidade Gestora.

7. Aprovar o Manual de procedimentos proposto pela Entidade Gestora, garantindo que o mesmo incorpora as Orientações Técnicas da Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 e do Organismo Pagador;

8. Aprovar os pedidos de apoio e pedidos de reanálise a submeter à Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 no âmbito das medidas de funcionamento, aquisição de competências, animação e cooperação nacional e internacional;

9. Aprovar os relatórios de execução e avaliação da ELD, em particular no que se refere ao cumprimento e avaliação dos objetivos operacionais estabelecidos na ELD.

10. Aprovação da Proposta de Calendarização dos convites à apresentação de propostas ou um procedimento contínuo de apresentação de projetos, incluindo a definição de critérios de seleção específicos.

11. Desenvolver, em conjunto com a Entidade Gestora todos os esforços para que as parcerias sejam mais representativas, equilibradas e participativas, e que permitam a inclusão das mais diferentes sensibilidades locais.

Artigo 7º

Alterações de Composição

1. As alterações à composição deste órgão, posteriores ao reconhecimento como GAL, devem ser comunicadas à autoridade de gestão do PRODERAM 2020, para validação e deve respeitar os princípios de proporcionalidade estabelecido no artigo 5º.

Artigo 8º

Reuniões da Assembleia Geral das Parcerias Locais

1. A Assembleia Geral das Parcerias Locais reunir-se-á as vezes necessárias consoante o número de projetos a apreciar e sempre que as circunstâncias o exijam para o bom funcionamento da Parceria.
2. É emitida uma convocatória com a descrição da ordem de trabalhos, com antecedência mínima de 5 dias úteis. Serão feitas as confirmações de presenças com uma antecedência mínima de 24 horas.
3. A Assembleia Geral das Parcerias Locais só pode funcionar com a composição indicada no artigo 5º.
4. Todas as deliberações das reuniões da Assembleia Geral das Parcerias Locais ficam registadas em ata avulsa. O projeto de ata poderá ser enviado para confirmação por parte dos intervenientes, por correio eletrónico e na ausência de propostas de alteração, considera-se que a mesma foi aprovada.
5. Em caso de ausência de um membro da Assembleia Geral das Parcerias Locais, este poderá enviar um outro elemento representante da parceria local, desde que este seja portador da devida documentação legal para o efeito (credencial e cópia do cartão de cidadão do representante).
6. Os parceiros locais ou representantes de parceiros locais com interesse direto nos projetos, deverão declarar explicitamente em ata os seus interesses nas operações a aprovar, não devendo participar nas decisões que lhe digam diretamente respeito, ausentando-se do local da Assembleia no momento da votação.

Artigo 9º

Obrigações e funções da Entidade Gestora

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

1. A Entidade Gestora é responsável pela gestão funcional de todas as funções delegadas e o cumprimento de todas as responsabilidades financeiras do GAL, atribuídas pela autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 e/ou Organismos Pagador.
2. É da sua responsabilidade a disponibilização de uma estrutura de apoio técnico com capacidade para a implementação da ELD e do acompanhamento administrativo.
3. Elaborar e publicar convites à apresentação de propostas ou um procedimento contínuo de apresentação de projetos, incluindo o cumprimento dos critérios de seleção aprovados pela Assembleia Geral dos Parceiros Locais.
4. Monitorização dos objetivos e metas estabelecidas para os mecanismos de avaliação da ELD, disponibilizando toda a informação estatística relevante.
5. Conceber e implementar os mecanismos de avaliação ou ações específicas de avaliação ligadas a essa estratégia, fazendo uso de prestações de serviços externas que permitam salvaguardar a sua independência.
6. Receber e avaliar os pedidos de apoio, salvaguardando todos os aspetos relacionados com a disponibilização de informação aos parceiros locais, público em geral e aos beneficiários;
7. Decidir e comunicar aos beneficiários todas as decisões referentes a alterações como acompanhamento das operações, desde que não aumentem a dotação pública aprovada ou diminuam o seu contributo para a viabilização da ELD (nesse caso, a deliberação dessas alterações é da competência da Assembleia Geral das Parcerias Locais).
8. Comunicar aos beneficiários todas as deliberações da Assembleia Geral dos Parceiros Locais.
9. Salvaguardar a coerência com a estratégia de desenvolvimento local de base comunitária, estabelecendo prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas das estratégias;
10. Disponibilizar presencialmente, mediante marcação, a todos os membros da Assembleia Geral das Parcerias Locais a informação relevante referente às operações submetidas.
11. Submeter ao Organismo Pagador os pedidos de pagamento, no âmbito das medidas de funcionamento, aquisição de competências, animação e cooperação nacional e internacional;
12. Representar o GAL/ACAPORAMA junto das autoridades nacionais e comunitárias;
13. Gerir toda a informação referente a membros associados a cada parceria local.

14. Gerir a informação disponibilizada pelos representantes das parcerias locais, em particular no que se refere às atividades desenvolvidas.

Declarações de inexistência conflito de interesses

Modelo de Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses

Em cumprimento do estabelecido na ELD e restantes regulamentos do GAL ACAPORAMA, nas disposições relativas à inexistência de incompatibilidades e de impedimentos que garantem a imparcialidade no exercício de funções equiparadas a funções públicas estabelecidas na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e no Código do Procedimento Administrativo (CPA) e na recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de Novembro de 2012 relativa à gestão de conflitos de interesses, é emitida a seguinte declaração:

Eu,..... (nome), a exercer funções de (carreira/categoria), no GAL ACAPORAMA, na qualidade de membro interveniente no procedimento de votação e aprovação referentes à AGPL..... (designação da AGPL),

que:

- a) Não prestei qualquer apoio no âmbito do estudo, preparação ou financiamento das propostas/candidaturas que são submetidas à minha apreciação;
- b) Não intervirei nos processos de análise das propostas/candidaturas e de apreciação das reclamações apresentadas pelos interessados, ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública quando:
 - i. Nele tenha interesse, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa;
 - ii. Por mim ou como representante de outra pessoa, nela tenha interesse o meu cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
 - iii. Por mim ou como representante de outra pessoa, nela tenha interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pelo número anterior;

- iv. Nele tenha participado como perito ou mandatário ou haja dado parecer sobre questão a resolver;
- v. Nele tenha participado como perito ou mandatário o meu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
- vi. Contra mim, meu cônjuge ou parente em linha reta esteja intentada ação judicial proposta por interessado ou respetivo cônjuge;
- vii. Seja apresentada por sociedade em cujo capital detenha, direta ou indiretamente, por mim ou conjuntamente com o meu cônjuge, não separado de pessoas e bens, dos meus ascendentes e descendentes em qualquer grau, dos colaterais até ao 2.º grau e daquele que comigo viva nas condições do artigo 2020.º do Código Civil, uma participação não inferior a 10 %.

Declaro que, quando se verifique causa de impedimento em relação à minha pessoa, comunicarei, imediatamente e por escrito, o facto aos serviços da ACAPORAMA.

Declaro ainda que pedirei dispensa de intervir no procedimento de avaliação das candidaturas/propostas e das reclamações apresentadas pelos interessados quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da minha isenção ou da retidão da minha conduta, designadamente:

- a) Quando, por mim ou como representante de outra pessoa, nele tenha interesse parente ou afim em linha reta ou até ao 3º grau de linha colateral, ou tutelado ou curatelado por mim ou pelo meu cônjuge;
- b) Quando, a minha pessoa ou o meu cônjuge, ou algum parente ou afim na linha reta, for credor ou devedor de pessoa singular ou coletiva com interesse direto no procedimento, ato ou contrato;
- c) Quando tenha havido lugar, por mim, meu cônjuge, parente ou afim na linha reta, ao recebimento de dádivas, antes ou depois de instaurado o procedimento;
- d) Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre a minha pessoa, ou o meu cônjuge e a pessoa com interesse direto no procedimento, ato ou contrato.

Funchal, aos de 201x

(Assinatura)

De forma a clarificar os procedimentos de gestão interna da ACAPORAMA, em particular nos procedimentos e regras gerais, apresentamos o regulamento interno da entidade gestora.

REGULAMENTO DA ACAPORAMA
ASSOCIAÇÃO DE CASAS DO POVO
DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJECTIVOS

Artigo 1º

1. A Associação adota a denominação de “ACAPORAMA- Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira”, com sede provisória nos Serviços de Extensão Rural e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A sede social poderá ser alterada por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 2º

A ACAPORAMA tem por objetivos:

1. A representação de todas as Casas do Povo associadas;
2. Organizar, promover e coordenar ações que venham a ser desencadeadas pelas Casas do Povo associadas;
3. A formação, nesse âmbito organiza, promove e coordena diversas ações e projetos formativos dirigidos aos seus dirigentes, quadros e funcionários contratados. Também poderá promover formações dirigidas as suas associadas.
4. Dirigir a execução de projetos elaborados no âmbito dos objetivos a que se propõem as suas associadas;
5. Administrar fundos que lhe sejam atribuídos ou confiados, com vista a realização dos seus objetivos e dos planos de Ação que pretenda promover, em benefício de populações abrangidas pela Ação das Casas do Povo associadas.

Artigo 3º

No âmbito daqueles objetivos e para além dos atos convenientes ou necessários à prossecução dos seus fins, à “ACAPORAMA” é reconhecido:

- a) O direito de dispor, administrar e onerar o seu património social;
- b) O direito de contrair empréstimos, aceitar donativos ou doações;
- c) O direito de celebrar acordos, protocolos ou contratos com entidades públicas e privadas, nomeadamente ao abrigo da Lei do mecenato e promover outras iniciativas com vista à realização e financiamento das atividades que se propõe desenvolver;
- d) O direito de prestar serviços de formação e consultoria na sua sede, na sede das associadas ou em quaisquer outros locais que ACAPORAMA ou as suas associadas determinem.
- e) O direito de organizar, promover ou apoiar, conjunta ou concertadamente com Associações congéneres, nacionais ou estrangeiras, ações cujos fins se identifiquem com os desta Associação;
- f) O direito de prestar serviços de especial relevância para a comunidade, na perspetiva de valorização das suas vertentes humanas, culturais e sociais;
- g) O direito de candidatar-se a programas de apoios que contribuam para o desenvolvimento dos objetivos a que se propõe.

CAPITULO II

DOS SÓCIOS

Artigo 4º

A “ACAPORAMA” tem três categorias de sócios:

a) São sócios efetivos as Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, regularmente constituídas e inscritas na “ACAPORAMA”, que estejam no pleno gozo dos seus direitos sociais, as quais serão representadas pelos Presidente da Direção ou, no seu entendimento, por qualquer membro que seja previamente indicado;

b) São sócios honorários as pessoas singulares ou coletivas que, tendo prestado relevantes serviços à Associação “ACAPORAMA”-forem como tal distinguidas e admitidas pela Assembleia Geral por proposta da Direção ou de qualquer associado;

c) São sócios beneméritos as pessoas singulares ou coletivas que voluntariamente contribuam com dotações ou donativos de natureza diversa, e como tal sejam admitidos e reconhecidos pela Assembleia Geral.

Artigo 5º

Direitos e deveres dos associados

1. São direitos dos associados:

a) Eleger os corpos sociais e para eles ser eleitos;

b) Colaborar, participar e beneficiar das ações empreendidas pela “ACAPORAMA”, na prossecução dos seus princípio e objetivos;

c) Participar nas Assembleias Gerais;

d) Requerer a convocação da Assembleia Geral, de acordo com o estipulado nos presentes estatutos;

e) Apresentar propostas à Direção, relativamente a assuntos que interessem à “ACAPORAMA”;

f) Examinar na sede da Associação, nos dez dias que antecedem a reunião ordinária da Assembleia Geral, as contas da Gerência e respetivos documentos;

Propor a nomeação de sócios honorários e beneméritos.

2. São deveres dos associados:

a) Cumprir as disposições dos Estatutos e Regulamento, bem como as deliberações da Assembleia Geral e dos restantes órgãos da “ACAPOORAMA”;

b) Contribuir para o regular funcionamento da Associação, designadamente apoiando as suas atividades e realizando o pagamento pontual das suas quotas;

c) Exercer com empenho os cargos sociais para que foram eleitos;

d) Fazerem-se representar nas Assembleias Gerais.

CAPITULO III

DOS ORGÃOS SOCIAIS

Artigo 6º

1. São órgãos da Associação, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.
2. O mandato dos membros que integrem os órgãos sociais terá a duração de três anos.
3. O desempenho de funções é, em princípio gratuito, podendo no entanto os titulares dos vários órgãos serem ressarcidos dos encargos necessários para o cabal desempenho das suas funções.
4. É possível a reeleição para os cargos sociais.
5. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o Presidente direito ao voto de desempate, para além do seu.

Artigo 7º

ASSEMBLEIA GERAL

1. A Assembleia Geral é constituída por um representante de cada uma dos sócios coletivos, podendo todos os membros da Direção das Casas do Povo associadas, participar nas Assembleias Gerais, com direito de intervenção, mas sem direito de voto.
2. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um secretário.

Artigo 8º

Competências

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir os titulares dos órgãos sociais da “ACAPORAMA”;
- b) Apreciar e votar o orçamento, programa e plano de atividades, o relatório e contas de gerência;
- c) Aprovar, alterar e reformular os estatutos e o regulamento interno da “ACAPORAMA”;
- d) A extinção da Associação;
- e) A admissão e exclusão de sócios, bem como a declaração de sócios honorários ou beneméritos;
- f) Deliberar sobre as aquisições e alienações, a qualquer título, de bens imóveis, bem como a cedência do seu uso e oneração; e
- g) Todas as demais questões que, nos termos legais, estatutários e regulamentares lhe incumbam ou a ela sejam admitidas.

Artigo 9º

Reuniões

1. A Assembleia Geral reunirá, ordinariamente, de seis em seis meses e extraordinariamente, a pedido da Direção ou de, pelo menos, dez associados.
2. O pedido e o requerimento previstos no número anterior, serão dirigidos ao Presidente da Assembleia Geral, que a convocará no prazo de oito dias a contar da data da sua receção.

Artigo 10º

Forma de convocação

A Assembleia Geral é convocada por meio de carta, registada com aviso de receção, enviada a cada associado, podendo a convocatória ser publicada nos dois jornais de maior divulgação na Região, com a antecedência mínima de oito dias, na qual serão indicados o dia, a hora e o local da reunião, bem como a respetiva ordem de trabalhos.

Artigo 11º

Funcionamento

1. A Assembleia não podendo delibera, em primeira convocação, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados.
2. Passada meia hora, a Assembleia deliberará, em segunda convocação, com quaisquer números de associados presentes.
3. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.
4. As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes.

5. A deliberação sobre a dissolução da “ACAPORAMA” requer o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

Artigo 12º

Reuniões

A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária, durante o mês de Dezembro, para apreciação e votação do plano de atividades para o ano seguinte, e até o mês de Abril, para apreciação e votação do relatório e contas do ano anterior.

Artigo 13ª

DIRECÇÃO

1. A Direção é o órgão administrativo, executivo e representativo da “ACAPORAMA”.
2. A Direção, constituída por cinco membros, cada um deles, representantes de Casas do Povo associadas, compõe-se de:
 - a) Presidente
 - b) Vice-Presidente
 - c) Secretário
 - d) Tesoureiro
 - e) Vogal
3. Poderão participar nas reuniões da Direção, sem direito a voto, quando convocadas, outras pessoas cuja presença seja julgada necessária, designadamente os Presidentes da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal.
4. Apenas as pessoas indicadas como representantes das Casas do Povo associadas podem ser eleitas para os órgãos sociais.

Artigo 14º

Competências

Compete à Direção:

- a) Representar a “ACAPORAMA” em juízo e fora dele;
- b) Cumprir e fazer cumprir os estatutos e o regulamento da Associação, bem como as deliberações da Assembleia Geral que se mostrem conformes os seus princípios e objetivos;
- c) Definir, dirigir, coordenar e implantar o plano de atividades da Associação;
- d) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Plano de atividades, o relatório e as contas;
- e) Aceitar subsídios, doações, heranças e legados;

- f) Preparar candidaturas a programas aplicáveis às associadas;
- g) Praticar atos conducentes à realização dos fins a que se propõe a “ACAPORAMA”,
- h) Exercer as competências que a Assembleia Geral nela delegar; e
- i) Admitir pessoal que se mostre necessário para desenvolver as atividades a que a Associação se propõe e exercer o poder disciplinar.

Artigo 15º

Reuniões

A Direção reunirá, ordinariamente, de dois em dois meses e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou da maioria dos seus membros.

Artigo 16º

A Direção só pode deliberar validamente se estiver presente a maioria dos seus membros.

Artigo 17º

1. A “ACAPORAMA” fica obrigada com a assinatura de dois dos membros da direção, sendo que uma delas terá de ser a do Presidente ou do Vice-Presidente.
2. Para atos de mero expediente, bastará a assinatura de qualquer um dos membros da Direção.

Artigo 18º

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto de três elementos, sendo um o Presidente e dois Vogais.

Artigo 19º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar, sempre que o julgar conveniente, a escrita e demais documentação da “ACAPORAMA”,
- b) Emitir parecer sobre o relatório e contas de exercício, bem como pronunciar-se sobre o orçamento e o plano de atividades para o ano seguinte;

- c) Apreciar qualquer outro assunto sobre o qual lhe seja pedido parecer.

Artigo 20º

Reuniões

O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada semestre e, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou a pedido dos Vogais.

CAPITULO IV

ELEIÇÕES

Artigo 21º

1. São eleitos pela Assembleia, convocada expressamente para o efeito, Todos os membros dos órgãos sociais, em listas completas para cada um dos órgãos, onde figurarão dois suplentes para cada órgão.
2. A Assembleia para a eleição terá lugar durante o último trimestre anterior ao fim do mandato.
3. Só poderão ser submetidas a sufrágio as listas apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até trinta dias antes da data marcada para as eleições.
4. As listas serão subscritas por um mínimo de cinco associadas, no pleno gozo dos seus direitos.
5. Incube ao Presidente da Assembleia, através da Direção, promover que as listas apresentadas sejam, nas quarenta e oito horas seguintes, remetidas a todas as associadas.
6. Se não for apresentada qualquer lista, a Direção cessante deverá apresentar uma, com dispensa do prazo estabelecido no 3º deste artigo.
7. A eleição far-se-á, sem debate prévio, por escrutínio secreto, considerando-se eleita a lista que obtenha maior número de votos.

§ ÚNICO- Em caso de empate, o Presidente da Assembleia Geral exercerá o voto de qualidade.

Artigo 22º

1. A vacatura de um lugar eleito dá-se:
 - a) Por demissão expressa do próprio;
 - b) Por demissão da Assembleia Geral;
 - c) Por não cumprimento das suas funções.
2. No caso de vacatura de lugares eleitos, o órgão fará o seu próprio reajustamento, admitindo os suplentes necessários pela ordem constante da lista.
3. A demissão da maioria dos elementos de um órgão, após o reajustamento referido no artigo anterior, implicará a demissão do respetivo órgão e proceder-se-á a nova eleição desse órgão, para completar o mandato.

CAPITULO V

REGIME FINANCEIRO

Artigo 23º

Receitas

As receitas da “ACAPORAMA” provêm de:

- a) Quotas pagas pelas Casas do Povo associadas, num montante a definir pela Assembleia Geral, o qual será revisto a requerimento da Direção.
- b) Dotações do Governo Regional, de Autarquias Locais e outros organismos e Entidades.
- c) Importâncias recebidas ao abrigo de acordos celebrados com entidades públicas ou privadas.
- d) Rendimentos de bens próprios e de serviços.
- e) Donativos e legados.
- f) Juros de fundos capitalizados.
- g) Outras receitas.

Artigo 24º

Despesas

As despesas da “ACAPORAMA” são as que provêm do desempenho das suas funções, em conformidade com a lei, os estatutos e o regulamento.

Procedimentos de gestão financeira e administrativa corrente no âmbito do PRODERAM 2020.

Disposições Administrativas Específicas do PRODERAM 2020 da Entidade Gestora:

No âmbito do PRODERAM 2020, ACAPORAMA é responsável por:

1. Disponibilizar uma equipa técnica local com competências e formação específicas nas áreas a desenvolver, implementando e evidenciando a segregação de funções nas tarefas desempenhadas, através da identificação das áreas funcionais constituídas e dos recursos afetos. Sendo essa equipa previamente aprovada pela Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020.
2. Implementar procedimentos adequados e eficazes nas diferentes áreas de atuação, estando os referidos procedimentos explanados num “manual de procedimentos internos” para a receção de pedidos de apoio e referidas adaptações, pedidos de pagamento e mecanismos de controlo e acompanhamento de operações concluídas. O referido manual será aprovado em AGPL.
3. Implementar e assegurar a segurança de todos os procedimentos e ferramentas informáticas de gestão da informação remetida pelas parcerias locais e pelos beneficiários, salvaguardando os regulamentos nacionais e comunitários em termos de proteção de dados.
4. Assegurar a organização do processo de validação dos documentos de suporte à tomada de decisões.
5. Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da ELD.
6. Cumprir com as recomendações relativas à garantia da participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da ELD definida e, se necessário, proceder a alterações na ELD, de forma a alcançar os objetivos propostos.
7. Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias.

Relatórios e Planos de Atividade:

Os relatórios de atividades e relatórios de contas referentes às iniciativas da Execução da ELD serão aprovadas em AGPL com periodicidade anual:

1. O Plano e Orçamento será aprovado no mês de dezembro do ano anterior e o Relatório de atividades será aprovado até o final do mês de março do ano seguinte, sendo remetida uma cópia para a autoridade de gestão e entidade pagadora.
2. A exceção a essa regra será o primeiro ano de execução efetiva do programa em que a apresentação do orçamento anual e plano e orçamento do primeiro ano serão aprovados até o final do 2º trimestre do referido ano.

De forma a promover a transparência de toda a gestão será solicitado no parecer do conselho fiscal da ACAPORAMA (de acordo com o previsto no regulamento interno da ACAPORAMA), uma referência clara aos custos e iniciativas do GAL ACAPORAMA, no que concerne as atividades previstas, o seu grau de realização e contributo direto para os objetivos previstos na ELD, sendo esse parecer obrigatoriamente apresentado na AGPL de apresentação de contas do GAL ACAPORAMA.

A Equipa Técnica Local (ETL):

A ETL é a equipa técnica de apoio ao órgão de gestão do GAL, gerida por um coordenador, devendo a sua composição ser multidisciplinar, com dominância de formação nas áreas relacionadas com as linhas prioritárias da ELD.

A ETL tem as seguintes competências:

1. Assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da ELD e preparar os relatórios de execução.
2. Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas e ações, bem como sobre a execução da ELD, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional.
3. Análise dos pedidos de pagamento em função da verificação da elegibilidade e regularidade das despesas, dos controlos administrativos adequados, em conformidade com a legislação comunitária e nacional aplicável, e de acordo com o definido no contrato de atribuição de ajudas;
4. Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e os critérios de seleção definidos para cada concurso.

5. Elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso referentes às medidas M19.2 definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da ELD, e submetê-las à aprovação da AGPL.

Identificação da Equipa Técnica:

Técnico analista – Nuno Filipe Roque de Freitas

Técnico analista – Carla Daniela Gois Caldeira de Abreu

Coordenador da ETL – João Luís de Freitas Madruga

Competências do Coordenador:

- a) Participar nas AGPL;
- b) Garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão na sua componente técnica e operacional, a gestão da equipa de forma eficaz e eficiente, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas AGPL;
- c) Garantir cumprimento de todos os procedimentos técnico e administrativos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo dos pedidos de apoio;
- d) Assegurar o princípio da segregação de funções;
- e) Dar o parecer intermédio referente aos pareceres técnicos submetidos e respetiva apresentação à AGPL;

O princípio da segregação de funções será devidamente assegurado na medida em que haverá a separação entre a análise dos pedidos de apoio e o respetivo acompanhamento e controlo. Assim, o técnico responsável pela análise de um pedido de apoio não procederá à análise do pedido de pagamento, acompanhamento e controlo, ficando essa função atribuída a outro técnico da ETL.

Atribuições e componentes funcionais da ETL:

A ETL tem como principais atribuições e componentes funcionais as seguintes:

Componente Administrativa e Financeira:

- a) Tratamento dos dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações, atualizando os dados da ELD
- b) Enviar os dados estatísticos da ELD, numa periodicidade trimestral para a Entidade Gestora a fim de este órgão ter informação atualizada sobre a execução da ELD e, se for caso disso, convocar uma Assembleia de parceiros/Assembleia de Geral para análise e discussão do estado de implementação e execução da ELD e/ou deliberação de eventuais pedidos de alterações substanciais a operar na programação física e financeira da ELD ou mesmo a operar na própria ELD definida.

Componente de Análise de Projetos da ETL:

- a) Emitir os pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados no âmbito das ações das medidas M19.2, devendo para o efeito verificar o seguinte:
 - 1. A elegibilidade da operação para a qual foi apresentado o pedido de apoio;
 - 2. O respeito dos pedidos de apoio pelos critérios de seleção definidos pelo órgão de gestão e aprovados pela AG para cada concurso;
 - 3. A conformidade da operação para a qual foi apresentado o pedido de apoio com as normas e regras nacionais e comunitárias que lhe digam respeito;
 - 4. O carácter razoável dos custos apresentados (devendo os respetivos custos ser avaliados através de um sistema de avaliação adequado, tais como custos de referência, comparação de diferentes propostas ou um comité de avaliação);
 - 5. A fiabilidade do candidato ao pedido de apoio, por referência a quaisquer operações cofinanciadas anteriores realizadas desde 2000.
- b) Proceder à hierarquização dos pedidos de apoio, com base nas valias globais de operação.

Componente de Acompanhamento e Controlo de Projetos da ETL:

- a) Proceder à recolha dos dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações apoiadas no âmbito das ações das medidas M19.2., bem como relativos à execução de outras operações apoiadas no âmbito de outras medidas do PRODERAM 2020 e restantes instrumentos de política incidentes no território de intervenção;
- b) Proceder a pelo menos uma visita a cada local de operação objeto de apoio ao investimento, a fim de verificar a realização do mesmo;
- c) Verificar para cada pedido de pagamento no âmbito das medidas M19.2.
 - 1. A receção, por parte do beneficiário dos pedidos de apoio, dos produtos e serviços cofinanciados;
 - 2. A realidade e veracidade das despesas declaradas;
 - 3. A elegibilidade dos documentos justificativos da despesa declarada;
 - 4. Quando a operação for dada como concluída, que o foi cumprindo com os termos e objetivos para o qual o pedido de apoio tinha sido apresentado e concedido.
 - 5. Área de animação e divulgação:
 - a) Criar dispositivos de informação da população local com ações de abrangência territorial;
 - b) Criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da ELD;
 - c) Promover a aplicação e articulação coerente dos instrumentos de política incidentes no território;
 - d) Promover o encontro e o diálogo entre as pessoas, a aproximação entre os sectores, o intercâmbio do saber e a complementaridade entre as competências.
 - e) Promover os recursos endógenos do Território de Intervenção

Componente da cooperação:

Estabelecer contactos com outros GAL outros grupos locais ativos no desenvolvimento rural no sentido de desenvolver ações comuns para:

- a) Promover a qualificação dos territórios rurais;

- b) Viabilizar a abertura de novas oportunidades de mercado e desenvolvimento do tecido económico e social;
- c) Reunir massa crítica ou mobilizar recursos para a transferência de conhecimentos e resolução de problemáticas locais de importância regional, nacional ou transnacional;
- d) Promover redes regionais, nacionais ou transnacionais de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento do território
- e) Gerar valor acrescentado e potenciar a complementaridade entre ações da ELD;

Procedimentos para marcações e gestão de informação AGPL:

A Assembleia Geral das Parcerias Locais reunir-se-á as vezes necessárias consoante o número de projetos a apreciar e sempre que as circunstâncias o exijam para o bom funcionamento da Parceria.

É emitida uma convocatória com a descrição da ordem de trabalhos, com antecedência mínima de 5 dias úteis. Serão feitas as confirmações de presenças com uma antecedência mínima de 24 horas.

A Assembleia Geral das Parcerias Locais só pode funcionar com a composição indicada no artigo 5º do regulamento da AGPL, em que **nenhum grupo de interesses tenham mais de 49% dos votos.**

Toda a informação sobre os representantes das parcerias presentes na AGPL é gerida pela ETL, sendo solicitados todos os elementos identificativos necessários:

- Aos Representantes das Entidades:
 - Documento indicativo de quem representa a entidade (credencial, indicação por email, fax, ofício).
 - Cartão de cidadão (dentro de validade) ou BI + cartão de contribuinte.
- Dados das Entidades coletivas:
 - Estatutos publicados/regulamento interno
 - Cópia dos documentos de identificação dos representantes atuais (sócios ou elementos da direção)
 - Cópia de certidão permanente (no caso de empresas), ata de tomadas de posse referente aos órgãos sociais atuais, ou ata de instalação (no caso de entidade publicas locais).

Será solicitado também os contactos atualizados de cada um dos intervenientes na AGPL (telemóvel, email, entre outros).

Todas as deliberações das reuniões da Assembleia Geral das Parcerias Locais ficam registadas em ata avulsa. O projeto de ata poderá ser enviado para confirmação por parte dos intervenientes, por correio eletrónico e na ausência de propostas de alteração, considera-se que a mesma foi aprovada.

Em caso de ausência de um membro da Assembleia Geral das Parcerias Locais, este poderá enviar um outro elemento representante da parceria local, desde que este seja portador da devida documentação legal para o efeito (credencial e cópia do cartão de cidadão do representante).

Os parceiros locais ou representantes de parceiros locais com interesse direto nos projetos, deverão declarar explicitamente em ata os seus interesses nas operações a aprovar, não devendo participar nas decisões que lhe digam diretamente respeito, ausentando-se do local da Assembleia no momento da votação. De forma a salvaguardar esse critério, será solicitado a todos os intervenientes que assinem uma declaração de inexistência de conflito de interesses.

Abertura de Candidaturas:

Todos os procedimentos de abertura de pedidos de apoio às medidas M19.2 estarão sujeitas ou a um período de abertura contínua ou serão apresentados avisos de abertura de período de receção de pedidos de apoio.

A AGPL é o órgão competente para a aprovação interna do agendamento dos períodos de candidatura, podendo os referidos avisos podem ser alterados pela entidade gestora ACAPORAMA, de forma a prolongar a data de fim, quando devidamente justificado.

É elaborada pela ETL uma proposta de aviso de abertura de concurso da qual constarão os seguintes elementos:

1. Objetivos e prioridades visadas
2. Tipologia de Operações a apoiar
3. Entidades Beneficiárias (condições de acesso dos beneficiários)
4. Área geográfica elegível

5. Prazo para apresentação dos pedidos de apoio
6. Dotação orçamental
7. Número máximo de pedidos de apoio por beneficiário
8. Despesas Elegíveis e Não Elegíveis
9. Data de início de elegibilidade das despesas
10. Metodologia de apuramento da Valia Global da Operação (V.G.O)
11. Valia Global mínima ou outros critérios de seleção
12. Forma, nível e limite dos apoios
13. Forma de apresentação dos Pedidos de Apoio
14. Meios de divulgação e informação complementar

Análise e submissão dos Avisos de Candidatura de Concurso

A proposta do Aviso de Abertura é decidida em reunião da AGPL, sendo posteriormente comunicada e, se necessário, aprovada pela Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020, no caso de ser necessário proceder à avaliação prévia do cabimento orçamental.

Divulgação dos Avisos de Abertura de Concurso

Após a decisão de abertura do concurso pela AGPL ou decisão final da Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020, procede-se à publicitação em tempo útil no *site* da ACAPORAMA, de acordo com o previsto nas portarias regulamentadoras. Segue-se também um período de divulgação e esclarecimento junto dos potenciais beneficiários.

Receção e Análise de Pedidos de Apoio

Será criado um manual de procedimento detalhado e atualizado da Equipa Técnica do GAL que explicita todos os procedimentos de receção e análise de pedidos de apoio ao PRODERAM

2020 aquando da disponibilização dos procedimentos e ferramentas técnicas e as orientações específicas por parte da Autoridade de Gestão e do Organismo Pagador, que será depois submetido à aprovação da AGPL. No entanto, serão seguidos os seguintes passos:

1. Analisar em que medida a operação contribui para a estratégia local.
2. Aplicar critérios normalizados aquando a apresentação de aviso de apresentação de pedidos de apoio (por exemplo criação de emprego, emprego de mulheres, pessoas com necessidades especiais, utilização de recursos locais, outros efeitos multiplicadores) de forma a contribuir diretamente para a implementação da ELD.
3. Assegurar que o projeto é viável em termos técnicos (se os pressupostos apresentados no pedido de apoio são realistas, ou seja: existe mercado, tecnologia, viabilidade operacional e financeira).
4. Verificar as questões relacionadas com os pesos mortos (será o projeto realizado da mesma forma sem o apoio) e se o investimento não irá criar problemas de sustentabilidade a outras empresas locais.
5. Verificar se o proponente tem capacidade para realizar o investimento.
6. Assegura que o projeto tem todas as condições para a obtenção de licenças e autorizações necessárias.
7. A verificação prévia da elegibilidade do proponente e da operação antes de transmitir o processo à AG.

Apresentamos, de seguida, alguns dos procedimentos aplicados no quadro 2007-2013, atendendo a que existem adaptações que terão de ser aplicadas relacionadas com a implementação provável de uma plataforma de submissão/sistema de informação dedicada à submissão dos pedidos de apoio e eventuais alterações no tipo de tarefas delegadas atribuídas ao GAL.

1. Receção e Registo do Pedido de Apoio.

De acordo com o estabelecido no Aviso de Abertura os promotores submetem os seus Pedidos de Apoio com recurso ao formulário previamente disponível em formato digital na plataforma, que deve ser preenchido e submetido juntamente com os restantes documentos do PA, até as 17:30 horas do último dia estabelecido como fim do prazo de entrega de pedidos de apoio.

2. Validação dos dados submetidos.

A validação dos dados constantes do PA é realizada do seguinte modo:

1. Primeira Validação do Pedido de Apoio

- a. A primeira validação ocorre quando o promotor entrega o PA, ficando o técnico que receciona responsável pela verificação do preenchimento de todos os campos constantes no formulário, sendo entregue ao promotor a Declaração de Receção do PA, a qual indica o nome do promotor, o nome do projeto, a data de receção e o número provisório atribuído ao PA.

2. Verificação dos dados no SIIFAP do beneficiário:

- a. Verificação dos elementos identificativos do promotor e confrontar com a informação disponível no ponto de menu identificação do beneficiário (IB) na área restrita do SIIFAP.
 - i. Se estiver desatualizado, pedir ao beneficiário para atualizar os dados, ou proceder a uma nova versão do IB.
 - ii. Se não tiver NIFAP e conseqüentemente registo no SIIFAP, proceder à criação do IB do beneficiário de acordo com as normas e procedimentos estabelecido para o efeito.

3. Registo do PA no SIIFAP no ponto de menu pedidos de apoio, e a consequente atribuição do nº de operação do pedido de apoio.

4. Distribuição dos PA

- a. Após a primeira validação de cada PA, o Coordenador encaminha-o para um dos técnicos analistas (garantindo o princípio da segregação de funções), o qual ficará responsável pela segunda validação do PA, pelo processo de análise e elaboração de parecer.
- b. A segunda validação dos PA é realizada do seguinte modo:
 - i. Controlo dos documentos em falta, verificando-se também se o PA tem elementos suficientes para análise.
 - ii. Envio ao promotor, no prazo máximo de 20 dias úteis, contados da data de final do concurso, de uma notificação (via correio eletrónico ou fax) indicando o código do PA e quais os elementos em falta no mesmo, sendo dado um prazo máximo de 10 dias úteis para o beneficiário responder, após os quais o PA será anulado, caso não haja qualquer resposta.
 - iii. Caso o beneficiário entregue apenas parte dos documentos solicitados, é enviado, no prazo máximo de 5 dias úteis, contados da data de receção da resposta do beneficiário à primeira solicitação de elementos, uma notificação (via correio eletrónico ou fax) indicando quais os elementos ainda em falta no PA, sendo dado um prazo máximo de 10 dias úteis para resposta. Caso o PA não contenha elementos suficientes

para ser realizada a sua análise e classificação ou caso o promotor não dê qualquer resposta o PA será anulado.

- c. Substituição do Pedido de Apoio
 - i. O promotor pode apresentar um PA de substituição até ao encerramento do período de candidaturas em causa. O técnico analista procede ao registo do referido pedido de substituição de PA.
 - ii. Neste caso será enviada uma notificação ao promotor dar conta dos elementos alterados no pedido de apoio, e, se necessário a atribuição de novo número de operação.
- d. Desistência do Pedido de Apoio
 - i. O promotor que pretenda desistir deve apresentar um pedido de desistência através de fax, ofício ou mensagem de correio eletrónico. O técnico analista procede ao registo do referido pedido de desistência de PA no SIIFAP.

5. Estrutura da numeração dos Pedidos de Apoio

- a. Número provisório
 - i. Ao ser recebido o PA será atribuído um número provisório sequencial por ordem de entrada/registo para ser inserido na Declaração de Receção do PA.
- b. Número definitivo
 - i. Ao PA submetido será atribuído um número composto por 12 algarismos, aquando da sua introdução no SIIFAP, sendo esse o n.º que será usado sempre em qualquer situação.
 - ii. O n.º definitivo tem a seguinte estrutura 030000000xxxxxx, sendo que 03 corresponde à codificação do PRODERAM, e xxxxxx a numeração sequencial do PA.

6. ANÁLISE DOS PEDIDOS DE APOIO.

- a. A análise dos PA obedece a um modelo, elaborado pela ETL e aprovado pelo AGPL o qual se interliga com o respetivo formulário do PA. No Modelo de Análise é observado o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - i. Critérios de elegibilidade do beneficiário
 - 1. O analista procede à verificação dos critérios estabelecidos no Regulamento de Aplicação Especifico.
 - ii. Critérios de elegibilidade da operação
 - 1. O analista procede à verificação dos critérios estabelecidos no Regulamento de Aplicação Especifico aplicável à Ação
 - iii. Elegibilidade das despesas e razoabilidade dos custos

1. O analista verifica, quer a elegibilidade das despesas, quer a razoabilidade dos custos relativos às operações, comparando-os com os valores constantes das tabelas de referência, ou orçamentos, ou pela análise de uma comissão de avaliação, se aplicável.
- iv. Emissão de Parecer
 1. Os PA serão objeto de uma avaliação de mérito em função da aplicação dos critérios de seleção a uma metodologia de cálculo e ponderação (Valia Global da Operação), a serem estabelecidos, em sede de aviso de abertura de concurso aprovado em AGPL, com o objetivo da sua hierarquização.
 2. Durante o procedimento de análise, o técnico analista realizará uma visita ao local, solicitar esclarecimentos/elementos adicionais ao promotor ou propor alterações. Após ter procedido ao preenchimento do Modelo de Análise e verificado os requisitos mencionados, o analista emite parecer no mesmo Modelo. O parecer pode ser favorável ou desfavorável e é fundamentado em observância aos critérios referidos.
- b. Compete ao Coordenador a validação do parecer emitido, sendo que se o mesmo for devolvido para reapreciação, o Coordenador identificará os aspetos e as razões que fundamentaram esta necessidade. O analista procederá à verificação destes aspetos e emitirá novo parecer.
- c. Após a aprovação pelo Coordenador, da totalidade dos pareceres, a ETL elabora uma listagem dos PA a concurso, da qual consta a lista dos PA com parecer desfavorável e a lista resultante da hierarquização dos PA com parecer favorável, por ordem decrescente da Valia, contendo a sua identificação, a respetiva pontuação, o investimento total, a despesa elegível e o apoio com a seguinte desagregação:
 - i. PA com parecer positivo, com dotação orçamental;
 - ii. PA com parecer positivo, com dotação orçamental e com proposta de redução do investimento elegível;
 - iii. PA com parecer positivo sem dotação orçamental;
 - iv. PA com parecer desfavorável
 - v. Grau de utilização do orçamento do concurso ou do período de candidatura e contributo para os indicadores de resultados previstos na ELD.

7. Audiências Prévias

- a. Após a análise a ETL prepara o processo de audiência prévia aos promotores dos PA com parecer desfavorável e dos PA com proposta de redução do investimento elegível.
- b. As propostas de decisão são comunicadas, por carta registada, dando um prazo de 10 dias úteis para apresentação de contraditório.
- c. No caso de ausência de resposta por parte do promotor assume-se que este aceita a proposta de decisão.
- d. As respostas dos promotores à audiência prévia são analisadas pela ETL, competindo à Entidade Gestora, ou em quem for delegado pela mesma, decidir relativamente às respostas apresentadas pelos proponentes.

8. Relatório de análise dos Pedidos de Apoio

- a. Terminado o processo de audiência prévia a ETL elabora um relatório sobre o concurso, do qual consta a lista dos PA analisados, com a seguinte desagregação:
 - i. Os que reúnem condições de aprovação;
 - ii. Os que transitam para o concurso seguinte por não terem dotação orçamental;
 - iii. Os pedidos de reanálise que aumenta a despesa pública com cabimento orçamental.
 - iv. Os pedido de apoio que obtiveram parecer desfavorável.
- b. O prazo máximo para a emissão deste relatório é de 90 dias úteis a contar da data final da apresentação de pedidos de apoio.

9. Aprovação em AGPL.

- i. Os procedimentos da AGPL encontra-se descritos no seu regulamento.**
- ii. A AGPL, procede à decisão sobre os pedidos de apoio apresentados, sendo elaborada uma minuta de ata da qual consta a lista com a proposta de decisão relativa a cada PA.
- iii. Na ata, os PA, devidamente identificados pelo seu nome e promotor, serão hierarquizados por ordem decrescente de valia, com indicação do investimento total, despesa elegível e apoio, poderão ter uma das seguintes propostas de decisão:
 1. PA selecionado com dotação orçamental e sem condicionantes;
 2. PA selecionado com dotação orçamental e com condicionantes;
 3. PA selecionado sem dotação orçamental e sem condicionantes;
 4. PA selecionado sem dotação orçamental e com condicionantes;
 5. Reanálise de PA selecionado sem dotação orçamental e sem condicionantes;

6. Reanálise de PA selecionado sem dotação orçamental e com condicionantes;
7. PA indeferido.

10. Inserção no sistema de controlo do auxílio minimis.

- a. A ETL comunica, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao secretariado técnico da Autoridade de Gestão PRODERAM 2020 (STAG), o resultado do concurso, para confirmação da dotação orçamental e confirmação do resultado da inserção no sistema de verificação do auxílio minimis.
- b. 2. O STAG comunica à ETL o resultado da confirmação da dotação orçamental e da inserção no sistema de verificação do auxílio minimis solicitando que o mesmo notifique os promotores com quem vão ser celebrados contratos de financiamento, para procederem ao envio dos documentos que permitam verificar o cumprimento das condicionantes pré-contratuais, no prazo máximo de 10 dias úteis.
 - i. Se o resultado da inserção do auxílio minimis for negativo, o mesmo é comunicado ao beneficiário, procedendo à readaptação do pedido de apoio de forma a estar condicionado ao limite de dotação financeira imposto.
- c. Após comunicação do STAG da confirmação da dotação, o GAL comunica aos promotores a decisão relativa ao (s) respetivo (s) PA.

11. Pré-contratação

- a. Instrução do processo de contratação
 - i. A ETL na notificação da decisão aos beneficiários com PA aprovados comunica a necessidade de procederem ao envio, no prazo de 10 dias úteis, dos documentos que permitam verificar o cumprimento das condicionantes pré-contratuais, caso existam.
 - ii. A ETL receciona e analisa a informação enviada pelo promotor arquivando os documentos no *dossier* específico.
 - iii. O promotor que não envie os documentos acima referidos no prazo estabelecido, sem apresentar justificação, é notificado pela ETL da ineficácia da decisão de aprovação do PA, por incumprimento das condicionantes pré-contratuais.
 - iv. Caso o promotor apresente razões para o não envio, as mesmas serão objeto de apreciação pela ETL, que emite parecer sobre a justificação apresentada e remete para decisão da Entidade Gestora ACAPORAMA, no prazo de 10 dias úteis.

- v. O Coordenador tem um prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data do parecer da ETL, para decidir sobre a justificação apresentada. Em caso de dúvida, pode o Coordenador remeter para AGPL em termo de aceitação da justificação apresentada.
- vi. Após decisão do coordenador, a ETL notifica, no prazo de 5 dias úteis, os promotores da aceitação ou recusa da justificação, com base na decisão emitida pela Entidade Gestora.
- vii. Em caso de recusa da justificação a notificação deve incluir a consequência legal de ineficácia da decisão de aprovação do PA, por incumprimento das condicionantes pré-contratuais.

12. Transição de Pedidos de apoio.

- a. Os pedidos de apoio que tenham sido objeto de parecer favorável e que não tenham sido aprovados por insuficiência orçamental transitam automaticamente para o concurso subsequente, sendo definitivamente recusados caso não obtenham aprovação nesse concurso.

13. Gestão e controlo de garantias

- a. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

14. Receção de pedidos de pagamento

- a. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

15. Análise e Validação de Pedidos de Pagamento

- a. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

16. Verificação Física no Local das Operações

- a. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

17. Alteração, Extinção, Prorrogação, transmissão, redução e exclusão dos pedidos de apoio.

- a. Definições
 - i. «Alteração» – Situação que decorre do deferimento de um pedido do beneficiário para alterar as condições de execução do projeto contratado, e que pode consubstanciar, entre outras, as figuras de prorrogação de prazo, transmissão e redução de apoios.
 - ii. «Prorrogação do prazo» – Situação que decorre do deferimento de um pedido do beneficiário, para dilatar o prazo previsto para a execução do projeto.

- iii. «Transmissão» – Situação que decorre do deferimento de um pedido do beneficiário para modificação do titular do projeto.
- iv. «Redução» – Diminuição do apoio concedido, resultante de um pedido do beneficiário ou de ações de acompanhamento e ou controlo.
- v. «Extinção» – Termo dos compromissos do promotor com a operação, não só com a sua regularidade por execução do projeto e cumprimento do contrato, como também pela sua irregularidade por denúncia do contrato pelo beneficiário ou por incumprimento de obrigações do beneficiário.
- vi. «Exclusão» – Rejeição dos apoios em resultado da prestação intencional de falsas declarações por parte dos promotores para obtenção de pagamentos indevidos, que conduz à recuperação dos montantes já pagos e à eventual aplicação de outras penalizações, nomeadamente a exclusão de financiamento em anos seguintes.

b. Alteração de operações já contratualizadas:

- i. Na tipologia de adaptações previstas encontra-se as seguintes: Adaptações simplificadas (que tem haver com pequenas alterações relacionadas com o tipo de equipamentos, ou outras alterações que não implicam transferências de valores aprovados entre rubricas de financiamento) e adaptações formais, que implicam alterações entre rubricas de investimento aprovadas e outras situações descritas abaixo.
- ii. O promotor pode requerer alterações das condições de execução do projeto contratado mediante formulação de pedido fundamentado, o qual será remetido à Entidade Gestora para decisão.
- iii. Para efeitos de análise e deferimento do pedido o técnico analista deve verificar, nomeadamente, a manutenção das seguintes condições:
 - 1. Objetivos iniciais;
 - 2. Viabilidade económico-financeira;
 - 3. Valias do PA (nos casos aplicáveis).
- iv. A ETL pode, no prazo de 10 dias úteis após a receção do pedido de alteração, e quando necessário, solicitar todos os elementos considerados pertinentes, formulando um parecer, que após aval do Coordenador, será objeto de decisão da Entidade Gestora, a qual tem um prazo de 10 dias úteis para se pronunciar.
- v. No caso de um pedido de aumento da dotação de despesa pública, o processo só poderá ser novamente apreciado se estiver a decorrer uma nova fase de candidatura para a Medida/Ação em que foi aprovado. Caso contrário, o pedido será recusado.

1. Se estiver a decorrer um período de apresentação de candidaturas para a Medida/Ação prevista, a operação terá de ser novamente apreciada pela equipa técnica local e enviado para aprovação em AGPL.
- c. As outras alterações requeridas podem consubstanciar, entre outras, as seguintes situações:

1. Prorrogação do prazo

- a. De acordo com os prazos definidos nos regulamentos específicos para aplicação das ações, o beneficiário pode requerer a prorrogação dos prazos de início e execução do projeto, a qual será objeto de decisão da Entidade Gestora, podendo este delegar no coordenador esta competência. A decisão é comunicada ao beneficiário.
- b. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

2. Transmissão:

- a. O beneficiário pode requerer a transmissão da titularidade do projeto para um novo titular por solicitação remetida Entidade Gestora. O beneficiário deve anexar uma declaração assinada pelo titular proposto, no qual este manifesta a sua intenção de assumir os compromissos decorrentes do projeto aprovado e contratado.
- b. A decisão da Entidade Gestora é comunicada ao beneficiário.
- c. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

3. Redução de apoios:

- a. A redução do financiamento do projeto contratado pode decorrer de:
 - i. Reanálise durante a execução do projeto do PA, por iniciativa do beneficiário ou do GAL.
 - ii. Conclusão do projeto por custos inferiores aos aprovados no PA.
 - iii. Conclusão dos resultados apurados em sede de controlo.

- iv. A decisão da Entidade Gestora é comunicada ao beneficiário
- d. Procedimentos de Controlo após conclusão da operação.
 - a. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

18. Extinção do compromisso

- a. O compromisso contratualizado extingue-se:
 - i. Com a conclusão do projeto e cumprimento das condições contratuais até ao termo da operação;
 - ii. Com a denúncia do beneficiário;
 - iii. Por incumprimento de obrigações do beneficiário;

19. Exclusão:

- a. Em caso de comprovada prestação de falsas declarações pelo beneficiário com vista à obtenção de financiamentos indevidos, o contrato é resolvido com exclusão dos apoios já concedidos e eventual aplicação de penalizações previstas, nomeadamente a exclusão de concessão de apoios no ano ou anos seguintes.
- b. A decisão da Entidade Gestora é comunicada ao beneficiário e ao IFAP, IP para proceder à resolução do contrato, correspondente recuperação dos apoios concedidos e registo de exclusão futura se aplicável. Os procedimentos previstos aplicam-se, com as devidas adaptações, aos PP's apresentados pelos promotores.

20. Disposições comuns:

- a. Alterações do contrato:
- b.
- c. Reposição de verbas:
 - i. Pode haver lugar à reposição de verbas já pagas, nas situações supra definidas de:
 - 1. Redução de apoios;
 - 2. Extinção;
 - 3. Exclusão.
 - ii. As decisões de reposição dos montantes já pagos são objeto de decisão da Entidade Gestora Gestão, comunicadas ao IFAP, IP, para que proceda ao respetivo registo e notificadas ao beneficiário.
 - iii. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

21. Gestão de dívidas e recuperação de valores indevidamente recebidos;

- a. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

22. Controlo de Qualidade a realizar no âmbito do processo de contratação e pagamento dos apoios e a outras funções realizadas pela autoridade de gestão e GAL.

- a. Estes procedimentos estão regulamentados pelas normas de procedimento internas do IFAP.

23. Gestão documental

- a. O GAL assegura a gestão, o arquivo e integridade de toda a documentação relativa ao cumprimento das funções que lhe estão cometidas, de acordo com a legislação nacional e comunitária aplicável. O GAL assegura ainda, que os promotores detenham o *dossier* da operação e informem sobre a localização física do mesmo. Em consequência do acima exposto, o Coordenador da ETL, notifica os promotores do local e forma de entrega dos documentos a anexar ao PA,

b. Tratamento dos Documentos:

i. Fase de Receção

1. Na fase de receção do PA é entregue ao beneficiário a Declaração de Receção do PA, a qual indica o nome do promotor, o nome do projeto, a data de receção e o número provisório atribuído ao PA.
2. Em qualquer momento é assegurada a possibilidade de reprodução dos documentos associados à presente fase para efeitos de controlo ou de direito de acesso à informação, quer em formato digital, quer em papel.

ii. Fase de Análise

1. Nesta fase são ainda adotados os seguintes procedimentos:

Pedido de Elementos pela ETL

Os elementos identificados pelo analista como necessários para a realização da análise, são solicitados aos promotores por correio eletrónico ou fax. A notificação identifica o número do PA e o assunto, sendo digitalizada e guardada no respetivo dossier.

Documentos entregues em formato papel

Os documentos entregues por correio, fax ou por mão própria, são tratados pelos serviços administrativos os quais procedem ao respetivo registo de entrada. Quando entregues por mão própria, é emitido o comprovativo de receção.

Os documentos, com a respetiva data de entrada, são encaminhados para o Coordenador, que os reencaminha para os analistas em função dos pedidos de apoio que lhes estão atribuídos.

Documentos entregues em suporte digital

Após abertura do ficheiro são aplicáveis todos os procedimentos descritos no ponto anterior.

Documentos recebidos por correio eletrónico

Os documentos recebidos por esta via, com a respetiva data de entrada são encaminhados para os analistas, que procedem ao seu arquivo no dossier específico do PA.

Documentos produzidos pela ETL

Os documentos produzidos pela ETL para efeitos de preparação da decisão e notificações aos promotores, são identificados com o respetivo número de PA e o assunto, ficando posteriormente arquivados no dossier específico do PA.

Os relatórios e outros documentos conexos elaborados pela ETL na sequência da hierarquização dos pedidos de apoio, dos pareceres relativos ao controlo administrativo e dos relatórios das audiências prévias a que haja lugar, são guardados em dossier específico associado ao aviso de concurso.

Documentos produzidos em sede de audiência prévia

A documentação produzida relativa à audiência prévia dos interessados, é ainda arquivada no dossier específico do PA.

i. Fase de decisão

Documentos produzidos pela AGPL

A documentação gerada nesta fase, de suporte à decisão da AGPL, é arquivada pela ETL em dossier específico associado ao aviso de concurso. Os documentos produzidos em fase de AGPL, são arquivados em dossier específico.

Gestão de reclamações

Atendo a que a o GAL tem desenvolver as suas ações no âmbito das funções delegadas pela AG do PRODERAM 2020 e pelo IFAP, esta são as entidades responsáveis pela análise das reclamações inerentes ao funcionamento do GAL.

Procedimentos de gestão de financeiras

Os procedimentos de gestão financeira serão baseados nas regras e melhores práticas em termos de gestão de fundos públicos, fazendo uso das regras inerentes ao CCP, atendendo a que a ACAPORAMA é uma entidade adjudicante por via do facto de que mais de 50% do seu orçamento provir de fontes públicas.

Em termo de controlo financeiro, serão utilizadas metodologias de contabilidade analítica organizada, com afetação de receitas e despesas por centros de custos, de forma a isolar toda a atividade do GAL ACAPORAMA das restantes atividades da Associação ACAPORAMA.

De acordo com regulamento interno da ACAPORAMA, a entidade fica obrigada com a assinatura de dois dos membros da direção, sendo que uma delas terá de ser a do Presidente ou do Vice-Presidente.

Metodologia de Avaliação

Metodologia de acompanhamento dos indicadores.

Procederemos à criação de instrumentos que permitam a monitorização da EDL, capaz de fornecer informação que permita corrigir desvios face as metas inicialmente definidas, bem como, proporcionar informação adequada ao GAL e às Autoridades de Gestão.

O beneficiário terá de disponibilizar toda a informação considerada relevante, quer na fase de análise do pedido de apoio, quer após a execução da operação, toda a informação baseada as declarações contributivas e informações obrigatórias ao Estado (Mapas de Segurança Social, Modelo 22, declarações de rendimentos, etc...), estando no entanto a ACAPORAMA responsável por salvaguardar todos os elementos necessários para a proteção de dados. Serão ainda acompanhados os principais indicadores de contexto, utilizados os dados que são periodicamente publicados no site do INE. Para esse efeito, será constituída uma base de dados interna que permitirá acompanhar todos os indicadores considerados relevantes, podendo facilmente serem gerados relatórios detalhados com o ponto de situação de cada operação em termo de cumprimento das metas e compromissos assumidos. O tratamento de dados e as principais conclusões deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Sob a forma de registo cronológico de dados nas plataformas informáticas que vierem a ser disponibilizadas e no site do GAL.
- b) Em relatórios de execução intercalares da AGPL após a conclusão do processo de aprovação de projetos de cada concurso;
- c) Apresentação de relatórios anuais que serão aprovados pelo GAL em AGPL e posteriormente enviados à Autoridade de Gestão;
- d) Avaliação interna com base num método de autoavaliação participativa no GAL com frequência anual;
- f) Avaliações temáticas que o GAL entenda realizar ou sejam solicitadas.
- g) Acompanhamento *ex-post* das operações aprovadas, com principal incidência nos compromissos contratualizados.

O ciclo de execução das operações demora em média 24 meses a contar da data do compromisso, ou seja, muitos dos resultados previstos e contratualizados só começam a ser visíveis no final da fase de execução financeira.

Prevê-se que no final de 2018 irão verificar-se os primeiros resultados concretos, referentes às primeiras operações aprovadas.

Relatórios de Atividades

Os relatórios de atividades anuais deverão apresentar todas as evidências associadas ao trabalho desenvolvido pelas parcerias locais, todas as iniciativas associadas à animação e da formação/capacitação dos agentes promotores do desenvolvimento local (beneficiários, membros das parcerias locais, ETL, etc...), com principal incidência do cumprimento do plano de ação proposto e eventuais dificuldades que tenham existido à implementação e execução do mesmo. Deverão ser apresentados os principais resultados dos procedimentos de autoavaliação do GAL, com incidência no grau de cumprimento das metas previstas, dos resultados dos concursos intercalares, da taxa de execução financeira e grau de cumprimento das metas operacionalizadas.

Os planos de atividades

O plano de atividade é um documento participativo de caráter anual, que permitirá às parcerias locais propor as principais iniciativas e contributos para a viabilização da ELD em cada freguesia. Sendo, desta forma, decidido quais as iniciativas mais relevantes que poderão ter um maior impacto. Este documento é submetido à autoridade de gestão do PRODERAM 2020 para consideração e verificação da elegibilidade das iniciativas.

Avaliação interna anual:

Além do acompanhamento dos indicadores serão avaliados os seguintes aspetos que são considerados críticos para a determinação do sucesso do funcionamento do GAL e propor eventuais ações de correção e melhoria nos seguintes itens:

Funcionamento da Parceria

Pretende-se desenvolver um questionário anual de autoavaliação para todos os membros das parcerias locais, de modo a avaliar o funcionamento da parceria e a necessidade de acompanhamento mais direcionado em determinadas áreas de intervenção.

Funcionamento da entidade gestora

Serão enviados questionários para os beneficiários e outros públicos-alvo que frequentem as ações de informação e *workshops* temáticos que possibilitem aferir a qualidade das iniciativas e se as mesmas cumpriram com os objetivos previstos.

Avaliação interna intercalar

Para além do acompanhamento dos indicadores serão avaliados os seguintes aspetos que serão considerados críticos para a determinação do sucesso do funcionamento do GAL e propor eventuais ações de correção e melhoria nos seguintes itens:

Funcionamento da Parceria

Pretende-se desenvolver um questionário de autoavaliação para todos os membros das parcerias locais, de modo a avaliar por um lado, o funcionamento da parceria e por outro, a necessidade de acompanhamento mais direcionado em determinadas áreas de intervenção.

Funcionamento da entidade gestora

Serão enviado questionários para os beneficiários e outros público-alvo que frequentem as ações de informação e *workshops* temáticos que possibilitem aferir a qualidade das iniciativas e se as mesmas cumpriram com os objetivos previstos.

Sessões temáticas e *focus groups*

Será desenvolvido aquando da avaliação intercalar um *focus group* com representantes das parcerias, entidades beneficiárias, parceiros estratégicos e representantes dos Municípios da zona de intervenção.

O principal objetivo será obter uma contribuição externa para o processo de avaliação por parte de todas as entidades que possam ter um contributo relevante para a operacionalização da estratégia.

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

Calendarização das iniciativas de avaliação do GAL:

Tipo de contribuições do GAL	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Atividades previstas do GAL	<ul style="list-style-type: none"> Abertura de concursos M19.2. Abertura de concursos formação para agentes económicos. Iniciativas de animação dos territórios. Execução de operações Ações de sensibilização dos beneficiários 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de Cooperação. Estudos Temáticos Campanhas de informação. Abertura de Concursos M19.2 Iniciativas de animação dos territórios. Execução de operações Ações de sensibilização dos beneficiários. 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de Cooperação. Iniciativas de animação dos territórios. Abertura de Concursos M19.2 Execução de operações Execução de operações Ações de sensibilização dos beneficiários. Acompanhamento de conclusão de operações, 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas de animação dos territórios. Abertura de Concursos M19.2. Projetos de Cooperação. Execução de operações Ações de sensibilização dos beneficiários. Acompanhamento de conclusão de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas de animação dos territórios. Abertura de Concursos M19.2. Projetos de Cooperação. Execução de operações Ações de sensibilização dos beneficiários. Acompanhamento de conclusão de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas de animação dos territórios. Abertura de Concursos M19.2. Projetos de Cooperação. Execução de operações Ações de sensibilização dos beneficiários. Acompanhamento de conclusão de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de conclusão de operações. Iniciativas de animação dos territórios. Iniciativas de animação dos territórios. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de conclusão de operações. Iniciativas de animação dos territórios. 	
Gestão e Modelo de Governança	<ul style="list-style-type: none"> Contactos prévios cooperação interterritorial Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas. Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas e aprovação de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões temáticas e aprovação de operações.
Momentos de Avaliação	Avaliação Interna Anual.	Avaliação Interna Anual.	Avaliação interna intercalar	Avaliação Interna Anual.	Avaliação interna intercalar (Análise dos Resultados)	Avaliação Interna Anual.	Avaliação Interna Anual.	Avaliação de impacto da ELD	
Principais documentos	Relatório Anual e Plano de Atividades com plano de Ação atualizado	Relatório Anual e Plano de Atividades com plano de Ação atualizado	Relatório Anual e Plano de Atividades com plano de Ação atualizado + Relatório de Avaliação intercalar	Relatório Anual e Plano de Atividades com plano de Ação atualizado	Relatório Anual e Plano de Atividades com plano de Ação atualizado + Relatório de Avaliação intercalar	Relatório Anual e Plano de Atividades com plano de Ação atualizado	Relatório Anual e Plano de Atividades com plano de Ação atualizado	Relatório de conclusão ELD.	

Plano Financeiro- Distribuição da dotação financeira medidas

M19.2-Apoio à realização de operações ELD	10.625.000,00 €	81,6%	6.131.593,67 €	
M19.2.1-Atividades não agrícolas em zonas rurais		42,0%	2.575.269,34 €	Despesa Pública
M 19.2.1.1-Diversificação de actividades de carácter não agrícola			33,00%	849.838,88 €
M 19.2.1.2-Criação e apoio a actividades turísticas			33,00%	849.838,88 €
M 19.2.1.3-Criação e desenvolvimento de PM E's em espaço rural			34,00%	875.591,58 €
M19.2.2-Serviços básicos para a população rural		35,0%	2.146.057,78 €	Despesa Pública
M 19.2.2.1-Serviços locais de apoio social, associativo e de tempos livres			35,00%	751.120,22 €
M 19.2.2.2 - Valorização do Património Rural			45,00%	965.726,00 €
M 19.2.2.3 - Conservação de património local e pequenas infraestruturas de utilização coletiva			20,00%	429.211,56 €
M19.2.3- Cooperação para o desenvolvimento local		18,0%	1.103.686,86 €	Despesa Pública
M 19.2.3.1- Apoio a projetos para desenvolvimento e comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural.			30%	331.106,06 €
M 19.2.3.2- Promoção de cadeiras de abastecimento curtas e mercados locais.			30%	331.106,06 €
M 19.2.3.3- Diversificação de actividades agrícolas e diversificação das actividades agrícolas em actividades relacionadas com os serviços de saúde, integração social, agricultura apoiada pela comunidade e educação sobre o meio ambiente e alimentos.			40%	441.474,74 €
M19.2.4-Formação e informação de agentes de desenvolvimento local		5,0%	306.579,68 €	306.579,68 €
M19.3-Preparação e realização de actividades de cooperação	1.000.000,00 €	7,7%	577.091,17 €	Despesa Pública
M 19.3.1.1-Cooperação nacional interterritorial			30%	173.127,35 €
M 19.3.1.2-Cooperação Internacional EU			30%	173.127,35 €
M 19.3.1.3-Cooperação Internacional fora da EU			40%	230.836,47 €
19.4-Apoio a custos de funcionamento e animação	1.400.000,00 €	10,7%	807.927,64 €	

Plano Financeiro-Funcionamento GAL ACAPORAMA

	até mês 9	10 a 12 de 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Contabilidade	9.900,00 €	3.300,00 €	13.200,00 €	13.200,00 €	13.200,00 €	13.200,00 €	13.200,00 €	13.200,00 €	13.200,00 €	105.600,00 €
Contrato Assist. Duplipelago	500,00 €	300,00 €	2.400,00 €	2.416,80 €	2.433,72 €	2.450,75 €	2.467,91 €	2.485,18 €	2.502,58 €	17.456,94 €
Rep. e Manut. Viatura	800,00 €	270,00 €	1.000,00 €	1.007,00 €	1.014,05 €	1.021,15 €	1.028,30 €	1.035,49 €	1.042,74 €	7.418,73 €
Rep. Manut. Gerais	390,00 €	130,00 €	523,64 €	527,31 €	531,00 €	534,71 €	538,46 €	542,23 €	546,02 €	3.873,36 €
Material de desgaste	110,00 €	36,67 €	147,69 €	148,73 €	149,77 €	150,82 €	151,87 €	152,94 €	154,01 €	1.092,49 €
Guias de transporte	50,00 €	16,67 €	67,13 €	67,60 €	68,08 €	68,55 €	69,03 €	69,52 €	70,00 €	496,58 €
Material de Escritório	650,00 €	220,00 €	886,16 €	892,36 €	898,61 €	904,90 €	911,23 €	917,61 €	924,04 €	6.554,92 €
Luz Contador 62222292	951,00 €	317,00 €	2.400,00 €	2.416,80 €	2.433,72 €	2.450,75 €	2.467,91 €	2.485,18 €	2.502,58 €	17.473,94 €
Combustíveis Geral	1.433,01 €	500,00 €	2.100,00 €	2.114,70 €	2.129,50 €	2.144,41 €	2.159,42 €	2.174,54 €	2.189,76 €	15.512,33 €
Água	120,10 €	40,03 €	240,00 €	241,68 €	243,37 €	245,08 €	246,79 €	248,52 €	250,26 €	1.755,73 €
Deslocações Aéreas	596,83 €	198,94 €	1.000,00 €	1.007,00 €	1.014,05 €	1.021,15 €	1.028,30 €	1.035,49 €	1.042,74 €	7.347,67 €
Deslocações Terrestres	6,60 €	2,20 €	100,00 €	100,70 €	101,40 €	102,11 €	102,83 €	103,55 €	104,27 €	717,07 €
Portagens	27,10 €	20,00 €	200,00 €	201,40 €	202,81 €	204,23 €	205,66 €	207,10 €	208,55 €	1.449,75 €
Passes	412,20 €	137,40 €	553,45 €	557,32 €	561,22 €	565,15 €	569,11 €	573,09 €	577,10 €	4.093,84 €
Estacionamento	80,35 €	26,78 €	1.200,00 €	1.208,40 €	1.216,86 €	1.225,38 €	1.233,95 €	1.242,59 €	1.251,29 €	8.605,26 €
Correios	121,35 €	40,45 €	100,00 €	100,70 €	101,40 €	102,11 €	102,83 €	103,55 €	104,27 €	755,32 €
PT Comunicações	1.688,05 €	562,68 €	2.500,00 €	2.517,50 €	2.535,12 €	2.552,87 €	2.570,74 €	2.588,73 €	2.606,85 €	18.434,50 €
Diarios - Jornais	83,10 €	27,70 €	240,00 €	241,68 €	243,37 €	245,08 €	246,79 €	248,52 €	250,26 €	1.743,39 €
TMN	70,00 €	23,33 €	400,00 €	402,80 €	405,62 €	408,46 €	411,32 €	414,20 €	417,10 €	2.882,82 €
Mazda 43-73-ZH - Seguro	137,99 €	46,00 €	200,00 €	201,40 €	202,81 €	204,23 €	205,66 €	207,10 €	208,55 €	1.475,74 €
Notário	41,09 €	13,70 €	200,00 €	201,40 €	202,81 €	204,23 €	205,66 €	207,10 €	208,55 €	1.443,44 €
Refeições	502,30 €	167,43 €	1.000,00 €	1.007,00 €	1.014,05 €	1.021,15 €	1.028,30 €	1.035,49 €	1.042,74 €	7.316,16 €
Limpeza	207,57 €	69,19 €	1.200,00 €	1.208,40 €	1.216,86 €	1.225,38 €	1.233,95 €	1.242,59 €	1.251,29 €	8.647,66 €
IMI	191,85 €	63,95 €	257,59 €	259,39 €	261,21 €	263,04 €	264,88 €	266,73 €	268,60 €	1.905,39 €
I. Selo Banco	42,77 €	14,26 €	50,00 €	50,35 €	50,70 €	51,06 €	51,41 €	51,77 €	52,14 €	371,69 €
Minha Terra	1.000,00 €	333,33 €	1.200,00 €	1.208,40 €	1.216,86 €	1.225,38 €	1.233,95 €	1.242,59 €	1.251,29 €	8.911,81 €
Serviços bancários	1.079,61 €	359,87 €	1.500,00 €	1.510,50 €	1.521,07 €	1.531,72 €	1.542,44 €	1.553,24 €	1.564,11 €	11.082,96 €
Acidentes de trabalho	731,28 €	782,47 €	1.000,00 €	1.007,00 €	1.014,05 €	1.021,15 €	1.028,30 €	1.035,49 €	1.042,74 €	7.931,20 €
Seguros instalações	101,17 €	108,25 €	200,00 €	201,40 €	202,81 €	204,23 €	205,66 €	207,10 €	208,55 €	1.538,00 €
Estadas - estadias	459,90 €	492,09 €	1.000,00 €	1.007,00 €	1.014,05 €	1.021,15 €	1.028,30 €	1.035,49 €	1.042,74 €	7.640,82 €
Aluguer de Instalações	3.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €	99.000,00 €
Animação		10.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	- €	- €	- €			70.000,00 €
										450.529,52 €

Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020

RESUMO	Edifícios e outras construções	15.000,00 €	inclui o valor de animação Inclui Formação
	Equipamentos Transporte	7.398,12 €	
	Equipamentos administrativos Im.	10.000,00 €	
	Hardware	2.000,00 €	
	Equipamento Som e Imagem	3.000,00 €	
	Software	5.000,00 €	
	Estudos e Projetos	5.000,00 €	
	Deslocações	17.155,31 €	
	Disp. Gerais de Funcionamento	433.374,21 €	
	Material de Promoção e Divulgação	10.000,00 €	
	Despesas com Pessoal	300.000,00 €	

807.927,64 €

Valor disponível para ELD	807.927,64 €
Diferença	- 0,00 €

DESPESAS COM PESSOAL

Anos	Vencimentos líquidos
2015	8.756,55 €
2016	38.555,11 €
2017	38.593,46 €
2018	38.644,60 €
2019	38.689,35 €
2020	38.689,35 €
2021	38.689,35 €
2022	38.689,35 €
Formação	20.692,88 €

Total **300.000,00 €**

Indicadores de Resultados e Realização EDL GAL ACAPORAMA

Código Principal	Indicadores de Resultados	Indicadores de Resultados da ELD?	Unidade	Base de Referência	Indicador em 2018	Indicador em 2023
R4	Percentagem de explorações agrícolas que recebem apoio para participação em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias de abastecimento curtas, e agrupamentos ou organizações de produtores (domínio de incidência 3A)	Sim	%	2013	5	10
R22	Percentagem da população rural abrangida por estratégias de desenvolvimento locais (domínio de incidência 6B)	Sim	%	2013	100	100
R23	Percentagem da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados (domínio de incidência 6B)	Sim	%	2013	60	100
R24	Empregos criados através de projetos (Leader) apoiados (domínio de incidência 6B)	Sim	Nº	2013	25	58

Código Principal	Indicadores de realização	Indicadores de Resultados da ELD?	Unidade	Indicador em 2018	Indicador em 2023
O.1	Total das despesas públicas	Sim	Euros	3.758.306,24 €	7.516.612,47 €
O.2	Total dos investimentos	Sim	Euros	5.425.242,02 €	10.850.484,04 €
O.3	Número de ações/operações apoiadas	Sim	Nº	47	94
O.4	Número de explorações/beneficiários apoiadas/apoiados	Sim	Nº	30	60
O.11	Número de dias de formação concedidos	Sim	Nº	108	270
O.12	Número de participantes em formação	Sim	Nº	75	150
O.15	População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados (TI ou outros)	Sim	Nº	52991	105982
O.16	Número de agrupamentos da PEI apoiados, número de operações da PEI apoiadas e número e tipo de parceiros nos agrupamentos da PEI.	Sim	Nº	2	5
O.17	Número de operações de cooperação apoiadas (não PEI)	Sim	Nº	3	3
O.18	População abrangida por GAL	Sim	Nº	105000	105000
O.20	Número de projetos Leader apoiados	Sim	Nº	50	70
O.21	Número de projetos de cooperação apoiados	Sim	Nº	4	7
O.22	Número e tipo de promotores de projetos	Sim	Nº	35	60
O.23	Números únicos de identificação de GAL envolvidos em projetos de cooperação	Sim	Nº	5	10